

MARIA GLÓRIA PARRA SANTOS SOLÉ

**MEADELA,  
COMUNIDADE RURAL DO ALTO MINHO:  
SOCIEDADE E DEMOGRAFIA  
(1593-1850)**



**MARIA GLÓRIA PARRA SANTOS SOLÉ**

**MEADELA,  
COMUNIDADE RURAL DO ALTO MINHO:  
SOCIEDADE E DEMOGRAFIA  
(1593-1850)**

**Ficha Técnica:**

**Título:**

*Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia  
(1593-1850)*

**Autora:**

Maria Glória Parra Santos Solé

**Colecção:**

Monografias 12

**Edição:**

Núcleo de Estudos de População e Sociedade  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Guimarães/2001

**Apoios:**

Câmara Municipal de Viana do Castelo

**Depósito legal:**

167514/01

**ISBN:**

972-98695-1-0

**Composição:**

NEPS

**Ilustração da capa:**

Desenho do natural por João de Almeida - Portozello

**Impressão e acabamento:**

Eden Gráfico, S.A.

Rua dos Casimiros, 21

Apartado 2047

3510-061 Viseu

**Direitos reservados:**

NEPS

Núcleo de Estudos de População e Sociedade  
Universidade do Minho  
Campus de Azurém  
4800-058 GUIMARÃES

Ao meu marido Sérgio  
e a meus pais, João e Conceição



## **NOTA DE APRESENTAÇÃO**

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade, da Universidade do Minho, propôs-se editar um trabalho da Mestre Maria da Glória Parra Santos Polé sobre a Meadela, freguesia urbana de Viana do Castelo.

Tendo em conta a qualidade e o rigor científico dos trabalhos e publicações coordenados por aquele Núcleo, a Câmara Municipal de Viana do Castelo não teve dúvidas em apoiar essa edição, tanto mais que a freguesia da Meadela, hoje integrada na área urbana e em forte aceleração demográfica, teve, durante séculos, um marcante pendore rural de características etnográficas muito peculiares e diversificadas dignas de aturado estudo.

A evolução demográfica e vivencial de uma freguesia que hoje é parte significativa do novo tecido urbano de Viana do Castelo tem todo o interesse para a Câmara Municipal e acredito que o presente trabalho fornecerá valiosos elementos para estudos mais especificados e sectoriais.

Como já é habitual a Câmara Municipal de Viana do Castelo colaborar com departamentos e organismos da Universidade do Minho

em trabalhos de interesse mútuo, espero que esta colaboração continue  
cada vez mais assídua e proveitosa para ambas as partes.

O Presidente da Câmara

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Defensor Moura", with a long horizontal stroke extending to the right.

Defensor Oliveira Moura

## **NOTA INTRODUTÓRIA**

Mergulhar no passado de pequenas comunidades perfeitamente referidas a um afeiçoado espaço geográfico é um fascínio para o investigador e um fascínio para o leitor motivado. O património imóvel, secular ou plurissecular, suscita a nossa imaginação sobre esse passado, mas são as metodologias históricas, particularmente da Demografia Histórica, que nos abrem a possibilidade de identificação dos homens que afeiçoaram em seu benefício esse espaço, que nele viveram e conviveram, que nele se reproduziram e nele faleceram.

Maria Glória Parra Santos Solé procurou as fontes históricas adequadas e soube utilizar as metodologias que lhe permitiram, dos finais do século XVI a meados do século XIX, recriar as vivências quotidianas de uma comunidade rural do Alto Minho, a freguesia de Meadela. Foi dado mais um passo para uma melhor compreensão do passado demográfico e social do nosso país em período anterior aos recenseamentos modernos, mas também foi dado um passo importante no sentido de referir uma comunidade às suas raízes, afirmando a sua identidade.

O Núcleo de Estudos de População e Sociedade, vê-se enriquecido com esta publicação de notável abrangência e rigor científico. Maria Glória Parra Santos Solé é claramente uma investigadora de futuro que desejo seja longo e sempre brilhante.

Maria Norberta Amorim





## AGRADECIMENTOS

Na realização deste trabalho contribuíram de um modo directo ou indirecto várias pessoas. Não poderei deixar de manifestar um profundo reconhecimento a todos os que, de uma forma empenhada, contribuíram para o seu desenvolvimento e enriquecimento, através da orientação e colaboração prestadas. De um modo particular, quero expressar o meu agradecimento à Professora Doutora Maria Norberta Amorim (Professora Catedrática da Universidade do Minho), orientadora da dissertação de Mestrado (que publicamos agora), que nos apoiou de forma científica e humana; ao Professor Doutor Viriato Capelo (Professor Catedrático da Universidade do Minho), que nos aconselhou e orientou na elaboração deste trabalho, em especial, na análise crítica e manuseamento das fontes municipais. Aos professores da parte curricular do mestrado. Também não poderei esquecer o precioso contributo, prestado no campo da emigração, do Doutor Henrique Rodrigues, Professor da Escola Superior de Educação de Viana do Castelo.

Nas questões de ordem informática, tivemos o apoio carinhoso e profissional do engenheiro Dário Scott e do Técnico de informática Daniel do NEPS. Não nos podemos esquecer também, do apoio logístico e humano que sempre tivemos e sentimos da Universidade do Minho e em especial, da comunidade científica ligada à Escola de Ciências Sociais e ao NEPS.

De igual forma, agradeço o apoio e a colaboração das seguintes instituições:

Arquivo Distrital de Viana do Castelo, à Directora do Arquivo Dr.<sup>a</sup> Olinda, funcionárias e Técnicas Superiores desta instituição e em particular à D. Fernanda;

Arquivo Municipal de Viana do Castelo, em especial ao Dr. Maranhão;

Arquivo Distrital de Braga, em especial ao Sr. Araújo;

Arquivo Paroquial da Meadela, em especial ao Monsenhor Vilar (Pároco da Meadela) que nos facultou diversas fontes referentes à paróquia, muitas delas estavam desorganizadas e bastante

danificadas, alertamos para a importância destas fontes e a necessidade da sua preservação e conservação;

E em especial, ao NEPS (Núcleo de Estudos de População e Sociedade), Câmara Municipal de Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, Junta de freguesia da Meadela e ao Instituto Português da Juventude que promoveram a sua edição.

Finalmente, relembramos o incentivo daqueles que conviveram connosco mais de perto e que tiveram de suportar as nossas ansiedades, desilusões e alegrias sentidas ao longo destes anos, apoiando-nos e compreendendo-nos.

## INTRODUÇÃO

*Considerar a la población como un objecto de análisis y de investigación científica es la primera dificultad que debe vencer quien quiera iniciarse en la demografía.*

Roland Pressat, *Introducción a la demografía.*

A escolha do tema de investigação, prendeu-se com o gosto pela Demografia Histórica iniciado ainda na Licenciatura em História e Ciências Sociais<sup>1</sup> e consolidado durante a parte curricular do Mestrado. Na selecção desta paróquia, a Meadela, estiveram presentes vários factores: a ligação afectiva de ordem pessoal, pois esta situa-se nos arredores de Viana do Castelo, onde residimos desde a meninice; a inexistência de trabalhos anteriores sobre o mesmo tema referentes a esta freguesia e sobretudo, a existência de “fundos documentais” adequados ao trabalho, e os registos paroquiais de boa qualidade, completos, sem lacunas e disponíveis. O interesse em alargar o estudo demográfico e social desta paróquia ao longo de um período mais dilatado tornou-se um objectivo prioritário, visando conhecer, compreender e explicar o comportamento demográfico da sociedade da Meadela. Alargámos assim o estudo de 1593 a 1850. Preocupámo-nos também em complementar, aprofundar e enriquecer o conhecimento histórico da nossa região minhota.

Com o nosso trabalho pretendemos ilustrar a individualidade demográfica e económico-social desta paróquia rural. Recorremos para isso a uma metodologia, a de “reconstituição de paróquias”, que nos permitiu uma maior aproximação aos fenómenos demográficos, e possibilitou fazermos uma análise da estrutura económico-social da população de uma forma coerente e segura. O método de “reconstituição de paróquias” apresenta um conjunto de virtudes: segurança, rentabilidade e rapidez, possibilitando o cruzamento com

---

<sup>1</sup> No seminário de licenciatura, trabalhamos sob orientação de Norberta Amorim na reconstituição da paróquia da Meadela de 1593 a 1750.

outras fontes não demográficas, documentos esses de natureza diversa (testamentos, listas fiscais da décima, visitas e devassas, registos de amas e expostos, registos de passaportes, etc.), que apresentam informações riquíssimas indispensáveis para a reconstrução dos contextos múltiplos desta comunidade rural do Alto-Minho.

Iniciámos o nosso trabalho pelo levantamento dos assentos de baptismo, casamento e óbitos, constituímos a partir destes uma “base de dados” e criámos um ficheiro de famílias e a partir deste um ficheiro de indivíduos, em encadeamento genealógico. A “base de dados” permaneceu aberta ao cruzamento com outras fontes, para precisar inícios e fins de observação e enriquecer o ficheiro biográfico de todos os indivíduos residentes na comunidade. O nosso estudo saiu valorizado ao relacionarmos estas informações com os registos nominativos e biográficos do ficheiro individual, possibilitando-nos, assim, uma análise pormenorizada dos principais sectores da actividade da paróquia, oferecendo-nos um esboço da estrutura económico-social da Meadela e respectiva evolução desde finais do século XVI a meados do século XIX. Só depois de reconstituída a paróquia e cruzada a informação pudemos realizar o capítulo de “Enquadramento económico social”.

Correlacionámos as variáveis demográficas entre si, mas sentimos a necessidade de cruzar estes dados estatísticos, com outras fontes que possibilitaram encontrar factores explicativos de origem não demográfica, que nos permitiram ajudar a compreender o regime demográfico, mas também a realidade cultural, económica, social e religiosa desta comunidade. A contextualização dos comportamentos demográficos verificados resultou da associação de dois procedimentos distintos, mas ao mesmo tempo complementares. Por um lado o recurso aos dados quantitativos e seriais obtidos a partir dos registos paroquiais que serviram de fundamento à caracterização demográfica da população; por outro lado, extraímos de outras fontes documentais elementos vários de ordem qualitativa, cuja informação permitiu aceder a áreas particulares de actuação individual dentro de uma realidade sociológica e cultural identificada. Foi graças a este procedimento de cruzamento de fontes que pudemos realizar um estudo de aproximação ao fenómeno da mobilidade. Desprezar este fenómeno no estudo dos comportamentos demográficos da população, seria uma lacuna na investigação, pois esta paróquia insere-se numa

região onde os movimentos migratórios assumiram proporções significativas desde o século XVII.

Enveredámos por uma investigação de tipo micro-histórico, utilizando o nome como ponto de referência e partindo de critérios identificáveis, privilegiando o estudo de casos, susceptível de constituir uma amostra significativa, reveladores de comportamentos estatisticamente frequentes, e portanto “normais”, como pela sua capacidade de revelarem vivências e práticas humanas eventualmente “excepcionais”<sup>2</sup>. A sua leitura permitirá redimensionar os modelos já elaborados e fornecer pistas para novas hipóteses de investigação<sup>3</sup>. As diferentes áreas de actuação individual serão sempre contextualizadas, revertendo em salto qualitativo no estudo da comunidade. A análise qualitativa de experiências particulares historicamente narráveis poderá contribuir para uma leitura compreensiva dos modelos demográficos e das suas variações regionais<sup>4</sup>.

Tivemos sempre a preocupação em comparar os resultados dos vários indicadores demográficos desta comunidade com os obtidos em paróquias de características económico-sociais semelhantes, apontando comportamentos dispares com outras paróquias do país. Este procedimento permitiu formular novas questões e novos problemas, no sentido de se caminhar para uma síntese cada vez mais pretendida da realidade demográfica a nível regional e nacional.

Em suma, apesar das vicissitudes inerentes ao próprio trabalho, cremos que não nos reduzimos à simples análise e exploração das diversas componentes demográficos em estudo nesta paróquia rural. Tentámos ir mais além, relacionando-as comparando-as com outros estudos, enquadrando-as no seu contexto económico, social e cultural.

Sabemos que este estudo é uma peça no puzzle que é a realidade do Alto-Minho rural, que só será completada com futuros estudos de reconstituição das paróquias rurais vizinhas e das paróquias urbanas de Viana do Castelo, correlacionando entre elas os diversos

---

<sup>2</sup> GINZBURG, Carlos, *A Micro-História e Outros Ensaio*s, Lisboa, Difel, pp. 169-178.

<sup>3</sup> SANTOS, Cartola Maria Fernandes, *Santiago de Romarigães, Comunidade rural do Alto: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, 1999, p.7.

<sup>4</sup> IDEM, *Ibidem*.

fenómenos demográficos, analisá-los e compreendê-los de acordo com as diferenças sócio-económicas. O alargamento do estudo demográfico das paróquias urbanas de Viana do Castelo impõe-se como um próximo desafio, que só o futuro se encarregará de o ver concretizado.

Esta publicação, só possível com o apoio de várias entidades (N.E.P.S. e Câmara Municipal de Viana do Castelo), vem contribuir para o enriquecimento e valorização do nosso património sócio-cultural e para a divulgação da História local. É uma obra não só para os amantes da investigação ligados à Demografia Histórica, mas para todo o público em geral que se preocupa em conhecer o passado da localidade onde vive e aí encontrar explicações para a realidade presente.

## **PARTE I - APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA**

### **CAPÍTULO I**

#### **FONTES E METODOLOGIA**

*É um documento toda a fonte de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita.*

H. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*.

#### **1. Fontes e sua crítica**

##### **1.1 Os Livros de Registos Paroquiais**

###### **1.1.1 Crítica material**

Com o Concílio de Trento (1563), determinou-se a obrigatoriedade da existência de registos paroquiais em todas as paróquias, embora, nem todas tenham acatado de imediato estas indicações. Foi o que aconteceu com a paróquia por nós estudada, pois os primeiros registos datam de 1590 para os baptismos, 1586 para os casamentos e os registos de óbito surgem apenas em 1592. Não sabemos se efectuaram registos anteriores a esta data, mas supomos que tal não aconteceu.

Os primeiros registos que encontramos apresentaram-se-nos de difícil leitura, não só pela letra ilegível do pároco redactor, mas também pelo estado aviltado das primeiras páginas do Misto 1. Por



isso, decidimos começar apenas o nosso estudo no ano de 1593, data esta que corresponde ao início do novo redactor, o padre Pedro Martins.

Os livros de registos paroquiais da Meadela referentes ao período de 1593 a 1850 são nove e encontram-se arquivados no Arquivo Distrital de Viana do Castelo. Existem dois tipos de livros respeitantes aos actos vitais dos indivíduos: os Mistos e os outros. Nos Mistos encontram-se os três actos vitais: casamentos, baptismos e óbitos. Verificámos que no Misto 1 por nós estudado, a data do início dos três actos não é a mesma (nascimentos- 1590; casamentos- 1586; óbitos- 1592), o que nos levaria a concluir da dificuldade existente em cumprir com rigor as determinações impostas pelo Concílio de Trento, isto para a paróquia da Meadela. Mas, constatámos que o final de cada um dos actos vitais não coincide não só no Misto 1, como no Misto 2 e Misto 3.

Foram por nós consultados os seguintes livros:

**Quadro nº 1**  
**Livros Paroquiais**

Espécie de livro		Desde	Até
Misto 1	Nascimentos	1590	1654
	Casamentos	1586	1653
	Óbitos	1592	1654
Misto 2	Nascimentos	1654	1700
	Casamentos	1654	1737
	Óbitos	1654	1732
Misto 3	Nascimentos	1700	1730
	Casamentos	1700	1755
	Óbitos	1700	1741
	Nascimentos 1	1654	1748
	Nascimentos 2	1730	1847
	Nascimentos 3	1847	1859
	Casamentos 1	1654	1756
	Casamentos 2	1756	1868
	Óbitos 1	1741	1859

De uma maneira geral os livros encontram-se em razoável estado de conservação, com excepção do Misto 1 que se encontra descosido, com bastantes folhas soltas, umas coladas, outras danificados nos cantos, dificultando ou impossibilitando mesmo a leitura da paginação, e ainda uma ou outra reduzida a dois terços do

seu tamanho natural, impedindo completamente a leitura da parte faltosa<sup>5</sup>. Também o Misto 3 encontra-se algo deteriorado, resultante da tinta corrosiva utilizada que trespassa as páginas, dificultando a leitura e rompendo algumas folhas que se apresentam “rendilhadas”<sup>6</sup>, assim como algumas folhas soltas, resultante do livro se encontrar em parte descosido. As primeiras folhas do livro de Nascimentos 2 apresentam cantos corroídos, não danificando no entanto a parte legível dos registos.

Para além do Misto 1 que se encontra mais degradado e do Misto 3<sup>7</sup>, os outros livros apresentam-se bastante bem conservados e sem lacunas, se tivermos em conta a idade que carregam.

Encontrámos curiosamente, no início do Misto 1, uma lista de paramentos e acessórios das Igrejas (vestimentas, castiçais, toalhas de altar, cortinas, etc.), que nos permite ter uma ideia do tipo de haveres que a igreja possuía, parecendo-nos ser em abundância e de acordo com as necessidades da igreja.

No início do Misto 3, o Abade António de Moraes Sarmiento indica que transcreveu para o livro novo (Misto 3), os assentos que tinha feito no Misto 2. No Misto 3, o abade Sarmiento escreve uma recomendação que lhe foi ordenada pelo Arcebispo, Ruy de Moura, devendo preencher as folhas em branco existentes do Misto 2.

Apesar do abade cumprir com rigor as determinações do Arcebispo, os assentos de casamento e de óbito registados no Misto 2, foram trasladados para o ponto onde tinham sido interrompidos, em 1715, pelo cura José Antunes Parente apresentando a seguinte justificação: “Os assentos seguintes treslado aqui de outro livro por não ficar este imperfeyto, e custarem menos de que o termo atras do Reverendo Abbade Antonio de Moraes fas menção<sup>8</sup>”.

Em parte justifica-se o acto realizado pelo cura José António Parente, pois sentimos ao manusear os livros alguma desorientação

---

<sup>5</sup> O Misto 1 devido ao seu estado de conservação se encontrar bastante deteriorado foi retirado à consulta, no entanto foi-nos consentida a sua consulta atendendo ao trabalho que estávamos a desenvolver.

<sup>6</sup> Esta situação foi por nós sentida especialmente nos microfilmes utilizados do Misto 3, o que nos impelia constantemente a consultar o livro.

<sup>7</sup> O estado de conservação do Misto 1 e Misto 3 não afectou o nosso estudo pois não faltam folhas e todas são legíveis.

<sup>8</sup> Misto 3, fl. 93 v.º. Repete-se esta advertência na folha 166 v.º.

que foi superada rapidamente pela leitura das advertências realizadas pelo abade Sarmiento e pelo cura José António Parente.

Regra geral, pode-se dizer que os párocos que procediam aos registos, eram rigorosos no que faziam. De todos os "casos" que detectámos e anotámos, os mais frequentes traduzem-se em esquecimentos ou enganos em relação ao ano e, exceptuando um ou outro caso esporádico são eles próprios a emendá-los de seguida.

Vê-se deste modo, que se preocupavam o mais possível com a exactidão dos registos que realizavam. De qualquer modo, pareceu-nos ser o período de 1594 a 1634, o mais fértil em esquecimentos ou enganos. Quanto à letra, entendemos que no conjunto se pode considerar boa, exceptuando a que consta no início do Misto 1 já referido. Por vezes, as dificuldades de leitura numa ou noutra página, são tão somente provocados pelo resultado que o tempo se encarregou de acrescentar aos livros. Surgem por vezes folhas em branco, que foram inutilizadas pelos redactores evitando assim que algo fosse acrescentado. Pareceu-nos que este facto resultava das folhas se encontrarem "coladas" umas às outras.

Constatámos que nem todos os livros têm termo de abertura e de encerramento, como é o caso do Misto 1, do Nascimento 1 e Casamentos 1, estes dois últimos apenas têm termo de encerramento. Todas as suas folhas foram numeradas e rubricadas e foram visados pelos respectivos visitantes ou Arciprestes<sup>9</sup>, exceptuando o Misto 1 que apenas tem a numeração das folhas.

Poderemos dizer que a qualidade dos registos é boa, existe continuidade das séries, não encontramos lacunas, nem hiatos, apesar de verificarmos a existência de sub-registo de menores de sete anos até à segunda década do século XVIII.

Como se depreende, os registos paroquiais da Meadela apresentam-se de boa qualidade, com um estado de conservação entre o razoável e o bom, permitindo-nos o estudo da evolução demográfica da população da paróquia da Meadela, mas também dando-nos

---

<sup>9</sup> Até 1838 a paróquia é visitada pelos visitantes, a partir daí os livros passam a ser levados pelo pároco ao Arcipreste para que este os examine e faça as recomendações necessárias. O administrador do concelho passa a fiscalizar os livros paroquiais. Em 1839, para a paróquia da Meadela passa a exercer essa função o Administrador Santos.

contributos para o estudo da sociedade, economia, cultura e mentalidade.

### 1.1.2 As Visitações

A “visita” eclesiástica era uma inspecção feita por delegados do prelado, chamados visitadores, com o objectivo de fiscalizar não só os livros paroquiais, mas também está presente no controlo da moralidade da comunidade, controlo da vida religiosa, exame e fiscalização do estado da igreja, capelas, paramentos. Nos livros paroquiais a fiscalização recai sobre a conservação, asseio dos livros, rigor e precisão dos registos feitos pelos redactores paroquiais, orientando ou penalizando os párocos. As visitas são um factor de controlo da qualidade dos registos paroquiais e do rigor dos seus redactores. Permitem identificar os erros cometidos pelos párocos nos registos efectuados, dar novas indicações, reprimendas e sanções.

Verificámos que nas visitas efectuadas na paróquia da Meadela, na maior parte das vezes os visitadores apenas colocam o seu visto, data da visita e a sua assinatura, resultado talvez do grande número de visitas de que foi alvo, e do rigor e precisão dos párocos. Existem no entanto, as chamadas de atenção para o desrespeito pelas normas constitucionais, recomendações das alterações nos formulários, advertências... . As recomendações, que não foram logo cumpridas, deram origem a reprimendas e até a sanções. A acção dos visitadores permitem o aperfeiçoamento dos registos, tornando-se estes mais completos, resultante da insistente introdução de novos formulários e de um maior rigor nos assentos. A análise que apresentaremos permite-nos ter uma visão da qualidade e rigor dos registos paroquiais da Meadela.

As "visitas" efectuadas pelos delegados episcopais têm o seu início na Meadela em 3 de Junho de 1624 e intensificam-se a partir de 1630.

Assim, em 1624 o visitador Mello no registo de baptismo indica ao abade Fernão Peixoto para que “declare a era em todos os assentos<sup>10</sup>”. Mais indica, em 3 de Junho de 1624, no registo de casamentos, o visitador recomenda que “não use de algarismo,

---

<sup>10</sup> Misto 1, fl. 37 v.º.

declare que tinha dados os banhos e sendo algum de outra freguesia diga que houve certidão de seu parocho<sup>11</sup>”. Ainda na mesma data, mas nos assentos de óbitos, recomenda-se ao abade que “declare quando o defunto fes testamento quem he testamenteiro, as missas e officios que deixou; quem he cumpridor, e se recebeo todos os Sacramentos E quando não a causa que ouve E onde esta enterrado, e não use de algarismo no que tudo satisfaça sob pena de mil res<sup>12</sup>”.

A partir daqui os párocos dão cumprimento às novas fórmulas dos assentos como o demonstra o assento de óbito que se lhe seguiu:

“Aos vinte dias do mes de outubro de mil seiscentos E vinte E coatro faleção Frco gls franco com todos os sacramentos, fes testamto, sua molher testamenteira, está enterrado no adro, deixou hu off<sup>o</sup> E desaseis missas em todos os tres estados. Peixoto<sup>13</sup>”.

Em 27 de Julho de 1628, o visitador Melo recomenda que “o Cura porá quando foré os recebidos da frg<sup>a</sup> que o são e se de fora també o dirá<sup>14</sup>”. Esta recomendação vem demonstrar a importância dada à certidão passada pelo pároco, quer seja da paróquia ou de outra, verificando-se assim da inexistência de algum impedimento.

Novo alerta do visitador surge em 1634 indicando ao pároco o dever de registar nos assentos de casamentos os pais dos noivos e, no caso de um deles ser de outra freguesia, verificar se não havia impedimentos, dando-se os banhos. Sendo parentes seria necessário pedir dispensa, indicando o grau de parentesco. Esta recomendação vem dar um precioso contributo para a análise demográfica que estamos a realizar, surgindo registos mais completos como este que apresentamos:

---

<sup>11</sup> Misto 1, fl. 33 v.º.

<sup>12</sup> Misto 1, fl. 101.

<sup>13</sup> Misto 1, fl. 101.

<sup>14</sup> Misto 1, fl. 36.

“aos quinze dias de Julho de mil sei sentos trinta e sinco recebi nesta igreja juxta forma Sacri. Conc. Trid. A d<sup>os</sup> pis f<sup>o</sup> de a<sup>o</sup> pis e de sua mulher maria pis com Isabel frs f<sup>a</sup> de p<sup>o</sup> Enes E de ana frs Erão parentes no terceiro E coarto grao Em que despensou sua santidade e sendo per t<sup>as</sup> a<sup>o</sup> gls africano, E toda a frg<sup>a</sup>.

Paulo Lopes<sup>15</sup>,”

No mesmo ano, adverte o visitador Leitão o pároco para que nos assentos de óbitos “Declarasse nos termos se falleceo o defunto com Sacramentos, ou sem elles, E porque razão, E não se use de breves ou algarismo. Meadela 28 de fevr<sup>o</sup> de 634. Leitão<sup>16</sup>”. Verificámos que já anteriormente o abade Peixoto referia se tinha dado os sacramentos, mas às vezes esquecia-se de o dizer.

A preocupação com os formulários vai continuar em 1694, em que na visita desse ano, indica-se que se declare o dia em que nasceu a criança conforme o ritual romano. Esta chamada de atenção deve-se talvez a esquecimentos do pároco, pois já a partir de 1654 se registava a data de nascimento no início do assento, para além da data do sacramento. Apesar das Constituições do Arcebispado de Braga de 1639<sup>17</sup>, ordenadas por D. Sebastião de Matos e Noronha, determinarem no formulário a necessidade de referir no início do registo de baptismo a data do nascimento da criança, para além da data do sacramento<sup>18</sup>. Esta determinação só a partir de 1654 passa a ser cumprida na paróquia da Meadela. A que se deve esta situação? Será que os párocos desconheciam as determinações das Constituições? Sabemos que apenas em Janeiro de 1697 foram impressas essas Constituições, o que terá dificultado o acesso dos curas às mesmas, para além de certas dificuldades na direcção da diocese. Verificámos que no período entre 1634 e 1694, apesar da paróquia ser visitada pelos visitantes com regularidade, estes

---

<sup>15</sup> Misto 1, fl. 30.

<sup>16</sup> Misto 1, fl. 114 v.<sup>o</sup>.

<sup>17</sup> *Constituições Sinodales do Arcebispado de Braga*, impresas na oficina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1697.

<sup>18</sup> *Constituições...*, *ob. cit.*, p.23.

limitaram-se a apor o seu visto, não referindo nada acerca dos formulários, fruto possivelmente do período conturbado vivido pela diocese.

Em 1717, nos registos de nascimentos pede-se ao pároco para mandar “asinar o Padrinho ou duas test<sup>a</sup>s, e Para asinar as mesmas test<sup>a</sup>s nos assentos dos casados, como manda a Constituição. Viana 25 de Outubro de 1717. Felgueira<sup>19</sup>”. Pede-se assim que assinem as testemunhas<sup>20</sup> que assistem aos casamentos e também aos baptismos, para além do Padrinho<sup>21</sup>.

Nova preocupação com os formulários na visita de 1747 em que se manda que o pároco declare o nome dos avós paternos e maternos no caso dos nascimentos<sup>22</sup> e, nos registos de casamentos que se declare o nome dos pais dos contraentes e também dos avós paternos e maternos<sup>23</sup>.

Esta última medida veio a revelar-se de enorme importância no trabalho de reconstituição de famílias, na medida em que de imediato o investigador tem acesso a mais uma geração.

O visitador Teixeira, em 1789, adverte o abade José Manuel de Sousa para “não escrever nenhuma cousa por breve, ou algarismo neste livro nos assentos, que adiante formar<sup>24</sup>”, isto quer para os registos de baptismo como de casamentos, surgindo nestes últimos, pela primeira vez, uma punição pecuniária: ”... observando a consti. E pelos que achei a fl. 45, e v.º o condeno na pena de 600 reis<sup>25</sup>”.

O uso de abreviaturas continua a ser utilizado, embora com menor frequência, levando o visitador em 1791 a recomendar novamente ao abade que não o faça, advertindo-o ainda para fazer assinar os padrinhos nos assentos que faltam<sup>26</sup>. Os padrinhos começam novamente a assinar os assentos.

---

<sup>19</sup> Misto 1, fl. 40.

<sup>20</sup> A Constituição VIII determina que para os registos de casamentos deverão ser nomeadas três testemunhas.

<sup>21</sup> Durante o século XVII mantinha-se ainda o hábito de designar os padrinhos por compadres, que ainda subsiste nos nossos dias.

<sup>22</sup> Nascimento 1, fl. 253.

<sup>23</sup> Misto 3, fl. 124.

<sup>24</sup> Nascimento 1, fl. 195 v.º.

<sup>25</sup> Casamento 2, fl. 46 v.º.

<sup>26</sup> Nascimento 1, fl. 201.



A partir desta última data, os visitantes não deixaram mais nenhuma recomendação, nem advertência, apesar de visitarem com regularidade a paróquia. A partir de 1838 os livros passam a ser levados pelos párocos ao Arcipreste para que este os examine e faça as recomendações necessárias. A fiscalização passa a ser feita pelo administrador do concelho.

De um modo geral verificámos o cumprimento por parte dos párocos, das instruções recebidas dos visitantes. Na maioria das vezes estes, apenas se limitavam a apor o seu "visto" abaixo do último assento que encontravam, a data da visita e a sua assinatura.

Este respeito pelas novas condições e determinações leva-nos a confirmar que os registos estudados neste período eram efectuados com grande rigor, a que não será alheio o número de visitas a que a freguesia estava sujeita (Quadro N.º 2), bem como de uma maior ilustração por parte do clero.

**Quadro n.º 2**  
**Frequência das Visitações**

Décadas	Número de Visitações		
	Nasc.	Cas.	Óbito
1593-1600	0	0	0
1601-1610	0	0	0
1611-1620	0	0	0
1621-1630	1	3	1
1631-1640	0	1	5
1641-1650	0	2	4
1651-1660	4	5	6
1661-1670	8	8	8
1671-1680	10	10	10
1681-1690	9	7	8
1691-1700	10	9	11
1701-1710	7	8	8
1711-1720	7	10	10
1721-1730	5	7	8
1731-1740	9	8	9
1741-1750	6	7	7
1751-1760	6	5	3
1761-1770	5	3	4
1771-1780	3	5	4
1781-1790	2	4	5
1791-1800	3	5	5
1801-1810	2	4	4
1811-1820	3	3	4
1821-1830	2	2	3
1831-1840	0	1	7
1841-1850	1	1	28
Total	103	118	162

### 1.1.3 Os Párocos

Sabemos que a Meadela foi uma abadia da qual resultava o título de abade para o pároco. Sabemos também, que nem sempre era o abade (salvo excepções), que mais trabalhava na sua abadia. Havia de facto outros sacerdotes que o ajudavam e chamados geralmente de curas ou até vigários, conhecidos também por coadjutores ou encomendados.

Assim, pelas investigações efectuadas fomos encontrar em 1592 Pêro Gomes Velho como abade da freguesia e que teve como curas os padres Pedro Soares (até 1592), Pedro Martins ( até 1595 ), Cosme Afonso (até 1597), e António Rodrigues Pitta (até 1606), aparecendo este último a presidir a um casamento ainda em 28 de Maio de 1606. Os Padres Pedro Martins e António Rodrigues Pitta nos registos de casamento não referem os pais dos nubentes, apenas o pai da noiva.

Ao abade Velho, sucede entre 1601 e 1607, o abade Manuel Antunes de Oliveira. Terá sido cura deste abade (que se presume teria residido em Braga), António Rodrigues Pitta, já vindo do tempo do abade Velho.

Ao abade Manuel Antunes viria a suceder entre 1607 e 1620, Bartolomeu Meneses de Andrade, que já em 20 de Junho de 1606 aparece a assinar registos. Com ele dá-se a alteração do formulário dos registos de casamento referindo primeiro as testemunhas e depois os noivos.

Depois de Manuel Antunes viria a ser provido Fernão Peixoto, que surge a registar um baptizado em 13 de Dezembro de 1620. Em 1624, o visitador Melo refere a obrigatoriedade de referir sempre a era em cada registo<sup>27</sup>. Também nesta data é advertido pelo visitador, para não utilizar algarismos e para declarar se deu os banhos, deve também referir se os noivos são de outra freguesia, indicando-a e apresentando certidão do seu pároco<sup>28</sup>. Estas indicações foram cumpridas pelo abade, tendo o visitador Melo em 1628 apenas acrescentando que “o Cura porá na certidão quando forem os recebidos da freguesia que o são e se de fora também o dirá<sup>29</sup>”. No registo de óbitos, a 3 de Junho de 1624, o mesmo visitador adverte o abade para que “declare quando o defunto fes testamento quem he testamenteiro, as missas e officios que deixou; quem he cumpridor, e se recebeu todos os Sacramentos E quando não a causa que ouve E onde esta enterrada, e não use de

---

<sup>27</sup> Misto 1, fl. 37 v.º.

<sup>28</sup> Misto 1, fl. 33 v.º.

<sup>29</sup> Misto 1, fl. 36. Foi actualizada a escrita, tendo sido desdobradas as abreviaturas para facilitar a leitura.

algarismo no que tudo satisfaça sob pena de mil res<sup>30</sup>. Esta advertência foi logo cumprida.

É com Fernão Peixoto, que a partir de 1628, nos registos de baptismos se passa a referir na margem esquerda o nome da criança. Durante o seu abaciado que durou até 1652, foram curas os padres Francisco Mendes (em 1631), Paulo Lopes (em 1632), e Miguel João (em 1650). A partir de 1634, com o padre Paulo Lopes, começa-se a referir os pais dos noivos, indicando se não há impedimento, e os noivos apresentam o pedido de dispensa se forem parentes<sup>31</sup>, em cumprimento do determinado pelo visitador em 29 de Novembro de 1634<sup>32</sup>. No entanto, a partir de 1640, o padre Paulo Lopes deixa de referir os pais dos noivos.

O abade Peixoto, faleceu em 29 de Maio de 1652, com testamento e sacramentos, tendo deixado herdeiro um filho legitimado de nome Fernão Peixoto Viegas. Foi sepultado na Matriz de Viana. O assento de óbito foi assinado pelo cura Miguel João, que ficou como pároco encomendado até à vinda do novo abade.

O novo abade viria a ser André Martins, cujo abaciado terá durado entre 1652-54, sendo desconhecido o motivo de tão curto abaciado. A partir de 1653 passa a ser utilizado nos registos de baptismo o termo “filho legítimo”.

A André Martins sucede entre 1654-76 o abade Pantaleão Vaz Alamão. Com ele, a partir de 1654, passa-se a referir nos assentos de baptismo a data do nascimento para além da do sacramento<sup>33</sup>. Terá deixado o abaciado através de uma resignação ( que muitos consideram oportuna), em favor do seu sobrinho Diogo Vaz Alamão. Pantaleão Alamão faleceu em 18 de Fevereiro de 1693 e foi sepultado na capela-mor da igreja, inaugurando as sepulturas reservadas apenas a esta família e aos abades da Meadela. O assento de óbito foi efectuado por seu sobrinho o abade Diogo.

Diogo Vaz Alamão veio a substituir seu tio Pantaleão a partir de 1676 e até 1699. É neste período que se abandonou a antiga igreja e se erigiu a nova actual (cerca de 1690). Foi cura deste abade a partir

---

<sup>30</sup> Misto 1, fl. 101.

<sup>31</sup> Misto 1, fl. 29 v.º.

<sup>32</sup> Misto 1, fl. 29.

<sup>33</sup> Misto 2, fl. 72 v.º.

de 1679, Domingos Mendes de Campos e que após a morte do abade Diogo em 5 de Novembro de 1699, continuou a paroquiar a freguesia como encomendado até ao provimento efectivo do abade Sarmento em 1700. Em 1676, o abade muda o formulário dos registos de nascimentos, referindo o nascimento no fim do assento. A partir de 1688 chama aos moradores da sua freguesia “meus fregueses”. Na visitação de 29 de Outubro de 1694, pede-se ao reverendo que declare o dia do nascimento como manda o ritual romano<sup>34</sup>.

Depois de Diogo Vaz Alamão é provido António de Morais Sarmento, cujo abaciado perdurou entre 1700-1721. Teve como curas, Domingos Mendes de Campos (até 1711), José Antunes Parente (até 1719) e Manuel Felgas (até 1721). O abade Sarmento viria a falecer em 6 de Março de 1728, com todos os sacramentos e tendo feito testamento. Foi sepultado junto do altar-mor, e o assento de óbito foi feito pelo cura Manuel Felgas que ficou como encomendado alguns meses até provimento de novo abade.

O Dr. João de Barros Lima, foi provido em 3 de Junho de 1721<sup>35</sup> e, terá sido um dos abades mais importantes desta freguesia. Era natural de Viana, filho de Gonçalo de Barros (médico de fama) e, D.<sup>a</sup> Mariana de Lima. Foi nomeado visitador pelo menos em 1724<sup>36</sup>.

Este abade teve como curas António Nunes (em 1721), João Enes (em 1731) e, Ascêncio Lourenço (em 1743). Como coadjutor Martinho Pinto Pais do Rego (em 1765) e também o cura João Manuel de Gavea (1767 a 1770). Este último cura acabou por ser encomendado depois da morte do abade João de Barros. Este abade deixou obra feita, a saber: arrolamento de todos os bens da igreja em 1743, assistiu à sua medição, realizou o Tombo Novo em 1743 contendo todos os bens da sua igreja; acompanhou uma comissão de reconhecimento dos limites da paróquia que não sofreu contestação até ao presente; mandou abrir o caminho da igreja para a residência à sua custa; reparou ou reconstruiu as ermidas (ou capelas) de Santo Amaro e S. Vicente; construiu um edifício de recolha de pobres e viajantes para pernoita gratuita; granjeou aquisições para a igreja; escreveu o “Epílogo dos Usos e Costumes desta Igreja de Santa

---

<sup>34</sup> Misto 2, fl. 158.

<sup>35</sup> Título de colocação do abade Barros; “Arquivo do Alto “, XIV, p. 3.

<sup>36</sup> A.D.B., R.G.. L. 7, fl. 109-ss.

Cristina da Meadela”, constituído por mais de 400 folhas, preservando assim os usos e costumes da sua igreja e paróquia<sup>37</sup>. Enfim, toda uma vasta obra a que a freguesia e a sociedade em geral muito ficam a dever. Salientamos ainda, que os registos efectuados por ele apresentam uma caligrafia bem desenhada e de fácil leitura, revelando o extremo cuidado e perfeição do seu trabalho.

A partir de 1747, e por determinação do visitador, o abade João de Barros, passa a referir o nome dos avós paternos e maternos nos registos de casamento<sup>38</sup>.

Faleceu o Abade João de Barros Lima em 1 de Junho de 1770, na residência paroquial da Meadela, tendo recebido os sacramentos, e foi sepultado no presbitério da capela-mor, da parte do Evangelho. Às exéquias e primeiro ofício assistiram cem padres; ao 2º ofício, correspondente ao mês, mas rezado dias depois do funeral, assistiram trinta e dois; e ao 3º ofício, de aniversário, trinta e oito padres.

A João de Barros sucede entre 1770-82 o abade Manuel Pedrosa da Costa, promovido pelo arcebispo “por concurso sem bulas, por vagar no seu mes de alternativa”<sup>39</sup>.

Foram curas do seu abaciado, o padre Manuel Mendes Leite, desde 1770, e em 1775 o padre Manuel Gomes de Fonseca. Em Maio de 1779 esteve como pároco substituto o padre José Manuel Dias Pinheiro, por ausência do abade. O padre Pinheiro veio também a ser coadjutor do abade Pedrosa e dos abades seguintes.

O abade Pedrosa faleceu em 12 de Agosto de 1782, na residência dos abades da Meadela tendo recebido os sacramentos e feito testamento solene. Foi sepultado na igreja, no túmulo onde o havia sido o seu anterior antecessor. Assina o assento o encomendado cura padre António José da Costa Pedrosa, que supomos ser parente (irmão? Sobrinho?)<sup>40</sup>. Após a morte do Abade Pedrosa substituiu-o o padre António José da Costa, encomendado por quatro meses, até ser nomeado novo abade.

---

<sup>37</sup> FERNANDES, Almeida, *Meadela Histórica*, Editor Paróquia de Santa Cristina da Meadela, Viana do Castelo, 1994, p. 399.

<sup>38</sup> Misto 3, fl. 40.

<sup>39</sup> *Epílogo*, nota lançada depois da morte do Abade João de Barros.

<sup>40</sup> FERNANDES, Almeida, *Meadela Histórica*, Editor Paróquia de Santa Cristina da Meadela, Viana do Castelo, 1994, p.403.

Segue-se a Manuel Pedrosa da Costa, Francisco António Teixeira Vahia de Miranda, tendo sido abade de S. João do Souto, de Dezembro de 1801 a Maio de 1808, ano em que faleceu. Assim se explica a curta permanência na paróquia da Meadela. Também foi seu coadjutor o padre cura José Manuel Dias Pinheiro.

Em 1787 é nomeado para abade da paróquia o padre José Manuel Ferreira Pinto de Sousa, tendo sido este provido por bulas de renúncia<sup>41</sup>, o que mostra ter o abade António Teixeira Vahia deixado a paróquia. Continua no seu abaciado, agora como encomendado o padre José Manuel Dias Pinheiro. É auxiliado também pelos curas João da Costa Carneiro e Domingos Pires da Costa. Em 1799, aparece na Meadela, como substituto do abade, o encomendado padre Francisco Dias Gonçalves, o que denota ausência demorada (mais crível que doença), tendo sido ele a assinar o assento de óbito do abade, ocorrido em Lisboa em 29 de Janeiro de 1806.

O abade José Manuel de Sousa foi advertido pelo visitador em Junho de 1789 para não escrever abreviaturas ou algarismos no livro de registos. Apesar da advertência, o padre continua esporadicamente a usar abreviaturas. Em 1791, é novamente chamado à atenção para não usar abreviaturas e para fazer assinar os padrinhos. Este desleixo será resultado da sua vida turbulenta?

Pela análise realizada por Almeida Fernandes de alguns documentos, este chegou à conclusão que a sua vida foi complicada. É disso prova a existência de um requerimento seu para andar munido de “armas curtas”; também um embargo de capítulos de visita (segundo a opinião do Pe Cunha Viana pode ter sido consequência de qualquer condenação exarada por um visitador da igreja; além disto já vimos que aparece um sacerdote encomendado, enquanto ele se ausentava para Lisboa, a pretexto de “assistir à elite da denúncia da sua igreja<sup>42</sup>”.

A este segue-se-lhe o abade Francisco José Pereira Veloso (último abade do período por nós estudado). Teve um dos mais longos abaciados, que durou de 1806 a 1852. De 1806 a 1808, este padre assinou como encomendado, tendo no entanto sido eleito e colocado como abade desde 1806. Ignora-se o porquê disto. Sabemos que

---

<sup>41</sup> *Epílogo*, nota.

<sup>42</sup> Almeida Fernandes, *Meadela Histórica*, *ob. cit.*, p.409.

nasceu em Santo Emilião, a 15 de Março de 1772, filho de Custódio do Vale e de Francisca Pereira, tendo como nome de baptismo Custódio Joseph, que mudou no crisma para Francisco José<sup>43</sup>. Sobre este abade, sabemos que frequentou Filosofia, Retórica e Teologia em Braga. Foi capelão e mestre de cerimónias do arcebispo D. Frei Caetano Brandão durante seis anos, foi depois provido por concurso na vida paroquial. No seu abaciado esteve sempre em exercício e foi considerada a sua conduta moral, civil e política de boa e excelente. Faleceu com os sacramentos e testamento, em 13 de Outubro de 1852. Assina o assento o encomendado, Pe Joaquim Martins Carneiro<sup>44</sup>.

Numa apreciação global, aparecem em todos os curas ou abades, alguns lapsos de datas e nomes (trocas, omissões, repetições, rasuras...), que são facilmente detectáveis ou pelo investigador ou até pelo redactor que muitas vezes dá pelo engano, faz a observação e rectifica.

**Quadro n.º 3**  
**Párocos da Meadela entre 1593 - 1850**

Data	Abades	Data De Óbito	•Curas * Encomendados
1593	Pêro Gomes Velho		•Pedro Martins •Cosme Afonso • António Rodrigues
1601 a 1607	Manuel Antunes Oliveira		• António Rodrigues Pitta
1607 a 1620	Bartolomeu Meneses Andrade		
1620 a 1652	Fernão Peixoto (com testamento)	29-05-1652	• Francisco Mendes • Paulo Lopes • Miguel João
1652			* Miguel João
1652 a 1654	André Martins		
1654 a 1676	Pantaleão Vaz Alamão	12-02-1693	
1676 a 1699	Diogo Vaz Alamão	05-11-1699	• Domingos Mendes de Campos
1699 a 1700			* Domingos Mendes de Campos

<sup>43</sup> IDEM, *Ibidem*, p.414.

<sup>44</sup> IDEM, *Ibidem*, p.414.



1700 a 1721	António Morais Sarmento (com testamento)	06-03-1721	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Domingos M. Campos</li> <li>• José Antunes Parente</li> <li>•* Manuel Felgas</li> </ul>
03-06-1721	João de Barros Lima	01-06-1770	<ul style="list-style-type: none"> <li>• António Nunes</li> <li>• João Enes</li> <li>• Ascêncio Lourenço</li> <li>• Matias Lopes de Carvalho</li> <li>•.Martinho Pinto Pais do Rego</li> <li>•* João Manuel de Gavea</li> </ul>
1770 a 1782	Manuel Pedrosa da Costa (com testamento)	12-08-1782	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manuel José Mendes Leite</li> <li>• Manuel Gomes de Afonseca</li> <li>• José Manuel D. Pinheiro</li> </ul>
1782 a 1787	Francisco António Teixeira Vahia de Miranda	1808	<ul style="list-style-type: none"> <li>* António José Pedrosa da Costa</li> <li>• José Manuel Dias Pinheiro</li> </ul>
1787 a 1806	José Manuel Ferreira Pinto de Sousa	1806	<ul style="list-style-type: none"> <li>* José Manuel Dias Pinheiro</li> <li>• João da Costa Carneiro</li> <li>• Domingos Pires da Costa</li> <li>*Francisco Dias Goncalves</li> </ul>
1806 a 1852	Francisco José Pereira Veloso (encomendado até 1808) (com testamento)	13-10-1852	<ul style="list-style-type: none"> <li>*Joaquim Martins Carneiro de Carvalho</li> </ul>

Fonte: Registos paroquiais

## 1.2 Livros de Visita e Devassa

Consultámos livros de visitas e devassas, sendo a série constituída por 80 livros em bom estado de conservação, encontrando-se encadernados 25 livros em pergaminho e dois deles em carneiro. Os restantes encontram-se em cadernos soltos, faltando folhas nalguns. Muitos livros de termos são também de devassa. A paróquia da Meadela faz parte do Arciprestado de S.ta Maria da Vinha, encontrando-se nos livros 32 igrejas dos concelhos de Viana do Castelo e Caminha.

Se o estado de conservação dos livros é bom, não podemos dizer o mesmo acerca dos visitantes, tendo muitos deles caligrafia de difícil leitura.

Apesar das dificuldades encontradas Em alguns termos de visita, estas tornaram-se uma fonte importante no cruzamento de informação com os registos paroquiais, permitindo-nos acompanhar mais de perto as intrigas, A moralidade ou imoralidade de alguns costumes praticados pelos Habitantes da Meadela, contribuindo assim para o estudo da mentalidade e da sociedade.

### **1.3 Livros de Décima**

À medida que a investigação avançava sentimos necessidade de procurar outras fontes. Neste sentido, procurámos fontes de caractereconómico que foram cruzadas com os registos paroquiais e que permitiram enriquecer este trabalho. Os livros de décima encontram-se no Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Os primeiros livros de décima datam de 1643 a 1774, mas indicando Apenas o total da décima paga pelas diferentes freguesias do concelho de Viana. Através destes valores pudemos chegar a conclusões relativamente à riqueza desta paróquia face a outras do concelho. Surge um hiato, em termos de livros para os anos seguintes, surgindo apenas em 1706 novamente o registo deste imposto em livros específicos. Este segundo período vai de 1706 a 1715, não havendo referências ao ano de 1714. Nestes livros são indicados com pormenor os contribuintes da décima, e em especial nos anos de 1713 e 1715 faz-se mesmo alusão ao tipo de propriedade, ao granjeio e maneio e ao valor sobre o qual recai o pagamento da décima<sup>45</sup>.

Todos os livros se encontram em bom estado, uns com capa em pergaminho com desenhos geométricos ou pautas de música, outros com capa em estopa, rubricados e paginados.

---

<sup>45</sup> Veja-se no capítulo II – Indicadores de estratificação e anexos do capítulo II.

## 1.4 Livros de Testamentos

Uma das fontes privilegiadas para o estudo da morte são os testamentos<sup>46</sup>. O testamento conseguiu de alguns anos para cá um lugar invejável<sup>47</sup> e hoje já ninguém contesta o seu valor e a sua importância para a história das mentalidades e para a história social.

Desejando conhecer mais um pouco da comunidade que estudávamos e perceber a atitude e comportamentos desta perante a morte decidimos consultar os testamentos. Assim a primeira questão que se nos pôs foi saber que tipo de testamentos possuíamos e onde encontrá-los.

Segundo os *Apontamentos de Teologia Sacramental*<sup>48</sup> do século XVIII há dois modos de fazer testamento: o fechado ou cerrado e o aberto ou nuncupativo.

O testamento fechado é escrito pelo testador ou por uma pessoa a seu rogo e entregue em envelope fechado normalmente lacrado e/ou cozido, diante de cinco testemunhas e depois entregue ao tabelião que o aprovará. O conteúdo era mantido em segredo até à hora do falecimento do testador, sendo este geralmente aberto pelo pároco.

O testamento aberto ou nuncupativo era normalmente lavrado pelo tabelião, podendo ser feito também pelo próprio testador ou outra pessoa qualquer. No caso de estar para morrer e não haja tempo para o escrever, realizava-se o testamento vocal ou oral. Em qualquer um dos casos tem de ter a assinatura de várias testemunhas. O testamento vocal só tinha validade se o testador conservasse todas as suas capacidades, se as testemunhas assinassem ou caso isto não acontecesse era necessário que todas as testemunhas fossem unânimes nos seus depoimentos.

---

<sup>46</sup> Sobre o tema consulte-se os estudos realizados por Margarida Durães, “Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população” in FEIJÓ, Rui G. et al. (coords.) *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Quercus, 1985, pp. 163-174.

<sup>47</sup> Ver VOVELLE, Michel, “Un Préalable à Toute Histoire Sérielle: la Représentativité Sociale du Testament (XIVe- XIXe)”, in *Les Actes Notariés*, Strasbourg: Istra, 1979.

<sup>48</sup> *Apontamentos de Teologia Sacramental* (século XVIII), Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.) MS. 613.

Resolvemos procurar no Arquivo Distrital de Viana do Castelo livros de testamentos. Encontrámos os testamentos realizados pela Administração do Concelho. Começámos o nosso estudo em 1835 (data do início da sua existência) a 1850 (fim do nosso estudo). Ao todo totalizam 38 testamentos, escritos desde 1821. Procurámos também nos livros de notas dos tabeliães. Depois de várias tentativas verificámos que para o século XVIII e XIX os testamentos registados nesta fonte são praticamente inexistentes. A sua quantidade em relação à prática notarial é demasiado insignificante, que acabou por nos desencorajar, pois seria um trabalho árduo e demorado. Procurámos na paróquia da Meadela livros paroquiais de testamentos, mas estes já não existiam<sup>49</sup>. No meio de um amontoado de papéis e livros bastante deteriorados encontramos seis testamentos originais abertos, mas ainda com o lacre, que provavelmente teriam permanecido em poder do pároco da paróquia após os ter transcrito para o livro de testamentos. Estes permitiram-nos uma análise qualitativa, pois apresentam um manancial de informação sobre a mentalidade e o comportamento social e religioso destes testadores do século XVIII.

Era através do testamento que os indivíduos exprimiam muitas vezes de maneira pessoal, os seus pensamentos profundos, a sua fé religiosa, o seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, as disposições que teriam de tomar para assegurar a salvação da sua alma, vinculando familiares, clérigos e outros à obrigação de as respeitarem. Nele se registavam as últimas vontades, tanto no nível pio como no material. As clausulas piedosas incluíam a celebração de missas, doações, esmolas. Para além destas disposições era usual o testador incluir o próprio ritual funerário, o local e nalguns casos o tipo de sepultura. Quanto aos bens materiais, o testador indicava os

---

<sup>49</sup> Encontrámos referência num artigo intitulado “Costumes rurais do século XVIII”, de José Rosa Araújo, publicado no *Arquivo do Alto Minho*, vol. III, Fasc. III, pp. 167, à existência do primeiro livro de testamentos da paróquia da Meadela, afirmando o autor: “Este livro, bem como outros papéis foram, por mim, salvos de irem parar ao ferro velho, e por mero acaso”. Supomos que actualmente este livro se encontra na família do referido autor. Tentámos entrar em contacto com a família, mas sem resultados positivos, pois estes já não se encontram em Viana do Castelo.

seus herdeiros, o beneficiário do terço, e por vezes discriminavam a relação de bens. Neste sentido Philippe Ariès diz-nos :

“O testamento era então um meio de cada homem afirmar os seus pensamentos profundos e convicções mais do que simplesmente um acto de direito privado para a transmissão duma herança<sup>50</sup>”.

E acrescenta:

“é um contrato de seguro feito entre, o testador e a Igreja vigária de Deus. Um contrato com duas finalidades: a primeira, «passaporte para o céu» no dizer de J. Le Goff<sup>51</sup>, garantia os laços de eternidade e os prémios eram pagos em moeda temporal: os legados piedosos; mas também era uma licença de livre trânsito sobre a terra, para a fruição, assim legitimada, dos bens adquiridos durante a vida, e os prémios desta garantia eram, por sua vez, pagos em moeda espiritual, em missas, em orações, em actos de caridade<sup>52</sup>”.

## 1.5 Outras fontes

No Arquivo Municipal de Viana do Castelo, consultámos os livros de expostos e de amas de 1706 a 1850, que nos permitiram recolher informações sobre amas da Meadela que recebiam expostos para criar. Para além da indicação do estado civil das amas, esta fonte indica-nos o local onde foi exposta a criança, a data da exposição, a data da entrega à ama, e caso a criança faleça, a de óbito. Só esporadicamente é indicado o salário auferido pela ama, assim como a data do fim da criação. Mais do que um estudo quantitativo, esta fonte cruzada com a nossa base de dados, permitiu-nos perceber o contexto familiar onde esta prática de recolher e criar crianças se processava nesta freguesia.

---

<sup>50</sup> ARIÈS, Philippe, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>51</sup> GOFF, J.Le., *La Civilisation de L'Occident Médiéval*, Paris, Arthaud, Col. «Les grandes civilisation», 1964, p. 240.

<sup>52</sup> ARIÈS, Philippe, *ob.cit.*, pp. 73-74.

No arquivo paroquial da Meadela realizámos algumas pesquisas e encontrámos dois livros em bom estado: o *Epílogo dos Usos e Costumes da Meadela* de 1728 (com mais de 400 folhas) e o *Livro do Tombo* de 1743, ambos realizados pelo abade João de Barros. Fontes imprescindíveis para o estudo dos usos e costumes da paróquia, limites e propriedades da paróquia.

Amontoados num armário passámos “a pente fino” todos os documentos existentes desde correspondências entre os párocos e a Mitra de Braga, livros de contas das confrarias, documentos diversos. Estes encontravam-se num estado deplorável, corroídos pela humidade e pelos bichos do papel, necessitando urgentemente de ser devidamente recuperados, caso isto não aconteça, será uma perda irrecuperável. Ainda fizemos alguns serviços de limpeza e de acondicionamento em caixotes de papelão para evitar o aumento da degradação. Sensibilizámos o pároco para a necessidade de preservação destas fontes de grande valor histórico e insubstituível.

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, consultámos no *Dicionário Geográfico*, a Memória Paroquial realizada em 1758 pelo Abade João de Barros.

No Arquivo Distrital de Braga consultámos ainda as Inquirições de Genere, com o objectivo de confrontar os dados referentes sobre os párocos e abades da freguesia, com os dados referenciados por Almeida Fernandes.

## **2. Metodologia**

Baseamo-nos para a nossa investigação no método de Norberta Amorim de reconstituição de paróquias<sup>53</sup>. O seu método apresenta vantagens em relação ao método Fleury-Henry<sup>54</sup>, favorece os

---

<sup>53</sup> Para uma melhor compreensão e análise deste método recomendámos a consulta de AMORIM, M. Norberta, *Uma metodologia de Reconstituição de paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991.

<sup>54</sup> A metodologia de reconstituição de famílias, nasceu a partir da obra de Michel Fleury e Louis Henry, publicada em 1956. Tinha sido descoberto um método eficaz de organização dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, para reconstituição de famílias e conseqüente estudo da Fecundidade. Menos conseqüente em termos da análise de fenómenos como a Nupcialidade, Mortalidade e, muito menos da Mobilidade. Nascia assim uma nova disciplina

cruzamentos com outras variáveis e permite um encadeamento geneológico, acompanhando o percurso de cada indivíduo residente na área em estudo. Reconstituir paróquias significa formar uma “base de dados”, contendo os registos vitais organizados em função das famílias e depois dos indivíduos, o que permite o estudo analítico dos comportamentos demográficos. Essas “bases de dados” são mantidas *abertas* ao enriquecimento da informação demográfica para o caso dos migrantes e ao cruzamento com outras fontes numa perspectiva de História Social. Reconhecemos a potencialidade da Metodologia de Reconstituição de Paróquias, que tem contribuído para o progresso da disciplina de Demografia Histórica<sup>55</sup>.

No início da nossa investigação fizemos o levantamento dos nascimentos, para isso utilizamos fichas simples. A partir da ficha de baptizado, elaborámos a ficha de família. Nesta ficha colocámos na parte superior esquerda o nome do pai, residência, naturalidade e

científica – a Demografia Histórica. FLEURY, M. e HENRY, L. *Des registres paroissiaux à l'histoire de la population. Manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil, ancien*, Paris, Ed. L'Institut N. d'études démographiques, 1956.

GAUTIER, E. e HENRY, L., *La population de Crulai, paroisse normande*. Études historiques. Paris, P.U.F., 1958.

<sup>55</sup> A Demografia Histórica é uma ciência que surgiu e se desenvolveu aceleradamente a partir de meados do nosso século. Destacámos o contributo dos investigadores: Michel Fleury e Louis Henry elaboraram o método de reconstituição de família, certidão de nascimento da Demografia Histórica; Étienne Gautier, ambos em França. Novos progressos se dão com os trabalhos de J. L. Bardet e de A. Perranoud, que contribuíram para o desenvolvimento da demografia urbana. O diálogo entre a demografia e outras disciplinas surgem com os trabalhos de J. L. Flandrin sobre a sexualidade, e os de M. Vollele ou P. Ariès sobre a morte. A Demografia Histórica desenvolve-se noutros países: na Inglaterra, com o Grupo de Cambridge, fundado por Peter Laslett e E. A. Wrigley, usando técnicas de análise agregativa. Em Espanha foi criada a “Asociación de Demografía Histórica”. Em Portugal, Virgínia Rau tinha trazido de França para o Centro de Estudos Históricos, anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um “plano de investigação demográfica”, apoiado na metodologia Fleury-Henry. Maria de Lourdes Akola Neto sentiu as dificuldades na aplicação do método de Fleury-Henry nos registos paroquiais portugueses. Norberta Amorim, cria um novo método designado de reconstituição de paróquias, fundando na Universidade do Minho o N.E..P.S. (Núcleo de Estudos de População e Sociedade).

profissão. Na parte inferior esquerda registámos o da mãe com os mesmos dados. Encontrámos certas limitações nos nossos registos, omitindo muitas vezes a residência e a naturalidade, e não fazendo referências a profissões (exceptuando raríssimos casos). A parte direita fica reservada aos filhos. Sentimos algumas dificuldades, principalmente provocados por lacunas, nomes homólogos, alteração do nome da mãe, que por vezes dificultavam a identificação. Construámos assim um ficheiro alfabetizado com as fichas de famílias, com base nos filhos legítimos. Para os filhos ilegítimos elaborámos outro ficheiro à parte, considerando aí no canto superior esquerdo o nome da mãe, e no inferior esquerdo o do pai se este fosse conhecido. Neste mesmo ficheiro colocámos também os expostos.

Quando nos surge o mesmo chefe de família, mas com outra esposa, na mesma ficha de família colocámos este segundo casamento, por baixo da primeira mulher, registando no lado direito os respectivos filhos. Quando é a mulher a contrair novas núpcias o novo marido é colocado por baixo desta, registando-se ao lado os filhos deste novo casal.

Seguidamente levantámos os casamentos. Nos registos de casamento figuram, as respectivas filiações e o estado dos nubentes, se são solteiros ou viúvos. No entanto, surgem muitas vezes lacunas, surgindo só em meados do século XVII o nome dos pais dos nubentes. A partir destes era possível encontrar estes nubentes, caso fossem da paróquia e registar nas fichas de família a data do casamento e o nome do respectivo cônjuge. Retirámos a data de nascimento colocando esta na nova ficha de família. Encontrámos muitos casos em que ambos os cônjuges morreram sem descendência e outros que organizaram a sua vida noutras terras.

Finalmente fizemos o levantamento dos óbitos. Através dos registos de óbito tivemos conhecimento de outros dados para além da identificação do defunto e data ao óbito, como o facto de elaborarem ou não testamento, de levarem ou não sacramentos, o local em que foram enterrados. Também aqui encontrámos limitações das próprias fontes, onde inicialmente os párcos não referiam qualquer tipo de identificação sobre o defunto, isto principalmente se fosse solteiro. No entanto, este período com lacunas é reduzido, surgindo geralmente o nome dos pais se o defunto fosse solteiro, ou caso fosse casado o nome do cônjuge. O maior problema com que nos deparámos surgiu



quando o padre não dá qualquer informação complementar sobre as mulheres. Isto provocou dificuldades em conseguir identificar estes casos. Todos os casos não identificados foram colocados num livrinho à parte. As mulheres casadas foram exaustivamente procuradas através de várias passagens e revisões, atingindo-se resultados bastante positivos. A situação dos solteiros apresentou-se-nos mais difícil, não conseguindo muitas vezes a sua identificação quando não havia qualquer tipo de informação que os pudesse identificar.

Após o levantamento dos dados e dos cruzamentos realizados, passámos à segunda fase, que consistiu na informatização do ficheiro manual. Como base de dados, utilizámos a dBase III-Plus, onde organizámos um ficheiro de famílias. Este é posteriormente convertido num ficheiro de indivíduos, não constando no entanto os não naturais desta paróquia, embora façam parte das famílias da paróquia. Estes são posteriormente acrescentados neste último, assim como os enjeitados ou expostos. Também neste ficheiro, mas numa secção própria, são registados os indivíduos dos quais só se verificou o óbito.

Numa terceira fase, procedemos ao enriquecimento de ficheiro informático. No ficheiro de indivíduos acrescentámos, em campos próprios, informações complementares, que não foram automaticamente trasladados do ficheiro de famílias, acrescentando-se informações colhidas de outras fontes consultadas.

Por último, a quarta fase corresponde à obtenção dos resultados, que em pouco tempo, comparado com o tempo despendido para a *fichagem* manual dos actos, o computador fornece-nos as conclusões pretendidas. Apesar das vantagens e rapidez proporcionadas pelo computador, tivemos que realizar várias correcções de erros detectados, revisões e apuramento da informação, que se arrastaram por um período superior ao esperado. Ultrapassada esta etapa de correcção, os resultados foram obtidos rapidamente. O que nos permitiu desenvolver, em seguida, uma análise rigorosa dos dados.

## PARTE II – POPULAÇÃO E SOCIEDADE

### CAPÍTULO II

#### ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO, ECONÓMICO E SÓCIO-CULTURAL

*A História é a memória do género humano, o que lhe dá consciência de si mesmo, isto é da sua identidade no tempo, desde a sua origem, é por consequência o relato do que, no passado, deixou marca na recordação dos homens.*

Marc Bloch, *Introdução à História*.

#### 1. Origem do nome

Como todos os topónimos, o da Meadela não surgiu de forma arbitrária ou fantasiosa, mas sim da sua aplicabilidade em termos humanos e geográficos, cujas raízes são muito remotas.

O topónimo mais importante numa freguesia é o seu nome. Talvez, porque normalmente deu lugar a um local naturalmente pequeno ou de reduzida área, local esse onde mais tarde se veio a edificar um templo designado geralmente pelo seu titular e pelo local onde fora fundado ou ele existia<sup>56</sup>.

Assim, primitivamente o nome de Meadela, terá sido local ou sítio onde a Igreja havia sido fundada ou existia. Seria pois um topónimo como qualquer dos outros, mas que adquiriu entre eles lugar de relevo em razão do facto religioso atrás indicado. Posteriormente passou-se a chamar Meadela ao total da paróquia ou freguesia.

---

<sup>56</sup> FERNANDES, A. de Almeida, *ob. cit.*, 1994, p.14.

Para saber a estrutura de um topónimo deve-se procurar a forma mais antiga possível. Na sua forma mais antiga, o topónimo de Meadela aparece em meados do século XIII como Amedella<sup>57</sup> ( nas inquirições de D. Afonso III - 1250, lê-se em título : « in parrochia Sancte Cristine de Amedella » )<sup>58</sup>. Pouco difere da actual e a sua origem estará ligada à designação de um local em que existia uma "ameadella", de pequena extensão e onde abundava a planta que se julga ser o amieiro, até pela localização geográfica perto do rio<sup>59</sup>.

Meadela, terá na origem designado então, um pequeno amieiral, mas suficientemente extenso ao ponto de impressionar os habitantes antigos, levando-os a aplicar ao local esse nome.

Deduzimos daqui, que num sítio chamado Meadela, edificou-se uma Igreja (comprovado por achados arqueológicos ), dedicada à mártir oriental Santa Cristina, que lhe veio a dar o nome. Depois de estabelecida a paróquia ficou-lhe todo o nome ainda hoje usado em termos religiosos " Paróquia de Santa Cristina de Meadela ". Daqui se terá passado a chamar Meadela ao total da paróquia ou freguesia.

---

<sup>57</sup> Da palavra "ameeda", do latim *amoeneta*, à qual se aplicou o sufixo -ella, dando origem à palavra *Amedella*, local onde havia uma "a meedella", onde abundava uma planta, o *amoena* (latim), que significa amieiro.

<sup>58</sup> P.M.H.- *Inquisitiones*, p.330.

<sup>59</sup> Ainda hoje o povo diz "a Meadela", e muitas vezes, "a Meiadela", que se aproxima à pronúncia do antigo, "Amedela". As pessoas que escreviam começaram a separar a vogal inicial e a transformá-la em artigo, isto é, a mudar "Amedella" em "a Meedela", ou eliminando o artigo, ficando apenas "Meadela".

## 2. Delimitação e lugares da freguesia

Mapa nº 1  
Freguesias do Concelho de Viana do Castelo



A limitação da freguesia é reconhecida em 1743, através da tombação procedente de iniciativa eclesiástica mas, autorizada e ordenada pelo governo de D. João V.

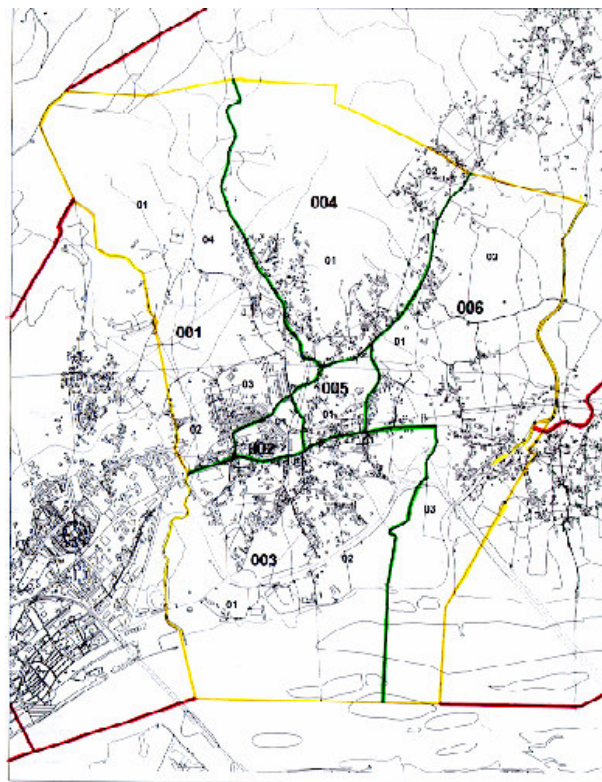
Contudo, esta limitação vem de tempos imemoriais, pois que a paróquia é tida como anterior ao século XII e possuía, como é evidente, limites próprios.

Está situada em terreno muito fértil, na estrada de Viana do Castelo - Ponte de Lima, na margem direita do rio Lima.

Faz fronteira a Sudoeste com Viana do Castelo; a Noroeste com a freguesia de Areosa; a Sul com a freguesia de Darque; a Este com a de Portuzelo (Santa Marta); e a Nordeste com a freguesia de Perre.

Encontra-se hoje composta pelos lugares de Ameal, Argaçosa, Bessa, Cálvário, Caramona, Costa, Cova, Fornelos, Graveta, Matinho, Matos, Moinho de Vento, Montinho, Portela, Portuzelo, S. Vicente e Senhora d' Ajuda.

**Mapa nº 2**  
**Limites actuais da freguesia de Meadela**



**Distrito: Viana do Castelo**  
**Concelho: Viana do Castelo**  
**Freguesia: Meadela**

**Escala: 1/33000**

No século XIII a paróquia era constituída por três núcleos ou “villas”: *Meiálbi*, no extremo ocidental, *Ameadella* (ou *Meiadella*), ao centro, e Paredes, no extremo oriental. *Meiálbi* que parece ter sido couto de S. Salvador da Torre. Corresponde em núcleo à zona da Quinta do Ameal, nome que resulta da etimologia popular de *Meiálbi* do século XIII, a *villa Mediálbi* do século IX ao XI. Esta “villa” tendo a de Figueiredo (Viana) de um lado e a de Meadela do outro abrangia

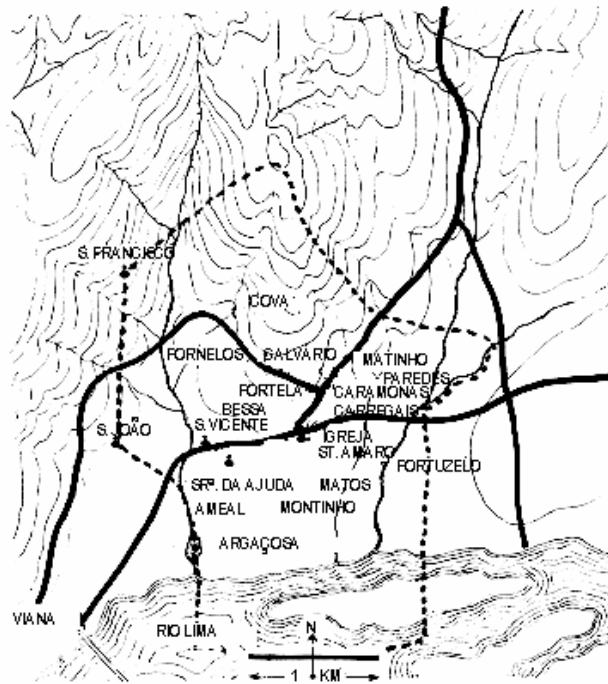
a zona actual de S. Vicente-Argaosa *Ameadella*, a única onde havia a matéria da concessão<sup>60</sup>, corresponde à zona de Ajuda, Igreja, Matos, Montinho, Calvário e Cova, na actual Meadela. Paredes era couto de S. Justo de Tojos Ocos (Galiza) e corresponde à Zona de Portuzelo, Caramona, Portela e Matinho<sup>61</sup>. No século XVIII continuava a ser constituída por três núcleos principais, a saber: Meadela, Costa e Portuzelo. São estes três lugares que surgem constantemente referenciados, na nossa pesquisa dos registos paroquiais. O lugar da Meadela corresponde à zona de Fornelos, Calvário, Matos, Argaosa, São Vicente, Sra. da Ajuda, Montinho e recentemente a Bessa. O lugar de Portuzelo integra a Ventela e Carregais. E no lugar da Costa temos a Portela, Matinha e a Cova. Fizemos um apanhado dos lugares e sítios referenciados nos registos paroquiais: Cachadinha, Portuzelo, Cistelo, Paredes, Santo Amaro, Fornelos, S. Vicente, Costa, Portela, Matos, Caramona, Sra. da Ajuda, Calvário, Pioca, Ameal, Monte, Balinha, Souto, Fonte Quente, Bergas, Carregais. Surgem também indicadas algumas quintas: Quinta do Ameal, Quinta das Bergas, Quinta dos Rubins, Quinta de Paredes e Quinta da Argaosa.

---

<sup>60</sup> Não é uma concessão agrária aos “pobreadores”, como indivíduos tornados proprietários, mas uma concessão de termo ao grémio, transferindo a coroa a este os seus direitos e propriedades nele (exceptuadas as propriedades reguengas de Meadela e Adro, pois se deram aos “pobreadores” individualmente e para posse hereditária, como logradouro agrícola).

<sup>61</sup> *Arquivo do Alto Minho*, vol. VIII, Tomo I, p.168.

**Mapa n.º 3**  
**Lugares da freguesia da Meadela**



### **3. Integração em Viana**

Em 1258, D. Afonso III resolveu fundar e acastelar na foz do Lima uma nova vila a que hoje se dá o nome de cidade de Viana do Castelo.

O seu território, compreendia desde Lanheses ao Oceano e do rio Lima ao rio Âncora e às terras da Montaria. Isto quer dizer, que incluía nele toda a Meadela.

Terão passado assim, para a autoridade municipal de Viana todas as obrigações que a Meadela até então tivera directamente com o Estado.

Na sua história, conta com a particularidade de no ano de 1308 a sua Igreja ter sido alvo de troca entre D. Dinis<sup>62</sup> e o Bispo de Tui, D. João Fernandes de Sotto Mayor, tendo desde então sido "apresentada" por este, isto é, o pároco passava a ser da nomeação do próprio bispo. Esta passagem terá perdurado até à transição do século XIV para o XV, altura em que a diocese de Tui veio a perder o território a sul do Minho. Em 1444, D. João I conseguiu do papa que este território fosse desmembrado do bispado de Tui, passando a pertencer ao de Ceuta, onde se manteve até 1512. Neste ano, o arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, deu a D. Henrique, bispo de Ceuta, a comarca eclesiástica de Olivença, recebendo em troca a de Valença do Minho. Em 1513, o papa Leão X aprovou a permuta.

Quando, entre 1514 e 1532, o arcebispo D. Diogo de Sousa mandou proceder à avaliação dos benefícios eclesiásticos incorporados na diocese de Braga, a igreja da Meadela, denominada então "Ameadella", rendia 714 réis e 7 pretos. Em 1546, no registo da avaliação, a que se procedeu no tempo de D. Manuel de Sousa, dos benefícios da comarca de Valença, Santa Cristina da Meadela tinha de rendimento 30 mil réis.

Em termos administrativos pertenceu à comarca de Valença até 1838, em 1839 passou para a comarca de Ponte de Lima e, em 1852, à de Viana do Castelo<sup>63</sup>.

#### **4. Meadela antiga**

Existem vestígios de ocupação territorial nesta freguesia, desde o Paleolítico. Estes vestígios podem encontrar-se numa estação paleolítica num terreno comum à Abelheira e à Meadela. Os limites da Meadela passam rentes ao lugar onde ainda hoje se encontram os restos da igreja e mosteiro de S. Francisco, o que torna esta freguesia limítrofe da «villa» de Crasto (uma das três « villas » que ocupavam a

---

<sup>62</sup> Em 1320, no catálogo da igrejas situadas no território de Entre Lima e Minho, mandado elaborar pelo rei D. Dinis, para pagamento da taxa, a Meadela (Ameidella), rendia 160 libras. In *Inventário colectivo dos registos paroquiais*, volume 2- Norte, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Secretaria de Estado da Cultura, 1994, p. 472.

<sup>63</sup> IDEM. *Ibidem*.



área de Viana), cujo nome terá advindo do Castro de Santa Luzia segundo opinião de A. Femandes.

Em termos de Proto-História, são raros ou nulos documentos que atestam a sua ocupação até à Reconquista, período que tem sido possível estudar nesta zona através da toponímia existente nas inquirições de 1250 e ainda aos progressos que a toponímia como ciência registou, possibilitando o seu estudo.

Avançando no tempo, passa-se a encontrar documentos escritos que atestam a sua constituição como paróquia já em 1136<sup>64</sup>, através da carta de couto à sua «villa» de Paredes, D. Afonso Henriques doa-a ao Mosteiro de S. Justo de Toxos Oucas, mosteiro este perto da vila de Muros na Galiza. Terá sido primeiro senhor da Casa de Paredes D. Pedro Hernevides de Paredes. Mais tarde por extensão desta família, ou outras razões, passou para a propriedade da Coroa e D. João I cedeu-a de novo a um colateral de apelido Martins, por serviços prestados na guerra contra Castela. Mais tarde ainda, Fernão Gonçalves Bezerra, fidalgo galego, foge da Galiza por crimes cometidos e toma a Casa de Paredes por troca com as suas propriedades da Galiza<sup>65</sup>.

Outros aspectos medievo-modernos desta freguesia, poderão ser encontrados no arrolamento de bens da igreja, efectuado pelo Pe Dr. João de Barros Lima, abade da Meadela, em 1743 e incorporado na respectiva tombação.

---

<sup>64</sup> A primeira notícia que desta freguesia nos resta, respeita a uma das “villas” (áreas demo-agrárias), isto é, cultivadas e povoadas que a constituíam, a de Paredes – nome que ainda hoje se conserva numa histórica “quinta” e exprime-se deste modo: “vila videlicet Paredes ... concurrentem ad ecclesiam Sante Christine de Meadela iuxta fluvium Limiam” – traduzindo, “o lugar de Paredes, na concorrência de Santa Cristina da Meadela, cerca do rio Lima”. In DMP – Régios n.º154.

<sup>65</sup> PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno* (dicionário), vol. V, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1875, Edição Fac-similada, 1990, Oficinas Gráficas de Barbosa, Braga, p.147.



palavra que quanto a igrejas, tinha, naqueles tempos, significado muito diferente<sup>66</sup>”.

A Meadela, tal como outras paróquias ou freguesias tinha um orago ou protector celeste - Santa Cristina, que se festeja aos 24 de Julho<sup>67</sup>.

## 5. Igreja de Santa Cristina da Meadela

### 5.1 Origens da Igreja de Santa Cristina na Meadela

Pelas investigações realizadas, por Almeida Fernandes, concluímos que “a Igreja de Santa Cristina, não pode ser anterior ao século III - IV (que foi quando ela viveu), tendo sido por isso erigida depois da queda do império romano, ou quando muito nos finais deste. As *villae* já então estavam bastante transformadas ou mesmo desmembradas; um tanto posterior, visto que as razões de predilecção ocidental pelos mártires orientais como Santa Cristina ainda não tinham tido tempo de levar a um tal facto. Assim, embora crente de que a fundação do *martyrium* desta mártir siríca se fez aqui antes da conquista arábica, ou seja, nos séculos VI - VII, teremos por melhor concluir que as origens não foi um *oratorium* particular, de *dominus villae*<sup>68</sup>.

Almeida Fernandes apresenta duas hipóteses para explicar a origem do *martyrium* desta mártir parecendo-lhe a última hipótese mais plausível, (advertindo no entanto que esta não é infalível): “ou um *oratorium* da própria população, por esta erigido, ou um *oratorium* eremítico, isto é, o de um ou vários eremitas que apesar da relativa vizinhança dos habitantes aqui, num local solitário e entregue à natureza (uma amoenetella, sítio de amieiros ou, melhor de vegetação própria dos terrenos aquosos ou húmidos), se tivesse ou se tivessem estabelecido<sup>69</sup>”.

---

<sup>66</sup> FERNANDES, A. de Almeida, *Meadela Histórica*, Editor Paróquia de Santa Cristina da Meadela, Viana do Castelo, 1994, pp. 88-89.

<sup>67</sup> *Epílogo*, fl. 48. Actualmente as festas da Meadela passaram a realizar-se no dia 4 de Agosto (primeiro Domingo de Agosto).

<sup>68</sup> FERNANDES, A. Almeida, *Meadela Histórica*, *ob. cit.*, p. 93.

<sup>69</sup> *Idem, ibidem*, p. 93.

É evidente que quando se fundou a igreja ou *martyrium* de Santa Cristina, ela não foi logo paroquial ou nem mesmo se instituiu imediatamente a freguesia<sup>70</sup>.

A antiga igreja, situava-se num sítio solitário ou ermo, distante das habitações, que se manteve despovoado até há cerca de trezentos anos, embora não longe dos moradores, muito perto hoje do actual centro de meteorologia. A construção do novo templo iniciou-se em 1692, sendo ainda a actual igreja paroquial, fundada, ao lado esquerdo da estrada de Viana - Ponte de Lima<sup>71</sup>. João de Barros, o abade em 1743, referiu-se às circunstâncias da nova fundação salientando o facto do templo primitivo estar distante dos moradores, tendo por isso sido substituído pelo actual<sup>72</sup>.

## 5.2 Santa Cristina – Padroeira da Igreja

Vários foram os povos que tiveram Santa Cristina como padroeira. No nosso concelho temos como exemplo disso a freguesia de Afife, e a freguesia da Meadela.

Quem era Santa Cristina?

Não existem documentos que se refiram exactamente à sua origem apenas se sabe que seria uma jovem cristã do século III - IV da cidade de Tiro na antiga Fenícia (actualmente Líbano), então província romana da Síria, seria portanto um dos “mártires orientais”.<sup>73</sup>

É do conhecimento geral dos habitantes desta freguesia que através destas pregações da festa patronal, associem a sua origem a Itália, pois é de crer que tivessem ouvido isso: “ Nasceu em Tyro da Toscana, às margens do lago de Bolsena, povoação de que não resta o menor vestígio, por haver sido inteiramente submergida e como que afundada no próprio lago”, isto segundo um hagiólogo muito conhecido<sup>74</sup>.

---

<sup>70</sup>FERNANDES, A. Almeida, *Meadela Histórica*, ob. cit., p. 93.

<sup>71</sup>IDEM, ibidem, p. 94.

<sup>72</sup> *Epílogo*, fl. 8.

<sup>73</sup> Pierre David, *Études Historiques*, pp. 198, 212 e 232.

<sup>74</sup> Padre Croiset, *Ano Cristão*, III, (ed. 1887), p. 165.

Estamos aqui perante um resultado de “naturalização”, ou seja, grande devoção a determinados santos em certos lugares, levava a sua população a acreditar que o seu patrono celeste fôra natural do próprio lugar protegido ou em que era carinhosamente venerado.

A devoção a Santa Cristina, na região que dizemos do Minho remonta a meados do século X, não só pelo povo, mas também nas camadas aristocráticas e poderosas, como é o caso da Condessa de Portugal Mumadona I, obtendo mesmo relíquias (reais ou representativas) da mártir para a igreja do seu mosteiro.

Também no século XI o santora hispânico do século XI inclui Santa Cristina de Tiro em 26 de Julho. Nesta data surgiu então entre nós umas doze igrejas sob o seu padroado (desde o Minho ao Mondego)<sup>75</sup>, não estando referida aqui a Igreja da Meadela, assim como outras que a tinham por padroeira.

O que é importante realçar é que “Santa Cristina, titular de um bom número de igrejas entre Douro e Mondego”, (antes do século XII) “é uma das mártires de Tiro, na Síria. Ela é também venerada na Toscana, sobre o lago de Bolsena”<sup>76</sup>.

Vimos anteriormente que das referidas doze igrejas que tinham Santa Cristina como padroeira, não fazia parte a “basílica” ou “martyrium de Santa Cristina da Meadela”.

Mas, segundo Almeida Fernandes, é de crer que ela fazia parte já no século XII das igrejas que a tinham como padroeira, assim como outras que não se integravam nas doze igrejas referidas<sup>77</sup>.

Sabemos que cada igreja está ligada sempre a um santo padroeiro escolhido entre os apóstolos e os mártires. “Ora cada igreja dedicada a um mártir, contendo uma das suas relíquias, era considerada como seu túmulo virtual: os cemitérios que então rodeavam as igrejas aproximavam assim do túmulo da testemunha da Fé os corpos dos fiéis. É a razão mais decisiva porque, durante longos séculos se reservou aos mártires o padroado das Igrejas”<sup>78</sup>.

Almeida Fernandes, notou nos estudos que realizou acerca do assunto, que os mártires orientais são muito mais numerosos que os

---

<sup>75</sup> Eram doze igrejas cita-as P. David, *Études Historique*, p. 232.

<sup>76</sup> P. David, *Revista Portuguesa de História*, II, p. 232.

<sup>77</sup> FERNANDES, Almeida, *Meadela Histórica*, ob. cit., p. 91.

<sup>78</sup> P. David, *Rev.ª Portuguesa de História*, II pp. 229 - 230.

ocidentais, nos títulos das igrejas, devendo-se isso á proibição inicial da Igreja de Roma em consentir a fragmentação e transferência dos corpos, assim como a distribuição de relíquias, dos Santos Mártires, o que contribuiu para a afirmação dos mártires do oriente: “Quando, portanto, as igrejas ocidentais a consentiam, já os mártires do Oriente eram por isso titulares da maioria dos templos, o que se mantém, por isso mesmo na actualidade<sup>79</sup>”.

Também P. David corrobora a posição de Almeida Fernandes ao afirmar que “a grande difusão das paixões dos mártires orientais (os relatos da sua morte), as relações permanentes das igrejas ocidentais com as do oriente, a acção dos meios monásticos, particularmente abertos às influências Sírias, tudo isto basta amplamente para nos explicar a difusão destes cultos de Antioquia, da Síria e da Ásia Menor. Preciso é não esquecer também que as igrejas orientais distribuían as relíquias reais dos seus mártires numa época em que Roma e o Ocidente impediam a fragmentação e a transferência dos corpos santos. Enfim, ter-se-à em conta a presença dos Bizantinos durante um assaz longo período, sobre as costas meridionais da Península”.<sup>80</sup>

Estes autos não vem mais que reforçar os argumentos de Almeida Fernandes, que afirma que Santa Cristina é uma mártir siríaca, estando presentes as “influências sírias”. Reforçando ainda a ideia de “naturalização” italiana por ele veiculada, por um templo vizinho de Roma, que neste período (século VIII) ainda dificultava a distribuição de relíquias reais.

### **5.3 Carácter patronal desta Igreja**

As inquirições de D. Afonso III, em 1258, referem que “el Rey est padrom” da igreja, e que “a abada per si”<sup>81</sup>, isto é, o padroado era do rei, ou da coroa, sendo o monarca quem escolhia o pároco, apresentando-o ao bispo da diocese (então a de Tui, na Galiza). A isso se chama “abadar” - nomear o abade.

---

<sup>79</sup> FERNANDES, Almeida, *Paróquias Suevas e Dióceses Visigóticas, Viana do Castelo, 1968*, p. 30.

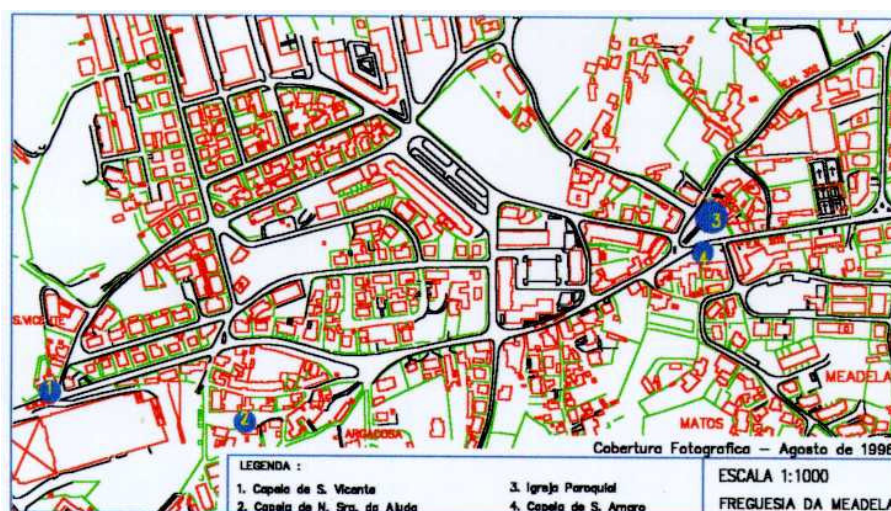
<sup>80</sup> P. David, *Études Historiques*, pp. 211 - 212.

<sup>81</sup> PMH - *Inquisitiones*, p. 330.

Em 1308, a Igreja de Santa Cristina da Meadela, é doada por D. Dinis ao bispado de Tui, em troca de outras igrejas. A nomeação do pároco passa a ser realizada pelo bispo de Tui, isto até ao século XIV - XV, quando a diocese de Tui perde os territórios ao sul do Minho. Sobre este assunto Almeida Fernandes afirma que “tanto poderia a população escolher o seu pároco, o que por vezes se daria propondo-o ao rei, como ser este a tomar, por qualquer conveniência particular ou de pessoas, essa iniciativa. Tal, portanto, a feição do padroado desta igreja<sup>82</sup>”.

## 6. Templos da freguesia

Mapa n.º 5  
Localização dos templos da Meadela



### 6.1 Actual Igreja de Santa Cristina da Meadela

A actual igreja foi fundada nos finais do século XVII, no lado esquerdo da estrada de Viana - Ponte de Lima. Veio substituir a antiga, então situada mais abaixo na mesma direcção, do lado direito, muito perto do actual centro de Meteorologia. O local da antiga igreja

<sup>82</sup> FERNANDES, A. Almeida, *Meadela Histórica*, ob. cit., p. 96.

seria despovoado até há cerca de trezentos anos, embora não longe dos moradores. Contudo, terá sido a aproximação a estes que, provavelmente levou à sua mudança para perto da ermida de Santo Amaro onde havia um núcleo de habitantes.

No tombo da Meadela, elaborado em 1743 por João de Barros, descreve-se da seguinte maneira a igreja:

“... tem a porta principal para a parte do Poente e toda ela está feito ao moderno... e por cima da mesma porta está um estarjão em que se pegam dois anjos cada um da sua parte dono meio do dito estarjão está uma custódia dourada e assentada sobre um serafim e em correspondência do dito estarjão estão dois nichos , um de cada banda da dita fronteira e na êmpena que faz a dita fronteira, tem um óculo de pedra muito bem lavrada, com sua grade de ferro e vidraça que serve para dar a luz ao coro, e acaba esse frontespício em ponta, em cima da qual se acha uma cruz de pedra fina e lavrada... À mão direita do frontespício... está uma torre dos sinos (com dois sinos: um maior, da Confraria do Santíssimo e o outro dos fregueses) bem feita e acabada com seu cunhados lavrados. E por cima dos tais campanários está um entabamento com suas cornijas e varandas em roda, tudo de pedra de cantaria e bem lavrada com suas pirâmides nos cantos e acaba a dita torre em um curaceheu todo de pedra de cantaria e sôbre ele uma grande pirâmide que lhe serve de remate, em cima do qual está uma cruz de ferro pintado com sua bandeira que se move e mostra aos ventos” Descreve ainda o interior com bastante pormenor: Nos lados do arco cruzeiro, dois altares. Do lado do Evangelho, o de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário, e no do outro lado, Santa Cristina e sôbre o arco do cruzeiro um quadro de N. S. Crucificado. Sôbre As portas travessas da Igreja, também dois quadros: um de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário e o outro da mesma Senhora livrando as almas do purgatório. Nos dois lados da Capela-mor, as Sepulturas destinadas aos abades da freguesia; na parede um quadro com a imagem de Santa Cristina. O altar era “Com retávolu antigo, de entalhado” e por trás do altar do Santíssimo “Hum coadro primorosamente feito mostra o Martírio da Padroeira da dita Igreja, o qual coadro abre a tribuna em que se expõe o Santíssimo”. Tinha ainda o retábulo da Capela-mor as



imagens da padroeira, de Santo António do Menino Jesus e de S. Sebastião<sup>83</sup>.

**Figura nº 1**  
**Igreja de Santa Cristina da Meadela**



## **6.2 Capela de Nossa Senhora da Ajuda**

Outro templo existente na freguesia é o de Nossa Senhora da Ajuda, fundado não se sabe quando e cujo primeiro registo aparece na tombação de 1743 na forma de "antiga" e "erigida há mais de quarenta anos". Foi instituída por devotos e pessoas leigas

---

<sup>83</sup> Tombo, 1743.

Fica situado perto da actual cerâmica "Campos" que faz a tradicional Louça de Viana. No tomo de 1743 é descrita da seguinte maneira:

“Tinha no meio seu arco de pedra lavrada e pintado, capela môr com fresta para o Sul, retábulo doirado em que estava a Senhora com seu manto e o altar em que se celebrava bem posta. Sacristia que botava para o norte com fresta para o nascente e porta para a capela Môr. Tinha uma lâmpada de bronze, um sino pequeno e fábrica própria<sup>84</sup>”.

Por volta de 1693 alguns devotos da Meadela erigiram uma confraria leiga com a invocação daquela Senhora, para lhe fazerem festa no dia 8 de Setembro. O abade escolhia os ermitões da capela, tendo estes a chave, a coroa de prata da Senhora, o resplendor do Menino e outras peças da fábrica. Os ermitões usufruíam das casas com um terreno à volta; hortas e árvores de fruto pertença da capela<sup>85</sup>.

---

<sup>84</sup> *Tombo*, 1743, fls. 37-39.

<sup>85</sup> *IDEM*, *Ibidem*.

**Figura nº 2**  
**Capela de N. Senhora da Ajuda**



### **6.3 Capela de S. Vicente**

Ainda outro templo é o de S. Vicente<sup>86</sup> também de fundação "antiga" como o anterior (porque existiam dados precisos aquando do seu arrolamento em 1743), e reformada em 1722. Fica situado perto do ribeiro de S. Vicente, à esquerda e à face do início da estrada Viana - Ponte de Lima. No tomo de 1743 refere-se que esta capela se localiza na época perto da casa de Alexandre Martins casado com Andrea de Brito. No adro desta Capela antigamente enterravam-se as pessoas que morriam no hospital de lázaros ou gafos (leprosos) que estava situado nas casas do citado Alexandre, casas altas que ele possuía por emprazamento que lhe fez a Misericórdia de Viana. Salienta-se que o adro era fechado. A capela tinha sido reedificada de novo e reformada em 1722. Possuía arco e capela mor, retábulo antigo

---

<sup>86</sup> S. Vicente, é o famoso mártir de Saragoça (diácono da sua igreja) do século III-IV, teve um culto muito espalhado entre nós, havendo já notícia de Igreja sua em Braga no século X, e mesmo já anteriormente no século XVI-XVII. A devoção a este santo parece ter aumentado depois que as suas relíquias foram transladadas da sua Igreja de cerca de Sagres (cabo de S. Vicente), em 1173, tendo sido concedidas em 1176 algumas dessas relíquias pelo rei à sé de Braga. In FERNANDES, Almeida, *ob. cit.*, p.219.

e imagem do Santo com altar. A capela estava forrada com madeira castanha. Tinha confraria leiga, instituída muitos anos atrás que se encarregava da festa a 22 de Janeiro<sup>87</sup>.

**Figura nº 3**  
**Capela de S. Vicente**



#### **6.4 Capela de Santo Amaro**

Outro templo, o de Santo Amaro, contíguo à igreja actual, separado apenas pela estrada nacional Viana - Ponte de Lima. Também ele de fundação antiga. Em 1725 o abade João de Barros a mandou demolir, e no mesmo ano a mandou reedificar toda de novo e à sua custa, concluída em 1727 e benzida em 1728<sup>88</sup>. A festa de Santo Amaro<sup>89</sup> realiza-se todos os anos a 15 de Janeiro. Porém, se o dia 15

---

<sup>87</sup> *Epílogo*, fls. 16 v- 17.

<sup>88</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 18 e v.º.

<sup>89</sup> Santo Amaro era filho de Eutípio e Júlia, nascido no ano de 513, e aos doze anos de idade, mereceu a graça de haver como Mestre o ilustríssimo São Bento,

do primeiro mês do ano não coincidir com o Domingo, a romaria é transferida para o Domingo mais próximo, prolongando-se até Segunda-feira. A Santo Amaro prestava-se-lhe romaria, trazendo os devotos ex-votos, modelos em cera ou em madeira, de pernas, braços e muletas, pois este era considerado o “Santo advogado dos ossos” – particularmente de fracturas e reumatismo<sup>90</sup>.

tornando-se seu discípulo e auxiliar. As festas anuais que lhe são prestadas ocorrem no dia do aniversário do seu falecimento, aos 72 anos de idade, no dia 15 de Janeiro. In COSTA, Amadeu, *A Senhora da Consolação*, S. Mamede de Infesta, 1987, pp. 8-9.

<sup>90</sup> IDEM, *Ibidem*, p.11.

**Figura nº 4**  
**Capela de St.º Amaro**



### **6.5 Capela de Nossa Senhora da Consolação**

Nas costas da Capela de Santo Amaro, o abade João de Barros mandou edificar em 1762 a capela de Nossa Senhora da Consolação. É de dimensão mais pequena que a de Santo Amaro, tanto em largura como comprimento, projectando-se o seu telhado em nível inferior ao da construção com que gemina. Para os menos atentos, poderá ser considerada como um único templo, o que na realidade não acontece. A imagem mandada colocar pelo referido abade é de pedra e toda ela pintada<sup>91</sup>. Na face exterior do arco granítico da edícula em que se vê essa Virgem assente numa penha que três querubins guarnecem, estão

---

<sup>91</sup> *Epílogo*, fl. 21 v.º.

gravados os dizeres: *CONSOLATRIX AFLICTORUM* (Consoladora dos aflitos). A Senhora da Consolação era a consoladora das gerações femininas do Bairro Ribeirinho de Viana<sup>92</sup>.

**Figura nº 5**  
**Capela de Nossa Senhora da Consolação**



## **6.6 Capelas particulares**

Embora outros templos existissem e ainda existam (do tipo capelas de particulares), a referência específica é importante, porque os seus adros ou portas eram locais privilegiados de abandono dos "expostos" (com ou sem bilhete).

A capela de Nossa Senhora da Graça, situada nesta freguesia na Quinta chamada da Boa Vista também chamada de S. Francisco, que em 1743 era de Diogo Gomes de Távora e Abreu, de Viana, o qual era administrador e tinha a sua fábrica e ornamentos<sup>93</sup>. Não se sabe quando foi erigida e fundada. Apenas sabemos que foi remodelada em 1730<sup>94</sup>.

A capela de Santo António, situada na Quinta de Vale Flores, que em 1743 era de Baltasar Rubim de Barros, tendo sido

---

<sup>92</sup> COSTA, Amadeu, *ob. cit.*, p.5.

<sup>93</sup> *Tombo*, fl. 40.

<sup>94</sup> *Epílogo*, fl. 24 v.º.

administrador e por ele era fabricada. Este tinha a obrigação no dia de Santo António, aos 13 de Junho, mandar dizer missa cantada pelo Reverendo Pároco desta Igreja, assim como também nos dias Santos de preceito<sup>95</sup>.

A capela de S. João Baptista, situada na Quinta de S. João, no lugar chamado da Abelheira. Em 1743 era seu administrador João Coelho de Castro, de Viana. A Câmara desta vila era obrigada no dia de S. João Baptista, aos 24 de Junho, ir com seu capelão e estandarte ouvir missa na dita capela<sup>96</sup>.

A capela de Nossa Senhora do Rosário, era a capela da «quintã» ou Quinta de Paredes, o núcleo senhorial do couto de Paredes. Hoje dela só restam fragmentos. Situada no lugar da Costa, era administrada pelo Morgado de Paredes, Francisco Jácome do Lago de Viana<sup>97</sup>.

Existem ainda outras capelas na Meadela, mas estas são posteriores a meados do século XVIII: a de N. S. do Socorro e de N. S. da Penha (junto à de N. S. da Ajuda e à de S. Vivente)<sup>98</sup>.

## 7. Actividades económicas

A freguesia da Meadela caracterizava-se pela transição entre a cidade (antes vila) e o campo.

A actividade económica da Meadela centrava-se na agricultura, criação de gado e apanha de sal<sup>99</sup>. Esta última de grande importância até ao século XVIII, caiu em desuso e hoje nem sequer na beira-mar se exerce tal actividade. O facto de no interior do rio Lima

---

<sup>95</sup> IDEM, *ibidem*, fl. 25. *Tombo*, fl. 40.

<sup>96</sup> *Epílogo*, fl. 26 e v.º.

<sup>97</sup> *Tombo*, fl. 40.

<sup>98</sup> FERNANDES, A Almeida, *ob. cit.*, p 232.

<sup>99</sup> É notável o número de alusões a salinas ou às fracções de salina (os «talhos», aqui chamados de «cortes») expressas desde as inquirições realizadas em 1258, mostrando que os habitantes da Meadela se ocupavam em grande escala nessa actividade, e que na data da inquirição mais de vinte indivíduos da Meadela exploravam cortes de salina, numa área denominada Pereira ou Pereiras. Esta indústria tornou-se de tal modo importante que a coroa a reservou inteiramente para si dentro de uma determinada área. Fora desta área reservada as salinas eram propriedade particular, ou seja, dos «homens da Meadela», com o devido foro à coroa, In FERNANDES, Almeida, *ob. cit.*, pp. 151-152.



se ter deixado esta actividade, poderá buscar-se talvez no açoreamento da barra do Lima com o impedimento da entrada suficiente de quantidades de água salgada.

Mas não terá sido a apanha de sal a única a desaparecer, porque as outras actividades como a agricultura e criação de gado, foram caindo de tal modo em desuso, que a criação de gado também desapareceu por completo e da agricultura hoje apenas existem algumas famílias (ou casas de lavoura), mas cuja aposta económica já não é exclusivamente nos produtos extraídos à terra. Este fenómeno de extinção do sector primário na Meadela, não é alheio com certeza a uma terciarização que cada vez mais se foi implementando, pensámos nós, por influência directa da sua proximidade e integração na cidade de Viana.

Voltando no tempo, à Meadela do passado, alguns pormenores das suas actividades económicas são-nos dados pelo P.e Dr. João de Barros Lima na "Memória Paroquial" de 1758. Nela, surgem como produtos ligados à terra e em certa abundância: o milho, centeio, vinhos, pouco trigo, bastante cevada, feijão, linho, sal e muito pouco azeite. Diz ainda o referido padre que no rio Lima havia suficiente abundância de peixe, desde tainhas; lampreias; sáveis; solhas; muito peixe pequeno; alguns linguados e salmões, e, que em todo o ano se costumavam fazer pescarias livres no referido rio.

Passam ainda nesta freguesia dois rios, o de Portuzelo, que nasce na freguesia de Outeiro, passa por Perre e Santa Marta e depois de passar por baixo do Lugar de Portuzelo, desagua no Rio Lima no sítio chamado da Pedrinha. Ao longo deste havia bastantes moinhos de moer milho e centeio; o outro rio é o de S. Vicente, que nasce no monte de S. Francisco e desagua "no sítio chamado das Zenhas por bayxo do Caminho das hortas, ou das veygas da Meadela, onde chamão Argaçosa; o qual tem tambem alguns moinhos de moer milhão e Sentyo<sup>100</sup>," Ambos os rios não são navegáveis.

---

<sup>100</sup> A.M.T.T., *Memória Paroquial*, 1758, in *Dicionário Geográfico*, vol. 23 m.100, fl. 663-666.

## 8. Indicadores de estratificação social

Com o objectivo de perspectivarmos a estrutura social desta comunidade, recorreremos às fontes municipais de natureza fiscal, os livros de registo do lançamento da décima. Esta fonte revela-se de grande qualidade e valor informativo para o estudo da sociedade da Meadela, pois dá-nos a conhecer com bastante pormenor, a natureza e o valor dos rendimentos individuais, surgindo em alguns anos, a separação entre os rendimentos provenientes da agricultura (granjeios e maneios) e a propriedade (foros e rendas). Além disso, as séries completas que dispomos, possibilitou a regularidade deste imposto, permitiu-nos compreender a sua evolução, bem como, quem o pagou e quando. No entanto, não sabemos como o lançamento da décima foi feito sobre os rendimentos individuais. Esta dificuldade foi destacada também por Viriato Capela no trabalho de investigação que desenvolveu no concelho de Barcelos, referente à análise da estrutura social, salientando a falta de elementos a ter “(...) em conta para a fixação dos rendimentos líquidos das explorações”, bem como a impossibilidade de “controlar a forma e o rigor dos cálculos dos rendimentos líquidos, dados em definitivo (...), visto não se saber os critérios das Juntas na fixação das colectas<sup>101</sup>”. O autor comprovou ainda, que para as freguesias do concelho de Barcelos, a rendimentos líquidos de valor igual seriam frequentemente afectadas contribuições diferentes. Mas, apesar destas limitações, o lançamento da décima permite-nos caracterizar os diferentes grupos sociais de uma comunidade, e neste caso da Meadela, através dos níveis de rendimentos, natureza desses rendimentos, valor da propriedade e da contribuição da décima paga, embora seja necessário relativizar a leitura das informações prestadas e sobretudo, evitar uma delimitação rígida entre os diversos grupos sociais, exclusivamente fundamentada nos valores da décima colectada. A alteração do valor da décima resultava da fixação do valor afectado sobre o preço do alqueire e não directamente sobre a produção e rendimentos, tratando-se portanto de um imposto de repartição.

---

<sup>101</sup> CAPELA, José Viriato, *A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos*, Ed. Correio do Minho, Braga, 1989, pp. 27-28.

Os primeiros registos do lançamento deste imposto existem para o concelho de Viana desde 1643. O estudo que desenvolvemos acompanha a existência destas fontes no arquivo Municipal de Viana do Castelo, que se reparte por dois períodos: o primeiro que vai de 1643 a 1674 e o segundo de 1706 a 1715. A existência de um sumário de todas as freguesias do termo de Viana, permitiu-nos ter uma visão comparativa da evolução deste imposto, não só na Meadela, mas entre esta e as outras freguesias do termo. A recolha destes dados foram por nós compilados, encontrando-se em anexo a este capítulo. Analisando os dados, constatámos que a Paróquia da Meadela era pequena e de poucos recursos, isto se compararmos com outras mais ricas, como por exemplo Carreço, Santa Maria da Vinha (Areosa), Afife ou até mesmo Santa Marta. Na Meadela o lançamento da décima em 1644 atingiu os 39364 réis, tendo este subido no ano seguinte para 45420 réis. O ano de 1646 revela uma descida da décima para os 41477 réis. Entre 1647 e 1653, surge um período de estabilidade, mantendo-se os valores da décima nos 48614 réis. A viragem dá-se em 1654, com a queda deste imposto para os 43270 réis, mantendo-se este valor até 1662. Os anos de 1663 e 1664, revelam um aumento da taxa fixada para o valor do alqueire o que acarreta um aumento no lançamento da décima para os 54087 réis. A partir de 1670, os valores decaíram para os 15850 réis. Em 1706, atingiu-se os 30246 réis, valor que aumenta ligeiramente até 1708, para voltar a decrescer nos anos de 1709 e 1710, onde o valor era de 23320 réis. No ano seguinte, o valor atinge os 36450 réis, mas mesmo assim, inferior ao de 1644. A tendência geral deste imposto foi de diminuição, mas em 1715 a paróquia pagou 300467 réis de décima, valor exorbitante, mas que também é acompanhado pelas outras freguesias, resultante da revisão do imposto de repartição.

Analisando detalhadamente a contribuição da décima paga pelos habitantes da Meadela, elaborámos o Quadro n.º 4, que nos permite avaliar, aproximadamente o quantitativo de fogos/fazendas (pelo menos de contribuintes) existentes entre 1643, 1708-1715 e determinar se é um elemento masculino ou feminino que assume a sua liderança, o que reflectirá situações familiares de significado diverso. Chegámos à conclusão que maioritariamente os agregados familiares eram chefiados pelo sexo masculino, e quando tal não acontecia eram as mulheres solteiras ou viúvas que eram responsáveis pelo

cumprimento deste dever, face aos seus rendimentos ou propriedades. O número de fogos parece não ter sofrido grandes alterações, isto se tivermos a preocupação de relativizar a diferença de anos que permeia a primeira data (1643) com 58 fogos e as subseqüentes que perfazem mais de meio século de diferença, exceptuando o caso pontual de 1713, onde o número de agregados familiares diminuiu consideravelmente para os 54 fogos. Preocupámo-nos em fazer corresponder o número de contribuintes com os fogos existentes para as datas referenciadas no quadro n.º 4, mas só conseguimos encontrar o cômputo de fogos para o ano de 1643, apresentando uma diferença significativa entre o número de contribuintes e o número de fogos referidos no livro de décima, o que levará a concluir da existência de um número representativo daqueles que não tinham rendimentos e não pagavam décima.

**Quadro n.º 4**  
**Distribuição dos contribuintes da décima**  
**Meadela (1643, 1708-1715)**

Anos	Homens	Mulheres	Total	Nº. Fogos
1643	41	17	58	77
1708	53	16	69	-
1709	51	17	68	-
1710	48	16	64	-
1711	49	14	63	-
1712	55	11	66	-
1713	48	6	54	-
1715	59	8	67	-

Fonte: Livros de décima

O Quadro n.º 4 representa o total de homens e mulheres contribuintes, classificados em diversos grupos sociais, de acordo com a tipologia proposta por Viriato Capela para a sociedade rural de Barcelos, em 1762/63<sup>102</sup>.

O primeiro grupo, constituído por aqueles que possuíam rendimentos inferiores a 2500 réis, pagariam de imposto até um máximo de 300 réis. Neste estrato encontrámos os pobres, os

<sup>102</sup> CAPELA, José Viriato, *ob. cit.*, pp. 20-39.

mendigos, os cabaneiros e jornaleiros, algumas mulheres solteiras e viúvas, ou seja, os mais desfavorecidos, mais pobres, que estavam desprovidos de terra ou outro tipo de bens, e que se viam a braços com muitas dificuldades para sustentar o seu agregado familiar.

O segundo grupo era constituído por pequenos lavradores ou lavradores-caseiros que pagavam de 300 a 700 réis de imposto de décima. Eram os que viviam, possivelmente, da pequena exploração agrícola que tinham, ou que exploravam como caseiros as terras dos grandes proprietários.

No terceiro grupo encontrámos o lavrador remediado, que vivia desafogado e sem preocupações económicas, tendo que pagar de imposto entre 700 e 1500 réis, que correspondia a um rendimento líquido superior a 6000 réis.

O quarto e último grupo era o constituído por todos aqueles que pagavam de contribuição pelos bens e rendimentos que tinham acima de 1500 réis, sendo estes considerados os ricos proprietários ou “donos das terras”.

**Quadro n.º 5**  
**Grupos sociais da Meadela segundo o lançamento da décima**

Décima em Réis	Até 299		300-699		700-1499		+ 1500		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
1643	15	25,9	33	56,9	9	15,5	1	1,7	58
1708	20	29	32	46,4	16	23,2	1	1,4	69
1709	29	42,6	25	36,8	13	19,1	1	1,5	68
1710	32	50	23	35,9	8	12,5	1	1,6	64
1711	32	50,8	22	34,9	8	12,7	1	1,6	63
1712	36	54,5	24	36,4	3	4,5	3	4,5	66
1713	21	38,9	24	44,4	7	13	2	3,7	54
1715	30	44,8	27	40,3	7	10,4	3	4,5	67

Fonte: Livros de décima

Elaborámos o Quadro n.º 5 referente aos níveis de rendimentos e respectivos estratos sociais, tomando como base os valores da décima, nos rendimentos líquidos das explorações, dos proveitos do trabalho ou maneios, dos rendimentos da propriedade e foros pagos pelas pessoas residentes na Meadela, ou fora dela, desde que tivessem bens e rendimentos na paróquia.

De acordo com os dados do Quadro n.º 5, constatámos no conjunto da população colectada e residente na paróquia da Meadela, que uma grande percentagem dos residentes desta paróquia deveria estar conotada como “gente pobre”, que pouco ou nada tinha de seu. Esta situação parece ter-se agravado entre 1710 e 1712, onde mais de metade da população vivia nestas condições, valor acrescido por aqueles que nada possuíam e ou não exerciam nenhuma actividade como seja, os idosos, pedintes, doentes e deficientes. Neste grupo encontrámos: os pobres, os cabaneiros e os jornaleiros. Os primeiros geralmente não pagavam impostos (não estando por isso aqui contabilizados), os que o faziam pagavam uma taxa de 50 a 100 réis; “as cabaneiras” eram consideradas as mulheres solteiras ou viúvas desamparadas, pagavam entre 100 e 200 réis; e os jornaleiros eram tributados acima desta verba, até 300 réis.

No grupo social constituído por pequenos lavradores e lavradores-caseiros, onde alguns viveriam com algumas dificuldades, notámos que, constitui um grupo considerável, dominando em termos percentuais nos anos de 1643, 1708 e 1713, revelador de uma possível melhoria sócio-económica dos agregados familiares. Se adicionarmos os dados percentuais dos dois estratos sociais mais dependentes e que pagam pelos seus bens uma verba inferior a 700 réis, constatámos que, os valores mínimos se situam nos 75,4% para o ano de 1708 e os valores máximos atingem os 91% em 1711, mas em média aproxima-se dos 85% os contribuintes que se encontravam numa situação sócio-económica pouco confortável. Esta situação é reveladora que uma percentagem de 15% a 20 % era detentora de propriedade, bens e de rendimentos, cujo valor da décima ultrapassava os 700 réis. O pagamento da décima reflecte que a terra estava mal repartida, cabendo só a alguns usufruírem de um estatuto social e económico privilegiado.

É destes que passaremos a falar, os que possuem rendimentos cuja colecta da décima é superior a 700 réis (Quadro n.º 6). Destes

destaca-se António Pires Alho, casado com Justa Afonso, filho primogénito de Domingos Pires Alho e de Isabel Afonso. Era um grande proprietário, pois das terras “de seu granjeio” pagou 1500 réis em 1708 e um máximo de 2600 réis em 1711. Também seu irmão, e último filho do casal, Afonso Pires Alho, parece ter sido lavrador-caseiro, que foi colectado em 1715 sobre 10 alqueires de trigo devidos a João da Cunha e mais 5 alqueires a Francisco Jácome Calheiros e de seu granjeio pagou 600 réis, somando tudo 825 réis.

Francisco de Jácome Calheiros casado com D. Teresa Maria Bezerra Jácome, embora não esteja colectado na freguesia da Meadela, aparece-nos nos registos paroquias, através do registo de baptismo da sua filha Maria em 1731, com quinta na Meadela. Para ele trabalhavam muitos jornaleiros e lavradores-caseiros, ao todo encontramos sete casos que mencionam o dito Francisco Jácome Calheiros como proprietário das terras que trabalham, sendo colectados sobre os alqueires de trigo que lhe deviam como renda.

A esta família parece ter pertencido António Jácome Bezerra, o maior contribuinte colectado da freguesia, proprietário de uma Quinta na Meadela, com capela particular, pagou em 1712 de décima 14000 réis. Em 1713 e 1715 pagou 5000 réis pelos rendimento da sua quinta e 1500 réis sobre a renda de 250 alqueires de trigo. A ele deviam-lhe rendas em trigo, em 1715, um total de 12 lavradores.

Outro proprietário da mesma família era Manuel Jácome Bezerra, embora não colectado na freguesia, recebia rendas das suas terras de três rendeiros.

Com rendimentos inferiores temos André Fernandes, António Dias Carvalho e Manuel de Amorim. A alteração do valor da décima paga por estes ao longo do período de 1708 a 1715, demonstra a grande flutuação dos rendimentos dos lavradores, cujos rendimentos estariam sujeitos a taxas fixas estabelecidas por ano de acordo com o valor estipulado para os alqueires de trigo.

**Quadro n.º 6**  
**Os maiores contribuintes da décima na Meadela (1708-1715)**

Proprietários	1708	1709	1710	1711	1712	1713	1715
António Pires Alho	1500	1800	2000	2600	2400	2460	2460
Afonso Pires Alho	600	660	-	800	800	825	825
André Fernandes	350	350	300	240	160	565	750
António Dias Carvalho	750	750	600	400	480	775	775
António Jácome Bezerra	-	-	-	-	14400	6500	6500
Aleixo Pires	-	-	-	-	-	955	-
Manuel de Amorim	-	-	-	300	240	795	795
José de Gouveia	-	-	-	-	2100	600	600

Fonte: Livros de décima

No período de 1712 a 1715, vem referenciadas no lançamento da décima na parte final de cada ano as quintas da Meadela, referindo-se o seu proprietário, o valor da Quinta e a décima que lhe cabe. A quinta mais valiosa era a de António Jácome Bezerra, não se referindo o seu valor, mas pela décima cobrada assim deduzimos. A outras quintas, avaliadas entre 6000 réis, 3000 réis e 2000 réis pagavam de décima respectivamente, 600, 300 e 200 réis.

**Quadro n.º 7**  
**Quintas da Meadela (1712-1715)**

Proprietários de Quintas	Avaliada	Décima
António Jácome Bezerra	-	14 400
João Gomes	6 000	600
Pedro Gomes	6 000	600
José de Gouveia	6 000	600
Dr. Pascoal Coelho	3 000	300
Luís Rodrigues	3 000	300
Paio Casal	3 000	300
Manuel Sousa	3 000	300
João Jácome	3 000	300
Francisco Rodrigues	3 000	300
Quinta das Espinhosas	2 000	200
António Dias	2 000	200
D. Felícia	3 000	300
Paulo Pinto	2 000	200



## **9. Situação profissional**

### **9.1 Profissões**

Os registos paroquiais da Meadela revelaram pouco sistemática esta informação. Só esporadicamente é referido a profissão dos habitantes desta freguesia, o que nos impediu de desenvolver qualquer tentativa de estudar quantitativamente este comportamento sócio-profissional. O cruzamento com outras fontes, nomeadamente as inquirições das visitas paroquiais (livros de visitas e devassas) e o lançamento da décima, veio dar alguma luz sobre o tipo de profissões mais frequentes, embora delas não possamos tirar ilações conclusivas. É bem notória a frequência à actividade da agricultura, quer como lavrador ou jornaleiro. Escassas são as referências a actividades artesanais, destacando-se apenas a profissão de pedreiro, que contribuirá para uma certa mobilidade da população da freguesia, que iremos aprofundar no capítulo da mobilidade, assim como a actividade de moleiro(a).

### **9.2 Criados, patrões, escravos e seus senhores**

A presença de criados nos agregados familiares, indica-nos a diferença de estatuto social entre os habitantes da freguesia. Revela-nos que algumas famílias possuíam terras de maior dimensão, onde o trabalho dos elementos do agregado familiar não era suficiente, necessitando para isso de recorrer a mão-de-obra extra-familiar, designados de criados e por vezes assistentes (estes últimos seriam mais lavradores-caseiros). Também a existência de criados, não incumbidos de serviços agrícolas, mas sim domésticos, reflecte uma situação socialmente privilegiada das famílias que os têm ao seu serviço.

Através do cruzamento de várias fontes (livros de décima, livros de visitas e devassas, testamentos e registos paroquiais) podemos encontrar as famílias e proprietários que tinham ao seu serviço criados, cuja listagem se encontra no anexo a este capítulo (Quadro N.º13).

Maioritariamente a criada era solteira ou por vezes viúva, quando a precaridade da sua situação assim o exigia. Muitas raparigas solteiras, vinham de fora, para servir nesta paróquia, deixando de estar sob a protecção paternal desde muito cedo, e algumas acabavam por se envolver com rapazes solteiros ou às vezes com os próprios patrões, e dessas ligações, por vezes nasciam filhos ilegítimos (ver capítulo da ilegitimidade). Muitas destas relações ilícitas surgem-nos nos livros de visitas e devassas. Um caso curioso que se destacou foi o de Maria, criada do Abade Pantaleão Vas Alamão, que em Novembro de 1670 acusou o Padre João do Rego de Soutelo de a ter violado, pois este a pretendia para sua criada. O referido padre foi acusado de violação, tendo sido condenado e preso, juntamente com sua cúmplice, Apolónia Galega. Aos padres era proibido terem ao seu serviço criadas jovens e solteiras, e sobre esta situação foi advertido o Padre Manuel Pires da Costa subdiácono da freguesia da Meadela, por ter como criada Francisca Fernandes, nova e solteira, da freguesia de Perre. O Padre foi admoestado, tendo aceitado a pronúnciação e prometeu cumprir.

Ser criada é para algumas uma actividade segura, que lhes garante uma certa estabilidade económica e até mesmo protecção dos seus patrões. Para Tomás de Gouveia Coutinho trabalhavam como criadas Maria da Silva e sua filha Rosa. Estas não foram esquecidas no testamento do seu patrão, realizado em 1834, onde lhes deixava 2400 réis, isto se elas continuassem ao seu serviço, e referia ainda que já tinha pago as suas soldadas adiantadas até ao final do ano que corria<sup>103</sup>. O mesmo aconteceu com Domingos de Rocha Ennes de Carvalho, que no seu testamento de 1839, deixava a sua criada Balvina 1200 réis<sup>104</sup>. Mas o contrário também acontecia, Antónia Gonçalves Campaínha, solteira, em 1831 realizou o seu testamento e pediu a seu patrão o Capitão José da Guia Pereira, que fosse seu testamenteiro, deixando-lhe a ele e à sua mulher das economias que juntou ao longo de anos, 12000 réis, a João filho do seu patrão 4800 réis, a seu irmão 2400 réis e indicou outra criada da casa, Maria Rosa, à qual lhe deixava 1400 réis. Os laços estreitos entre patrões e criados são bem notórios nos testamentos realizados por ambas as partes.

---

<sup>103</sup> *Livro de Testamentos*, n.º 1, fl. 85-87.

<sup>104</sup> *Livro de Testamento*, n.º 8, fl. 38 v.º -41.

Ser patrão é revelador de poder económico e ou prestígio social. Dentro dos padrões encontrados (Quadro N.º 13), destacam-se alguns nomes como: João Bezerra (1640), José de Gouveia (1668), Baltazar Robim de Barros (1708), Capitão José da Guia Pereira (1831) ... maiores contribuintes da décima na freguesia e por isso grandes proprietários. Por vezes não é indicado o patrão, mas sim a quinta onde prestam serviços. Surgiram-nos dois casos onde as criadas estão ao serviço de patroas, que se tornaram chefes de família após o falecimento dos maridos. Apolónia Afonso Madalena, viúva de Manuel Dias Felgueiras, refere no seu testamento em 1834, que tinha ao seu serviço como criada Cristina, à qual lhe deixava 2400 réis<sup>105</sup>. Também Teresa Gonçalves Grela, não se esqueceu de referir e reconhecer, no seu testamento em 1840, os serviços prestados pelos seus criados, deixando a cada um 240 réis<sup>106</sup>.

Alguns padrões tinham ao seu serviço mais do que um criado e outros possuíam também escravos. Estes últimos surgem-nos através dos registos de nascimento dos filhos ou do seu próprio óbito, tendo os párocos o cuidado de registar os seus proprietários. Entre a segunda metade do século XVII e o século XVIII, contabilizámos 12 escravos, metade de cada sexo, acrescidos de 11 filhos de escravos, pertencentes a 10 proprietários. Alguns destes, como podemos constatar pelo quadro n.º14 em anexo ao capítulo possuíam mais do que um escravo, como Álvaro de Matos e António Jácome. Encontrámos parentesco entre os nomes referenciados como proprietários, a maioria associados à família Jácome e Bezerra, famílias prestigiadas e ligadas à nobreza local. Das ligações entre escravos resultavam muitas vezes o nascimento de filhos ilegítimos, contribuindo em parte para a ilegitimidade da paróquia da Meadela. Quando o proprietário do casal era o mesmo, o filho que nascia da relação entre eles era também seu escravo. Temos como exemplo, Constantino que nasceu em 1653, filho da escrava Marta e do escravo Miguel, ambos pertencentes a Álvaro de Matos. António Jácome, era proprietário de António e Inês, que tiveram em 1687 um filho a quem deram o nome de Miguel. Por norma, o filho ou filhos que nasciam dessa união ilegítima pertenciam ao proprietário da escrava. Disso beneficiou António de Lima Abreu,

---

<sup>105</sup> Livro de Testamento, n.º 17, fls. 28 v.º 30.

<sup>106</sup> Livro de Testamento, n.º 9, fls. 86 v.º. 88.

proprietário da escrava Isabel que teve cinco filhos, dois de João Valasco (escravo? da casa do General Matias da Cunha) e três do escravo António, pertencente a João da Costa Fernandes. O mesmo aconteceu com António, filho de Fernando escravo de Luís Jácome e de Joana escrava de Pantaleão Ribeiro, e também de seu filho.

De todos os escravos que encontramos nenhum deles contraiu matrimónio, aparecendo apenas ao óbito ou através do nascimento do(s) filho(s). Destes últimos não tivemos mais referências, o que nos leva a supor que teriam sido provavelmente vendidos ou oferecidos para outras freguesias e aí tenham falecido, revelador de uma certa mobilidade.

## 10 População

### 10.1 Evolução e estrutura da população

**Quadro n.º 8**  
**Comparação do número de fogos segundo diversas fontes**

Anos	1527	1643	1732	1758	1794	1875
N.º De Fogos	70 A)	77 B)	87 C)	82 D)	83 E)	220 F)

Fontes: a) censo mandado realizar por D. João III (Freire); b) livro de décima; c) Rol de confessados (Epílogo); d) P. João de Barros (Epílogo); e) Cadastro de Villas-Boas; f) Pinho Leal.

Na impossibilidade de termos um conhecimento preciso da evolução da população desta paróquia para o período pré-estatístico, servimo-nos da evolução dos baptizados desde 1593, para verificarmos o crescimento da população nesta paróquia. Para além disso recolhemos todas as informações referentes ao número de fogos em diferentes datas. No quadro anterior, no censo que D. João III ordenou em 1527, a Meadela contava com 70 fogos<sup>107</sup>. Nos registos

<sup>107</sup> FREIRE, Braamcamp, «Povoação de Entre Douro e Minho no século XVI.», in *Arquivo Histórico Português*, Vol. III, Lisboa, 1905, p.249.

de lançamento da décima, em 1643 é referido que a Meadela possuía 77 fogos<sup>108</sup>, o que revela um fraco crescimento populacional entre o século XVI e XVII. Através do rol de confessados, referenciado no *Epílogo*<sup>109</sup>, o Padre João de Barros diz-nos que em 1732 a Meadela contava com 87 fogos. Tratou-se de um aumento populacional, embora este tenha sido moderado, atendendo que já se tinha passado quase um século. Em 1758, João de Barros, na Memória Paroquial diz-nos que à data a Meadela contava com 82 fogos, o que perfazia 300 pessoas entre menores e ausentes. O Cadastro da Província do Minho elaborado pelo engenheiro José Gomes Villas-Boas, elaborado no final do século XVIII, informa-nos que a Meadela possuía 83 fogos e contava com 353 almas: 72 homens maiores de 14 anos e 157 mulheres na mesma condição; 46 rapazes e 78 raparigas<sup>110</sup>. Constatámos através destes dados que a população sofreu um ligeiro decréscimo. À data a Meadela era uma freguesia pouco populosa, se compararmos com outras do concelho de Viana. Só em 1875 a paróquia atingiu valores significativos, com 220 fogos<sup>111</sup>, evidenciado não só pelo crescimento populacional, mas pelo poder de atracção desta paróquia pela proximidade à cidade de Viana do Castelo<sup>112</sup>.

---

<sup>108</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Os Mercadores de Viana e o comércio do açúcar brasileiro no século XVII*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1990, p. 111.

<sup>109</sup> *Epílogo*, fl. 582.

<sup>110</sup> CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos fins do século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras, 1970.

<sup>111</sup> PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno* (Dicionário), Vol. V, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1875, Edição Fac-similada, 1990, Oficinas Gráficas de Barbosa, Braga, p. 147.

<sup>112</sup> D. Maria II elevou a vila de Viana da Foz do Lima a cidade em 1848, passando a designar-se Viana do Castelo

**Quadro n.º 9**  
**Número de residentes na freguesia em 1732 através do Rol de Confessados**

Grupos De Idade	Homens	Mulheres	Total
$\geq 7$ e $< 15$ anos <sup>113</sup>	76	47	123
15-25	16	34	50
26-50	49	73	122
>50	28	47	75
Total	169	201	370
N.º de fogos			87

Fonte: Rol de Confessados 1732

Analisando o quadro, chegamos à conclusão que, no ano de 1732, dos 7 aos 14 anos havia mais rapazes do que raparigas na paróquia, contando os primeiros 76 e as raparigas 47. Desequilíbrio que resultava logo à nascença pelo maior número de crianças do sexo masculino que nasciam. Mas a partir dos 15 anos e até aos 50 anos as mulheres são em maior número que os homens, chegando a ser mais do dobro até aos 25 anos. Esta discrepância deve-se a vários factores que desenvolveremos nos próximos capítulos, destacando-se o fenómeno emigratório como sendo um dos principais factores responsáveis e a mortalidade. Mas mesmo no grupo etário superior a 50 anos a diferença mantém-se grande. Aqui factores biológicos estarão por detrás do desnível entre os dois sexos. Em termos etários o grupo mais desfalcado é o dos 15 aos 25 anos, onde a emigração mais se fazia sentir.

---

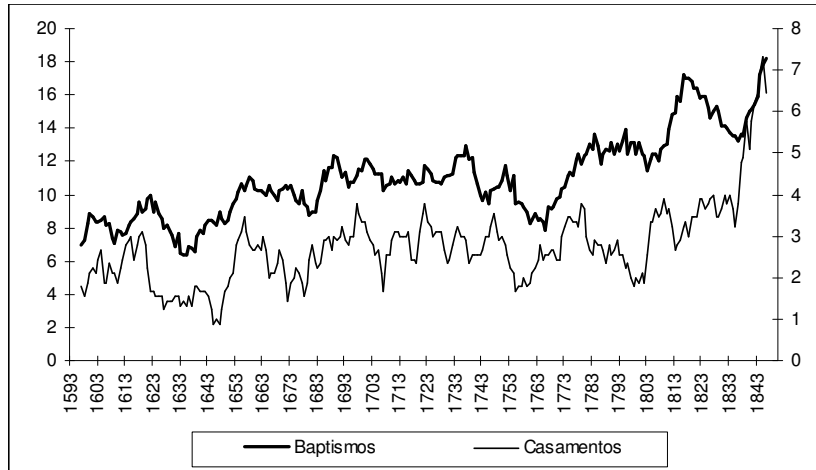
<sup>113</sup> Confrontando os dados dos menores de 14 anos referidos pelo cadastro elaborado por Villas-Boas em 1798 deparamo-nos com uma situação inversa aos dados referidos no Rol de Confessados de 1732, divulgado pelo Abade João de Barros no *Epílogo*, quanto ao número de rapazes e raparigas, sendo aqui revelado valores bem superiores dos rapazes em relação às raparigas, o que nos leva a pensar que talvez tenha havido engano no lançamento dos dados. Na incerteza dos factos, mantivemos os valores referidos para cada sexo.

## **10.2. Tendências demográficas em períodos longos**

A reconstituição da paróquia da Meadela e o conseqüente tratamento micro-analítico das variáveis demográficas em longa duração, permitiu-nos ter uma visão dos comportamentos da população nesta comunidade, apontando para uma rede de interações entre as diferentes variáveis, e perspectivar explicações para a evolução demográfica entre os séculos XVII, XVIII e XIX.

A evolução da curva de nascimentos (Gráfico n.º 1) permite visualizar um crescimento moderado da população ao longo do período observado, com uma maior estabilidade a partir de meados do século XVII a meados do século XVIII, antecedido por uma quebra acentuada durante o período de 1625 a 1635 reflexo da descida acentuada dos casamentos durante a década de 1620. A partir de meados do século XVIII verificámos o início de uma segunda fase depressiva que se agrava em 1765 antecedido também pela descida no número de casamentos. A recuperação dá-se entre 1766 e 1818, atingindo-se neste último ano os 17 nascimentos. A relação entre casamentos e concepções está bem presente ao longo de toda a observação, reflectindo geralmente os nascimentos oscilações decorrentes da evolução dos casamentos.

**Gráfico nº 1**  
**Baptismos e Casamentos**  
**Médias Móveis**



Fonte: Registos Paroquiais

O volume de casamentos celebrados na paróquia de Meadela entre 1593 e 1850 nunca atingiu níveis elevados, variando a sua frequência anual entre 2 e 8 eventos, isto se exceptuarmos os 17 casamentos atingidos no final da observação.

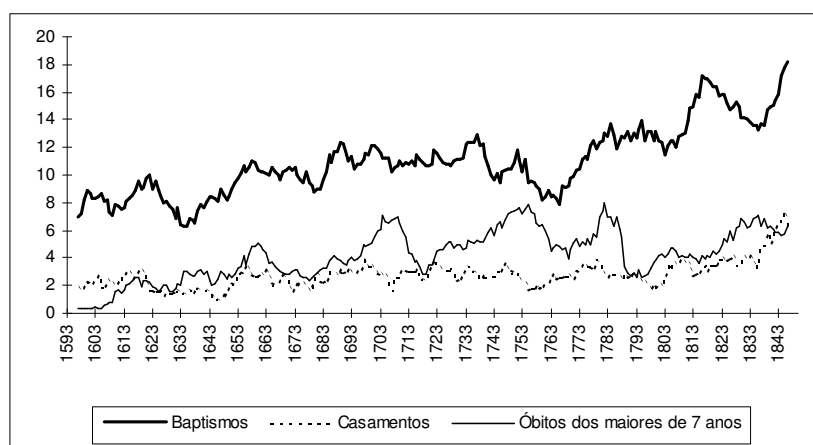
Com o objectivo de articular as três variáveis demográficas (baptismos, casamentos e óbitos) e visualizar alguma influência dos óbitos nos casamentos e nascimentos, elaborámos o Gráfico n.º 2, advertindo no entanto, que na ausência de registo de mortalidade infantil sistemático, limitámo-nos a observar, nesta secção, a incidência da mortalidade nos indivíduos maiores de 7 anos. Calculando as médias anuais dos óbitos maiores de 7 anos, encontraram-se valores de 3,4 para o século XVII, 5,4 e 6,9 para a primeira metade segunda do século XVIII respectivamente e desce na primeira metade do século XIX para 5,3 óbitos.

Notámos que nos períodos de aumento da mortalidade dos maiores de 7 anos o volume de casamentos e baptismos ressentem-se acompanhando em sentido inverso o movimento dos óbitos. Identificámos assim os períodos mais críticos de mortalidade, correspondendo a um aumento do volume de óbitos nas décadas de



1660, 1700, 1750, a grave crise de 1784 e a década de 1830. Os efeitos do aumento do volume da mortalidade dos maiores de 7 anos ocasionaram mais uma redução do número de casamentos do que de batismos para os períodos supra citados, estes últimos compensados pelo aumento dos ilegítimos.

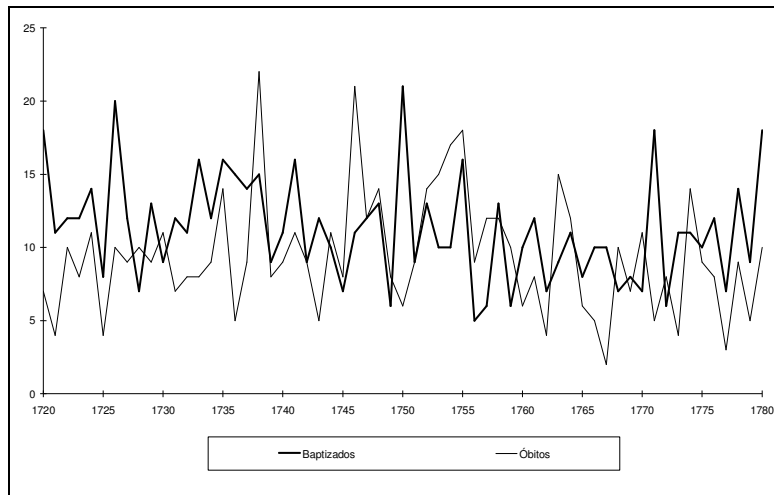
**Gráfico nº 2**  
**Batismos, casamentos e óbitos (> ou = a 7 anos)**  
**( Médias móveis de 9 anos )**



Fonte: Registos Paroquiais

Possuindo apenas para o período de 1720 a 1780 registos sistemáticos de mortalidade infantil, não quisemos deixar de verificar a evolução da mortalidade para este período, articulando com o movimento de nascimentos, para observarmos o saldo fisiológico. Embora neste período prevaleça um volume de nascimentos superior ao de óbitos, identificámos anos onde o saldo fisiológico é negativo, que tenderá a explicar o crescimento lento da população desta comunidade para este período.

**Gráfico nº 3**  
**Movimento de nascimentos e óbitos**  
**( 1720 -1780 )**



De um modo geral, podemos concluir que ao longo dos três séculos de observação, esta paróquia evoluiu demograficamente a um ritmo típico do Antigo Regime, mostrando um considerável dinamismo demográfico a partir do último quartel do século XVIII.

## ANEXO AO CAPÍTULO II

**Quadro n.º 10**  
**Décima das freguesias do termo de Viana (1643-1655)**

Freguesias	1644	1645	1646	1647	1650	1651	1652	1653	1654	1655
<b>Meadela</b>	<b>39364</b>	<b>45420</b>	<b>41577</b>	<b>49270</b>	<b>48614</b>	<b>48614</b>	<b>48614</b>	<b>48614</b>	<b>44270</b>	<b>43270</b>
S. Marta	127415	128758	127304	147384	142934	142934	144002	144002	137748	137748
S. M. Vinha	170790	179419	169329	196864	194127	194129	194127	194367	197271	199271
Soutelo	24559	27566	28528	29781	29981	29981	29981	29981	29981	29981
Baltazares	58337	61495	58541	67287	67587	67587	67587	67587	67587	67587
Afife	138193	153978	169361	170777	171277	171337	171337	171337	171337	173337
Carreço	168171	191661	188274	209894	294090	209873	209921	209921	210294	212294
Amonde	17144	18709	19238	20396	20996	20996	20996	20996	20996	20996
Vilar	17.498	18497	18712	20976	20976	20976	20976	20976	42606	20976
Meixedo	33774	35853	35207	41749	42149	42149	42149	42149	42149	42149
Nogueira	28960	30085	30019	32642	32642	32643	32023	31823	32643	32643
S. Cláudio	7384	7387	7000	7977	7973	7973	7973	7973	7973	7973
S. Salvador	19899	21107	19382	22795	22795	22795	22795	22795	22795	22795
Vila Mou	25644	27372	-	29561	24961	24961	25571	25561	25561	25561
Lanheses	80.514	83342	85146	91453	88795	88395	88192	88395	91453	91453
Outeiro	73449	83019	80192	90274	90274	42149	90274	90.274	95274	93274
Perre	110280	116582	133180	126299	126213	126203	126496	126499	136499	133499
Serreleis	46255	44079	47656	49547	40913	49013	48981	48999	49847	49847
Cardielos	42963	43261	45722	47318	47026	47026	47024	46612	47618	47618
S.L. Montaria	40428	40584	40520	44006	-	42006	42006	42006	42006	42006
S. Pedrinho	8505	9528	8384	10302	10302	10302	10302	10302	10302	10302

Fonte: Livros de décima

**Quadro n.º 11**  
**Décima das freguesias do termo de Viana (1656-1674)**

Freguesias	1656	1659	1660	1662	1663	1664	1670	1671	1674
<b>Meadela</b>	<b>43270</b>	<b>43270</b>	<b>43270</b>	<b>43270</b>	<b>54087</b>	<b>54087</b>	<b>15850</b>	<b>15850</b>	<b>15.850</b>
S. Marta	137448	137748	137748	137748	172185	172185	59820	59820	59820
S. M. Vinha	199271	199400	199400	249250	245550	245550	80700	80700	80700
Soutelo	29891	30000	30000	30000	37500	37500	16680	16680	16680
Baltazares	67587	67587	67587	84490	84484	84484	37240	37240	37240
Afife	173337	173337	173337	173337	216671	216661	72870	72870	72870
Carreço	212294	212294	212400	265080	265080	265080	80540	80540	80540
Amonde	20996	20996	20996	21000	26250	26250	11320	11320	11320
Vilar	20976	20976	21000	21000	26250	26250	11680	11680	11680
Meixedo	42149	42150	40710	40710	50890	50890	17970	17970	17970
Nogueira	32643	31644	32644	32640	40800	40800	15360	15360	15360
S. Cláudio	7973	7980	7980	8000	10000	10000	4450	4450	4450
S. Salvador	22799	22796	22796	22798	28500	28500	12680	12680	12680
Vila Mou	23150	25560	25560	25.560	31950	31950	13860	13860	13860
Lanheses	91493	91454	90954	90954	113692	113.692	42520	42520	42520
Outeiro	93154	93274	93300	93300	116625	116625	51890	51890	51890
Perre	133619	133500	133.500	133500	166875	166875	72510	72710	72710
Serreleis	49847	49847	49547	49600	6200	62000	22250	22250	22250
Cardielos	47618	45200	45200	45200	56500	56500	23590	23590	23590
S.L. Montaria	42006	42006	42006	42000	52507	52507	23360	23360	33360
S. Pedrinho	10302	10302	10302	10302	12879	12877	5730	5730	5730

Fonte: Livros de décima

**Quadro n.º 12**  
**Décima das freguesias do termo de Viana (1706-1715)**

Freguesias	1706	1707	1708	1709	1710	1711	1715
Meadela	30246	31000	31140	28090	23320	36450	300467
S. Marta	53920	53920	54450	54080	53650	70115	460844
Areosa	130000	130000	133500	132320	123080	98890	700801
Soutelo	30000	30000	30280	30030	28430	22170	150614
Baltazares	40000	40000	38080	37890	36400	28385	140720
Afife	70000	70000	69750	69180	68220	58710	690430
Carreço	155500	155500	154330	148880	138530	85860	120630
Amonde	36200	36200	34140	33580	29290	19590	130360
Vilar	15830	15800	16000	16070	14120	8745	60360
Meixedo	37670	37600	37290	35880	34370	29300	180237
Nogueira	30545	26000	25010	25480	23710	17365	120862
S. Cláudio	5070	2800	2840	3060	2990	5090	20482
S. Salvador	12000	11000	12520	11830	11670	12880	80705
Vila Mou	16550	15000	12990	13752	13050	14635	120565
Lanheses	39880	40000	38050	37940	32240	34485	290870
Outeiro	74425	74400	74770	74380	66630	53010	490501
Perre	102456	102450	98180	98660	88040	67015	580305
Serreleis	36820	36800	35910	35960	35120	-	360060
Cardielos	28000	28000	27050	26540	24800	18425	190512
S.L.Montaria	37500	55500	58420	58780	49990	38560	240755
S. Pedrinho	11000	9500	9630	9450	8840	7610	60110

Fonte: Livros de décima

**Quadro n.º 13**  
**Patrões e criados**

Data	Criados	Patrões	Observações
+ 25-6-1640	Isabel Afonso	João Bezerra	
+ 20-5-1644	Francisca	António Dias da Costa	
+ 15-10-1657	Madalena Calheiros	João Barroso de Paredes	
+ 4-10-1668	António de Amorim	José de Gouveia	R: Areosa
Dev. 2-11-1670	Maria	Ab. Pantaleão Vas Alemão	O Padre João do Rego de Soutelo foi acusado de violação (foi preso).

+ 14-11-1708	Manuel de Oliveira	Baltazar Robim de Barros	R: Quinta dos Guetes
Dev. 9-6-1774	Francisca Fernandes (solt.) R: Perre	Padre Manuel Pires da Costa	O padre foi admoestado por ter criada nova. Aceitou e prometeu cumprir.
Dev. 1721	Ana (solteira)	Luís Alvares Mendes (casado)	Amancebado com sua criada. Foi admoestado 1ª vez.
Dev. 3-6-1752	António José (solt.)	Pe Belchior de Gouveia	António foi acusado de concubinato com Maria da Costa (viúva). Foi admoestado
Dev. 1761	Sebastião Pereira Lobato (solteiro)	Casa do Ameal	Sebastião foi acusado de concubinato com Maria Rosa (solteira). Foi admoestado 1ª vez.
+ 20-5-1796	Isabel (solteira)	José de Barros	
+ 26-4-1810	Custódia (solteira) N: Seixas	Gaspar Ribeiro Werneque	
+ 16-11-1823	Joaquina (preta de 11 anos)	José Luís Carreira	
+ 12-11-1824	Antónia Gigante (solt., N: Outeiro)	Domingos da Rocha	
T. 5-8-1831 + 26-12-1831	Antónia Gonçalves Campãinha	Capitão José Guia Pereira	Testamenteiro o patrão deixa-lhe 1200 réis
T. 5-8-1831	Maria Rosa	Capitão José Guia Pereira	
T. 2-3-1834	Cristina	Apolónia Afonso Madalena	Deixa à sua criada 2 400 réis
T. 11-8-1834	Maria da Silva e a filha Rosa	Tomás de Gouveia Coutinho	Deixa às suas criadas 24 000 réis

T. 26-9-1839	Balvina	Domingos de Rocha Ennes de Carvalho	Deixa à sua criada 1 200 réis
T. 28-5-1840	Criados a servir	Teresa Gonçalves Grela	Deixa à sua criada 2 400 réis
+ 14-5-1845	Manuel António (expos.)	Jacinto de Paredes	
+ 24-1-1847	Cristina Martins Coxena (solteira)	João Dias Felgueiras	
+ 9-4-1847	Maria Joana (solteira)	Quinta da Cruz	

**Quadro n.º 14**  
**Escravos e seus senhores**

PROPRIETÁRIOS	ESCRAVOS	FILHOS	DATA: NASC./ ÓBITO
Álvaro de Matos Álvaro de Matos	Marta Miguel	Constantino	N: 24-2-1653
Jâcome Bezerra	Maria	Cristina	+25-4-1663 N: 21-4-1663
António de Lima Abreu João da Costa Fernandes	Isabel António	Domingos Isabel Catarina Natália Vitória	+26-1-1701 N: 2-2-1687 N: 30-12-1688 N: 1-6-1691 N: 7-10-1696 N: 5-1-1701
Luís Jâcome Pantaleão Ribeiro	Fernando Joana	António (escravo de Pantaleão)	N: 4-9-1683
António Jâcome António Jâcome	Inês António	Miguel	N: 19-7-1687
Damázio Rodrigues Valença	Francisco		+ 25-3-1734
Padre Belchior de Gouveia	António (solteiro)		+ 14-9-1753
Maria Josefa Cerqueira (solteira) R: Viana	Francisca (N: Baía)	Mariana António	N: 9-9-1764 N: 13-9-1769

Fonte: Registos Paroquiais



## PARTE III - DEMOGRAFIA

### CAPÍTULO III

#### NUPCIALIDADE

*La nupcialidad es la menos «natural» de las variables que caracterizan un sistema demográfico. El matrimonio sólo resulta de un acto voluntario por parte de los contrayentes (o de alguien por ellos), sino que también se traduce en la creación de una nueva célula del organismo social.*

Robert Rowland, *Sistemas Matrimoniales en la Península Ibérica*.

Até meados do nosso século a mortalidade era considerada o fenómeno regulador do crescimento no Antigo Regime.

Nos últimos anos, o estudo da nupcialidade tem vindo a ser objecto de apurado estudo por parte dos historiadores, colocando-se no centro da explicação do regime demográfico contemporâneo<sup>114</sup>.

É a partir de 1965, com os trabalhos de Hajnal que se revela a importância da nupcialidade como regulador do equilíbrio da população do Antigo Regime. Hajnal destaca um modelo específico de casamento para a Europa Ocidental, caracterizado por idades elevadas no casamento (superiores a 24 anos) e por um importante celibato definitivo feminino, funcionando como uma espécie de

---

<sup>114</sup> REHER, David, em *Família, población y sociedad en la provincia de Cuenca. 1700-1970*, Siglo Veintiuno Edit., Madrid, 1988, p. 76, entende que “la nupcialidade ha sido tradicionalmente la variable que más rápidamente ha podido actuar para compensar cualquier desequilibrio que se haya podido producir de una sociedad determinada”.

resposta às preocupações Malthusianas. Em contrapartida a Europa Oriental caracteriza-se por casamentos precoces e quase universais. Sobre os comportamentos matrimoniais da Europa Meridional, Hajnal apercebendo-se da grande heterogeneidade de comportamentos não apresenta conclusões definitivas<sup>115</sup>.

Wrigley (1982) sugeriu recentemente uma modificação, conciliando formas intermédias entre o Ocidente e o Leste. Introduce um modelo “mediterrânico” encontrado na Europa meridional, caracterizado pelo casamento tardio dos homens conjugado com o casamento precoce das mulheres<sup>116</sup>. Existe neste modelo uma diferença grande da média de idades, enquanto no modelo ocidental clássico a diferença de idades entre os cônjuges é pequena, com muitos casamentos em que a mulher é a mais velha dos dois<sup>117</sup>.

Robert Rowland, relativamente à Península Ibérica e especificamente a Portugal, através de uma perspectiva comparada, verificou a existência de regimes de casamento que se assemelham ora ao “modelo da Europa Ocidental”, ora ao “modelo da Europa Oriental”. Concluiu que o Mediterrâneo era diferente do Noroeste da Europa, mas salientou a falta de homogeneidade no Mediterrâneo, sendo necessário uma sistematização de estudos comparados nesta região para se poder falar de um “modelo mediterrânico”<sup>118</sup>.

O casamento, resulta de um acto voluntário por parte dos contraentes em formar um novo núcleo familiar, uma nova célula do organismo social<sup>119</sup>. A importância do casamento como fonte de família, é tal que não podemos limitarmo-nos aos aspectos

---

<sup>115</sup>HAJNAL, J., «European marriage patterns in perspective», in D. V.º Glass e D. E. C. Eversley (orgs.), *Population in History*, Londres, 1968, pp. 101-143.

<sup>116</sup>WRIGLEY, E. Anthony, «The Prospects for Population History.» In Theodore Rabb and Robert Rotberg (eds), *The New History*. Princeton University Press.

<sup>117</sup>BRETTELL, Caroline, *Homens que partem, mulheres que esperam\_ consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, pp. 122-123.

<sup>118</sup>ROWLAND, Robert, «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões para uma investigação comparada», in *Ler História*, Edições A Regra do Jogo, 1984, n.º3, pp. 13-15.

<sup>119</sup>ROWLAND, Robert, «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional », in PÉREZ MOREDA, V.º. e REHER, D., *Demografía Histórica en Españã*, Madrid, El Arquero, p.72.

estritamente demográficos, é preciso destacar os fundamentos jurídicos. Tradicionalmente, a Igreja tinha a competência exclusiva no matrimónio, sendo para a doutrina católica um sacramento. Do século VI ao XIX, a doutrina da Igreja, no que concerne ao casamento baseou-se no que tinha defendido Santo Agostinho, no final do século IV no seu tratado “De bono conjugali”. Santo Agostinho afirma a legitimidade do casamento e insiste na necessidade social do casamento. A partir do Concílio de Trento (1563), o casamento era um contrato solene, realizado em presença do padre, na paróquia de um dos cônjuges e em presença de duas ou três testemunhas<sup>120</sup>. No final do século XVIII e século XIX, reforça-se a passagem do sacramento ao contrato ou pelo menos justaposição do contrato ao sacramento<sup>121</sup>.

O acto de casar, quer seja considerado acto jurídico, contrato ou casamento, funciona como ponto de partida na formação de um novo núcleo familiar. Daí termos optado, em termos metodológicos, por iniciar o nosso estudo demográfico pela Nupcialidade relacionada a variáveis económicas e culturais e condicionadora em parte da variável Fecundidade. Embora, reconheçamos tal como Norberta Amorim, a importância da Nupcialidade como forma de equilíbrio na sucessão das gerações de Antigo Regime, considerámos, que também a Mortalidade como a Mobilidade são variáveis que podem ter efeitos mais imediatos e decisivos no comportamento demográfico<sup>122</sup>. Incidindo o nosso estudo sobre preferencialmente a Nupcialidade e Fecundidade, não foi nosso objectivo desenvolver a Mobilidade, dado limitarmos a nossa investigação a 1850, e enquadrando-se esta apenas para explicar comportamentos das variáveis Nupcialidade e Fecundidade. Por seu lado, na Mortalidade encontrámos sub-registo na Mortalidade Infantil o que não nos permitiu aprofundar como pretendíamos esta variável, embora saibamos que as crises de

---

<sup>120</sup> ARMENGAUD, A., *La famille et l'enfant en France et en Angleterre de XVIe au XVIIIe siècles*, aspects démographiques, S.E.D.E.S., pp. 22-28.

<sup>121</sup> Em França, com a Revolução Francesa e a Constituição de 1791, o casamento é um contrato civil.

<sup>122</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992, p. 89.

mortalidade ou as crises económicas podem afectar o acesso ao matrimónio<sup>123</sup>.

## 1. Sazonalidade dos casamentos

A Igreja, ao impôr por toda a Europa Católica o *Tempus Feriarum* tridentino, que obrigava ao respeito pelos períodos do Advento e da Quaresma, teve de uma maneira geral, uma grande influência no delinear do movimento sazonal dos casamentos.

Tentava assim a Igreja, através desta prescrição, evitar nos períodos de penitência todos os divertimentos públicos.

Mas a heterogeneidade de comportamentos parece ser um facto evidente e, possivelmente, terá muito a ver com a maior ou menor proximidade das Dioceses a que as paróquias estavam adstritas, ao acatamento ou não das suas emanações e, ainda, aos imperativos económicos de cada região e suas especificidades.

É assim que, para a França do século XVIII, parece ter existido uma certa uniformidade de comportamentos, um notável acatamento das deliberações tridentinas relativamente aos períodos da Quaresma e Advento<sup>124</sup>.

Ao contrário, estudos efectuados por Pérez Garcia em duas povoações do litoral da Galiza, mostram que, no século XVIII, as populações assumem um total alheamento dos ditames religiosos, orientando antes a efectivação dos casamentos pela calendarização dos trabalhos agrícolas<sup>125</sup>.

Também os estudos efectuados por Norberta Amorim na região de Trás-os-Montes (em Rebordãos, Cardanha e Poiães) se assemelham em parte com os efectuados na Galiza, apontando o mês

---

<sup>123</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 90.

<sup>124</sup> GUILLAUME e POUSSOU, constataram para França no século XVIII, que os meses de Fevereiro e Novembro, antecederam respectivamente a Quaresma e o Advento, aparecem nas posições cimeiras, contrapondo-se aos meses seguintes de Março e Dezembro. De Agosto a Novembro verifica-se uma nítida depressão, correspondendo à época de trabalhos agrícolas. In GUILLAUME, P., e POUSSOU J. P., *Démographie Historique*, Paris, 1970, p.183.

<sup>125</sup> GARCIA, José Manuel Pérez, «Demografia Tradicional en dos Localidades de la Galicia Atlántica», in *Actas de las Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, Santiago de Compostela, 1975, III, p.144.

de Dezembro como o mais pretendido da segunda metade do ano, sendo no entanto o período da Quaresma notoriamente mais acatado<sup>126</sup>. Em contrapartida, na área rural de Guimarães verifica-se um maior respeito pelas interdições da Quaresma e do Advento. Os meses de Julho a Setembro correspondem a um período de depressão, época de grandes fainas agrícolas, que terminam nos meses de Setembro e Outubro com as vindimas<sup>127</sup>. Para o Sul do Pico, Norberta Amorim, salienta o maior respeito pelas interdições da Quaresma e principalmente do Advento nas paróquias açorianas, comparativamente aos estudos de Trás-os-Montes. No Antigo Regime, o respeito religioso em Março e Dezembro, a par dos trabalhos agrícolas dos meses de Verão, empurrariam a realização das bodas, no Sul do Pico, para Maio, Outubro-Novembro e Janeiro-Fevereiro<sup>128</sup>.

E na Meadela, qual é o comportamento sazonal dos casamentos? Será que se integra nos modelos apresentados? A sazonalidade ao casamento manteve-se ao longo do período estudado? Estas são algumas questões que se nos colocaram e que iremos tentar responder.

---

<sup>126</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães. 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, p.64.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 65.

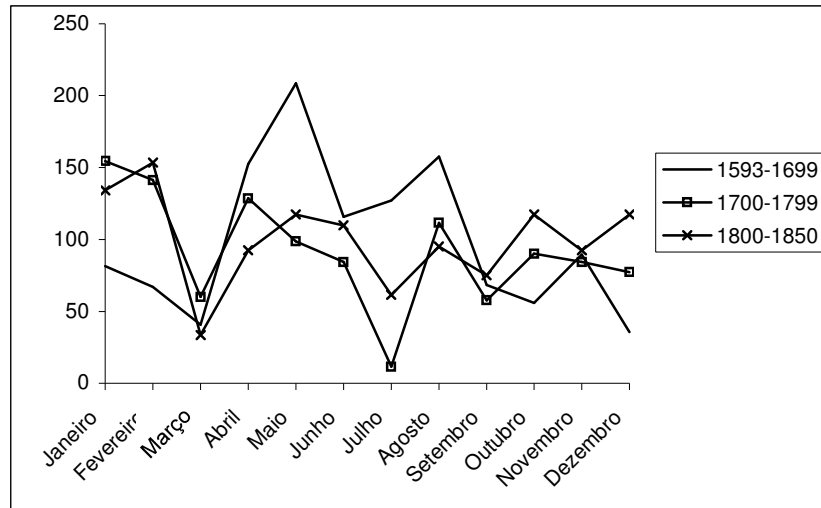
<sup>128</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Instituto de Ciências Sociais, p. 83.

**Quadro n.º 15**  
**Sazonalidade dos casamentos**  
**(Índices)**

Período	1593-1699	1700-1799	1800-1850
Janeiro	81,4	154,5	134,2
Fevereiro	67,0	141,3	153,4
Março	40,7	60,1	33,6
Abril	152,5	128,6	92,5
Maio	208,6	98,7	117,4
Junho	115,7	84,3	109,8
Julho	127,2	11,6	61,5
Agosto	157,7	111,6	95,1
Setembro	68,3	57,7	75,1
Outubro	56,0	90,1	117,4
Novembro	89,4	84,3	92,5
Dezembro	35,6	77,3	117,4

Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico nº 4**  
**Sazonalidade dos casamentos**  
**Evolução do comportamento (índices)**



Fonte: Registos Paroquiais

Após uma observação dos dados que recolhemos sobre os meses escolhidos pelos habitantes da Meadela para contrair casamento, no período de 1593 a 1850, optamos por dividir o período em sub-períodos, indo o primeiro de 1593 a 1699, o segundo de 1700 a 1799 e o terceiro de 1800 a 1850, permitindo-nos visualizar melhor o comportamento sazonal por séculos.

Constatámos que nos sub-períodos houve tendências díspares, principalmente entre o primeiro e os dois restantes, existindo no entanto pontos comuns que iremos referenciar.

À semelhança da maioria dos países católicos da Europa Ocidental, a Meadela, paróquia por nós estudada pelo período de duzentos e cinquenta anos, procurou evitar contrair laços de matrimónio precisamente no Advento e Quaresma, ou seja em Março e Dezembro, como se pode verificar pelo Quadro N.º 15 e Gráfico N.º 4 correspondentes à repartição dos casamentos pelos meses do ano. Na totalidade dos períodos, é o mês de Março o menos preferido para a celebração de casamentos, imediatamente seguido pelo mês de

Dezembro. Porém, nos dois últimos períodos terá esmorecido ligeiramente o respeito pelo Advento.

Para o conjunto de períodos, é sem dúvida a primeira metade do ano a mais pretendida, e o mês de Maio o mais procurado, seguido por Abril e Agosto.

Os meses de maior depressão tirando os de Março e Dezembro, são os de Setembro, Outubro e Novembro, que correspondem também aos apontados por Norberta Amorim para o Nordeste Transmontano. Por outro lado, Junho, Julho e Agosto, ao contrário do que se poderia esperar, são bastante calendarizados para a celebração de cerimónias matrimoniais, assim como Janeiro.

Na Meadela, as actividades agrícolas parecem não ter exercido muita influência nos enlaces, porquanto Julho e Agosto, meses por excelência de bastante trabalho agrícola, vão registar bastantes casamentos. Possivelmente, o próprio sistema de propriedade de minifúndio<sup>129</sup>, associado à policultura, não exigisse uma dedicação exclusiva à actividade agrícola. João de Pina-Cabral constatou que no Alto Minho “o meio do Verão não é um período agrícola muito movimentado, com excepção da sulfatagem regular das vinhas<sup>130</sup>”. A antropóloga Caroline Brettell, no seu estudo sobre Santa Eulália, concluiu que, na segunda metade do século XVIII “ (...) cerca de

---

<sup>129</sup> Surge regularmente nos testamentos que analisámos a doação de “leiras” ou “leirinhas” que evidenciam o regime de propriedades de minifúndio.

<sup>130</sup> PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, filhas de Eva*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, p.49. Apresenta uma relação entre o ano agrícola e a sucessão de festividades religiosas que representam e estação e as suas ocupações. Assim calendariza o ano agrícola no Alto Minho da seguinte maneira: “Na Páscoa, é tempo de lavar a terra, de espalhar o estrume, de semear o milho e também de plantar as batatas: A época do S. João (24 de Junho) é o segundo período mais activo do ano: debulha-se o centeio, arrancam-se as batatas e as vinhas são sulfatadas pela primeira vez. O meio do Verão não é um período agrícola muito movimentado, com excepção da sulfatagem regular das vinhas. (...) O S. Miguel (27 de Setembro) é o tempo da colheita do milho e das vindimas; semeia-se a erva para a forragem do gado, removem-se as espigas de milho das suas camisas. É este o período de maior azáfama. O S. Martinho, no final de Novembro e princípios de Dezembro, é a época da matança dos porcos, apanham-se as castanhas e as nozes, semeiam-se o centeio e começa a beber-se o vinho novo. Enfim, depois do Natal, é apanhado o mato para as camas do gado e as vinhas são podadas.



metade dos casamentos eram realizados durante os meses de colheitas, no Verão- Julho, Agosto e Setembro (...). Isto aplica-se também à primeira década do século XIX<sup>131</sup>”. Baseando-se nas provas etnográficas, justifica este comportamento pelas emigrações sazonais para Espanha que ocorriam fundamentalmente nos fins do Outono e nos meses de Inverno, em que o trabalho em Portugal era menos intenso, antecipando o casamento para os meses de Verão<sup>132</sup>. Verificámos na reconstituição da nossa paróquia, através dos registos de óbitos que surgem alguns jovens a falecer na Galiza, possivelmente saídos nestes movimentos sazonais, que corroborarão estes comportamentos sazonais no casamento.

Em termos de economia, sabemos que a população se dedicava, como vimos, à criação de gado principalmente bovino, à cultura de bastante cevada, de centeio, milho, vinha, feijão, linho e muito pouco trigo<sup>133</sup>. Assim, entende-se que os meses de Setembro e Outubro sofram uma depressão, em virtude dos trabalhos das vindimas e até de alguns cereais<sup>134</sup>.

Para além disso dedicava-se à exploração de sal que, até meados do século XVIII pelo menos, pensa-se, tenha sido de grande importância<sup>135</sup>. Parece, no entanto, não ter influenciado a sazonalidade dos casamentos, já que se trata de uma actividade que se exerce ao longo de todo o ano.

Analisando em pormenor os sub-períodos que propusemos, através do Quadro N.º 15 e do Gráfico N.º 4, verificámos que para o período de 1593-1699, os meses mais cativantes para os cônjuges

---

<sup>131</sup> BRETTELL, Caroline B., *ob. cit.*, p.137.

<sup>132</sup> *Ibidem*, p.137.

<sup>133</sup> FERNANDES, A. de Almeida, *Meadela Histórica*, Viana do Castelo, 1994, pp. 150-152.

<sup>134</sup> PINA-CABRAL, *ob. cit.*, p. 49.

<sup>135</sup> A exploração de sal foi de tal modo importante que a própria Coroa havia reservado para si grande parte da área, deixando todavia outra para os particulares que a ela quisessem dedicar através da obrigação do pagamento de foro à coroa. Já em 1258 as Inquirições relatam que, mais de vinte indivíduos da paróquia se dedicavam aos trabalhos nas salinas, numa área perto de Santa Marta, uma freguesia vizinha. In P.M.H. - *Inquisitiones*, PP. 331-332. No Tombo de 1743 lê-se: “para a condução do sal que se paga a esta igreja (Santa Cristina) das marinas que nesta freguesia se têm feito, têm os Reverendos Abades a sua serventia”. In *Tombo*, fl. 65.

foram pela seguinte ordem de preferência: Maio, Agosto, Abril e Junho. Evitava-se casar em Março, Setembro, Outubro e Dezembro.

Estes desfasamentos podem correlacionar-se com as actividades da comunidade rural, bem como pelo factor religioso. O respeito pelo Advento e pela Quaresma é bem marcante, pois são os meses de Dezembro e Março os mais evitados, revelando a forte religiosidade desta comunidade<sup>136</sup>. Os meses anteriores a estes e principalmente posteriores são mais procurados, compensando a fraca adesão desses meses. O mês mais pretendido foi Maio, contrastando claramente com os meses de Dezembro e Março, seguido do mês de Abril, meses de Primavera, mais mortos para as actividades relacionadas com a terra. Também a tradição diz que o mês de Maio é um mês abençoado, daí ser tão requisitado para a cerimónia. Neste período, o mês de Agosto, surge como o segundo mês mais escolhido pelos noivos, isto é pouco vulgar para o século XVII, embora C. Brettell tenha verificado o mesmo para Santa Eulália, mas para o século XVIII e XIX. Em Agosto as grandes actividades agrícolas na Meadela tinham terminado, sendo um mês calmo, comparado com os que se lhe seguiam onde se realizavam as vindimas e se preparavam as terras para as sementeiras de Inverno. Seria uma antecipação ao período de maior azáfama? Os meses de Setembro e Outubro são pouco propícios para o casamento, pois as actividades agrícolas da região, requerem uma maior concentração de esforços e atitudes. Também a saída de jovens trabalhadores agrícolas que emigravam para Espanha nos finais do Outono e inícios do Inverno, parece condicionar a sazonalidade ao casamento, surgindo uma fraca realização de casamentos nestas estações.

Nos dois períodos seguintes, 1700-99 e 1800-50, as diferenças até aí existentes diluem-se, observando-se um maior equilíbrio na distribuição de casamentos ao longo do ano. Desaparece a tendência de preferência de certos meses, passando a haver outros condicionantes na escolha da data das uniões pelos cônjuges.

No segundo período (1700-99), destaca-se o mês de Janeiro com maior volume de casamentos, seguido por Fevereiro, Abril,

---

<sup>136</sup> A Igreja Católica não dava as bênçãos nupciais aos casais que decidiam casar no Advento e Quaresma, daí que os meses de Dezembro e Março e por vezes Abril, quando a Páscoa é alta, sejam os menos procurados para o acto.

Junho e Agosto. Os menos escolhidos foram Março, Junho, Setembro e Dezembro.

Não é de admirar os resultados obtidos para o mês de Janeiro, já que se segue ao período de interdição, apesar de se verificar neste período um ligeiro esmorecimento do respeito pelo Advento. A Janeiro seguiu-se-lhe Fevereiro, meses de Inverno, onde não faltavam alimentos necessários para a boda, oriundos da matança do porco (enchidos) e de aves de capoeiro.

Verifica-se uma descida acentuada, comparando com o período anterior, dos valores para o mês de Maio, tornando-se um mês de segunda escolha. Os meses de Julho e Agosto continuam a ser escolhidos para os enlaces, contrastando com a queda acentuada de Setembro.

Ao contrário do Advento, a Quaresma continua a ser respeitada, surgindo Março como o mês menos procurado.

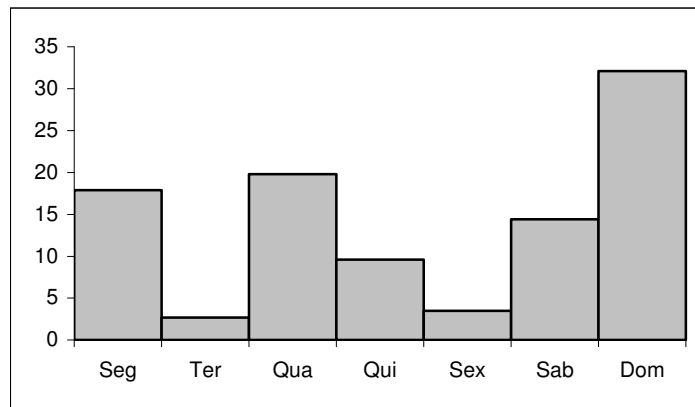
O terceiro período (1800-50) apresenta um comportamento próximo do segundo, destacando-se como meses de maior volume Janeiro, Fevereiro. Surge novamente um interesse pelos meses de Maio e Outubro. Nota-se um desrespeito pelo Advento, passando Dezembro a ser um dos meses preferidos. Será isto revelador da perda de influência da Igreja Católica? Possivelmente não, pois a Quaresma continua a ser tida em conta, evitando-se casar em Março, que apresenta os valores mais baixos dos três períodos.

**Quadro n.º 16**  
**Movimento semanal dos casamentos**

1593 – 1699								
	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Total
Ñ.º Abs.	28	7	31	18	12	32	104	232
%	12,1	3,0	13,4	7,8	5,2	13,8	44,8	100,0
1700 - 1799								
	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Total
Ñ.º Abs.	56	7	49	29	10	40	83	274
%	20,4	2,6	17,9	10,6	3,6	14,6	30,3	100,0
1800 - 1850								
	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Total
Ñ.º Abs.	44	5	62	22	3	31	43	210
%	21,0	2,4	29,5	10,5	1,4	14,8	20,5	100,0
1593 - 1850								
	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Total
Ñ.º Abs.	128	19	142	69	25	103	230	716
%	17,9	2,7	19,8	9,6	3,5	14,4	32,1	100,0

Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico n.º 5**  
**Movimento semanal dos casamentos (1593-1850)**



Fonte: Registos Paroquiais

Apercebemo-nos que não existe apenas um movimento sazonal por meses, também existe um movimento semanal. Quais eram os dias mais escolhidos para casar? Será que são os mesmos dos

nossos dias? Pela análise dos mesmos períodos anteriormente realizados verificamos que para o período total de 1593-1850 (Gráfico N.º 5), o dia preferido foi o Domingo, seguindo-se a Quarta-feira e a Segunda, celebrando-se poucos casamentos às Terças-feiras e Sextas-feiras. E isto porquê? A Sexta-feira para os Cristãos é considerado como um dia triste, lembrando a paixão e morte de Jesus. A tradição popular refere-se a este dia como sendo um dia de azar, aceitando certas superstições. Além disso, não se casava às Terças-feiras nem às Sextas-feiras por serem dias de mercado em Viana<sup>137</sup>. A preferência vai para o Domingo, pois é o dia do Senhor, dia de descanso e permitiria uma maior disponibilidade das pessoas para participarem na boda. Além disso os dias que antecediam o casamento (Sexta e Sábado) eram ocupados com a preparação da festa. Existem no entanto, algumas diferenças entre os sub-períodos estudados que passaremos a apresentar (Quadro N.º 16). No primeiro período (1593-1699), o dia preferido é o Domingo, seguido pela Segunda-feira, Quarta-feira e Sábado, sendo poucos os casamentos na Terça-feira, Sexta-feira e Quinta-feira. Por sua vez, para o segundo período (1700-99) o dia preferido continua a ser o Domingo. As grandes alterações surgem no terceiro período (1800-50), onde a Quarta-feira passa a ser preferida ao Domingo que ocupa a segunda escolha juntamente com a Segunda-feira, mantendo-se no entanto a relutância em casar às Terças e Sextas-feiras.

Em suma, verificámos que existe uma relação estreita entre a escolha do mês/ dia da semana para o casamento com aspectos religiosos, económicos e sociais.

## **2. Idade média ao primeiro casamento**

Os casos que vamos apresentar, foram seleccionados quase aleatoriamente, permitirão ilustrar algumas variações da idade ao primeiro casamento entre cônjuges ao longo do tempo, em gerações diferentes.

---

<sup>137</sup> M. Gouesse, para a paróquia de Villedieu, na Normandia, mostrou que também aqui não se casava às Terças-feiras por ser o dia do mercado, Citado por ARMENGAUD, A. , *ob. cit.*, p. 36.

- Em 28 de Abril de 1651, André Fernandes casa aos 30 anos com Isabel Afonso de 24 anos de idade. A segunda filha do casal, Maria Fernandes casa a 1 de Maio de 1684 aos 30 anos, com Manuel Afonso, mais novo oito anos. Por sua vez, a filha destes, Maria Fernandes contrai matrimónio aos 22 anos com Domingos Gonçalves mais velho seis anos. Sua irmã, Isabel Afonso de 20 anos casa com Manuel da Rocha de 21 anos em 19 de Janeiro de 1713.

- Ana Lourença, filha de Domingos Afonso e Ana Lourença, casa em 23 de Janeiro de 1701 aos 30 anos de idade com Manuel Gonçalves, nascido no mesmo ano. O quarto filho do casal, Eugénio Gonçalves, casa em 30 de Junho de 1737 aos 22 anos com Maria Gil, mais nova quatro anos.

- Luísa Afonso, filha de Domingos Afonso e de Ana Martins, casa em 5 de Novembro de 1712 aos 13 anos de idade com João Gonçalves Carvalho, mais velho oito anos. A 9 de Fevereiro de 1756, o segundo filho do casal anterior, Manuel Gonçalves Carvalho, casa aos 38 anos de idade com Joana Gonçalves da Costa de 30 anos.

- André Martins da Costa, casa a 6 de Novembro de 1768 aos 18 anos de idade com Maria da Rocha mais velha dez anos. A segunda filha do casal, Tomásia Martins da Costa, casa em 10 de Fevereiro de 1823, aos 50 anos, com Manuel Gonçalves de 28 anos, mais novo 22 anos.

Quisemos com estes exemplos destacar a grande diversidade de combinações de idades ao casamento entre os cônjuges, que passaremos a calcular e analisar, tentando encontrar respostas para esta grande heterogeneidade, que se reflectirá na idade média ao primeiro casamento, sobre a qual iremos debruçar-nos.

Calculámos a idade média ao primeiro casamento quer para os homens quer para as mulheres, com a plena consciência de que os resultados obtidos, poderão eventualmente ter sido viciados, para a primeira metade do século XVII, principalmente nas gerações

nascidas antes de 1620, em particular no que concerne aos homens, pois nos registos antes de meados do século XVII não é identificado o nome dos pais através dos quais, identificaríamos facilmente os nubentes se naturais da paróquia se tratassem <sup>138</sup>.

Sendo a idade média ao primeiro casamento um dos indicadores de Nupcialidade mais privilegiados, começaremos pelo estudo longitudinal (por gerações) seguindo-se o transversal (por períodos).

Iremos analisar este indicador da Nupcialidade a partir de 1650 a 1850 numa observação transversal e de 1600 a 1800 numa observação longitudinal.

Na observação longitudinal, considerámos as gerações nascidas a partir de 1600 até 1800, de 10 em 10 anos.

---

<sup>138</sup> Como constataremos mais adiante, os casamentos realizavam-se em geral na freguesia da noiva e um número considerável de noivos era oriundo de outras freguesias, não se sabendo a data de nascimento destes.

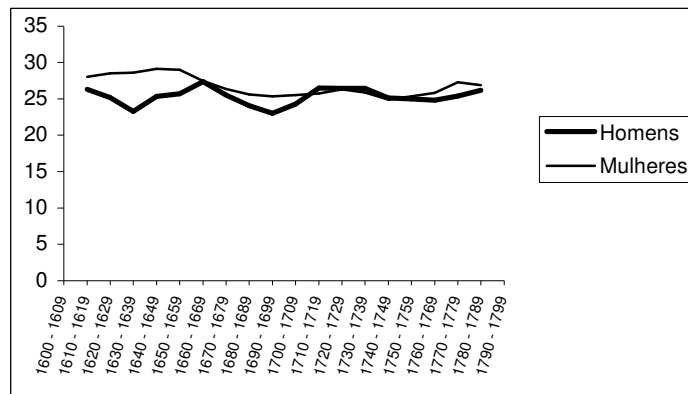
**Quadro n.º 17**  
**Idade média ao primeiro casamento**  
**Gerações nascidas de 1600 a 1800**

Período	Homens		Mulheres	
	Observações	Média	Observações	Média
1600 - 1609	1	32,5	4	34,5
1610 - 1619	3	29,5	3	26,8
1620 - 1629	10	28,3	15	30,2
1630 - 1639	7	21,2	12	27,1
1640 - 1649	8	26,0	22	28,3
1650 - 1659	10	22,6	18	30,4
1660 - 1669	7	27,4	21	28,7
1670 - 1679	15	27,1	13	27,9
1680 - 1689	12	27,6	21	25,8
1690 - 1699	5	21,9	22	25,4
1700 - 1709	13	22,7	20	25,7
1710 - 1719	12	24,4	20	25,0
1720 - 1729	19	25,8	16	25,9
1730 - 1739	6	29,3	21	26,3
1740 - 1749	10	24,2	9	26,7
1750 - 1759	12	25,8	20	24,6
1760 - 1769	8	25,4	14	23,4
1770 - 1779	8	23,8	19	28,1
1780 - 1789	20	25,2	20	26,0
1790 - 1799	12	27,2	22	27,8

Fonte: Registos Paroquiais



**Gráfico n.º 6**  
**Idade média ao 1.º casamento por**  
**gerações nascidas de 1600 a 1800**  
**(média móvel de 3 décadas)**



Fonte: Registos Paroquiais

Analisando o Quadro n.º 17 e Gráfico n.º 6 constatámos que na Meadela se verificam idades elevadas ao primeiro casamento para ambos os sexos; que a idade ao primeiro casamento para as mulheres teve valores superiores às dos homens até 1730; que nas décadas de 30, 50 e 60 do século XVIII os homens casam mais velhos que as mulheres; no século XVIII, verifica-se uma ligeira aproximação das idades ao primeiro casamento entre os dois sexos, mantendo-se estas no entanto elevadas.

No século XVII, verificámos que a idade média ao casamento do sexo feminino se apresenta muito superior à dos homens, atingindo a geração de 1650 uma diferença de cerca de 8 anos, casando as mulheres com 30,4 anos e os homens por volta dos 22,6 anos. É na primeira metade do século XVII que as mulheres atingem as idades ao casamento mais elevadas de toda a observação (34,5 anos). Nas restantes décadas do período a idade ao casamento das mulheres nunca desce dos 27 anos. Estes valores contrastando com as idades mais baixas dos homens, principalmente na década de 1630, atingindo-se os 21,2 anos. Neste período, só na segunda década, é que

os homens casam mais velhos que as mulheres, com uma diferença de 2,5 anos.

A partir de meados do século XVII, encontramos uma descida da idade média ao casamento das mulheres nascidas neste período, acompanhadas por uma subida da idade ao casamento dos homens, aproximando-se as idades no final do século. As mulheres continuam a casar mais velhas que os homens, exceptuando na geração de 1680.

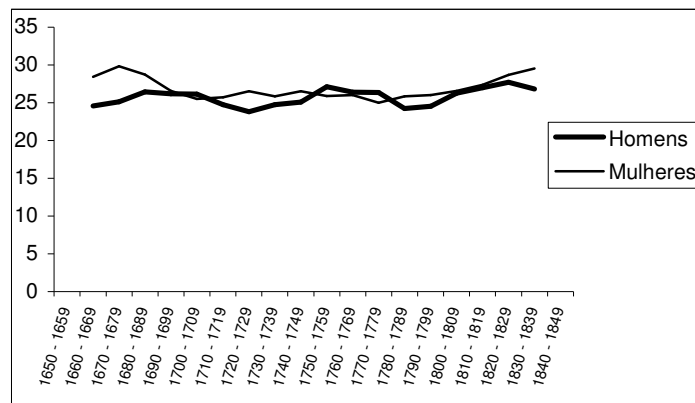
Para a primeira metade do século XVIII, os homens nascidos na geração de 1730 casam mais velhos que as mulheres 3 anos, rondando os 29 anos os homens e 26 as mulheres. Na segunda metade do século, a tendência é para o sexo feminino continuar a casar mais tarde do que o masculino exceptuando as gerações de 1750-60, mantendo-se as médias elevadas.

**Quadro n.º 18**  
**Idade média ao primeiro c**  
**por períodos (1650-1849)**

Período	Homens		Mulheres	
	Observações	Média	Observações	Média
1650 - 1699	47	24,8	89,0	28,5
1700 - 1749	60	24,9	104,0	25,9
1750 - 1799	54	26,2	80,0	25,4
1800 - 1849	58	26,8	120,0	28,0

Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico n.º 7**  
**Idade média ao 1.º casamento**  
**períodos de 1650-1849**  
**(médias móveis de 3 décadas)**



Fonte: Registos Paroquiais

Através da observação transversal, que permite reflectir melhor a influência de factores condicionadores ao casamento, analisámos o comportamento deste indicador da nupcialidade, de 1650 até final da nossa observação. A partir das observações decenais e do gráfico de médias móveis que lhe corresponde, estabelecemos assim a seguinte periodização: 1650-1699; 1700-1749; 1750-1799; 1800-1850, que manteremos por questões metodológicas ao longo deste estudo.

Constatámos que ao longo da observação as mulheres casam com idades superiores à dos homens, exceptuando no terceiro período, onde se verifica uma ligeira descida da idade média ao casamento das mulheres acompanhada por um aumento da idade média dos homens.

No primeiro período nota-se uma idade média ao 1.º casamento da mulher superior à dos homens, casando em média as mulheres pelos 28,5 e os homens pelos 24,8 anos, existindo uma diferença de cerca de 4 anos, a favor das mulheres.

Como explicar idades tão elevadas ao casamento? Quais as razões que levam as mulheres a casar com homens mais novos do que elas? As respostas prendem-se com certeza a vários factores: maior mortalidade infantil do sexo masculino (que abordaremos

posteriormente no capítulo da mortalidade); emigração diferencial; estratégias matrimoniais; sistema de herança<sup>139</sup>; apoio aos pais e irmãos, etc.

Também Fernando Miranda, para Alvito S. Pedro, no século XVII e XVIII, encontra idades superiores ao casamento das mulheres em relação aos homens, da ordem dos 29,9 anos para as primeiras e 27,8 para os homens, diferença de aproximadamente 2 anos, isto para o século XVII. A diferença acentua-se no século XVIII, atingindo os 5 anos, casando os homens por volta dos 26,4 anos e as mulheres pelos 31 anos. Para este comportamento apresenta a seguinte justificação: “as razões desta diferença podem relacionar-se com vários factores, não só pelo facto dos elementos masculinos serem mais penalizados pela morte na infância, mas também, devido à emigração diferencial. Outro motivo, (...) teria sido a possibilidade do adiamento do enlace matrimonial por parte das mulheres, em favor dos pais, por razões materiais e humanas, servindo elas de mão de obra barata para as tarefas agrícolas, a recompensa só viria à morte dos progenitores, através da legítima<sup>140</sup>”.

Carolina Bretell, sobre Santa Eulália, constatou a existência de um número considerável de mulheres que casavam com maridos mais novos, justificando este comportamento por motivos de interesse, alicerçando esta ideia a partir das “Relações de dispensa por consaguinidade e afinidade de 1700-1749”, constatando “(...) que o grupo de parentes mais amplo esteve envolvido nos casos em que as

---

<sup>139</sup> H. J. Habakkuk (1955) distinguia os modelos de casamento em diferentes sistemas de herança: divisa ou indivisa. No sistema de herança indivisa apenas um dos filhos herda o património da família, levando os irmãos a emigrar ou a trabalhar como assalariados agrícolas, acabando por casar tarde (quando acontece). Berkner (1976), Gosdsschmidt e Kunkel (1971) provaram que este sistema estava associado ao tipo de estrutura denominada família troncal (*stem family*). Berkener e Mendels (1978) reformularam estes argumentos, referindo que a indivisibilidade e divisibilidade rigorosas são tipos ideais que, na realidade, revelam uma grande flexibilidade. Constatam a existência de uma ligação entre a propriedade e a transmissão da propriedade das terras de uma geração a outra e certos fenómenos demográficos específicos, mas, para compreender essa ligação, é necessário compreender não só o sistema de herança praticado mas também a economia e estrutura social locais a que anda associado. Citado a partir de BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p.124.

<sup>140</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 64.

noivas eram herdeiras mais ricas<sup>141</sup>”. Justifica este comportamento pelo “facto de as mulheres terem a mesma probabilidade de herdar do que os homens tornava os casamentos entre primos economicamente atraentes, também levava a que as viúvas e as mulheres mais velhas em geral fossem bons partidos para os homens mais novos<sup>142</sup>”.

Para o segundo período, apesar da descida na idade média ao casamento para as mulheres, estas continuam a casar mais velhas que os homens, mas agora com uma diferença de apenas um ano, casando os homens pelos 25 e as mulheres pelos 26 anos.

Se partirmos dos cálculos decenais, encontrados na Meadela, verificámos que, a partir da década de 1680-89 até 1710-19, houve uma nítida quebra da idade média das mulheres ao primeiro casamento, de 30,9 para 24,5 anos, enquanto o sexo masculino subiu ligeiramente, atingindo no início do século a média ao casamento de 27,6, ultrapassando as mulheres apenas na década de 1700-09.

Esta tendência de aproximação acentua-se no terceiro período, chegando mesmo os homens a casar mais velhos que as mulheres, existindo uma diferença de cerca de um ano entre eles. Desce a idade da mulher ligeiramente para os 25,4 anos, enquanto a dos homens sobe para os 26,2 anos. Possivelmente a existência de um mercado matrimonial maior por parte do sexo feminino justifique o abaixamento da idade média ao casamento destas, associado a uma melhor situação económica dos homens. O final do século XVIII, caracteriza-se por uma nova subida da idade média da mulher ao casamento, mantendo-se acima da dos homens durante a primeira metade do século XIX. O distanciamento das idades médias ao casamento, ressurgiu no último período, atingindo para os homens os 26,8 anos e para as mulheres os 28 anos, aumentando para ambos simultaneamente a idade ao casamento.

Constatámos que em termos gerais, durante a observação, as mulheres casavam tarde e geralmente mais velhas que os homens.

É possível, que estes valores encontrados estejam relacionados com o mercado matrimonial, com o sistema de herança e distribuição dos bens, tal como referiu Fernando Miranda para Alvito S. Pedro e C. Brettell para Santa Eulália. Fernando Miranda justifica

---

<sup>141</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, pp. 142-143.

<sup>142</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 143.

“que as mulheres tenderiam a casar mais tarde, na medida em que seriam elas as maiores beneficiadas à morte dos pais, aquando da transmissão dos bens. Elas teriam sido o apoio moral e material deles<sup>143</sup>”. C. Brettell, sobre o sistema de herança, diz que este na freguesia de Santa Eulália e noutras freguesias da região, não era uniforme, nem sistemático. Acrescenta ainda que, “em princípio, o ideal subjacente era o da divisibilidade mas, em geral, era um descendente, com frequência uma filha e muitas vezes uma filha que casava, o destinatário do terço, o qual incluía habitualmente a casa paterna e era doado inteiramente com base na escolha dos pais<sup>144</sup>”.

Será que o casamento tardio para os homens e principalmente para as mulheres da Meadela se relaciona com o apoio e amparo prestado aos pais até à morte destes? Será que teriam que esperar pela morte dos pais para constituir a sua família? Existe uma relação entre o casamento tardio, a propriedade da terra, as práticas de herança e o sistema familiar?

Após a reconstituição da paróquia da Meadela, cruzando a informação de alguns testamentos, constatámos que, grande número de homens e mulheres esperavam pela morte dos progenitores para alcançarem a sua autonomia económica e constituir um novo agregado familiar, ficando muitas vezes a residir na casa dos pais. A constituição de um novo lar, formando-se um novo agregado familiar, implicaria um mínimo de condições económicas, que levariam anos a ser conseguidas, retardando o casamento<sup>145</sup>. Não nos foi possível estudar o tipo de agregado familiar dominante da paróquia da Meadela, na falta de manuscritos de Róis de confessados ou de Róis de Desobriga, no entanto, pareceu-nos através dos testamentos desenhar-se uma preferência pelo sistema familiar da neolocalidade e da nuclearidade, embora surjam referências aos agregados de sistema troncal<sup>146</sup>. Neste sentido Fátima Brandão sobre Vieira do Minho, uma

---

<sup>143</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 64.

<sup>144</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.* pp. 124-125.

<sup>145</sup> Caroline BRETTELL, no seu estudo sobre Santa Eulália, refere que “os agregados constituídos por uma família nuclear foram sempre associados a uma nupcialidade elevada, uma vez que ambas são uma consequência directa (num sistema ideal) de um sistema de herança divisível”, p. 165.

<sup>146</sup> Para Robert ROWLAND o Norte de Portugal é descrito como uma região onde predomina o tipo de agregado constituído pela família extensa e o Sul, como

paróquia minhota refere que “A posição social dos indivíduos era em larga medida determinada por estratégias familiares. Daí a prioridade dada à manutenção da unidade do casal através da escolha de um herdeiro principal. Sobre este último se dizia que casava na casa, dando assim continuidade a uma espécie de sistema familiar troncal<sup>147</sup>“. Veja-se os exemplos, a partir dos testamentos:

- António Martins Barreiros casado com Maria Luisa Rodrigues em 16 de Junho de 1805, tiveram sete filhos, Maria Luisa, José Tomás, Manuel, António, Domingos, Quitéria e Maria Vitória. No testamento realizado em 14 de Julho de 1846 de mão comum, determinam que após a morte do último, o terço será para a filha Quitéria Luisa casada em casa dos pais com João Gonçalves da Torre, em 21 de Abril de 1841, tendo sido nesta data elaborada a Escritura de seu casamento, que foi confirmada pelos pais dela, estabelecendo nela reservas de herança para outros membros da família. Através do testamento sabemos que se trata de uma família troncal, vivendo dois casais, as filhas solteiras e a neta Maria, filha de José que faleceu nas Marinhas<sup>148</sup>.

- João Fernandes Moreno casado com Tomásia Pires da Costa, tiveram três filhos. Tomásia encontrando-se doente, decide realizar com o marido em 4 de Dezembro de 1845 testamento de mão comum, determinando que por morte do último que

uma zona onde prevalecem agregados formados por uma família nuclear. Defende ainda que, “ parece haver uma forte relação entre a propriedade e a estrutura do agregado doméstico no Minho, enquanto que no Sul esta relação não é significativa. No Minho, as correlações parecem confirmar que um sistema de *famille souche* (troncal) está associado à propriedade da terra e a uma preocupação com problemas de herança”. In ROWLAND, Robert, “Sistemas Familiares e Padrões demográficos em Portugal: Questões para uma investigação comparada” In *Ler História*, n.º 3. Edições A Regra do Jogo, 1984, p. 13-31.

<sup>147</sup> BRANDÃO, Fátima, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal.- O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 182 .

<sup>148</sup> *Livro de testamentos*, n.º16, 1846, fl.119-121.

sobreviver, será o terço para o filho ou filha que será nomeado pelo que sobreviver, para casar em casa dos pais <sup>149</sup>.

- No testamento de Maria Rosa Gonçalves de Amorim, viúva de Manuel Fernandes Moreno, realizado a 30 de Dezembro de 1834, determina que são seus herdeiros os quatro filhos, João, António, Pedro e Domingos. Deixa o terço de todos os bens móveis e de raiz ao seu filho João para casar em casa, casando à satisfação de sua avó, sendo esta viva, sucedendo que a dita faleça, ou este rejeite casar em casa, será o terço para qualquer dos filhos que queira casar em casa dos pais <sup>150</sup>.

Comparámos as idades médias ao primeiro casamento encontradas na Meadela, com outras paróquias portuguesas, e encontrámos semelhanças com freguesias do Alto Minho, onde as mulheres casavam mais velhas que os homens. Para o século XVII, em Alvito S. Pedro <sup>151</sup> as mulheres casavam pelos 29,9 enquanto os homens pelos 27,8 anos. No século XVIII, a tendência mantém-se em Alvito S. Pedro, casando as mulheres por volta dos 31 e os homens pelos 26,4, o mesmo se verifica em Santa Eulália <sup>152</sup>, sendo a média de 27,5 para elas e 26,8 para eles, e em Santiago de Romarigães <sup>153</sup> a média foi de 27,5 para as mulheres e 25 anos para os homens, passando na segunda metade do século XIX para 27,8 e 24,3 respectivamente.

Existe assim uma forte aproximação do comportamento encontrado na Meadela com Alvito S. Pedro e especialmente com Santiago de Romarigães, verificando-se no entanto, para Alvito um maior e mais continuo afastamento entre as duas médias e médias mais elevadas. Enquanto na freguesia de Santa Eulália, a diferença de médias se revela pouco acentuada, invertendo-se a situação em

---

<sup>149</sup> *Livro de testamentos*, n.º15, 1845, fl.111-113.

<sup>150</sup> *Livro de testamentos*, n.º 5, 1838, fl.75 v.º-77.

<sup>151</sup> MIRANDA, Fernando A., *ob. cit.*, pp. 62-67.

<sup>152</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p. 118.

<sup>153</sup> SANTOS, Carlota M. Fernandes, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998, pp. 135-142.



flutuações de curto prazo e pela evolução temporal dos comportamentos.

Alargando a comparação ao Baixo Minho e à região da Galiza, a tendência para o matrimónio de mulheres mais velhas parece ter sido uma constante, onde existem óbvias afinidades sócio-culturais. Na zona rural de Guimarães<sup>154</sup>, só até inícios do século XVIII, se verifica esta diferença de idades a favor das mulheres, sendo a média para o século XVII de 27,9 para o sexo feminino e de 26,6 para o masculino. Para comunidades galegas de Villalonga-Dena<sup>155</sup> e Hio<sup>156</sup> esta situação verifica-se para o século XVIII casando em média as mulheres pelos 23,3 e os homens pelos 22,8, médias muito baixas comparadas com as já referidas e contrastando com as médias altas da comunidade de Hio, onde a diferença de idades se mantém na primeira metade do século XVIII, sendo de 27,5 para as nubentes e 26,7 para os nubentes.

Concluimos assim que a paróquia por nós estudada se ajusta a um quadro típico do Antigo Regime demográfico, caracterizado por elevadas idades médias ao casamento de ambos os sexos ao primeiro casamento, associado à particularidade encontrada em algumas localidades do Norte, onde a superioridade etária das mulheres ao primeiro casamento constitui um facto até meados do século XIX.

### **3. Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento**

A repartição proporcional dos casamentos pelos diversos grupos etários (Quadro n.º19), permite determinar os grupos de idade de maior ou menor concentração, relacionar com a idade média ao casamento e justificar determinados comportamentos ao longo do período por nós estudado.

---

<sup>154</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p. 110.

<sup>155</sup> PÉREZ GARCIA, José Manuel, *Um modelo de sociedad rural de Antigo Régimen en la Galicia costera: la península del Salnés (Jurisdicción de la Lanzada)*, Departamento de Historia Moderna, Universidad de Santiago de Compostela, 1979, pp. 114-116.

<sup>156</sup> FERREIRO, Hilario Rodriguez, “La demografía de Hio durante el siglo XVIII” in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, Universidad de Santiago de Compostela, p. 422.

**Quadro n.º 19**  
**Repartição por grupo de idades ao 1º casamento**  
**distribuição proporcional. sexo masculino**

Idade	1650-1699			1700-1749			1750-1799			1800-1849		
	Obs.	%		Obs.	%		Obs.	%		Obs.	%	
12 - 14	1	2,1		0	0,0		0	0,0		0	0,0	
15 - 19	8	17,0		9	15,0		9	16,7		5	8,3	
20 - 24	18	38,3	57,4	27	45,0	60,0	14	25,9	42,6	20	33,3	41,7
25 - 29	15	31,9		17	28,3		18	33,3		18	30,0	
30 - 34	3	6,4		5	8,3		8	14,8		10	16,7	
35 - 39	0	0,0		0	0,0		4	7,4		3	5,0	
40 - 44	2	4,3		1	1,7		1	1,9		2	3,3	
45 - 49	0	0,0		1	1,7		0	0,0		0	0,0	
50 ou mais	0	0,0		0	0,0		0	0,0		2	3,3	

Fonte: Registos Paroquiais

**Quadro n.º 20**  
**Repartição por grupo de idades ao 1º casamento**  
**distribuição proporcional. sexo feminino**

Idade	1650-1699			1700-1749			1750-1799			1800-1849		
	Obs.	%		Obs.	%		Obs.	%		Obs.	%	
12 - 14	0	0,0		2	1,9		2	2,5		0	0,0	
15 - 19	6	6,7		19	18,3		11	13,8		7	5,8	
20 - 24	25	28,1	34,8	32	30,8	51,0	31	38,8	55,0	34	28,3	34,2
25 - 29	21	23,6		25	24,0		17	21,3		44	36,7	
30 - 34	22	24,7		14	13,5		10	12,5		17	14,2	
35 - 39	9	10,1		9	8,7		8	10,0		14	11,7	
40 - 44	6	6,7		2	1,9		0	0,0		2	1,7	
45 - 49	0	0,0		1	1,0		1	1,3		2	1,7	
50 ou mais	0	0,0		0	0,0		0	0,0		0	0,0	

Fonte: Registos Paroquiais

Pela recolha de dados, iniciámos a repartição por grupos de idades a partir dos 12 anos, idade mínima encontrada para alguns períodos.

Destaca-se pela análise dos quadros diferenças entre os homens e mulheres ao longo do período observado. Os primeiros casam entre os 15-29 anos, exceptuando na primeira metade do século XIX, que se prolonga até aos 34, enquanto as mulheres fizeram-no entre os 20-34 anos.

O grupo etário onde se concentra o maior volume de casamentos para os dois sexos, foi o de 20/24 anos, exceptuando na segunda metade do século XVIII para o sexo masculino, onde o mais concorrido foi o de 25/29 anos. Na primeira metade do século XIX, os homens casam novamente em maior número no grupo anterior aos 25 anos, contrastando com os das mulheres que o fazem após os 25 anos. A concentração dos casamentos no grupo 25/29 anos para as mulheres na primeira metade do século, confirma a subida da idade média ao casamento destas, ultrapassando novamente a idade dos homens.

Analisando detalhadamente este comportamento pelos quatro períodos delimitados, verificámos que durante o primeiro período, 65,1% das mulheres casavam acima dos 25 anos, o que constitui uma proporção muita elevada, e que volta a repetir-se na primeira metade do século XIX. A discrepância no primeiro período entre homens e mulheres é notória, onde os primeiros casam antes dos 25 anos, representando 57,4%, enquanto que a preferência das mulheres é de casarem acima dos 25 anos. Este comportamento permite compreender a diferença de 4 anos entre os noivos encontrados para este período. Para os homens até meados do século XVIII, a tendência é para estes casarem antes dos 25 anos, com 57,4 % para a segunda metade do século XVII, e 60% para a primeira do século XVIII. A situação inverte-se a partir da segunda metade deste século, casando os homens preferencialmente acima dos 25 anos.

Também Fernando Miranda, em Alvito S. Pedro encontra para o século XVII comportamento semelhante, onde “24% das mulheres, casaram em grupos de idade avançados, acima dos 30 anos, enquanto 9% dos homens fizeram o mesmo<sup>157</sup>”.

Apenas na segunda metade do século XVIII, o grupo etário dos 25/29 anos foi o mais escolhido pelos homens, contratando com o grupo 20/24 preferido pelas mulheres. É neste período que as mulheres casam maioritariamente abaixo dos 25 anos, diferenciando-se dos homens. Estes dados expressam a descida da idade média das mulheres ao primeiro casamento para 25,4 anos, ultrapassada pelos homens com uma média superior de 26,2 anos, casando estes mais velhos quase um ano. Os valores encontrados neste período para os

---

<sup>157</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, pp. 67-68.

casamentos acima dos 30 anos para os homens com 24,6% e de 29,3% para as mulheres tende a explicar a tendência do casamento tardio que se acentua para ambos os sexos.

#### 4. Idades combinadas e diferenças de idades entre os nubentes celibatários

O cruzamento das idades dos nubentes celibatários permite obter uma nova perspectiva de leitura sobre a nupcialidade, que contribuirá para aprofundar e sistematizar os dados encontrados para a idade média ao primeiro casamento.

O volume de dados para trabalhar este indicador foi reduzido, decidimos no entanto, manter a periodização utilizada anteriormente, na intenção de reforçar a análise comparativa e o respectivo valor estatístico, desta forma apresentamos vários quadros referentes à “Idade Combinada dos nubentes” (Quadro N.º 21).

**Quadro n.º 21**  
**Idades combinadas dos nubentes celibatários**  
(%)

1650-1699								
Grupo Pai								
Grupo Mãe	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	Total
15 - 19	0,0	8,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	12,0
20 - 24	8,0	0,0	16,0	4,0	0,0	0,0	0,0	28,0
25 - 29	0,0	8,0	16,0	4,0	0,0	0,0	0,0	28,0
30 - 34	0,0	16,0	4,0	8,0	0,0	0,0	0,0	28,0
35 - 39	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
40 - 44	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
45 - 49	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0
Total	8,0	36,0	40,0	16,0	0,0	0,0	0,0	100,0

1700-1749								
Grupo Pai								
Grupo Mãe	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	Total
15 - 19	2,6	10,3	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	15,4
20 - 24	5,1	15,4	20,5	0,0	0,0	0,0	2,6	43,6
25 - 29	0,0	12,8	7,7	5,1	0,0	0,0	0,0	25,6
30 - 34	0,0	2,6	2,6	5,1	0,0	0,0	0,0	10,3
35 - 39	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6
40 - 44	0,0	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6
45 - 49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	7,7	43,6	33,3	12,8	0,0	0,0	2,6	100,0

1750-1799								
Grupo Pai								
Grupo Mãe	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	Total
15 - 19	5,6	5,6	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	13,9
20 - 24	0,0	8,3	19,4	5,6	0,0	0,0	0,0	33,3
25 - 29	2,8	8,3	11,1	2,8	0,0	0,0	0,0	25,0
30 - 34	2,8	2,8	5,6	2,8	0,0	0,0	0,0	13,9
35 - 39	0,0	0,0	5,6	2,8	2,8	0,0	0,0	11,1
40 - 44	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	0,0	0,0	2,8
45 - 49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	11,1	25,0	44,4	13,9	5,6	0,0	0,0	100,0

1800-1849								
Grupo Pai								
Grupo Mãe	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	Total
15 - 19	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20 - 24	3,6	21,4	3,6	7,1	0,0	0,0	0,0	35,7
25 - 29	0,0	21,4	10,7	3,6	0,0	3,6	0,0	39,3
30 - 34	0,0	0,0	7,1	7,1	3,6	0,0	0,0	17,9
35 - 39	0,0	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	3,6
40 - 44	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0	3,6
45 - 49	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	3,6	42,9	25,0	21,4	3,6	3,6	0,0	100,0

Fonte: Registos Paroquiais

Para o primeiro período, 1650-1699, notámos uma concentração de idades, entre os dois sexos. A percentagem mais elevada, 16% repete-se três vezes: nas uniões entre homens do grupo de idade 20-24 anos com mulheres do grupo de idade dos 30-34 anos; homens e mulheres do grupo de idade dos 25-29 anos e homens deste grupo com mulheres dos 20-24 anos. Na coluna dos totais, podemos constatar que os homens casavam preferencialmente no grupo dos 25-29 anos, notando-se uma segunda tendência para realizar casamentos no grupo dos 20-24 anos. Para as mulheres a preferência diluí-se por três grupos de idades, dos 20 aos 34 anos, com os mesmos valores percentuais. Estes valores tendem a confirmar, de novo, os valores apontados anteriormente para a idade média ao primeiro casamento, que se apresentou elevada tanto para os homens, como para as mulheres. Comportamento semelhante foi encontrado no século XVII, por Fernando Miranda para Alvito S. Pedro<sup>158</sup>.

Um outro ponto que merece ser assinalado no que se refere a estas distribuições de frequência é a percentagem dos cônjuges que casaram antes dos vinte anos durante os duzentos e cinquenta anos da observação. Para as mulheres foram encontrados valores significativos até ao século XVIII. Os homens apresentam valores para este grupo de idade mais baixos, verificando-se uma aproximação ao das mulheres apenas na segunda metade do século XVIII.

A partir do século XIX a tendência para os homens casarem tão jovens desaparece. Apenas encontramos valores semelhantes no estudo realizado por Norberta Amorim sobre o Sul do Pico<sup>159</sup>, para o século XVIII, isto para as mulheres.

Na primeira metade do século XVIII, a tendência é para os homens do grupo de idades dos 25-29 anos casarem com mulheres do grupo dos 20-24 anos, em segundo lugar os casais optaram por casar no mesmo grupo de idades dos 20-24 anos. Não é de desprezar os 12,8% das mulheres do grupo dos 25-29 anos que casaram com homens mais novos, do grupo anterior. Nota-se, contrariamente ao período anterior, que tanto os homens como as mulheres preferiram

---

<sup>158</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, pp. 69-70.

<sup>159</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico...*, *ob. cit.*, p. 97.

casar no mesmo grupo de idade dos 20-24 anos, com 43,6% para ambos os sexos.

Para o terceiro período, verifica-se uma maior concentração de casamentos para os homens no grupo dos 25-29 anos, e para as mulheres no grupo dos 20-24 anos. Esta situação em parte permite explicar a subida da idade média ao casamento dos homens acompanhada pela descida da das mulheres, acabando por as ultrapassar.

No último período, 1800 a 1849, o maior número de ligações fez-se entre indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, com o valor de 21,4%, o mesmo encontrado para as mulheres do grupo dos 25-29 anos que o fazem com os homens do grupo anterior. Destaca-se a relação entre as mulheres do grupo 30-34 anos, que contraem 7,1% dos casamentos com homens mais novos, do grupo 25-29 anos. Embora com uma dimensão reduzida, as mulheres do grupo 40-44 anos contraem matrimónio com homens muito mais jovens. Justifica-se assim, o casamento de mulheres mais velhas que os homens, acompanhado por uma elevação da idade média ao casamento de ambos os sexos.

Através do Quadro N.º 22 sobre a diferença de idades entre os nubentes celibatários, confirma-se os resultados anteriormente apresentados sobre a idade média ao casamento, reforçando-se a ideia da generalidade da superioridade etária das mulheres.

**Quadro n.º 22**  
**Diferença de idades entre os nubentes celibatários**

%	1650-1699	1700-1749	1750-1799	1800-1849
Homens e Mulheres do mesmo grupo	24,0	30,8	30,6	39,3
Homens mais velhos	36,0	41,0	36,1	21,4
Mulheres mais velhas	40,0	28,2	33,3	39,3

Fonte: Registos Paroquiais

Na segunda metade do século XVII, as uniões de celibatários fizeram-se preferencialmente com mulheres mais velhas.

No século XVIII, a tendência inverte-se, passando os homens a casar com mulheres mais novas, e verificando-se uma tendência para o casamento de cônjuges da mesma idade. Os homens na primeira metade do século XVIII, apesar de em termos de idade média ao

casamento ser inferior à das mulheres, a percentagem de homens mais velhos a casar com mulheres mais novas é bastante elevada, de 41% contra os 28,2 % das mulheres que casam com homens mais novos. Como se explica esta divergência? Os dados obtidos pelas idades combinadas dos nubentes celibatários (Quadro n.º 22), evidenciam o casamento de mulheres de grupos etários acima dos 30 anos com homens de grupos inferiores, elevando a idade das média ao casamento das mulheres em relação à dos homens. Este comportamento mantém-se na segunda metade do século, equilibrando-se a diferença entre os nubentes, apesar dos homens continuarem a casar mais velhos que as mulheres.

A preferência pelo casamento entre cônjuges do mesmo grupo de idades persistindo a tendência das mulheres casarem mais velhas, destaca-se na segunda metade do século XIX.

Esta frequência das mulheres escolherem maridos mais novos, parece reflectir “uma configuração sócio-cultural característica da região alto-minhota durante o Antigo Regime, onde a divisão sexual do trabalho tenderia a enfatizar o papel ocupado pela mulher, tanto na casa como na exploração agrícola<sup>160</sup>”. Pina Cabral associa a posição de poder e independência das mulheres a uma forma de “matriarcado”, que se evidencia nas mulheres desde muito novas, mesmo nas atitudes de namoro, até depois do casamento, onde esta participa nas actividades agrícolas e da casa. Ainda hoje é costume, no Minho, os camponeses quando se referem à sua mulher, utilizar frequentemente a expressão “a patroa”, referida sobretudo pelos membros da casa, especialmente pelo marido quando se refere à mulher diante de outras pessoas<sup>161</sup>. Este poder das mulheres é reconhecido pelos homens que emigram, deixando a casa e os filhos ao cuidado das mulheres, reforçando os valores relativos à independência das mulheres nestas comunidades minhotas. Existe assim, um reconhecimento e interiorização de costumes e normas sociais que favorecem a união de mulheres com homens mais jovens,

---

<sup>160</sup> SANTOS, Carlota M. Fernandes, *ob. cit.*, p.146.

<sup>161</sup> PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, pp. 113-114.



resultante em parte de um exíguo mercado matrimonial, sub-representado nos grupos etários médios, resultante da emigração.

## 5. Estado civil anterior dos nubentes

Iremos considerar a partir daqui o estado civil ao casamento, que não se limita só ao primeiro casamento como até aqui foi analisado. A interrupção precoce do casamento pela presença da morte condicionava, com frequência, posteriores núpcias aos cônjuges sobreviventes.

Durante o século XVII, não era prática dos párocos da Meadela anotarem a situação civil dos nubentes quando estes eram solteiros, só o fazendo quando se tratavam de viúvo(a)s. Considerámos por isso, todos aqueles sobre os quais não havia qualquer referência ao estado civil como sendo solteiros. É provável que nem todos o fossem, pelo que os valores relativos a estes poderão aparecer inflacionados, para aquele século, por isso iniciámos a nossa observação a partir de meados do século XVII.

**Quadro n.º 23**  
**Estado civil anterior dos nubentes**  
**(números proporcionais)**

	1650-1699		1700-1749		1750-1799		1800-1849	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiros	106	80,9	113	77,9	112	86,8	172	83,1
Viúvos	25	19,1	32	22,1	17	13,2	35	16,9
Solteiras	127	96,9	143	98,6	124	96,1	198	95,7
Viúvas	4	3,1	2	1,4	5	3,9	9	4,3
Total de Casamentos	131	100	145	100	129	100	207	100

Fonte: Registos Paroquiais

Ao longo de todo o período analisado, o estado civil dos nubentes antes da união era propício às mulheres solteiras, nunca descendo dos 96%, com um máximo de 98,6% na primeira metade do século XVIII. A percentagem de homens com o mesmo estado civil, apresenta-se inferior ao das mulheres, com o valor mínimo de 77,9% na primeira metade do século XVIII, e máximo de 86,8% para a segunda metade do século. Estes valores, equivalem a uma

superioridade relativa de recasamentos no sexo masculino, situando-se entre os 19,1 % (2ª metade do séc. XVII), 22,1% (1ª metade do séc. XVIII), 13,2% (2ª metade do séc. XVIII) e 16,9% (1ª metade do séc. XIX). Os valores calculados para os diferentes períodos, em relação às mulheres viúvas que recasavam eram muito inferiores e sem grande peso estatístico, com um mínimo de 1,4% (1ª metade do séc. XVIII) e máximo de 4,3% (1ª metade do séc. XIX), notando-se uma tendência de um ligeiro aumento dos recasamentos das viúvas a partir da segunda metade do séc. XVIII.

Comparando com as paróquias rurais estudadas por Norberta Amorim, Fernando Miranda e M. Carlota dos Santos, para o século XVIII, encontrámos um comportamento semelhante. Norberta Amorim encontrou para as paróquias transmontanas, valores muito próximos dos da Meadela, com 29% para Cardanha, 20% para Rebordãos e 19 % em Poiães, para os recasamentos do sexo masculino. Na zona rural de Guimarães os valores situam-se entre os 9 a 14 % e para o Sul do Pico de 11,4%, valores inferiores aos da Meadela, assim como os encontrados em Santiago de Romarigães rondando os 11%. Os 20,2 % de viúvos que recasaram em Alvito S. Pedro aproximam-se dos 16,9% encontrados na Meadela. Em relação às viúvas, recasaram na Meadela 4,3%, próximo dos 4,7% de Alvito S. Pedro e na zona rural de Guimarães entre os 4 a 5%, em Santiago de Romarigães 3,7%, valores que se distanciam dos encontrados nas paróquias transmontanas, com 8% em Cardanha, 10% em Rebordãos e 12% em Poiães.

Na Meadela é visível, como foi referido atrás, uma maior tendência percentual dos homens recasarem mais do que as mulheres ao longo dos períodos propostos. Parece que factores de ordem cultural e a existência de um mercado matrimonial mais favorável aos homens, resultante do desequilíbrio ao nascimento entre os sexos e a idade média ao primeiro casamento mais elevada nas mulheres, condicionaram o recasamento mais acessível a estes. Por outro lado, são frequentes os homens enviuvarem cedo, causada pela morte prematura da esposa na sequência do parto, deixando filhos menores, casa por cuidar e terras por cultivar. Daí a necessidade de encontrar uma mulher que substituísse a falecida, para cuidar dos filhos e da casa. Este motivo era mais condicionador de um novo casamento que

motivos económicos. Vejamos alguns exemplos que ilustram este facto:

- à data da morte de Ana Pires, em 19 de Março de 1666, o viúvo Domingos Afonso ficara com dois filhos e duas filhas, Simão de 12, Domingos de 10, Maria de 7 e Ana de 4 anos. Um mês após o falecimento da mulher, o viúvo Domingos contraiu segundas núpcias com Ana Lourença de quem teve ainda 12 filhos.

- Domingos Afonso Aranha ficou viúvo de Justa Domingues um mês após o parto do terceiro filho, em 1707. Casou em segundas núpcias com Joana Fernandes, não sabemos a data do casamento, temos apenas a data do nascimento do primeiro filho do novo casal, que ocorreu em 1711. Deste segundo matrimónio nasceram cinco filhos.

- Manuel Soares Rodrigues ficou viúvo de Joaquina Pereira Carreço, em 3 de Maio de 1830, com três filhos, Antónia Maria de 6 anos, José de 4 anos e Maria Josefa de 10 meses. No mês de Dezembro do mesmo ano, contrairá segundas núpcias com Ana Casimira Pinto de quem terá um filho, falecendo um mês após o parto, a 2 de Setembro de 1832. O viúvo voltou a casar após 3 meses, com Josefa Fernandes, em 23 de Janeiro de 1833, vindo esta a falecer de parto em 26 de Outubro de 1833. Casa pela quarta vez, em 30 de Maio de 1835 com Tomásia Fernandes Madaleno, de quem terá quatro filhas.

Em contrapartida, já vimos que, a probabilidade das mulheres casar é muito menor que a dos homens, parcialmente condicionada por uma maior autosuficiência das mulheres no espaço doméstico. Caroline Brettell, para Santa Eulália, através da tradição oral, as aldeãs acerca da hipótese de voltarem a casar, manifestaram-se contra, por recearem que um padrasto para os filhos não seria a melhor solução, uma vez que “nunca os amaria como o pai verdadeiro”. Quando isso acontecia, faziam-no geralmente com homens mais novos, exercendo um maior controlo e influência, evitando-se o receio de um padrasto cruel. Para o homem, um casamento desse tipo pode

ter sido particularmente vantajoso. A esposa tinha já casa e provavelmente possuía terras cultivadas de que era proprietária ou usufrutuária<sup>162</sup>.

Também o forte temor religioso e a necessidade de manter a imagem na comunidade, perspective esta tendência comportamental, mais rigorosa para as mulheres do que para os homens.

## 6. Nubentes segundo o estado civil combinado

A leitura combinada do estado civil de ambos os contaentes (Quadro N.º 24), permite-nos confirmar a maior frequência de um novo casamento no sexo masculino, podendo-se verificar se escolhem mulheres do mesmo estado ou solteiras.

**Quadro n.º 24**  
**Nubentes segundo o estado civil combinado**

	1650-1699				1700-1749				1750-1799				1800-1849			
	Solteira		Viúva		Solteira		Viúva		Solteira		Viúva		Solteira		Viúva	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Solteiro	103	78,6	3	2,3	112	77,2	1	0,7	108	83,7	4	3,1	165	79,7	7	3,4
Viúvo	24	18,3	1	0,8	31	21,4	1	0,7	16	12,4	1	0,8	33	15,9	2	1
Total			131				145				129				207	

Fonte: Registos Paroquiais

As uniões dos viúvos fazem-se preferencialmente com mulheres solteiras, ao longo de toda a observação, com valores bastante significativos, obtendo-se 18,3% no primeiro período, 21,4% no segundo, 12,4% no terceiro e 15,9% no último. A ligação entre viúvos e viúvas, revelou-se quase insignificante, com valores abaixo dos 1% ao longo de todos os períodos. Esta tendência vem mostrar a necessidade do homem viúvo reorganizar a sua vida escolhendo para mãe dos seus filhos uma mulher solteira, mais nova e que o pudesse ajudar a cuidar dos filhos, das tarefas domésticas do agregado familiar.

Comparando estes valores para o século XVIII, com paróquias do Alto-Baixo Minho e Trás-os-Montes encontrámos nítidas

<sup>162</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, pp. 143-144.

semelhanças, na medida em que valores percentuais calculados na união de viúvos com solteiras foram similares, 19,4% para Alvito S. Pedro, entre 7 a 15% na zona rural de Guimarães, 14% em Poiares, 18% em Cardanha e 17% em Rebordãos.

A relação entre uniões de viúvas com solteiros apresenta-se superior ao recasamento de viúvos com viúvas. A tendência é para um ligeiro aumento destas uniões atingindo-se na primeira metade do século XIX os 3,4%. Comprova-se assim, que as viúvas quando recasavam o faziam “com homens mais novos e ainda solteiros”, tal como o verificou Caroline Brettell para Santa Eulália<sup>163</sup>. Poderemos admitir que existiria um interesse económico por parte dos homens solteiros que casavam com viúvas, tornando-se para estes um casamento vantajoso. Será de admitir a hipótese de uma maior ocorrência de recasamentos de viúvas entre as classes mais favorecidas, constituindo-se alianças matrimoniais entre famílias, no sentido de preservar o património, podendo-se mesmo alargá-lo com uma nova união.

Poderemos concluir de acordo com os indicadores do quadro, as uniões registadas nesta paróquia foram, em regra geral, efectuadas entre contraentes solteiros.

## **7. Idade média dos viúvos a um novo casamento**

Apesar das limitações introduzidas pelo pequeno número de casos observados, terá algum interesse referir a idade média ao recasamento dos viúvos.

---

<sup>163</sup> IDEM, *Ibidem*, p.144.

**Quadro n.º 25**  
**Idade média dos viúvos a um novo casamento**  
**(anos)**

	Homens		Mulheres	
	média	nº	Média	nº
1650-1699	40,6	8	36,5	2
1700-1749	49,5	4	26,5	2
1750-1799		0	34,2	3
1800-1849	32,2	6	36,5	3

Fonte: Registos Paroquiais

A partir do quadro verifica-se que a idade média dos viúvos a um novo casamento foi superior à das mulheres, excepto no último período, de 1800 a 1849, onde os viúvos casavam em média pelos 32,2 anos enquanto as viúvas pelos 36,6 anos.

A esperança de casamento dos viúvos era mais tardia, com uma média de idade até aos 49,5 anos, não ultrapassando as mulheres a média de 36,5 anos.

Encontrámos uma grande disparidade de médias de idade a um segundo casamento no segundo período (1700-1749), onde os viúvos casavam em média pelos 49,5 anos e as mulheres com uma média bem inferior de 26,5 anos. Estes valores sugerem que o factor idade não agiria de forma tão constringente para os homens, como parecia suceder relativamente às mulheres. Para elas, a possibilidade de um novo matrimónio só era viável se ainda fossem jovens e em idade de procriarem. Este abaixamento da idade média feminina pode dever-se tanto à menor pressão social pelo recasamento, como à precocidade do óbito do cônjuge, ocorrido muitas vezes, em terras distantes. Nos outros períodos constatámos uma média de idade mais elevada das viúvas ao recasamento, possibilitada talvez pelo maior prestígio social da família de origem, susceptível de activar alianças matrimoniais assentes em vantagens económicas e sociais proporcionadas pela agregação de patrimónios fundiários.

Comparando com outras paróquias, estes valores aproximam-se dos encontrados em Santiago de Romarigães, onde a idade média ao recasamento dos homens foi de 39,5 e 33,5 anos para as mulheres no período de 1750 a 1849.

## 8. Viuvez e ulterior casamento

Para o tratamento quantitativo dos dados relativos a um posterior casamento de viúvos considerámos apenas os casos em que são conhecidas as datas de óbito de ambos os cônjuges. Os resultados dos dados obtidos são reduzidos, como o comprova o Quadro n.º 25, exigindo uma interpretação cautelosa, impedindo uma generalização ou conclusão definitiva.

Partindo das observações que revelaram a possibilidade de um novo casamento de viúvos, como o demonstrou o Quadro n.º 23, quisemos aprofundar este indicador, questionámo-nos sobre a viuvez segundo os sexos e o possível recasamento atendendo à idade e ao sexo. Para isso analisaremos os Quadros n.º 26 e 27, respectivamente.

**Quadro n.º 26**  
**Viuvez segundo o sexo**

	Viúvos		Viúvas		Total
	N.º	%	N.º	%	
1650-1699	36	50,0	36	50,0	72
1700-1749	57	47,5	63	52,5	120
1750-1799	45	45,0	55	55,0	100
1800-1849	16	50,0	16	50,0	32

Fonte: Registos Paroquiais

**Quadro n.º 27**  
**Viuvez e ulterior casamento**  
**(números absolutos e proporcionais)**

Periodo	Homens				Mulheres			
	Enviuvaram		Recasaram		Enviuvaram		Recasaram	
	N.º Absolutos	%	N.º Absolutos	%	N.º Absolutos	%	N.º Absolutos	%
1650-1699	36	27,5	15	41,7	36	27,5	3	8,3
1700-1749	57	39,9	12	21,1	63	44,1	2	3,2
1750-1799	45	36,0	8	17,8	55	44,0	3	5,5
1800-1850	16	7,9	10	62,5	16	7,9	3	18,8
Total Global	155	22,1	45	29,0	172	24,5	11	6,4

Fonte: Registos Paroquiais

Dos dados recolhidos e assinalados no quadro “Viuvez segundo o sexo”, podemos afirmar que, houve mais viúvas do que viúvos, isto para o século XVIII, verificando-se um equilíbrio entre viúvos e viúvas, na 2ª metade do século XVII e 1ª do século XIX.

A morte pareceu ter sido mais suave com as mulheres no século XVIII, penalizando os cônjuges que as “abandonam” primeiro. A diferença de actividades entre os sexos, pode ser considerado como um factor condicionador desta situação. Talvez o trabalho exterior nos campos exercido pelos homens, seja mais duro do que o das mulheres que se confinam à casa e à sua volta. Pina Cabral sobre a diferença de papéis sexuais diz-nos:

“As mulheres ocupam-se principalmente com o governo da casa e os homens dedicam uma maior fatia do seu tempo às actividades exteriores, por exemplo, tarefas burocráticas e trabalhos assalariados<sup>164</sup>”. Acrescenta ainda que, “na prática apesar de trabalharem frequentemente juntos nos campos, os homens e mulheres só muito raramente executam as mesmas tarefas<sup>165</sup>”.

A observação destes dados confirmam a maior probabilidade se um novo matrimónio para os homens, indo de encontro aos dados sobre o estado civil ao casamento (Quadro n.º 27). Apesar do relativo equilíbrio no número absoluto de homens e mulheres que enviuvaram nos quatro períodos considerados, aparece desproporcionada a relação entre o respectivo volume de recasamentos. Os homens recasam com mais facilidade que as mulheres, tal como verificou Caroline Brettell “(...) e não há dúvida de que, ao longo da história, em S.ta Eulália, tem sido mais frequente os viúvos voltarem a casar do que as viúvas<sup>166</sup>”.

Constatámos que foi no último período, 1ª metade do século XIX, que se deu o maior volume de recasamento para ambos os sexos, tendo 62,5% dos homens e 18,8% das mulheres recasado, valores elevados comparados com os encontrados no mesmo período por Fernando Miranda para Alvito S. Pedro, tendo sido de 47,1% para os homens e 8,6% para as mulheres. Na Meadela parece ter havido uma maior abertura moral e religiosa, consentida pela comunidade aos recasamentos, principalmente das viúvas.

---

<sup>164</sup> PINA-CABRAL, João, *ob. cit.*, p.110.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p.111.

<sup>166</sup> BRETTELL, Carolina, *ob. cit.*, p.114.



**Quadro n.º 28**  
**Frequência do casamento segundo a idade à viuvez**

1650-1749						
	Homens			Mulheres		
	Enviuvaram	Recasaram	%	Enviuvaram	Recasaram	%
< 30	6	3	50,0	3	0	0,0
30-39	11	4	36,4	6	0	0,0
40-49	10	3	30,0	11	0	0,0
50 +	64	10	15,6	72	0	0,0
Total	91	20	22,0	92	0	0,0

1750-1849						
	Homens			Mulheres		
	Enviuvaram	Recasaram	%	Enviuvaram	Recasaram	%
< 30	3	1	33,3	5	2	40,0
30-39	9	5	55,6	11	2	18,2
40-49	4	0	0,0	5	0	0,0

Fonte: Registos Paroquiais

Dada a fraca frequência do fenómeno ao longo da observação, apenas foram considerados dois períodos: de 1650 a 1749 e 1750 a 1849.

A análise do indicador “Frequência ao casamento segundo a idade à viuvez” foi feita a partir de um reduzido volume de dados quantitativos, sobretudo para o sexo feminino, não apresentando este qualquer valor para o período de 1650-1749, devido à ausência da referência da idade das viúvas que recasaram.

Foi-nos possível constatar que, a maioria dos recasamentos do sexo masculino, eram feitos até aos 50 anos. Mas se compararmos o número de viúvos, nos diferentes grupos de idade com os recasamentos nesses respectivos grupos, verificámos que a maior parte daqueles que ficaram viúvos e recasaram incide nos grupos de idade de “menos de 30 anos” e dos 30 aos 39 anos. Revelam estes valores, a preocupação dos homens com menos de 40 anos em reorganizar a sua vida económica e familiar.

Dos poucos dados existentes, de 1650 a 1749, poderemos afirmar que dos 6 homens que enviuvaram, 50% recasaram, no grupo de idade “de menos de 30 anos”, descendo para 33,3%, no segundo

período, onde aumentaram os recasamentos do grupo de idade dos 30 aos 39 anos, passando dos 36,4% para 55,6%, possivelmente relacionado com a elevação da idade média ao primeiro casamento que condicionará a idade ao recasamento quando este ocorre.

Entre 1750 e 1849, as mulheres viúvas recasam quando são ainda relativamente novas no grupo de “menos de 30 anos”. O recasamento dos viúvos com mais de 50 anos mantém-se equilibrado nos dois períodos com 15,6%, contrastando com os 2% dos recasamentos das viúvas no segundo período.

A observação destes resultados confirma a maior probabilidade de um novo casamento para os homens, como tínhamos constatado pela distribuição dos casamentos, considerando o estado civil dos nubentes (Quadro n.º 25).

## **9. Intervalo entre a viuvez e o posterior casamento**

Ao estudarmos este item, as nossas dificuldades agravam-se em relação aos dados existentes, dado que em algumas das segundas uniões, não tivemos acesso às datas de casamento, o que condiciona o número de observações. O facto de dispormos de um reduzido volume de dados para a observação deste fenómeno, agrupamo-los nos dois períodos anteriormente já apresentados: 1650 a 1749 e de 1750 a 1849.

É necessário por isso, termos cuidado nas extrapolações que iremos realizar, principalmente ao compararmos com outras paróquias.

**Quadro n.º 29**  
**Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento**

Intervalo	1650-1749				1750-1849			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
0-2 meses	3	18,8	0	0	1	9	0	0
3-5 meses	4	25,0	0	0	1	9	0	0
6- 11 meses	3	18,8	0	0	5	45,5	1	25
12-23 meses	3	18,8	0	0	2	18	0	0
24-35 meses	0	0	1	33,3	0	0	0	0
36-47 meses	1	6,3	0	0	2	18	0	0
48-59 meses	0	0	0	0	0	0	0	0
60 meses ou +	2	12,5	2	66,7	0	0	3	75

Fonte: Registos Paroquiais

No primeiro período, 1650-1749, vemos que 25% dos homens recasam preferencialmente antes dos 6 meses. Encontrámos o mesmo valor de 18,8% nos homens que recasam com menos de 3 meses, menos de 1 e 2 anos, enquanto para as mulheres, esperam mais de 5 anos para voltar a casar.

No segundo período, 1750-1849, os viúvos atrasam o novo casamento, fazendo-o em maior percentagem entre os 6 meses e o ano, com 45,5%, e as mulheres apenas 25% o fazem neste intervalo. As mulheres continuam a preferir esperar mais tempo para um novo casamento, onde 75% só depois de um intervalo superior a 5 anos o fazem.

Da análise ressalta o facto de que, ao longo da observação, os homens viúvos foram alargando o tempo entre a viuvez e o segundo casamento, revelando por um lado a menor necessidade de substituir a mãe dos seus filhos, pois a suavidade da mortalidade tenderia a alargar a duração das uniões, sendo menor a probabilidade da existência de menores, mas quando os havia estes eram cuidados muitas vezes com o apoio de familiares próximos, ou até por irmã(o)s mais velhos.

Às mulheres viúvas estes problemas não se colocavam da mesma maneira que aos homens, continuando a cuidar dos filhos, da casa e dos campos, e um novo casamento não surgia como uma necessidade urgente, podendo demorar vários anos até acontecer ou simplesmente nem se punha essa hipótese. Foi o usual nesta paróquia

as viúvas não recasarem, como já anteriormente verificámos, ou quando o faziam escolhiam homens mais novos. Para estas, a possibilidade de um novo matrimónio estaria mais condicionado pelo prestígio e estatuto social da família de origem, tornando-se um casamento atractivo. Através destes recasamentos era possível activar alianças matrimoniais vantajosas do ponto de vista económico e social, possibilitando muitas vezes a agregação de patrimónios fundiários.

Vejam os alguns casos que ilustram estes comportamentos, embora não generalizáveis, poderão contextualizar e fundamentar a hipótese de uma forte correlação entre disponibilidade de património e acesso a um segundo casamento no sexo feminino:

#### Caso 1- Ana Pires

Ana Pires, filha de Domingos Pires Alho (o Novo), rico lavrador e de Isabel Afonso, nasceu na paróquia da Meadela em 27 de Agosto de 1657. Celebra o seu primeiro casamento em 24 de Maio de 1678, aos 21 anos, com Salvador Pires, natural da Meadela, que contava 26 anos. Deste matrimónio resultaram dois filhos, Maria e Manuel. Faleceu Salvador Pires em 31 de Janeiro de 1683 quando o último filho ainda não tinha dois anos. Ana Pires volta a contrair segundas núpcias em 18 de Fevereiro de 1685, com Francisco Carvalho, solteiro e residente em S. Tiago de Anha, termo de Barcelos. Nesta época, a noiva tinha completado 32 anos e a sua situação económica era desafogada. Ana era irmã de António Pires Alho e de Afonso Pires Alho, que em 1715 foram colectados no pagamento da décima com valores elevados, sendo o primeiro irmão um dos maiores tributários da paróquia com o pagamento de 2460 réis em 1715 e o segundo com 825 réis<sup>167</sup>. Este segundo casamento de Ana revela a existência de possíveis interesses económicos do novo cônjuge, associado à jovem idade da viúva, estando ainda em idade de procriar. Deste segundo matrimónio Ana Pires teve ainda cinco filhos.

---

<sup>167</sup> Veja-se o Capítulo II, pp. 59-68 .

## Caso 2 - Maria Pires Alho

Descendente da família do caso anterior, Maria Pires Alho, filha de Manuel Pires Alho e de Angela Afonso, neta por parte paterna de António Pires Alho e bisneta de Afonso Pires Alho, casou em primeiras núpcias com Pedro Fernandes da Ponte em 23 de Março de 1775 de quem teve sete filhos. Ficou viúva quando o último filho tinha apenas dois meses em 11 de Abril de 1794. Maria Pires Alho, após três anos de viuvez viria a contrair segundas núpcias em 27 de Junho de 1797, aos 42 anos, com Francisco Xavier Pinto, solteiro e natural de Santa Maria do Souto de Abade. Não se conhecem filhos na paróquia deste segundo matrimónio, possivelmente não os houve, tendo falecido Maria Pires Alho em 13 de Outubro de 1831 na Meadela.

Decisivamente, confirma-se a importância económica da família de Maria Pires Alho. Apesar desta ser uma viúva com sete filhos para criar, ainda era atractivo e vantajoso para um solteiro um casamento nestas circunstâncias.

## Caso 3- Maria do Rosário

Maria do Rosário, filha ilegítima de Rosa Gil (viúva de António Martins Amado), celebra o seu primeiro casamento em 13 de Outubro de 1816, aos 25 anos de idade, com Bernardo Gonçalves Pires. Tiveram dois filhos, Maria Joana e António, falecendo o pai cinco anos após o nascimento do último filho, em 16 de Fevereiro de 1826. A viúva volta a casar a 1 de Janeiro de 1834, com José Francisco Pinto Guimarães, viúvo, natural de S. Paio de Vizela, concelho de Guimarães, não resultando filhos deste segundo matrimónio. Pelo testamento efectuado por José Francisco Pinto Guimarães, dois meses antes de falecer, em 1839, este permite situar o autor num escalão médio da hierarquia social, legando o terço à sua mulher, devendo esta ter a obrigação de dar duas moedas ou nove mil e seiscentos reis a seu cunhado Manoel Pinto, e outro tanto à sua cunhada

Custódia Maria e quatro mil e oitocentos a seu sobrinho Manuel, filho do cunhado Custodio Pinto<sup>168</sup>.

Analisámos, até agora, só os segundos casamentos. No entanto registámos alguns 3º e 4º casamentos, mas só de viúvos, onde 6 casos foram de viúvos que voltaram a casar e apenas houve um caso de 4º casamento, que por sinal já fizemos referência quando nos debruçamos sobre as dificuldades dos viúvos com filhos menores.

## 10. Naturalidade dos nubentes

A naturalidade dos nubentes permite-nos estudar o fenómeno mobilidade, pois os habitantes de uma paróquia não vivem fechados e isolados na sua comunidade. Antes pelo contrário, abrem-se a outras paróquias circunvizinhas, estabelecendo com elas relações múltiplas. Uma delas, diz respeito ao mercado matrimonial, que passaremos a analisar, verificando a entrada e saída de indivíduos nesta paróquia.

Até meados do século XVII, deparamo-nos com a falta em alguns registos de casamento da indicação da origem de um ou outro nubente. Nestes casos, os cônjuges foram considerados como “naturais de fora”, o que poderá explicar o elevado índice encontrado no primeiro período de “naturais de fora”, e desvirtuar o rigor dos dados. Nos restantes períodos os párocos demonstraram rigor na referência à origem geográfica dos intervenientes nos vários actos sujeitos a registo, permitindo determinar, com relativa segurança, uma predominância de casamentos endogâmicos ao longo de todo o período observado. Em 1007 nubentes que celebraram matrimónio na Igreja paroquial da Meadela, entre 1593 e 1850, 79,7% das mulheres e 63,5% dos homens eram naturais da freguesia (Quadro N.º 30).

Registámos uma diferença significativa no comportamento dos dois sexos, predominando o casamento de mulheres naturais da paróquia sobre o de homens na mesma situação, relacionado com o costume ainda hoje praticado, do casamento se celebrar na paróquia da noiva, mesmo que venha a residir fora<sup>169</sup>. No que diz respeito ao

---

<sup>168</sup> Livro de testamentos n.º 8, 1839, pp. 101-103.

<sup>169</sup> Esta atitude parece uma regra nas paróquias rurais, para o século XVIII, os casamentos na generalidade realizam-se na terra de residência das noivas,

sexo masculino, verifica-se a tendência para uma maior circulação interparoquial, como revelam os 36,5% relativas aos noivos de naturalidade exterior. Este comportamento pode ser uma realidade para as paróquias rurais do Minho visto que Caroline Brettell, para Santa Eulália, verificou que“(…) entre 80 a 90% de todos os casamentos foram contraídos com naturais do distrito, sendo um terço, ao longo do séc. XIX, com indivíduos das aldeias vizinhas<sup>170</sup>”. Também Fernando Miranda, em S. Pedro e anexa, verificou que “(…) três quartos, 76,5% vinham deste concelho (Barcelos)<sup>171</sup> “.

De referir, ainda as significativas percentagens de mulheres que vieram de fora casar nesta paróquia, reflexo da mobilidade existente, atingindo 20,3%. Existem sinais de uma mobilidade da população rural desta paróquia, incluindo da população feminina.

**Quadro n.º 30**  
**Naturalidade dos nubentes**

Homens								
Período			Paróquias do Concelho					
1593-1850	Naturais	Total de fora	Vizinhas	Outras	Outras do distrito	Outros distritos	Outros países	Total
N.º	285	164	88	19	24	32	1	449
%	63,5	36,5	19,6	4,2	5,3	7,1	0,2	100,0

Mulheres								
Período			Paróquias do Concelho					
1593-1850	Naturais	Total de fora	Vizinhas	Outras	Outras do distrito	Outros distritos	Outros países	Total
N.º	445	113	45	17	29	15	7	558
%	79,7	20,3	8,1	3,0	5,2	2,7	1,3	100,0

Fonte: Registos Paroquiais

Passemos a uma análise mais próxima da origem dos nubentes de fora da paróquia. O quadro revela para o período total da nossa observação, que mais de metade dos nubentes de fora do sexo

AMORIM, Norberta., Guimarães..., *ob. cit.*, p. 557 e BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p. 156.

<sup>170</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p. 156.

<sup>171</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 86.

masculino vieram de paróquias vizinhas<sup>172</sup>. A maior parte dos indivíduos que entravam na paróquia pela via do matrimónio eram naturais das freguesias confinantes, com 19,6% para os homens de freguesias vizinhas contrastando com os 8,1% das mulheres. O aumento da distância dos nubentes surge preferencialmente nos homens, que vêm casar de mais longe, de outros distritos atingindo os 7,1%. Torna-se quase irrelevante o número de mulheres de fora que vêm de distâncias superiores às circunvizinhas.

As uniões de indivíduos de freguesias vizinhas, são preferencialmente realizadas com nubentes de Perre, Viana e Santa Marta, preferencialmente são os homens destas paróquias que vêm procurar à Meadela noivas para casar. Várias circunstâncias serviram de aproximação e conhecimento entre homens e mulheres, nomeadamente: as festas religiosas, os encontros aquando das tarefas agrícolas (colheitas, ceifas, vindimas e desfolhadas), onde a convivência entre rapazes e raparigas era muito maior, independentemente da actividade que exerciam, quer fossem criados de servir, assistentes, jornaleiros, rendeiros, ou proprietários.

Parece que foram particularmente estimulados os contactos em especial com freguesias de outro concelho, Ponte de Lima. Para este facto terão contribuído, em alguma medida, as sucessivas alianças matrimoniais estabelecidas entre grandes proprietários da região cujas dispensas de consanguinidade obtidas para os casamentos dos seus descendentes (legítimos ou ilegítimos) indiciam laços directos de parentesco. Também muitos assalariados destes patrões vinham com eles para as suas quintas da Meadela acabando por aqui casar.

A maior abertura do mercado matrimonial dá-se com o casamento de noivos vindos de outros distritos, assumindo especial relevo várias localidades dos concelhos de Braga e Guimarães, sugerindo redes de relações sociais e profissionais mais densas aos pólos mais desenvolvidos do distrito de Braga.

Apesar do insignificante valor de 1,3% das noivas de outros países que vieram casar na paróquia, o número de efectivos corresponde a mulheres naturais da Galiza, muitas delas para servir, acabando por aqui constituir família. Estas deslocações seriam

---

<sup>172</sup> Foram consideradas paróquias vizinhas as seguintes: Portuzelo, Perre, Santa Marta, Abelheira, Santa Maria Maior (Viana).



compensadas e activadas pelo movimento inverso dos elementos naturais da paróquia que regular ou definitivamente, saíam para Espanha.

**Quadro n.º 31**  
**Origem combinada dos nubentes**

Homens										
	1650-1699					1700-1749				
Mulheres	Naturais	%	de Fora	%	Total	Naturais	%	de Fora	%	Total
Naturais	36	27,5	53	40,5	89	61	42,1	48	33,1	109
de fora	11	8,4	31	23,7	42	9	6,2	27	18,6	36
Total	47	35,9	84	64,1	131	70	48,3	75	51,7	145

Homens										
	1750-1799					1800-1850				
Mulheres	Naturais	%	de Fora	%	Total	Naturais	%	de Fora	%	Total
Naturais	46	35,7	39	30,2	85	40	19	87	41,4	127
de fora	19	14,7	25	19,4	44	29	13,8	54	25,7	83
Total	65	50,4	64	49,6	129	69	32,9	141	67,1	210

Fonte: Registos Paroquiais

A leitura do Quadro n.º 31 permitirá reavaliar a natureza das uniões, considerando a origem geográfica combinada dos nubentes.

No século XVIII a maioria dos casamentos celebrados na Meadela envolveu contraentes naturais da paróquia, com 42,1% para a 1ª metade do século e 35,7% para a segunda. Revelou-se bastante elevada a frequência de uniões entre mulheres naturais e homens de outras paróquias, nestes períodos com 33,1% e 30,2% respectivamente. A endogamia caracteriza a comunidade no período setecentista, contrastando com a exogamia da 2ª metade do século XVII, onde 40,5% das mulheres naturais casaram com homens de fora, alargando-se a abertura ao exterior na 1ª metade do século XIX, com 41,4% das nubentes a preferirem cônjuges de outras paróquias.

A frequência de uniões contraídas entre noivas “de fora” e de noivos naturais, embora seja exígua, apresenta uma perspectiva evolutiva ao longo do período estudado, oscilando nos 8,4% na 2ª

metade do século XVII, 6,2% na 1ª metade do século XVIII e 14,7% na 2ª metade, atingindo os 13,8% no último período considerado.

Por outro lado, o número de pares constituídos por homem e mulher não naturais, assumiu valores significativos em qualquer período, principalmente na 1ª metade do século XVIII e do século XIX.

Podemos concluir que, nas uniões efectuadas na Meadela houve uma tendência endogâmica na escolha dos cônjuges, ou seja, a maior parte dos enlaces matrimoniais eram efectuados entre cônjuges naturais da paróquia e em segundo lugar destacámos os casamentos exogâmicos, predominando nesta combinação, as uniões efectuadas entre homens nascidos fora com mulheres nascidas na paróquia. Também não é de descorar o volume de nubentes de fora que vinham casar à Meadela.

## **11. Estratégias matrimoniais: o casamento por “Câmbia” ou Camba”**

A designação de casamento por “câmbia” ou “camba” surge nos registos de casamento para designar casamentos simultâneos, duplos ou triplos, envolvendo trocas de pessoas entre famílias.

Sobre esta instituição pouco se sabe, no entanto, Manuel Serra numa primeira tentativa de caracterização elaborou um artigo sobre «O casamento por “câmbia”, ou “camba” no Noroeste de Portugal<sup>173</sup>», onde levanta algumas questões pertinentes sobre a instituição: “A palavra câmbia refere-se a que objecto? A uma troca de pessoas ou a uma troca de bens (o dote, por exemplo)? Ou a ambas coisas ao mesmo tempo? E seria usada para todo o tipo de trocas entre famílias ou só para os casamentos duplos, simultâneos e envolvendo dois pares de sexos diferentes de cada família...?”<sup>174</sup> “O autor na pesquisa que realizou, apenas se limitou a recolher os casamentos simultâneos ou em dias muito próximos (com menos de sete dias de diferença), justificando por uma questão prática, dado que “descobrir trocas a

<sup>173</sup> SERRA, Manuel, “O casamento por «Câmbia» ou «Camba» no Noroeste de Portugal”, in *Estudos Regionais*, n.º 17, Viana do Castelo, C.E.R., 1996, pp. 93-112.

<sup>174</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 96.

longo prazo implicaria anotar todos os nomes dos noivos e respectivos pais, para fazer comparações, o que demoraria demasiado tempo<sup>175</sup>. Apercebeu-se da existência de casamentos por troca a uma maior distância temporal.

Estas interrogações suscitaram-me curiosidade em estudar esta instituição na Meadela, tendo já Manuel Serra detectado a sua existência para o período de 1600 a 1622, onde encontrou seis casos de casamento por câmbia<sup>176</sup>.

O aprofundamento do estudo desta instituição dependia de um estudo mais dilatado no tempo, e de uma reconstituição de famílias, que possuíamos pela reconstituição da paróquia por nós realizada. Detectámos a existência de casamentos por troca mais distanciados no tempo, acabamos por considerá-los como casamentos por “câmbia”, embora às vezes separados por anos, mas reveladores de estratégias matrimoniais.

Para o estudo desta instituição baseamo-nos na tipologia apresentada por Manuel Serra, de acordo com diversos tipos de trocas encontrados<sup>177</sup>:

Tipo 1 – Casamentos duplos envolvendo pares do mesmo nível geracional.

- a) Casamento entre pares de irmãos de sexo diferente.
- b) Casamento entre pares de irmãos do mesmo sexo.
- c) Casamento de irmãos com filhos de casais diferentes mas parentes entre si.

Tipo 2 - Casamentos duplos envolvendo pares contendo níveis geracionais diferentes.

---

<sup>175</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 97.

<sup>176</sup> Destacámos, no entanto que um dos casos citado pelo autor, não nos pareceu ser um casamento por câmbia, porque apesar dos dois casais efectuarem o casamento no mesmo dia, e de serem dois irmãos a fazê-lo, não encontramos parentesco entre as nubentes que com eles casaram em 1600. Poderiam até ser primas, mas os registos paroquias nesta data eram bastante incompletos e não nos permitiram confirmar este facto, por isso subsistindo a dúvida não consideramos este caso neste estudo.

<sup>177</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 97-98.

a) Casamentos envolvendo um(a) viúvo(a) e seu(ua) filho(a) que casam simultaneamente com dois irmãos (do mesmo ou sexos diferentes).

b) Casamentos entre grupos de dois níveis geracionais diferentes, como um viúvo e o seu filho casam, respectivamente, com uma viúva e a sua filha.

c) Casamento entre parentes geracionais diferentes e de segundo grau ou superior com irmãos (exemplo um viúvo e sua sobrinha casam respectivamente com uma mulher e um homem irmãos).

Tipo 3 – Casamentos triplos.

Tipo 4 – Casamentos simultâneos circulares (por exemplo, uma filha de um casal A, casar com um filho de um casal B, e uma filha deste casal unir-se com um filho de um casal C e, finalmente, uma filha deste casal casar com um filho do casal A, fechando o circuito).

Do estudo desenvolvido a partir dos registos de casamento elaborámos o seguinte quadro, indicando-se o grau de parentesco entre eles.

**Quadro n.º 32**  
**Casamento por câmbia ou camba (1616-1835)**

Data	Ioia/Iaio <sup>178</sup>	Ioio/Iaia	Popo/Iaia Ioio/Papa
1-5-1616	3 <sup>179</sup>	-	-
8-5-1622	2	-	-
28-4-1651 20-7-1651	-	-	2
30-3-1659 5-8-1671	-	2	-
30-8-1678 21-5-1659	2	-	-
30-7-1698 16-1-1701	2	-	-
31-7-1701 19-8-1702	-	2	-
1-5-1724 13-2-1735	-	-	2
2-12-1754	2	-	-
S.D. 23-12-1752	2	-	-
10-1-1773 9-2-1781	-	2	-
19-7-1802 14-12-1807	-	2	-
22-5-1815 15-4-1815	2	-	-
12-11-1823 16-2-1835	-	2	-
28-10-1835 ?	2	-	-
Total	17	10	4

Fonte: Registos Paroquiais

<sup>178</sup> Significado das siglas: Io- irmão; Ia- irmã; Po- primo; Pa- prima.

<sup>179</sup> Casamento triplo.

Ao todo contabilizámos, sete casos que correspondem a catorze casais que se integram no tipo 1, onde um irmão e uma irmã casam respectivamente com uma irmã e um irmão. É o casamento por câmbia mais frequente, mas destes apenas em dois casos eles se realizam no mesmo dia. Foi o que aconteceu com Afonso Gonçalves e Cristina Gonçalves, irmãos que casaram em 8 de Maio de 1622, respectivamente com os irmãos Maria Afonso e Domingos Afonso e em 2 de Dezembro de 1754 com António Gonçalves Carvalho e sua irmã Domingas Gonçalves, casaram com os irmãos Joana Pires da Costa e José Pires da Costa. Os outros casamentos de pares de irmãos de sexo diferente distam de um mês a um máximo de 19 anos de intervalo.

Encontrámos apenas um caso de casamento triplo (tipo 3), realizado em 1 de Maio de 1616, onde um filho e duas filhas de um casal casam com uma filha e dois filhos de outro casal.

Os casamentos entre pares de irmão do mesmo sexo, constitui na paróquia o segundo tipo de mais frequente, com cinco casos que correspondem a dez casamentos por câmbia, todos eles com diferença de datas de um ano a um máximo de doze anos.

Detectámos apenas dois casos, quatro casamentos de irmãos que casam simultaneamente com filhos de casais diferentes mas parentes entre si, neste caso primos.

Mas qual o significado destes casamentos por câmbia? Poderemos considerar várias hipóteses. Poderão estar relacionados com a chamada «troca de mulheres», fundamentada na reciprocidade da dádiva e na necessidade de aliança entre famílias, aliança que poderá estar ligada a razões económicas mas também entendida como uma forma de reforço do espírito de corpo numa freguesia entendida como comunidade. Os casamentos triplos parecem revelar uma forma de reforçar ainda mais as alianças entre as famílias.

O sistema igualitário de herança praticado no Alto-Minho parece ter favorecido este tipo de casamento, evitando em parte a dispersão das parcelas, garantindo assim a integridade da casa. Os casamentos combinados para evitar a dispersão da propriedade foram citados por L. Polanah no estudo que desenvolveu para a comunidade de Castro Laboreiro no século XX, mas sem fazer referência aos casamentos por câmbia nesta comunidade. Através deste sistema de casamento por câmbia, o casal pode receber os dois dotes a que tem

direito no mesmo local, isto resultado da troca com o outro casal que se desposa ao mesmo tempo<sup>180</sup>.

Por trás das razões económicas e do reforço familiar estará muitas vezes a pressão familiar exercida pelos pais no sentido de favorecer a nível económico os seus filhos, mas coarctando-lhes a liberdade de escolha. É de crer que a liberdade de escolha do cônjuge terá contribuído para o desaparecimento deste tipo de casamento<sup>181</sup>.

## 12. Celibato Definitivo

Do matrimónio de Manuel Martins Coxeno com Maria Luísa Alves Paiva, celebrado em 13 de Agosto de 1768, nasceram dez filhos entre o ano de 1769 e 1790. Das cinco filhas do casal, três ficaram solteiras, Antónia faleceu com 56 anos, Joana com 50 anos e Cristina criada de João Dias Felgueiras, com 61 anos, deixando testamento cerrado. Também José, o sexto filho, faleceu no estado de solteiro com 32 anos. Sabemos que Maria Rosa e Maria viriam a casar ainda em vida de seus pais e Francisco, o primeiro filho morreu com apenas um ano de idade. Nada sabemos dos desígnios de Luís, André e Francisco, presumindo-se que tenham saído da paróquia, já que não aparecem aqui referências a nenhum outro acto que o do nascimento.

No testamento cerrado de Cristina Martins Coxena refere-se que morava em casa de sua irmã Maria Martins Coxena, viúva de Domingos Gonçalves Carvalho. Nomeou sua irmã herdeira dos seus bens móveis e de raiz enquanto viva, passando depois para os seus sobrinhos, filhos desta, legando o terço ao seu sobrinho José Tomás para casar em casa, se este falecer o terço iria para o sobrinho que casar em casa.

---

<sup>180</sup> POLANAH, L., *Comunidades camponesas no Parque Nacional da Peneda-Gêres*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987, pp. 13-17.

<sup>181</sup> SERRA, Manuel, *ob. cit.*, p. 106.

Casar ou ficar solteiro nem sempre parece ter sido um acto de pura vontade individual. Apesar de ser difícil identificar os motivos que condicionaram ao celibato estas mulheres, poderemos eventualmente apresentar um conjunto de circunstâncias que podem ter dificultado estas mulheres a contraírem matrimónio. A viabilidade do matrimónio dependeria fortemente das condições económicas do agregado familiar, da estrutura demográfica da região, de factores culturais e religiosos. Também o acesso ao casamento poderia estar condicionado pelo sistema de herança, que no Minho se caracterizava pela teórica divisibilidade, colocando os vários descendentes em plano de igualdade. Esta prática estimularia a nupcialidade reduzindo as taxas de celibato definitivo, mas na realidade a tendência seria a de garantir a integridade da "casa", assegurada pela transmissão do núcleo do património ao casal constituído por um dos filhos, através do terço. Estudos realizados revelam que o Noroeste de Portugal apresenta-nos uma situação em que uma tendência para a divisão da herança em partes iguais após a designação do destinatário do terço está no entanto associado ao celibato definitivo bastante generalizado, sobretudo entre a população feminina<sup>182</sup>.

Existia a preocupação de garantir a subsistência dos filhos e principalmente das filhas solteiras, daí que sejam frequentemente beneficiárias do terço ou de determinações testamentárias que as beneficiam em relação aos irmãos casados. Nesse sentido percebe-se que Maria filha de Domingos Dias da Costa (lavrador) e de Maria Martins foi beneficiada no testamento celebrado pelo pai em 24 de Agosto de 1841, onde determinava que lhe deixava "a casinha do tear não casando ella e casando ella sempre levará o tear, e lhe darã so mais em dinheiro a quantia de três mil réis"<sup>183</sup>.

Caroline Brettell, destaca o papel das filhas solteiras que "(...) eram , indubitavelmente, um bem valioso e a sua contribuição, em termos de trabalho, para o agregado era, pelo menos, tão importante como a dos filhos. Os pais parecem ter preferido manter as filhas solteiras tanto tempo quanto possível, ou mesmo solteiras para sempre, afim de as reter como recurso económico"<sup>184</sup>. Parece serem

---

<sup>182</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.* pp. 147-148.

<sup>183</sup> *Livro de Testamentos*, n.º 11, 1841, fl. 32.

<sup>184</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p.155.



escolhidas preferencialmente as filhas para acompanhar os pais na velhice, deixando-lhes reservas testamentárias se estas permanecerem na sua companhia até à hora da sua morte. Foi o que aconteceu com Cristina, filha mais nova de Francisco Gil e de Joana Gonçalves, tendo estes determinado em testamento cerrado, celebrado em 2 de Dezembro de 1778, que lhe legariam, após a morte do último, o terço “em remuneração do grande serviço que nos tem feito, e boa assistência nas enfermidades; isto he assistindo-nos assim athe a nossa morte, quando não será também repartido o terço com os mais bens e sera inteirada do tal terço com as nossas duas leiras das lumieiras, que para isso lhe deixamos <sup>185</sup>“. Cristina viria a casar em 1781 aos 27 anos com Domingos Martins Amado da mesma idade, após a morte de sua mãe em 1780. Seu pai apenas viria a falecer em 1785, deixando disposição verbal.

Muitas mulheres esperavam pelo falecimento dos pais para casar, e quando isto acontecia, algumas tinham já ultrapassado a idade casadoura, tornando-se indesejáveis. Outras, dadas as dificuldades económicas do agregado familiar iam prestar serviços de criadas ou assistir em casas ricas, acabando por nunca casar. Ana Gonçalves Campainha foi uma delas, solteira, criada do Capitão José da Guia, tendo este ao seu serviço outras criadas; Maria Moreira era assistente na casa de Margarida Luísa de Torres, na Meadela, faleceu aos 70 anos no estado de solteira; Com 61 anos faleceu no estado de solteira Cristina Martins Coxena, criada de João Dias Felgueiras.

Outro factor a considerar, embora não tenhamos provas, é o das mulheres solteiras que podem ter sido noivas de jovens que partiram para o estrangeiro em busca de fortuna. A espera pelo namorado poderá ter-se prolongado, atingindo estas, por vezes idade onde a esperança de casar era quase inexistente.

Também o desequilíbrio demográfico resultante de uma emigração predominante masculina deve ter contribuído significativamente para aumentar a probabilidade de celibato definitivo entre a população feminina da Meadela, como poderemos verificar no capítulo VI.

---

<sup>185</sup> Testamento solto encontrado no Arquivo Paroquial da Meadela.

Por último, não poderemos esquecer os factores culturais, que devem ser tidos em conta para explicar o celibato feminino. O estigma imposto ao estado de solteira, no Portugal rural, deveria ser mínimo. Existe mesmo, na tradição popular ditados e provérbios que exaltam o celibato feminino e denigrem o casamento<sup>186</sup>:

*Antes que cases vê o que fazes.*

*Mãe, o que é casar? Filha é penar, parir e chorar.*

*Quando eu era solteirinha, usava fitas aos molhos.*

*Agora sou casada, trago lágrimas nos olhos.*

Na tentativa de avaliar a intensidade e determinar a evolução do celibato definitivo na comunidade, optámos por uma observação transversal utilizando a periodização saída do estudo da idade média ao primeiro casamento. Para esta análise, calculámos a percentagem de indivíduos solteiros que contavam ao óbito cinquenta ou mais anos, relativamente ao total, por sexos, de todos os indivíduos falecidos.

**Quadro n.º 33**  
**Celibato definitivo**  
**Observação transversal (1700-1849)**

Período	Homens			Mulheres		
	Total Óbitos	Óbitos solt.>49	Cel. def.	Total Óbitos	Óbitos solt.>49	Cel. def.
1700-1749	24	2	8,3	48	7	14,6
1750-1799	43	2	4,7	60	12	20,0
1800-1849	48	1	2,1	45	7	15,6
<b>1650-1849</b>	<b>116</b>	<b>5</b>	<b>4,3</b>	<b>153</b>	<b>26</b>	<b>16,0</b>

Fonte: Registos Paroquiais

Requerendo o cálculo das percentagens de indivíduos definitivamente celibatários, o conhecimento da idade e estado civil

<sup>186</sup> Recolhidos por Caroline Brettell no trabalho de campo efectuado para Santa Eulália, BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, 157.

no momento da morte, os dados referentes ao século XVII foram escassos, o que poderia apresentar algumas distorções comparativamente aos períodos subsequentes, por isso não foi considerado na análise.

Uma primeira leitura dos resultados, durante todos os períodos, e comparando as proporções de homens e mulheres que permaneceram definitivamente solteiros, permite concluir que o celibato feminino se revelou sempre mais intenso, reflectindo as tendências demográficas regionais da mesma época<sup>187</sup>.

As percentagens demonstram a persistência em todos os períodos, para o sexo feminino, de elevados índices de celibato definitivo, contrastando com baixos níveis encontrados para os homens, com um grande distanciamento entre os valores encontrados nos dois sexos. No período total de 1700 a 1849, o índice de celibato masculino foi de apenas 4,3%, apresentando-se o celibato feminino três vezes superior com 16%. Esta tendência que revela uma maior dificuldade das mulheres acederem ao casamento, mantêm-se ao longo dos períodos, verificando-se para o período de 1700-1749 uma menor diferença do que nos restantes períodos, nestes o índice de celibato masculino foi de 8,3% e o feminino de 14,6%. A diferença acentua-se entre 1750-1799 onde os valores oscilam entre os 4,7% para os homens e os 20% para as mulheres, descendo o índice de celibato masculino para os 2%, mantendo-se relativamente alto o feminino, com 15,6%. É na 2ª metade do século XVIII que as mulheres têm mais dificuldades de acesso ao matrimónio, que curiosamente corresponde neste período a uma descida da idade média ao casamento, revelando que as mulheres que não casavam até determinada idade tornava-se mais difícil realizá-lo, aumentando por isso o celibato definitivo.

Pelos índices encontrados, podemos concluir que na paróquia da Meadela poucos eram os homens que não casavam, este facto

---

<sup>187</sup> Carlota dos Santos, para Santiago de Romarigães, encontrou esta realidade, embora os índices de celibatos sejam mais elevados no sexo masculino. Assim foram encontrados para o período de 1700-1749, 16,1% de celibato masculino e 17,6% do feminino; de 1750-1799, 12,9% para os primeiros e 25,9% de celibatárias e para o último o período, de 1800-1849, foi de 13,5% e 21,5% respectivamente. In SANTOS, Carlota, *ob. cit.*, p.159.

achar-se-á associado à existência de um vasto mercado matrimonial, mais acessível para os homens, corroborado por idades médias ao primeiro casamento inferiores à das mulheres, como já constatámos. Esta fraca existência de celibatários do sexo masculino não foi encontrada em níveis tão baixos em nenhuma paróquia, quer da região do Minho ou do país. Apenas encontrámos algumas afinidades com os dados obtidos por Norberta Amorim para o Sul do Pico<sup>188</sup>, embora a periodização seja diferente, em 1720-1809, não casaram 6,7% dos homens, aumentando os valores para 9,7% no período de 1810-1889, valores no entanto superiores aos encontrados na Meadela. Para as mulheres os valores revelaram-se também próximos da nossa paróquia, com 12,8% no primeiro período, aumentando para 18,9% no segundo.

---

<sup>188</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico*, *ob. cit.*, p. 105.

## CAPÍTULO IV

### A FECUNDIDADE

*Malthus sólo recomendó como medios para limitar el crecimiento de la población los matrimonios tardíos y la continencia de otros medios para impedir los nacimientos sino porque sólo admitía, según él mismo decía, aquellos obstáculos que no procediesen ni del vicio ni de la miseria.*

Roland Pressat, *Introducción a la Demografía*.

O estudo da evolução demográfica de uma população passa pela análise da capacidade reprodutiva dos seres humanos. A fecundidade é uma variável importante na explicação do ritmo de crescimento da população.

O mundo contemporâneo apresenta comportamentos diferentes do mundo dos nossos antepassados. A substituição das gerações, o equilíbrio que se procura, é algo que preocupa os homens, quer dos tempos idos, quer dos nossos dias.

Estas preocupações actuais com o estudo da fecundidade prendem-se com interesses por parte dos Estados em defender as suas políticas natalistas ou anti-natalistas, mas acima de tudo, é fundamental conhecer e compreender quando e quais as razões que permitiram a transição de uma “fecundidade natural” ou próxima do natural, para uma fecundidade controlada<sup>189</sup>.

No Antigo Regime, a conjugação de uma série de mecanismos, conscientes ou não, dos comportamentos individuais ou colectivos, ajustam-se por forma a regular a capacidade reprodutiva, variando consideravelmente segundo as populações. Para estas diferenças de

---

<sup>189</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 92.

fecundidade, na ausência de uma natalidade controlada, segundo Roland Pressat, terão sido responsáveis os matrimónios mais ou menos tardios, a interrupção da união pela morte do cônjuge, a variação da duração do período de lactância, o surgimento precoce da menarca e da menopausa, a esterilidade de alguns casais, a saúde da população, a alimentação, o clima e eventualmente a frequência e gravidade das afecções venéreas.<sup>190</sup>

Poderemos questionar-nos, se para essa variabilidade do fenómeno, nas sociedades rurais do passado, não terão, também contribuído factores de ordem económica, cultural, social<sup>191</sup> e até política.

Com o propósito de melhor compreendermos a evolução da capacidade reprodutiva dos casais da Meadela, entre 1593-1850, recorreremos a indicadores que nos permitiram analisar os seus ritmos, as rupturas, as descontinuidades e as permanências. Todavia e antes de analisarmos os vários indicadores de fecundidade, iremos apresentar a evolução da sazonalidade dos nascimentos segundo os meses e também a evolução da repartição dos nascimentos segundo os sexos.

## **1. Movimento sazonal dos nascimentos**

Na observação da sazonalidade dos nascimentos apenas foram considerados os filhos legítimos. Até meados do século XVII existe uma pequena distorção resultante do uso da data de baptismo, em vez da do nascimento que não é referida. Esta distorção é pequena (nunca superior a oito dias), por exigências das Constituições do Bispado<sup>192</sup> e pelos hábitos da população, que até ao século XVIII indicam preferências que raramente ultrapassam os seis dias.

---

<sup>190</sup> PRESSAT, Roland, *Introducción a la Demografía, Barcelona*, Ariel, 1985, 93.

<sup>191</sup> Algumas atitudes sociais atrasam ou adiantam as concepções e o crescimento da população, como a contenção de relações sexuais em alguns períodos como a Quaresma e no Advento ou a prática sexual de desposados.

<sup>192</sup> *Constituições Synodais do Arcebispado de Braga, ob. cit.*, p.7. As Constituições do Arcebispado de Braga que primeiro mais cuidadosamente regulamentaram os registos paroquiais foram as de 1639, ordenadas por D. Sebastião de Matos e Noronha. No seu Título II, sobre o sacramento do baptismo, determina-se primeiro que “toda a criança seja baptizada do dia em que nascer, até oito dias ao mais”.

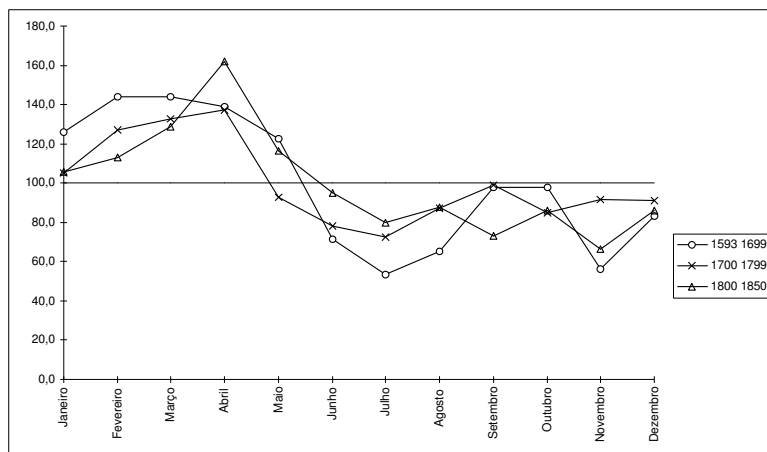
Através da análise da sazonalidade dos nascimentos procurámos delimitar espaços temporais, resultantes de alterações de mentalidade e das atitudes colectivas directamente relacionadas com o momento das concepções e a ocorrência dos nascimentos. Distinguimos assim, três períodos de observação.

**Quadro n.º 34**  
**Sazonalidade dos nascimentos**  
**evolução do comportamento**

Meses	1593-1699			1700-1799			1800-1850		
	n.º	%	Por dia	n.º	%	Por dia	n.º	%	Por dia
Janeiro	118	125,8	3,8	110	105,	3,5	69	105,	2,2
Fevereiro	123	143,8	4,4	121	127	4,3	67	112,	2,4
Março	135	143,9	4,4	139	133	4,5	84	128,	2,7
Abril	126	138,8	4,2	139	137,	4,6	102	161,	3,4
Maiο	115	122,6	3,7	97	92,8	3,1	76	116,	2,5
Junho	65	71,6	2,2	79	78,1	2,6	60	95,2	2,0
Julho	50	53,3	1,6	76	72,7	2,5	52	79,8	1,7
Agosto	61	65	2,0	91	87	2,9	57	87,5	1,8
Setembro	89	98	3,0	100	98,8	3,3	46	73	1,5
Outubro	92	98	3,0	89	85,1	2,9	56	85,9	1,8
Novembro	51	56,2	1,7	93	91,9	3,1	42	66,6	1,4
Dezembro	78	83,1	2,5	95	90,9	3,1	56	85,9	1,8

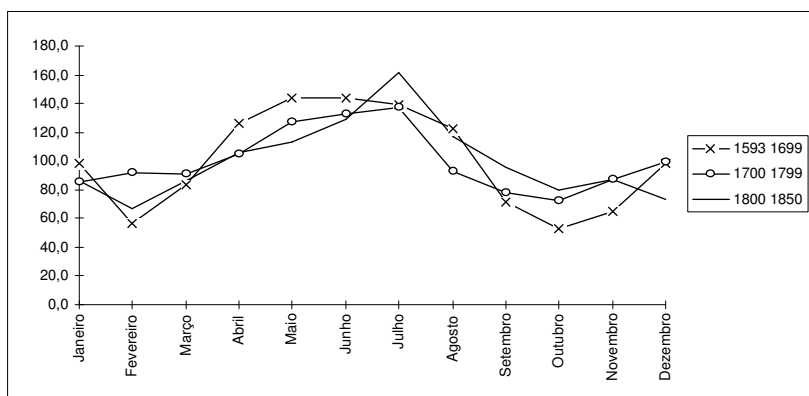
Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico nº 8**  
**Sazonalidade dos nascimentos**  
**evolução do comportamento**  
**(índices)**



Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico nº 9**  
**Sazonalidade das concepções**  
**(índices)**



Fonte: Registos Paroquiais

Numa observação global, no século XVII e XVIII, verificámos pelo Quadro n.º 34 e pelo Gráfico n.º 8 que os meses de maior volume de nascimentos correspondem aos quatro primeiros do ano, correspondendo às concepções de Abril, Maio, Junho e Julho. É nos



meses de Verão que nascem menos crianças, Junho, Julho e Agosto, que correspondem às concepções de Setembro, Outubro e Novembro.

Em Setembro e Outubro encontramos um máximo secundário, que corresponde às concepções de Dezembro, Janeiro (tempo posterior ao Advento) um mínimo secundário em Novembro, que corresponde às concepções de Fevereiro.

Comparando a nossa paróquia com as estudadas por Norberta Amorim, encontramos um comportamento semelhantes. As paróquias de Trás-os-Montes (Poiães, Cardanha e Rebordãos)<sup>193</sup>, assim como as paróquias de Guimarães<sup>194</sup> registam nos primeiros meses do ano o maior volume de nascimentos, e apresentando nos meses de Verão (Junho, Julho e Agosto) um mínimo de nascimentos. Guimarães apresenta no mês de Novembro um máximo secundário, enquanto que para as paróquias transmontanas o máximo secundário dá-se em Setembro, Outubro. O mínimo secundário é comum às paróquias transmontanas e de Guimarães, sendo no mês de Dezembro onde nascem menos crianças. É neste aspecto que reside a diferença entre a nossa paróquia e as estudadas por Norberta Amorim, pois o mínimo secundário dá-se em Novembro, que corresponde às concepções de Fevereiro e não em Dezembro como é o mais frequente, que corresponde às concepções de Março, tempo de Quaresma.

Confrontando, ainda com Alvito S. Pedro, Fevereiro e Março continuam a registar o maior número de nascimentos e Julho o mês de menor representatividade<sup>195</sup>.

A que se deve esta semelhança de comportamento? Tal como observámos a propósito da sazonalidade dos casamentos, tanto os interditos culturais e religiosos como a pluralidade de factores naturais associados à calendarização das tarefas agrícolas, teriam exercido uma influência considerável no comportamento reprodutivo das famílias, determinando uma maior ou menor concentração de nascimentos ao longo das estações do ano. O respeito pela Quaresma faz-se sentir na nossa paróquia, no entanto, no século XVIII, faz-se notar um certo desrespeito, que se reflecte numa relativa elevação do volume de

---

<sup>193</sup> AMORIM, Norberta, *S. Pedro de Poiães...*, *ob. cit.*, p. 325.

<sup>194</sup> AMORIM, Norberta, Guimarães 1580-1819, *Estudo Demográfico...* *ob. cit.*, pp. 147-155.

<sup>195</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 105.

nascimentos em Dezembro. Em contrapartida, o Advento parece ter sido mais respeitado que a Quaresma, pois os baixos índices de nascimentos em Julho e Agosto assim o demonstram. Também os trabalhos agrícolas, mais pesados nos meses de Setembro-Outubro, época de colheitas, terão condicionado a baixa procriação verificada nos meses de Junho e Julho. É ainda de admitir, como justificação para os relativos baixos índices de nascimentos nos meses de Verão as correntes migratórias sazonais, integrando população masculina casada, que ocorriam nos meses de Outono e Inverno, cujos efeitos se reflectem na fecundidade conjugal<sup>196</sup>. Estas circunstâncias, pressionaram os casais da Meadela, obrigando-os a um maior número de concepções na Primavera, resultando um maior número de nascimentos em Janeiro, Fevereiro, Março e Abril.

No período de 1593 a 1699, o mês de maior volume de nascimentos, o de Março ultrapassou quase três vezes os efectivos de Julho, enquanto que no segundo período (1700-1799), a diferença entre o mês de Abril, com maior número de nascimentos, não chegou a ser o dobro do volume do mês de Julho. Esta situação é muito semelhante ao que se passa em Poiães, que entre 1561 e 1600, o mês de Fevereiro apresenta o triplo dos efectivos de Julho, enquanto que no século XVIII a diferença reduz-se a menos do dobro. Comprova-se assim, a afirmação de Norberta Amorim “antes do século XVIII, o homem viveria mais ao ritmo da natureza do que posteriormente”.

No último período (1ª metade do século XIX), a atitude reprodutiva torna-se mais maleável em relação aos meses do calendário, destacando-se no entanto, o mês de Abril que concentra o maior volume de nascimentos de toda a observação, com valor superior ao dobro do mês de Novembro.

## **2. Repartição dos nascimentos segundo os sexos**

O cálculo da relação de masculinidade para os nascidos nesta paróquia pode contribuir para lançar luz sobre comportamentos ocorridos ao longo das várias gerações, tais como as condições de acesso ao casamento, permitindo justificar em parte as elevadas idades médias ao casamento das mulheres e o celibato definitivo

---

<sup>196</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p. 199-225.

impressionante no mesmo sexo. A relação de masculinidade altera com a mortalidade diferencial, onde a morte atinge mais os rapazes que as raparigas, e os movimentos migratórios, que poderão equilibrar ou desequilibrar a balança entre os dois sexos.

Índices de masculinidade inferiores a 100 pode afectar a reprodução de uma pequena sociedade rural, mais ou menos isolada. Este problema diluí-se com a existência de movimentos migratórios, que compensem o desequilíbrio ocorrido entre os sexos<sup>197</sup>.

**Quadro n.º 35**  
**Repartição dos nascimentos segundo o sexo**  
**relações de masculinidade**

Período	Homens	Mulheres	RM
1593 - 1649	230	221	104
1650 - 1699	351	288	122
1700 - 1749	326	294	111
1750 - 1799	313	263	119
1800 - 1850	371	379	98
Totais	1591	1445	110

Fonte: Registos Paroquiais

Dos cinco períodos considerados, apenas no último período nasceram mais raparigas que rapazes, com uma relação de masculinidade de 98, tornando-se quase insignificante face à globalidade do período estudado, onde encontramos uma relação de masculinidade à nascença de 110, favorável ao sexo masculino, acima dos 105, considerado o índice médio da relação entre os dois sexos. O segundo período (1650-1699) e o quarto período (1750-1799) apresentam uma relação de masculinidade bastante elevada, sendo respectivamente de 122 e 119, valores muito acima da média, que se reflectem numa aproximação de homens e mulheres em idade núbil, onde o mercado matrimonial se apresenta mais favorável às mulheres, apesar da forte mortalidade infantil masculina, evidenciando-se nestes períodos por uma descida da idade média ao casamento para ambos os sexos, mas continuando as mulheres a casar mais velhas que os homens. É evidente que a mobilidade diferencial terá contribuído

<sup>197</sup> NORBERTA, Amorim, *Guimarães 1580-1819- Estudo Demográfico....*, ob. cit., pp. 146-147.

para anular os efeitos desta relação de masculinidade à nascença tão elevada.

Para todo o período nasceram 3036 indivíduos não enjeitados, sendo 1591 do sexo masculino e 1445 do sexo feminino. Nasceram portanto mais rapazes que raparigas, no entanto, regra geral, a mortalidade infantil incide mais nos rapazes que nas raparigas, como teremos oportunidade de verificar no estudo da mortalidade infantil. O facto de morrerem mais rapazes que raparigas pode provocar um desequilíbrio na população (quando a diferença é muito acentuada), agravada pela emigração realizada pelos homens. No entanto, a mobilidade permite compensar estes desequilíbrios.

### **3. Fecundidade legítima**

A fecundidade legítima consiste no número de filhos que uma mulher pode dar à luz em situação de legitimidade, condicionada pela idade ao casamento, duração da vida conjugal, interrupções da vida conjugal por ausência do cônjuge (mobilidade geográfica da população masculina), idade da mulher no período fértil e intervalos entre os nascimentos (protogenésico e intergenésicos). O casamento e a ausência dependiam da vontade individual, condicionada por factores sócio-económicos. As flutuações da idade média ao casamento abordadas no capítulo anterior são importantes para compreender as variações dos modelos de fecundidade. O aumento da idade média com que os indivíduos de uma população ou comunidade casam faz diminuir o número de anos durante os quais uma mulher pode gerar filhos, considerado o «período de risco», que afecta o nível de fecundidade global. O ritmo de fecundidade legítima pode ser passível de alterações por factores de mais difícil avaliação, como seja a amamentação que condiciona a incapacidade de gestação por um período mais ou menos longo; dificuldade de procriação provocadas por carências alimentares ou até fadiga; poderemos referenciar ainda algumas práticas malthusianas, embora muito incipientes, que por vezes poderiam fazer-se sentir<sup>198</sup>.

---

<sup>198</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães 1580-1819, Estudo Demográfico...*, ob. cit., p.156.

#### 4. Taxa de fecundidade legítima por grupos de idade

Para estudarmos a taxa de fecundidade legítima das mulheres da Meadela de 1634-1850, servimo-nos das famílias tipo 1, das quais conhecemos a data de nascimento da mãe, a data de casamento, o nascimento de todos os filhos e o fim da união. Utilizámos como indicadores as taxas de fecundidade legítima por grupos de idades; a descendência teórica, ou seja o número médio de filhos por mulher, nas condições de fecundidade encontradas, se a convivência conjugal se estendesse dos 15 aos 49 anos; e a idade média das mães ao nascimento do último filho, em famílias completas, cujo período de convivência conjugal ultrapassou os 48 anos da mulher<sup>199</sup>.

No sentido de estabelecer uma periodização para a fecundidade legítima, após alguns ensaios realizados, decidimos dividir a observação em dois períodos, mantendo assim a periodização já utilizada anteriormente noutras variáveis, iniciando-se no entanto o primeiro período a partir de 1634, quando pela primeira vez encontrámos famílias tipo 1.

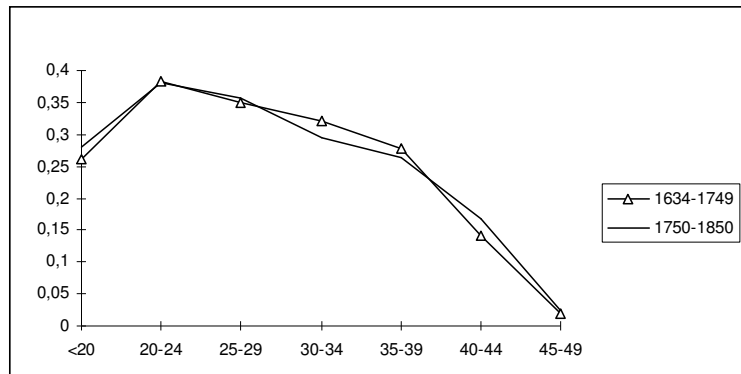
**Quadro n.º 36**  
**Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade**  
**e descendência teórica**  
**todas as idades da mulher**  
**( mil mulheres )**

Período	N.º obs.	<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
1634-1749	122	261	383	35	322	277	141	18	8,76
1750-1850	79	28	381	357	295	264	167	23	8,84

Fonte: Registos Paroquiais

<sup>199</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias...*, ob. cit., p.117.  
Baseado na metodologia de Reconstituição de paróquias de Norberta Amorim.

**Gráfico n° 10**  
**Taxas de fecundidade por grupos de idade da mulher**  
**e descendência teórica**  
**todas as idades da mulher**  
**( mil mulheres )**



Fonte: Registos Paroquiais

Como característica geral, os resultados apresentados no Quadro n.º 36 evidenciam uma alta fecundidade ao longo dos períodos contemplados, concentrando-se nos grupos etários dos 20 aos 34 anos da mulher.

No primeiro período (1634-1749) evidencia-se que a capacidade de reprodução da mulher se esgota à medida que a idade avança<sup>200</sup>, onde a descida acentuada do nível de fecundidade se localiza, dentro de um quadro previsível, a partir dos 35 anos, sugerindo uma fecundidade natural. Em contrapartida, verifica-se uma antecipação do correspondente declínio após os 30 anos a partir de meados do século XVIII, mantendo-se até aos 40 anos abaixo da fecundidade do primeiro período, apresentando a partir desta faixa etária valores mais elevados durante todas as fases posteriores. Uma provável explicação para estas variações residirá na influência exercida pela idade média da mulher ao primeiro casamento, que se apresenta elevada na segunda metade do século XVII e na primeira do século XIX, atingindo médias de 28 anos (Capítulo III), em

<sup>200</sup> O principal traço que distingue o modelo da fecundidade natural de qualquer forma de fecundidade controlada é a razão a que as taxas de fecundidade conjugal diminuem com a idade.

consequência de percentagens significativas de mulheres que contraíram matrimónio nos grupos de 30 a 39 anos. A elevada idade média ao casamento das mulheres não afecta, contudo, a descendência esperada numa época de fecundidade não controlada, confirmada pela proximidade da descendência teórica, que se apresenta elevada rondando os 9 filhos.

Podemos encontrar respostas analisando a idade média da mãe ao nascimento do último filho, que se revela um importante indicador do comportamento reprodutivo dos casais, sendo considerada mesmo como um dos indicadores mais seguros da limitação voluntária de nascimentos.

**Quadro n.º 37**  
**Idade média da mãe ao nascimento do último filho**

Períodos	Observações	Média de idades
1634-1749	74	40,9
1750-1850	43	40,7

Fonte: Registos Paroquiais

Pela observação do quadro n.º 37, constatámos que a idade média da mulher ao nascimento do último filho se mantém elevada ao longo de toda a observação, revelando este indicador uma ligeira tendência para a descida do primeiro para o segundo período, com uma média de 40,9 e 40,7 anos respectivamente. Esta tardia idade da mulher ao nascimento do último filho resultante em parte do elevado número de mulheres que contraíram casamento mais tardiamente e que lhes permitiu alongar o seu período fértil, contrastando com a ligeira antecipação deste por parte das mulheres que contraíram matrimónio em idades mais jovens, que acabou por não ter grandes reflexos no número de filhos, que se apresentou relativamente elevado.

**Quadro n.º 38**  
**Quadro comparativo de diferentes zonas portuguesas e europeias**  
**Antigo Regime**

Zonas	<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T. 20-44
Meadela (1634-1850)	268	382	353	312	272	150	20	7,35
Sul do Pico antes 1750	274	371	343	328	275	168	33	7,43
Guimarães Zona rural antes 1750	300	456	422	412	318	187	19	8,98
Pioares 1650-1823	279	394	396	352	292	139	13	7,87
Rebordãos 1610-1750	319	397	378	356	292	122	13	7,73
Cardanha 1600-1750	321	388	362	348	224	127	15	7,25
Alvito S. Pedro antes 1750	-	375	355	323	286	170	35	7,55
Cortegaça antes 1750	164	351	327	322	280	167	28	7,24
Inglaterra (13 paroq.) 1750-1799	-	423	356	289	237	133	-	7,19
Suécia nacional 1781-1820	-	461	355	322	225	145	-	7,54
Alemanha (14 paroq.) 1800-1824	-	463	412	362	285	151	-	8,37
França 1790-1819 NW (10 p.)	-	444	366	288	189	74	-	6,81
França 1790-1819 NE (12 p.)	-	426	367	317	243	95	-	7,24
França 1790-1819 SW (9 p.)	-	381	353	312	238	99	-	6,92

Fonte: Registos Paroquiais



Como podemos observar, o comportamento reprodutivo dos casais, durante o Antigo Regime, é semelhante nos casos considerados. As taxas de fecundidade, por grupos de idades, nestas paróquias, evidenciam, na generalidade, a maior fecundidade entre os 20 e os 35 anos. Encontrámos uma maior aproximação da descendência teórica com as paróquias do Sul do Pico, Transmontanas (Poiares, Rebordãos e em especial Cardanha), Cortegaça e Alvito S. Pedro, com médias que rondavam os sete filhos por mulher. Existe uma aproximação dos valores encontrados também com algumas paróquias europeias, na Inglaterra, França (NE) e Suécia nacional. As diferenças ressaltam quando comparamos a nossa paróquia com Guimarães (zona rural), onde as taxas de fecundidade e a descendência teórica são mais elevadas do que na Meadela, oscilando a média nos 9 filhos.

Constatámos que as mulheres da zona rural de Guimarães, Poiares e Rebordãos que apresentam as mais elevadas taxas de fecundidade nos primeiros grupos de idades, as vêem diminuir mais rapidamente depois dos 40 anos, enquanto que na Meadela a transição se faz gradualmente.

O quadro deixa claro que relativamente a outras regiões portuguesas e mesmo a outros países europeus, a Meadela apresenta, para todos os grupos de idade, altas taxas de fecundidade legítima, revelador que o controle da natalidade não se fazia sentir. A partir de meados do século XVIII, depois dos 30 anos aos 39 anos, a fecundidade baixa ligeiramente. Será este comportamento revelador de algum controlo da natalidade?

Como já referimos no início do capítulo, no Antigo Regime houve vários mecanismos de regulação do processo de fecundidade, os quais actuando de uma forma consciente na população da época influenciariam o aparecimento de sistemas novos ou adaptados no intuito de regularem a prática de “fecundidade natural”<sup>201</sup>.

Um dos mecanismos mais comuns e utilizados pelas mães, foi a prática de aleitamento prolongado aos filhos. Esta acção consciente ou inconsciente, provoca incapacidade de uma nova gestação por um

---

<sup>201</sup> BIDEAU, Alai, “Mecanismos Auto-reguladores de populações tradicionais”, Universidade de Lyon - França, in MARCÍLIO, Maria Luiza, *População e Sociedade - evolução das sociedades pre-industriais*, Petrópolis, 1984.

período mais longo, e reduz por isso as potencialidades de reprodução das mulheres. Mas este efeito controlador poderia ser posto em causa pela forte mortalidade de crianças com menos de um ano, que poderão encurtar os intervalos intergenésicos, aumentando assim a fecundidade. Sobre este assunto debruçar-nos-emos no capítulo sobre a mortalidade. A própria Igreja Católica desaconselhando os contactos sexuais em certas alturas do ano (Advento e Quaresma), a abstinência sexual surge como um mecanismo de controlo da natalidade. Na Meadela vimos na rubrica “repartição dos nascimentos segundo os meses” que o respeito fazia-se sentir mais no Advento do que na Quaresma, condicionando o acto reprodutivo, assim como também estaria dependente de trabalhos e produções agrícolas.

## 5. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima

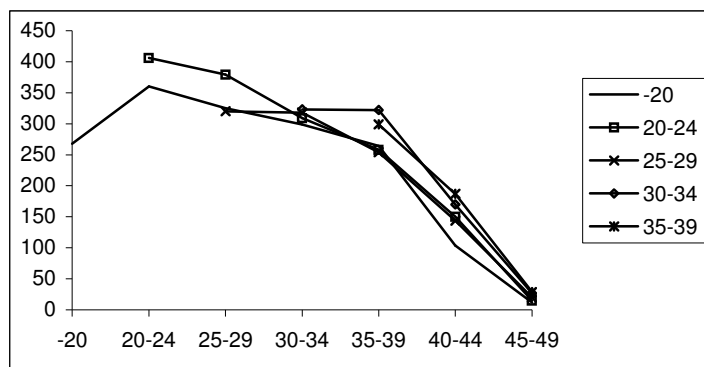
Para a análise da fecundidade segundo a idade ao casamento da mulher utilizámos as famílias completas. Por motivos de representatividade decidimos apenas considerar um único período (Quadro n.º 39 e Gráfico n.º 11).

**Quadro n.º 39**  
**Taxas de fecundidade legítima, descendência teórica e**  
**idade média da mãe ao nascimento do último filho**  
**segundo a idade ao casamento**  
**( 1634-1850 )**  
**( mil mulheres )**

	Obs.	-20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D. T.	I. M.
-20	31	268	360	325	299	264	104	12	8,16	38,2
20-24	68		406	379	309	258	150	15	7,59	41
25-29	51			320	318	254	144	20	5,28	41
30-34	31				323	322	170	27	4,21	40,9
35-39	18					299	187	29	2,58	42,5

Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico nº 11**  
**Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento**  
**( 1634-1850 )**



A análise dos dados, revelam uma forte relação entre o ritmo reprodutivo e a idade da mulher ao casamento. É normal as taxas de fecundidade serem mais elevadas no grupo etário no qual se realiza o casamento e no seguinte, diminuindo com a idade. Tal facto está ligado à menor duração do intervalo protogenésico em relação aos intervalos intergenésicos sucessivos, reduzindo-se a fecundidade depois dos 5 anos de convívio conjugal. Mas, para o período observado, detectámos que este comportamento não é tão frequente, destacando-se os grupos etários onde a fecundidade foi maior após 5 anos de vida conjugal, isto para o grupo das mulheres casadas antes dos 20 anos, dos 25-29 anos e dos 30-34 anos. É ainda visível que a taxa de fecundidade é mais elevada no grupo das mulheres que casaram no grupo dos 20-24 anos, reduzindo-se progressivamente o seu ritmo reprodutivo nos grupos de idade que se seguem, típico de uma “fecundidade natural”. Este grupo etário apresenta taxas de fecundidade mais elevadas após cinco anos de matrimónio, do que as mulheres que contraíram matrimónio no grupo dos 25-29 anos.

As mulheres casadas antes dos 20 anos reduzem os seus níveis de fecundidade mais cedo do que as casadas no grupo etário seguinte, apresentando a idade média ao último filho mais baixa de todos os grupos etários. Na Meadela verifica-se um aumento da idade média da mãe ao nascimento do último filho à medida que aumenta a idade da mulher ao casamento, mantendo-se, no entanto, a mesma média de

41 anos entre os 20 e os 34 anos, subindo para os 42,5 anos no grupo etário dos 35-39 anos.

## **6. Espaçamento dos nascimentos**

O estudo dos intervalos genésicos proporcionam uma análise mais detalhada da descendência e ritmo de fecundidade de cada casal, podendo confirmar-se através do espaçamento dos nascimentos que estes se sucedem a um ritmo natural. Optámos por seleccionar e trabalhar sobre todas as famílias que conhecemos a data de casamento (tipos 1 a 4)<sup>202</sup> e cuja convivência conjugal se prolongou por um período considerado pertinente para a observação<sup>203</sup>, desde que não se faça intervir a idade da mulher, obtendo-se assim um número maior de casos que permitirão chegar a conclusões válidas.

## **7. Intervalo protogenésico**

Para o cálculo do intervalo entre a data do primeiro casamento e o nascimento do primeiro filho apenas considerámos os casos de intervalos de oito e mais meses, excluindo-se nesta rubrica o estudo dos intervalos inferiores a oito meses que correspondem normalmente a casos de concepção pré-nupcial, que serão enquadrados posteriormente quando estudarmos a ilegitimidade.

Foram considerados apenas dois períodos, um primeiro período, antes de 1750 e um segundo de 1750 a 1850.

Os Quadros n.º 40 e 41 representam, respectivamente, o número de observações e as proporções relativas a cada intervalo (em meses), considerando os diferentes grupos de idade da mulher.

Numa primeira observação sobre os Quadros n.º 40 e n.º 41, verificámos que a maior frequência do intervalo protogenésico se deu, para todas as idades e para ambos os períodos, aos nove meses, à semelhança de Guimarães<sup>204</sup> e Sul do Pico<sup>205</sup>. Esta tendência

---

<sup>202</sup> Veja-se o Capítulo I, sobre a metodologia de reconstituição de paróquias e a tipologia de famílias utilizadas por Norberta Amorim.

<sup>203</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias...*, ob. cit., p. 135.

<sup>204</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, ob. cit., p. 181.

<sup>205</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica de três paróquias...*, ob. cit., p.138.

prolonga-se até aos 12 meses, durante todo o período, ocorrendo no primeiro ano de vida conjugal, uma grande percentagem de nascimentos. A partir dos 16 meses de intervalo protogenésico observamos uma maior variabilidade na distribuição final, elevando-se o número de casos existentes com mais de 36 meses, e atingindo valor significativo os casos com 50 e mais meses, resultando da persistência de intervalos protogenésicos maiores nas mulheres que casaram antes dos 20 anos, isto para ambos os períodos. Encontrámos para os restantes grupos um escasso número de efectivos correspondentes aos intervalos iguais ou superiores a 50 meses, que permitirão explicar as altas taxas de fecundidade encontradas durante todo o período observado.

Numa segunda observação constatámos que do primeiro período para o segundo se verifica uma diminuição generalizada do intervalo protogenésico, principalmente dos 20 aos 30 anos, antecipando as mulheres o nascimento do seu primeiro filho.

Analisando mais detalhadamente este comportamento, pretendemos avaliar a duração média do intervalo protogenésico para os mesmos períodos, segundo a idade ao casamento, eliminando os intervalos iguais ou superiores a 50 meses.

**Quadro nº 40**  
**Intervalo protogenésico médio**

	15-19	20-24	25-29	30 e +	todas as idades
1634-1749	31,6	16,5	20,1	19,9	20,6
1750-1850	27,1	18,6	18,3	22,8	20,3

Fonte: Registos Paroquiais

A análise dos dados permite-nos confirmar a tendência geral de um elevado intervalo protogenésico médio, notando-se uma ligeira descida, do primeiro para o segundo período (de 20,6 para 20,3 meses).

Considerando as variações por grupos de idade, vemos que o grupo mais propício à procriação antes de 1750 foi o dos 20-24 anos com 16,5 meses, prolongando-se ao grupo dos 25-29 anos no segundo período com um intervalo médio de 18,3 meses. A partir da segunda metade do século XVIII, encontrámos uma tendência homogénia entre os diferentes grupos de idades dos 20 aos 29 anos, onde o intervalo médio atingiu valores próximos dos 18,5 meses.

Por outro lado, sobressai o longo intervalo protogenésico médio entre o casamento e o primeiro nascimento nas mulheres casadas antes dos 20 anos, atingindo os valores mais elevados, com 31,6 meses para o primeiro período, descendo no segundo para os 27,1 meses. Este comportamento confirma a ideia de que as mulheres muito novas, ainda não tinham atingido a maturidade suficiente para a procriação, provavelmente pelo arrastamento da menarca por períodos largos, adiando uma possível gravidez. A descida dos intervalo entre o casamento e o primeiro filho neste grupo etário do primeiro para o segundo período, parece evidenciar a antecipação da menarca nas gerações mais recentes.

No grupo das mulheres casadas com 30 e mais o intervalo protogenésico médio alargou-se do primeiro para o segundo período, passando de 19,9 para 22,8 meses, valores que no entanto se apresentam bastante inferiores aos encontrados para o grupo de mulheres casadas antes dos 20 anos, evidenciando o poder de fecundidade das mulheres com 30 e mais anos, que tinham a preocupação de constituir família o mais rápido possível.

A distribuição percentual dos intervalos protogenésicos médios inferiores a 12 meses permitirá detectar as diferenças entre os vários grupos de idades das mulheres ao casamento e as oscilações entre os dois períodos.

**Quadro n.º 41**  
**Intervalo protogenésico inferior a um ano**  
**( 1634-1749 e 1750-1850)**  
**(%)**

	15-19		20-24		25-29		30 e +		todas as idades	
Meses	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P
8 a 11	25	33,3	33,3	54,5	33,3	43,2	51,2	46,8	41,4	46,9
12 e +	75	66,7	66,7	45,5	66,7	56,8	48,8	53,2	58,6	53,1

Fonte: Registos Paroquiais

Observando atentamente os valores apresentados no Quadro N.º 41 para os dois períodos, confirmámos em média a predominância de nascimentos após 12 meses de casamento para todas as idades da mulher, com 58,6% de casos no primeiro período e de 53,1% para o segundo, resultante da grande dispersão anteriormente referida na duração dos intervalos protogenésicos.

Até 1749 o grupo dos 30 e mais anos apresenta o maior volume de nascimentos antes dos 12 meses com 51,2%, não existindo uma disparidade de comportamentos nos diferentes grupos de idade, excepto no grupo de menos de 20 anos que integra apenas 25%.

A partir de meados do século XVIII, a percentagem de mulheres que têm filhos antes de um ano de casamento aumenta do primeiro para o segundo período para todos os grupos etários. É neste período que se destaca o papel reprodutor da mulher dos 20 aos 24 anos, onde 54,5% das mulheres esperam menos de 12 meses para o primeiro filho, seguido pelo grupo das mulheres de 30 e mais anos com 46,8%. Antes de 1750, a diferença percentual para a frequência de nascimentos antes de um ano de casamento, para as mulheres casadas com menos de 20 anos e entre o grupo dos 20-24 anos, atinge pouco mais de 8%, enquanto a partir de meados dos século XVIII aproxima-se dos 21%.

**Quadro n.º 42**  
**Comparativo do intervalo protogenésico médio**  
**(todas as idades da mulher)**

Paróquias	Inter. Protogenésico	% Nascimentos <12 Meses
Sul do Pico (1680-1880)	15,7	45,9
Alvito S. Pedro (1567-1899)	15,2	47,1
Santiago de Romarigães (1640-1818)	18,2	30,8
Madela (1593-1850)	20,5	44,2

Fonte: Registos Paroquiais

Observando os dados sintetizados non.º 42, permite-nos ter uma visão comparativa dos referidos comportamentos para um conjunto de quatro paróquias, integradas em realidades geográficas e culturais diferentes.

É notória a diferença entre os resultados obtidos na nossa paróquia com as restantes apresentadas, apresentando a Madela um intervalo protogenésico médio elevado de 20,5 meses, associado a uma percentagem relativamente alta de nascimentos antes do ano de intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho.

## 8. Intervalos intergenésicos sucessivos

A duração dos intervalos intergenésicos apresentam-se mais dilatados do que o protogenésico, isto numa época de fecundidade não controlada, dependendo sobretudo de factores biológicos associados à amenorreia *post partum*<sup>206</sup> e à extensão do período de aleitamento condicionadora de uma eventual imunidade. Interferem ainda condicionantes culturais, resultantes da interiorização de comportamentos que tendem a limitar a sexualidade após parto, assim como da interferência de factores exógenos como a mobilidade geográfica da população masculina, que se admite permitir explicar a frequência de intervalos médios excessivamente longos.

A observação do primeiro intergenésico médio incidiu sobre todas as famílias para as quais é conhecida a idade da mulher e que tiveram pelo menos dois filhos, sem exclusão dos intervalos superiores a 50 meses (Quadro n.º 43).

**Quadro n.º 43**  
**Primeiro intervalo intergenésico médio**  
**( Sem exclusão de intervalos > 50 meses )**

Período	Grupos de idade da mulher				
	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 E +	Todas as idades
1634-1749	29,1	31,4	33,8	27,9	31,4
1750-1850	37,5	26,4	35,9	30,9	32,1

Fonte: Registos Paroquiais

Numa primeira análise, depreende-se a persistência de um período dilatado entre o primeiro e segundo nascimentos, detectando-se atitudes comportamentais diferentes do primeiro para o segundo período. Nota-se com o avançar do tempo, um aumento gradual do intervalo intergenésico, exceptuando no grupo dos 20 a 24 anos. Será que este comportamento estará directamente relacionado com o controle da fecundidade e (ou) quebra da mortalidade? Ou, estarão por detrás factores relacionados com ausências temporárias dos maridos?

<sup>206</sup> Admite-se que a amenorreia *post partum*, um tempo morto posterior ao parto, decorra durante um a dois meses na ausência de aleitamento, até dez meses ou mais em caso de aleitamento. TAPINOS, George, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin, 1976, p.108.



Antes de 1750, a diferença entre os vários grupos etários é menos acentuada. As mulheres que casaram depois dos 30 anos são as que menos esperam pelo nascimento de um segundo filho, com um intervalo de 27,9 meses, enquanto que as mulheres casadas no grupo etário dos 25-29 anos o intervalo é de 33,8 meses.

No segundo período, 1750-1850, as disparidades entre os vários grupos são mais acentuadas. Constatámos que neste período as mulheres casadas antes dos 20 anos tendem a alargar bastante o período entre o primeiro filho e o segundo, com o intervalo maior de todos os grupos etários de 37,5 meses, contrastando com a ansiedade com que as mulheres casadas entre os 20 e os 24 anos esperam um segundo filho, registando-se uma acentuada descida para os 26,4 meses.

Em ambos os períodos as mulheres casadas entre os 25 e os 29 anos esperam mais tempo pelo segundo filho do que as do grupo 20-24 anos. Quanto às mulheres que casaram depois dos 30 anos, a tendência referida anteriormente só é válida para o segundo período, notando-se no primeiro período observado, um intervalo excepcionalmente curto. Parece que nesta comunidade, os jovens que se ausentaram temporariamente (movimentos migratórios sazonais) e que por isso optaram por adiar o seu casamento, quando o concretizaram já com elevada idade ao casamento, não perderam tempo em alargar o seu agregado familiar. Mas a partir de meados do século XVIII verifica-se o alargamento do intervalo intergenésico das mulheres deste grupo etário. Será este provocado pela ausência temporária dos maridos? Poderá ser um indicador a considerar para explicar este comportamento.

Com a pretensão de anular os efeitos distorsores veiculados pelas famílias onde a mobilidade é mais intensa, excluímos os intervalos superiores a 50 meses.

**Quadro n.º 44**  
**Primeiro intervalo intergenésico médio**  
**( Com exclusão de intervalos >50 meses )**

Períodos	Grupos de idade da mulher				
	15-19	20-24	25-29	30 E +	Todas ss idades
1634-1749	27,3	26,3	29	26.1	27,2
1750-1850	29	24,8	27,3	25.1	26,3

Fonte: Registos Paroquiais

Comparando os resultados apresentados neste quadro com os obtidos no quadro anterior, neste evidencia-se a diminuição acentuada e generalizada a todos os grupos etários do primeiro intervalo intergenésico, principalmente para o segundo período, onde no conjunto de todas as mulheres a diferença faz-se sentir com um intervalo menor de 26,3 meses contra um intervalo de 27,2 meses no primeiro período. Por outro lado, se até 1749 o intervalo médio mais dilatado continua a corresponder ao grupo de mulheres que casaram entre os 25 e os 29 anos (29 meses), apresenta-se notoriamente mais reduzido no dos 20 aos 24 anos (26,3 meses), apontando para a existência de mobilidade geográfica, que interfere na fecundidade destas mulheres. Possivelmente este factor exógeno poderá estar na explicação da acentuada diminuição do primeiro intervalo intergenésico, no segundo período, para os grupos etários dos 25 aos 30 e mais anos, assim como nas mulheres que casaram antes dos 20 anos.

A leitura do Quadro n.º 44 parece reforçar a ideia da correlação existente entre a fecundidade dos casais e as ausências cíclicas determinadas pelo calendário das migrações sazonais.

Construímos um quadro comparativo, referente ao primeiro intervalo intergenésico médio, de algumas paróquias rurais portuguesas, implantadas em distintos ambientes geográficos e culturais, o que nos permitirá obter uma visão comparativa dos referidos comportamentos.

**Quadro n.º 45**  
**Comparativo do intervalo intergenésico médio**  
**(Todas as idades)**

Paróquias	<20	20-24	25-29	30 e Mais	Todas as idades
Sul do Pico	33	31,6	30,4	30	31,3
Guimarães Zona rural	25,1	24,6	26	30,3	25,9
Poiães Trás-os-Montes	27,3	26,8	27,8	29	27,5
Alvito S. Pedro	30,8	26,1	27,6	28,7	27,9
Santiago de Romarigães	28,7	29,2	29,4	26,9	28,9
Facha	24,6	27,3	26,5	28	27
Cortegaça	28,3	27,9	30,7	29,6	29
Meadela	33,3	28,9	34,9	29,4	31,8

Fonte: Registos Paroquiais de várias paróquias

A Meadela é, no conjunto das paróquias observadas, a que apresenta o maior intervalo intergenésico (31,8 meses), seguida apenas pelo Sul do Pico (31,3 meses), com quem apresenta mais afinidades. No extremo oposto, encontramos Guimarães com um intervalo intergenésico reduzido, aproximando-se dos 26 meses.

Observámos que o grupo de idades em que o comportamento regista maior uniformidade é o das mulheres que casaram mais tardiamente, com 30 ou mais anos. As mulheres casadas no grupo de idade com menos de 20 anos e no dos 25 aos 29 anos apresentam o maior intervalo intergenésico de todas as idades observadas. Interessante realçar que é no grupo dos 20-24 anos onde encontramos o intervalo intergenésico mais baixo para a Meadela, aproximando-se dos resultados encontrados em Santiago de Romarigães.

Procedemos ao cálculo dos intervalos intergenésicos sucessivos, tendo em conta as famílias mais numerosas, apresentando estas uma maior estabilidade.

Assim foram consideradas as famílias tipo 1 e 3, das quais conhecemos as idades das mulheres, com seis ou mais filhos (Quadro n.º 46)

**Quadro n.º 46**  
**Intervalos intergenésicos médios sucessivos**  
**( Famílias numerosas )**

Dados	Período		Total Global
	1634-1749	1750-1850	
Média de INTERGE_1	31,4	32,1	31,7
Média de INTERGE_2	32,1	32,9	32,5
Média de INTERGE_3	34,2	31,3	32,8
Média de INTERGE_4	33,5	33,5	33,5
Média de INTERGE_5	33,5	33,5	33,5

Fonte: Registos Paroquiais

Numa primeira observação sobre o Quadro n.º 46, notámos que, para todas as idades da mulher, os sucessivos intervalos se vão gradualmente alargando, mas a partir do quarto intervalo intergenésico no primeiro período houve um encurtamento de quase um mês de intervalo no primeiro período, mantendo-se para os dois períodos, nos dois últimos intervalos intergenésicos o mesmo valor.

Entre os dois períodos não encontramos grandes discrepâncias, exceptuando no terceiro intervalo, onde de 34,2 se passa para 31,3 meses.

Em último lugar, para o cálculo do intervalo intergenésico médio, considerámos as famílias de Tipo 1 independentemente da sua dimensão (Quadro n.º 47).

**Quadro n.º 47**  
**Intervalo intergenésico médio**  
**( 2 Períodos )**

Intervalos	1634-1749	1750-1850
1-2	31,4	35,3
2-3	33,6	35,6
3-4	36,5	30,8
4-5	34,8	35,9
5-6	34,7	36,6
6-7	31,3	37,3
7-8	33,8	35,2
8-9	28,8	35,3
9-10	28,6	37,3
10-11	38,0	27,5

Fonte: Registos Paroquiais

Comparando os intervalos intergenésicos médios calculados para os dois períodos, constatámos que estes foram mais elevados no segundo período, indiciando uma descida das taxas de fecundidade, comprovada por um ligeiro menor número de filhos por família. Pareceu-nos relacionar este comportamento mais com a idade tardia ao casamento por parte das mulheres, diminuindo assim a idade fértil destas, associado muitas vezes pela saída de homens em idade fértil. Não nos parece que esta atitude tenha sido conscientemente tomada no sentido de reduzir a natalidade, mas antes a consequência de atitudes tomadas pela força das circunstâncias, ligadas a condicionalismos económicos. Além disso, os intervalos intergenésicos apontam para um alargamento desses mesmos intervalos, perspectivando-se um possível agravamento das condições de vida desta população neste período (aumento dos impostos, más colheitas, etc.), associado provavelmente a uma redução da mortalidade infantil. Também devemos referenciar que este comportamento estará relacionado com uma maior redução das famílias numerosas no segundo período em relação ao primeiro, apresentando-se raros os casos de famílias com mais de 8 filhos no segundo período, enquanto que no primeiro isto só se verifica para as famílias com mais de 10 filhos (Quadro n.º 51). Este escasso número de casos poderá gerar influências aleatórias.

Várias manifestações, como a descida das taxas de fecundidade, os longos intervalos intergenésicos e a subsequente diminuição do número de filhos por casal, entre outras, para o segundo período, fazem-nos suspeitar da existência de uma variável altamente influente, a da mobilidade como responsável em parte destes comportamentos demográficos.

Antes de passarmos à análise de outro indicador do comportamento reprodutivo desta paróquia, comparemos, para o período considerado de “fecundidade natural”, os vários intervalos intergenésicos médios obtidos. Para a Facha<sup>207</sup>, de 1710 a 1849, esse intervalo foi de 2 anos e 5 meses, o mesmo que para Poiares de 1740 a 1830, e para Guimarães de 1740 a 1810; nas outras localidades registam-se pequenas diferenças: Cardanha, (século XVIII), o intervalo intergenésico médio foi de 2 anos e 7 meses, para Rebordãos, (século XVII e XVIII), de 2 anos e 9 meses<sup>208</sup>, aproximando-se dos 2 anos e 8 meses da Meadela ; e para Alvito, de 2 anos e 6 meses<sup>209</sup>.

## 9. Número de Filhos Nascidos por União

Para determinar a dimensão média das famílias, foram manuseadas todas aquelas para as quais é conhecido o início e o fim da união, ou seja as famílias Tipo 1 e 2, observando no total do período 326 famílias. Foram estudadas e comparadas as famílias fecundas e infecundas, de acordo com a periodização já efectuada para os cálculos das taxas de fecundidade legítima (Quadro n.º 48).

---

<sup>207</sup> MACHADO, Maria Arminda, *S. Miguel da Facha, 1710-1989. Evolução de uma Paróquia de Ponte de Lima, Tese de Mestrado*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1995.

<sup>208</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães ...*, *ob. cit.*, pp. 201-202.

<sup>209</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 128.

**Quadro n.º 48**  
**Repartição das famílias segundo o número de filhos**

N.º de filhos	1593-1749		1750-1850	
	N.º de famílias	%	N.º de famílias	%
0	5	2,3	3	2,5
1	28	13,0	17	13,8
2	22	10,2	15	11,3
3	30	14,0	15	13,8
4	31	14,4	12	13,2
5	29	13,5	8	11,3
6	22	10,2	14	11,0
7	23	10,7	11	10,4
8	9	4,2	5	4,3
9	6	2,8	5	3,4
10	5	2,3	4	2,8
11	2	0,9	2	1,2
12	3	1,4		0,9
Total global	215	100	111	100
Famílias infecundas	5		3	
Famílias fecundas	210		108	
Média filhos por família	4,5		4,4	
Média famílias fecundas	4,6		4,5	
% famílias infecundas	2,3		2,7	

Fonte: Registos Paroquiais

Encontrámos uma certa uniformidade nos valores da infecundidade, como na média de filhos por família. Na Meadela a esterilidade não é um problema que se põe, apresentando valores insignificativos, existindo apenas nos grupos de idade ao casamento mais elevadas. Esta comunidade distancia-se principalmente dos elevados índices de esterilidade encontrados para a paróquia de Alvito S. Pedro<sup>210</sup>, bem como de Romarigães<sup>211</sup>, embora inferiores, onde se

<sup>210</sup> MIRANDA, Fernando A. da Silva, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro...*, ob. cit., p. 119.

registaram 4,6% de casos de mulheres infecundas (dos menos de 20 e dos 20 aos 24 anos), 2,3% (dos 25 aos 29 anos), 7,4% (dos 30 aos 34 anos), 33,3 (dos 35 aos 39 anos) e 66,7% (dos 40 aos 44 anos).

Apesar das elevadas médias ao casamento das mulheres, situando-se entre os 25 e os 27 anos, deparámo-nos com um volume significativo de famílias numerosas. Esta relação é confirmada pelo número médio de filhos em cada período com uma oscilação insignificante de 4,5 para 4,4 e que, se limitarmos o cálculo às famílias fecundas, ascenderá a 4,6 e 4,5 respectivamente para o primeiro e segundo período, fornecendo uma imagem mais exacta da dimensão real dos agregados familiares.

Se, de um modo geral, não se produziram grandes alterações substanciais ao longo do tempo, assistimos a partir de meados do século XVIII a um ligeiro aumento da frequência de famílias com mais de 6 filhos, dilatando-se a diferença nas famílias com 8 ou mais filhos. As famílias numerosas, com mais de 8 filhos, são em número reduzido, não se encontrando qualquer família com mais de 12 filhos a partir de 1750.

Em termos comparativos, o número médio de filhos por família da Meadela de 4,5 foi o mesmo encontrado para a zona rural de Guimarães, e aproximou-se do valor indicado para Cortegaça com 4,6, da Facha com 4,7 e no Sul do Pico com 4,8, para o período anterior a 1800. Distanciou-se, no entanto, de Alvito S. Pedro, onde o número médio de filhos foi de 3,6, dos valores de Poiães com 3,9, e dos de Santiago de Romarigães com 3,4.

## **10. Duração das uniões**

A dimensão final de cada família, é condicionada pela duração da convivência conjugal, que termina com a ruptura da união por morte de um dos cônjuges. Para a análise deste indicador, foram considerados todos os casais relativamente aos quais se conhecem o início e fim da união (Tipo 1 e 2), abstraindo da idade ao casamento

<sup>211</sup> SANTOS, Carlota M. Fernandes dos, *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto-Minho...*, ob. cit., p. 181.



da mulher e do facto de se tratar de um primeiro ou ulterior casamento, e para os mesmos períodos (Quadro n.º 49).

**Quadro n.º 49**  
**Duração das uniões**

Anos	1593-1749		1750-1850	
	N.º	%	N.º	%
0-4	12	5,7	6	5,5
5-9	14	6,7	17	15,5
10-14	26	12,4	15	13,6
15-19	21	10,0	9	8,2
20-24	23	11,0	9	8,2
25-29	22	10,5	10	9,1
30 e +	92	43,8	44	40,0
Totais	210		110	
Duração Média	25,1		18,0	

Fonte: Registos Paroquiais

Comparando a duração média das uniões para os dois períodos, verificámos uma acentuada descida do tempo de convivência conjugal que passa de 25,1 para 18 anos. Observando mais detalhadamente este indicador, nos períodos considerados, constatar-se-á que esta alteração foi simultaneamente determinada pela subida percentual das uniões interrompidas com menos de 15 anos (de 24,8% para 34,6%), diminuindo a proporção de casamentos que terminaram entre os 15 e os 29 anos de convivência, passando de 31,5% para 25,5%, aproximando-se os valores apenas nas uniões com mais de 30 anos de duração (43,8% para 40%).

Este comportamento raro apenas o encontrámos na paróquia de Barcelinhos, tendo sido a duração média das uniões antes de 1750 de 24,1 anos, mantendo-se nos 24,7 entre 1750-1830, descendo a partir de 1831 para 18,8 anos<sup>212</sup>.

Será que subjacentes a estes valores encontrados para o segundo período, estará um aumento da mortalidade adulta, diminuindo assim a esperança de vida? O estudo da mortalidade (Capítulo V) dar-nos-á possivelmente algumas respostas neste sentido.

<sup>212</sup> FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos, o difícil equilíbrio de uma população, 1606-1910*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 1998, p. 111.

Também a idade média ao casamento surge como um factor explicativo deste comportamento, correspondendo o período de 1750 a 1850 a uma subida da idade média ao casamento de ambos os sexos, sendo superior a da mulher em relação à do homem. Esta diminuição da duração média das uniões e a idade média ao casamento tardio tenderão a explicar a descida do número médio de filhos de 4,6 para 4,5.

#### **11. Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos**

Uma vez que ao longo dos 250 anos de observação demográfico desta paróquia existiram uniões precocemente interrompidas em virtude do óbito de um dos cônjuges, o que forçosamente influenciou a descendência das mesmas, optámos por considerar apenas as famílias cujo ciclo reprodutivo se completou, distribuindo-as segundo o número de filhos, isolando os efeitos inevitáveis das rupturas precoces de uniões conjugais na dimensão média das famílias (Quadro n.º 50).

**Quadro n.º 50**  
**Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos**  
**( Todas as idades )**

N.º de filhos	1593-1749		1750-1850	
	N.º de famílias	%	N.º de famílias	%
0	3	3,9	0	0,0
1	2	2,6	7	16,3
2	4	5,2	5	11,6
3	13	16,9	4	9,3
4	8	10,4	4	9,3
5	11	14,3	4	9,3
6	10	13,0	7	16,3
7	9	11,7	5	11,6
8	6	7,8	2	4,7
9	5	6,5	2	4,7
10	2	2,6	2	4,7
11	2	2,6	1	2,3
12	2	2,6	0	0,0
Total global	77	100	43	100
Famílias infecundas	3			
Famílias fecundas	74		43	
Média filhos por família	5,4		4,8	
Média famílias fecundas	5,6		4,8	
% Famílias infecundas	3,9			

Fonte: Registos Paroquiais

O número médio de filhos para as famílias completas revela alteração no comportamento reprodutivo dos casais, verificando-se um aumento do número médio de filhos por família em relação às médias encontrados para as famílias onde se conhece o princípio e o fim da união (Quadro n.º 50). Detectámos uma acentuada descida da média de filhos por família do primeiro para o segundo período, passando de 5,4 (entre 1593-1749) para 4,8 (entre 1750-1850), valores que se aproximam muito da média para as famílias fecundas, onde as famílias estéreis não foram consideradas, obtendo-se 5,6 e 4,8 de média de filhos para o primeiro e segundo períodos respectivamente.

Não se verificaram grandes alterações na dimensão da família, pois casos de infertilidade apenas surgem no primeiro período, onde apenas 3,9% das mulheres não conceberam filhos.

Esta redução do número médio de filhos por família, resulta do aumento de casais com 1 a 4 filhos, passando-se dos 35,1 % no primeiro período para os 46,5% no segundo, contrastando com o predomínio de famílias numerosas com 5 ou mais filhos no primeiro período, com 61,1% para 53,6% no segundo período. O equilíbrio entre os períodos detecta-se apenas quando considerámos as famílias com 6 ou mais filhos onde existem 46,8% descendo ligeiramente para os 44,3% no segundo período, tornando-se raras neste período as famílias com mais de 8 filhos.

Procurando avaliar a influência da idade da mulher ao casamento na dimensão do respectivo agregado, utilizámos as mesmas famílias *completas* optando pela concentração dos casos em um único período de observação (Quadro n.º 51).

**Quadro n.º 51**  
**Número de filhos por famílias completas**  
**Segundo a idade da mulher ao casamento**  
**(1634-1850)**

Nº de filhos	Grupos de idade da mulher							Total
	15 - 19	20 - 24	25 - 29	30 - 34	35 - 39	40 - 44	45 - 49	
0	0	0	0	0	1	1	1	3
1	0	1	0	3	4	1	0	9
2	0	1	3	2	3	0	0	9
3	1	0	1	10	4	1	0	17
4	0	0	7	3	1	0	0	11
5	0	7	6	1	0	0	0	14
6	1	4	7	5	0	0	0	17
7	4	6	2	1	1	0	0	14
8	1	6	0	1	0	0	0	8
9	3	3	1	0	0	0	0	7
10	0	4	0	0	0	0	0	4
11	1	2	0	0	0	0	0	3
12	1	1	0	0	0	0	0	2
Total global	12	35	27	26	14	3	1	118
Média de filhos	7,9	7,2	4,9	3,8	2,4	1,3	0	5,2

Fonte: Registos Paroquiais

Como seria de esperar, verifica-se uma relação directa entre o número de filhos e a idade da mulher ao casamento. Assim são as mais novas que têm o maior número de filhos, sendo as mulheres casadas antes dos 25 anos que apresentam uma descendência mais elevada, predominando as famílias com 5 ou mais filhos. No grupo das mulheres casadas dos 25 aos 29 anos, tornam-se esporádicas as famílias com mais de 6 filhos. A partir dos 30 anos decresce a descendência, dominando as famílias com 3 filhos, reflectindo-se na média de 3,8 filhos para as mulheres do grupo casadas entre os 30-34 anos e de 2,4 no grupo de idades seguinte, este facto não será alheia à correspondente subida dos níveis de esterilidade.

**Quadro n.º 52**  
**Comparativo do número médio de filhos por famílias completas**  
**segundo a idade ao casamento da mulher**

Paróquias	Idades da mulher					Total
	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	
Sul do Pico-Açores - antes de 1800	7,8	7,1	5,2	3,6	1,6	5,5
Guimarães (Zona rural)- antes 1800	8,9	7,9	6,0	3,9	1,8	6,0
Poiães-Trás-os-Montes- antes de 1800	8,0	7,0	5,0	2,9	1,6	5,0
Alvito S. Pedro- antes de 1800	7,6	5,5	4,3	3,4	2,3	3,6
Barcelinhos- Barcelos-antes de 1800	7,9	6,1	5,4	4,1	2,8	5,4
Facha (S. Miguel)- 1710-1849	-	7,0	5,3	4,2	1,9	4,6
Santiago de Romarigães-1640-1818	5,6	5,6	4,1	2,8	1,1	3,9
Meadela- 1634-1850	7,9	7,2	4,9	3,8	2,4	5,2

Fonte: Registos Paroquiais

Comparámos os resultados da Meadela com o de outras paróquias, nomeadamente, com o Sul do Pico<sup>213</sup>, Guimarães (zona rural), Poiães (Trás-os-Montes)<sup>214</sup>, Alvito S. Pedro<sup>215</sup>, Barcelinhos<sup>216</sup>, Facha<sup>217</sup> e Santiago de Romarigães<sup>218</sup>. Constatámos, que a estrutura dos índices apresentados sofre uma evolução idêntica em função da idade ao casamento, apresentando as mulheres do Sul do Pico uma reprodutividade muito semelhante às da Meadela, exceptuando no grupo dos 35-39 anos que se apresentou menor, aproximando-se este último grupo mais com Alvito S. Pedro, não se distanciando também muito os outros grupos, isto se excluirmos o grupo dos 20-24 anos. Encontrámos algumas afinidades de comportamento com Poiães, mas apenas nos grupos etários com menos de 30 anos.

<sup>213</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução Demográfica...*, *ob. cit.*, pp.149-152.

<sup>214</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p. 210.

<sup>215</sup> ALVES, Fernando A. da Silva, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro...*, *ob. cit.*, p.133.

<sup>216</sup> FÁRIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos...*, *ob. cit.*, 112.

<sup>217</sup> MACHADO, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha ...*, *ob. cit.*, pp.86-87.

<sup>218</sup> SANTOS, Carlota, *Santiago de Romarigães...*, *ob. cit.*, p. 172.

A Meadela situa-se entre as paróquias com um número médio de filhos por família elevado com 5,2, ultrapassada apenas por Barcelinhos com 5,4, Sul do Pico com 5,5, e distanciando-se da média de 6 filhos de Guimarães (zona rural). No grupo etário dos 35-39 anos, Meadela ocupa uma posição de destaque, onde a média de filhos por famílias completas foi de 2,4, apenas ultrapassada pelos 2,8 de Barcelinhos.

A análise da fecundidade legítima na Meadela e as comparações efectuadas com outras paróquias do continente e Açores permitem-nos concluir que a idade ao casamento, os intervalos intergenésicos e a duração da uniões, determinaram, decisivamente, o número de filhos por casal, durante o período não malthusiano. Integra-se assim a Meadela no comportamento referenciado por Livi-Bacci: “No sorprende que, en la práctica, las poblaciones que no practicaron el control de los nascimentos aportasen al mundo un número medio de 5-6 filhos por mujer cuando, en teoría (pero sólo en teoría), podrían aportado 2 o 3 veces más<sup>219</sup>”.

## 12. Concepções pré-nupciais

As concepções pré-nupciais, correspondem a nascimentos dentro do casamento, mas que foram concebidos antes do matrimónio, apresentando intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses<sup>220</sup>. Este indicador pode dar-nos algumas informações sobre a convivência íntima entre noivos, correlacionando-se o seu papel com as forças sociais e culturais da paróquia que exerceriam um controlo social, revelador do grau de interiorização das normas e valores prevaletentes numa comunidade. A evolução de comportamentos sexuais antes do

---

<sup>219</sup> LIVI-BACCI, Massimo (coord.), *Modelos Regionales de la Transición Demográfica en España y Portugal*, Alicante, Inst. de Cultura Juan Gil-Albet, 1991.

<sup>220</sup> É necessário ressaltar que alguns nascimentos poderiam ter sido prematuros, mas os dados dos intervalos protogenésicos apontam que na globalidade seriam concepções pré-nupciais. Estudos desenvolvidos por Bongaarts e Potter demonstram que 25% das crianças nascem, em qualquer população menos de nove meses depois de serem concebidas (Bongaarts e Potter, 1983), citado por, SCOTT, Ana Sílvia, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, 1998, tese de Doutoramento, p. 256.

casamento ao longo do tempo, permitirá detectar uma maior ou menor interferência dos imperativos religiosos nas práticas individuais e no quotidiano colectivo, pois é reconhecido o papel moralizador desempenhado pela Igreja ao longo de séculos<sup>221</sup>.

Para o estudo e evolução destes comportamentos considerámos dois períodos, para dar algum significado a esta observação e visualizar alguma modificação de comportamentos.

**Quadro n.º 53**  
**Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses**  
**( 1593-1850 )**

	Total obs.	Int. protogene. <3 meses		Int. protogene. <8 meses	
		I.P.M. (obs.)	%	I.P.M. (obs.)	%
1593-1749	254	1,50 (2)	0.79	4,92 (13)	5.12
1750-1850	203	2,00 (11)	5.42	3,42(19)	9.36

Fonte: Registos Paroquiais

Comparando as percentagens relativas a cada um dos períodos apresentados no Quadro n.º 53, concluímos que, apesar da baixa incidência de concepções pré-nupciais, o seu número aumentou consideravelmente a partir da segunda metade do século XVIII (de 5,1% para 9.4%), diminuindo o intervalo médio protogenésico correspondente a esses nascimentos passando de 4,9 para 3,4, acompanhado inversamente por um aumento ligeiro dos intervalos curtos, iguais ou inferiores a três meses após o casamento, assim como do seu volume percentual, que subiu de menos de 1% para 5,4 %, evidenciando a clara repressão social e familiar perante tais actos, obrigando a futura nubente(es) a esconder(em) e a adiar(rem) até mais tarde o seu estado<sup>222</sup>. Os níveis baixos de concepções pré-nupciais podem aparecer subvalorizados pelo desconhecimento do volume de expostos cujas mães seriam naturais da freguesia. Mas estas poderão expressar a forte repressão exercida pela Igreja contra a convivência íntima entre os futuros noivos nesta comunidade, constringendo e reprovando estas situações. Os noivos seriam apontados como pecadores se consumassem a sua união antes da cerimónia religiosa,

<sup>221</sup> SANTOS, Carlota, *Santiago de Romarigães...., ob. cit.*, p. 197.

<sup>222</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...., ob. cit.*, pp. 228-229 e *Evolução do Sul do Pico...., ob. cit.*, pp. 157-159.



onde a reprovação se fazia sentir, redimindo-se o pecado pelo casamento antes do nascimento do filho que viria a ser considerado legítimo.

A nossa paróquia pertence à arquidiocese de Braga, que se regia no século XVI e primeiro quartel do século XVII pelas constituições do Cardeal D. Henrique (1538), anteriores portanto, ao Concílio de Trento, que foram substituídas pelas constituições de D. Sebastião de Matos e Noronha (1639), publicados por D. João de Souza no ano de 1697, e que regeram a normativa eclesiástica no Arcebispado de Braga até ao ano de 1919<sup>223</sup>. A atitude da Igreja, perante tais comportamentos foi fulcral, estabelecendo normas constitucionais à luz do Concílio Tridentino que visavam eliminar a persistência de costumes enraizados como os *prometimentos de futuro* e práticas sexuais fora do casamento, expressas nas Constituições de 1639, Título X que trata “*Da Idade que se requer para os desposorios, e da pena em que ocorrem os depositados, que tem copula antes de casar*”<sup>224</sup>, e da Constituição XI do mesmo Título que aguardam dispensa de impedimento<sup>225</sup>. Estas determinações foram lentamente introduzidas e aplicadas apesar das fortes resistências que variou de acordo com as características culturais de cada região e em função da actuação conjunta de outros factores de ordem económica e social.

**Quadro n.º 54**  
**Concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento**  
%

Grupo idade	Períodos			
	1634-1749	%	1750-1850	%
20-24	2	1,44	2	1,44
25-29	2	1,44	3	2,16
30 e +	3	2,16	5	3,60
Total de casadas	139		139	

Fonte: Registos Paroquiais

<sup>223</sup> Sobre as Constituições Sinodais Bracarenses vide SCOOT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, 1998, tese de Doutoramento, pp. 186-192.

<sup>224</sup> *Constituições do Arcebispado de Braga, ob. cit.*, pp. 146-147.

<sup>225</sup> IDEM, p.148.

A fraca proporção de concepções pré-nupciais ainda se retrai quando fazemos intervir a idade da mulher ao casamento, resultando por isso percentagens extremamente baixas, nos grupos etários inferiores a 29 anos, sugerindo a eficiência dos mecanismos de controle activados pela autoridade familiar mais do que o acatamento das restrições impostas pela Igreja, comprovado pelo aumento ligeiro a partir dos 30 anos, quando a tutela familiar já não se exerceria. A mais larga autonomia conferida pela superioridade etária das mulheres poderá justificar o ligeiro aumento do número de concepções pré-nupciais. O alargamento das interdições religiosas, a partir de meados do século XVIII, tenderiam a evidenciar uma ligeira vulnerabilidade do grupo dos 25 aos 29 anos e um aumento das concepções pré-nupciais das mulheres casadas antes dos 30 anos.

### **13. Filiação natural e enjeitados**

As crianças nascidas geradas fora do casamento é uma realidade que atinge todas as comunidades, embora umas sejam mais afectadas do que outras. Em ditados, quadras populares e literatura variada surgem termos que designavam estas crianças como *filhos das ervas*<sup>226</sup> (aquele cujo pai se ignora, por sua mãe tratar desonestamente com muitos), filhos bastardos, filhos naturais, filhos ilegítimos.

A análise da fecundidade que se dava fora das fronteiras do casamento legitimamente reconhecido é uma variável que desempenhou um papel importante ao nível das estratégias de reprodução da população da Meadela. Este indicador, vem contribuir para somar alguns elementos na reconstituição desta paróquia, sem o qual, o resgate dos comportamentos da população restaria parcial e incompleto.

A ilegitimidade foi uma constante na Meadela, como acontecia de forma geral na sociedade minhota. É importante considerar as diferenças que separavam as crianças ditas ilegítimas, pois a prole fora do matrimónio não pode ser concebida como um todo único<sup>227</sup>. A

---

<sup>226</sup> VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidiário das palavras, termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, Lisboa, Livraria Civilização.

<sup>227</sup> SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *ob. cit.*, p. 240.

ilegitimidade pode ser dividida em cinco escalões diferenciados<sup>228</sup>: a prole natural<sup>229</sup>; a prole espúria<sup>230</sup>; a prole incestuosa<sup>231</sup>; a prole adúltera<sup>232</sup>; e finalmente, a prole sacrílega<sup>233</sup>. Os filhos naturais tinham uma condição civil mais próxima da legitimidade. Portanto, os pais de um filho natural, poderiam casar, se tal o desejassem. Não havia impedimentos canónicos para o casamento, apenas outras razões tais como as convenções sociais, distância, escolha pessoal, morte prematura, e assim por diante teriam impedido a união. Ao contrário, os pais de prole espúria estavam proibidos de casarem por motivos de consanguinidade próxima, adúlterio e votos de celibato violados<sup>234</sup>. O direito canónico e o direito civil luso-brasileiro considerava a prole resultante dessas uniões proibidas, respectivamente incestuosa, adúltera e sacrílega. O código filipino tratava os filhos comprovadamente espúrios como herdeiros “insucessíveis”, quer na linha materna, quer na linha paterna, porque os considerava como resultantes de um “coito danado e punido”<sup>235</sup>.

No tocante ao problema dos filhos nascidos fora da vigência do matrimónio e o estatuto que gozariam, filhos naturais ou filhos espúrios está claramente demonstrada a importância que as relações fora do matrimónio, bem como as relações extra-maritais, devem

---

<sup>228</sup> SARAIVA, Manuel da Costa, *Igreja e Comunidade. O caso de Belinho entre o século XVII e inícios do XX*, Mestrado Depto de História, Universidade de Braga, Braga, 1997.

<sup>229</sup> Prole natural corresponde aos filhos nascidos ou em estado de gestação de pais, que, anteriormente ao casamento, não estavam sujeitos a qualquer impedimento canónico, e que facilmente poderiam ser legitimados pelo casamento.

<sup>230</sup> Nascida de pais que no momento de seu casamento se encontravam impedidos de realizá-lo devido a qualquer impedimento.

<sup>231</sup> Resultava de pais cujo matrimónio estava impedido pelo parentesco natural (consanguíneo), espiritual (padrinhos do baptismo e o próprio baptizado) ou legal (laço derivado do instituto da adopção).

<sup>232</sup> É a resultante de pais em que um deles (ou ambos), estando ligado por um casamento válido, comete nesse estado, um acto de adúlterio.

<sup>233</sup> São os nascidos de pais sujeitos ao impedimento de Ordem Sacra ou de Voto Solene.

<sup>234</sup> Estas distinções surgem expressas no Direito Canónico, como nas Ordenações Filipinas, analisadas por LEWIN, Linda, “Repensando o Patriarcado em Declínio: de “De Pai Incógnito” a “Filho Ilegítimo no direito sucessório brasileiro do século XIX” in *Ler História* 29, 1995, pp. 121-133.

<sup>235</sup> Ordenações Filipinas, L. 2, Título 93.

ocupar para compreendermos algumas estratégias de reprodução empregues na Meadela.

No registo de baptismo de ilegítimos naturais da paróquia, é frequente assinalar o nome e estado civil do presumível pai, até ao final do século XVII. Mas desde os inícios do século XVIII, no Arcebispado de Braga, os livros de baptismo deixam de mencionar o nome do pai da criança, tendo sido esta determinação acatada pelos párocos que oficializavam os baptizados na paróquia da Meadela.

Os manuais de orientação dos sacerdotes exigiam que o nome do pai não fosse incluído no livro de baptismo caso ele não estivesse presente na cerimónia. Isso significa que a sua ausência instruiu o padre oficiante a manter silêncio sobre o nome do pai, mesmo que na comunidade todos soubessem quem era ele<sup>236</sup>.

Em relação aos nascimentos ilegítimos não é possível determinar o quantitativo dos ilegítimos naturais e os espúrios exclusivamente através dos registos de baptismo. Eventualmente será possível distinguir alguns destes casos a partir do cruzamento dessa variável com outras fontes.

A generalização e o grau de intensidade do fenómeno da ilegitimidade dependerá da influência conjunta de outras variáveis demográficas como a mobilidade da população masculina, a taxa do celibato feminino e a idade média ao primeiro casamento, intervindo também factores de ordem cultural e religiosa dos quais nos abstraímos neste momento. Neste sentido procurámos interpretar a evolução das proporções de nascimentos ilegítimos contabilizados na paróquia, entre 1600 e 1850, por décadas integradas em cinco grandes períodos (Quadro n.º 55), no sentido de localizar os momentos em que os níveis de ilegitimidade se revelaram mais elevados.

---

<sup>236</sup> LEWIN, Linda, *ob. cit.*, pp. 121-133.

**Quadro n.º 55**  
**Filiação natural (%)**

Período	Nastot	Total mas	Total fem	Total ile	%	Ileg mas	%	Ileg fem	%
1600 - 1609	85	39	46	7	8,2	3	7,7	4	8,7
1610 - 1619	81	50	31	6	7,4	3	6,0	3	9,7
1620 - 1629	91	45	46	1	1,1	1	2,2	0	0,0
1630 - 1639	64	32	32	2	3,1	1	3,1	1	3,1
1640 - 1649	86	44	42	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	407	210	197	16	3,9	8	3,8	8	4,1
1650 - 1659	102	63	41	2	2,0	1	1,6	1	2,4
1660 - 1669	102	53	62	5	4,9	1	1,9	4	6,5
1670 - 1679	99	79	47	3	3,0	0	0,0	3	6,4
1680 - 1689	109	85	71	8	7,3	5	5,9	3	4,2
1690 - 1699	106	77	73	6	5,7	1	1,3	5	6,8
Total	518	357	294	24	4,6	8	2,2	16	5,4
1700 - 1709	112	69	75	6	5,4	3	4,3	3	4,0
1710 - 1719	108	61	66	12	11,1	4	6,6	8	12,1
1720 - 1729	114	73	57	5	4,4	1	1,4	4	7,0
1730 - 1739	120	73	59	11	9,2	6	8,2	5	8,5
1740 - 1749	95	65	44	4	4,2	1	1,5	3	6,8
Total	549	341	301	38	6,9	15	4,4	23	7,6
1750 - 1759	106	56	57	5	4,7	1	1,8	4	7,0
1760 - 1769	85	48	45	5	5,9	4	8,3	1	2,2
1770 - 1779	109	59	51	10	9,2	5	8,5	5	9,8
1780 - 1789	133	88	49	12	9,0	10	11,4	2	4,1
1790 - 1799	132	70	64	8	6,1	5	7,1	3	4,7
Total	565	321	266	40	7,1	25	7,8	15	5,6
1800 - 1809	118	56	63	3	2,5	1	1,8	2	3,2
1810 - 1819	157	81	76	3	1,9	0	0,0	3	3,9
1820 - 1829	160	92	68	8	5,0	7	7,6	1	1,5
1830 - 1839	133	56	78	5	3,8	1	1,8	4	5,1
1840 - 1850	195	99	97	12	6,2	10	10,1	2	2,1
Total	763	384	382	31	4,1	19	4,9	12	3,1
Totais	4841	2842	2498	267		131		136	

Uma observação genérica dos dados, revela-nos que a ilegitimidade aumenta gradualmente do século XVII ao século XVIII, vindo a decrescer na primeira metade do século XIX.

Durante a primeira metade do século XVII, o volume proporcional de nascimentos ilegítimos pode considerar-se reduzido e progressivamente decrescente, com um total de 3,9% de casos para o período compreendido entre 1600-1649. Na segunda metade do século XVII, este comportamento acentua-se atingindo-se uma taxa de ilegitimidade de 4,6%. Mas é a partir do século XVIII, que este movimento reflectirá uma alteração brusca de comportamentos, atingindo a mais elevada proporção na década de 1710-1719 com 11,1%, e uma percentagem de 6,9% e 7,1% respectivamente para a primeira e segunda metade do século. A primeira metade do século XVIII, reflecte um abrandamento da ilegitimidade, que apresenta uma taxa de 4,1%, segundo menor valor encontrado aproximando-se dos 3,5 % da primeira metade do século XVII.

Efectivamente, há uma mudança nítida de comportamento entre o século XVII e o que se lhe seguiu. Idêntico comportamento, embora com valores superiores, foi encontrado para as paróquias transmontanas estudadas por Norberta Amorim, referindo a autora que "... se nota um incremento de fecundidade ilegítima do século XVII para o seguinte... Em Rebordãos passa-se de 4,7% para 7,5%, em Cardanha de 8,6% para 11,0% e em Poiães de 5,4% para 9,35%". Quanto a Guimarães, "... a percentagem de filhos ilegítimos nas três últimas décadas do século XVIII atinge 14,4%<sup>237</sup>". O mesmo se evidenciou em Santiago de Romarigães passando de 2,5%, no século XVII, para 8,5% na primeira metade do século<sup>238</sup>. Em Santo André de Barcelinhos de 1606 a 1729 a ilegitimidade foi de 5,9%, passando para 6,2% no período de 1730 a 1789<sup>239</sup>.

Como explicar estes comportamentos, que se assemelham aos encontrados em outras paróquias portuguesas? Torna-se problemático interpretar as oscilações da fecundidade ilegítima ao longo dos tempos. Porém, podemos indicar alguns factores.

Pelo facto do mercado matrimonial ser composto por mais raparigas do que rapazes, em certas épocas, pelo índice de masculinidade e ou por acção da emigração.

---

<sup>237</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica...*, ob. cit. p. 162.

<sup>238</sup> SANTOS, Carlota Maria Fernandes, *Santiago de Romarigães ...*, ob. cit. p. 204.

<sup>239</sup> FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos ...*, ob. cit., p.115.

As flutuações da idade ao casamento, principalmente da idade das mulheres, que quanto mais elevada se apresenta, maior será o número de nascimentos ilegítimos. Isto no entanto, não se expressa na Meadela, pois no século XVIII, as idades médias das mulheres baixaram aproximando-se estas da dos homens, que por sua vez correspondem às taxas mais elevadas de fecundidade. Isto poderá ser explicado pelo aumento substancial do celibato feminino em relação ao masculino neste período, fazendo com que muitas celibatárias, sentindo necessidade de segurança social, garantia e protecção, ajuda material e humana, para o futuro, tenham concebido um filho fora do casamento como estratégia de sobrevivência, quando ficassem velhas e fracas, ou como estratégia para arranjar marido<sup>240</sup>. Parece que a gravidez não aumentava as hipóteses do casamento se realizar mais rapidamente. Seguramente o haver ou não constrangimento a comportamentos sexuais desta espécie, por parte da família e, ou comunidade, por motivos religiosos ou de ética colectiva, condicionaram a ilegitimidade. Provavelmente, no século XVII e inícios do século XIX o controle social e a vigilância mais apertada por parte da igreja tenham contribuído para as baixas taxas de ilegitimidade.

Existirá provavelmente uma relação entre emigração, ratio de sexo da população e a ilegitimidade. Obviamente, o modelo de emigração predominantemente masculino, reduzia as perspectivas de casamento de numerosas raparigas, é uma variável actuante<sup>241</sup>.

Existe uma relação estreita entre ilegitimidade e a exposição. A ilegitimidade poderia ser considerada maior se atendermos que uma percentagem muito grande de crianças abandonadas seria fruto de ligações ilegítimas. No entanto, o problema dos enjeitados<sup>242</sup> é um

---

<sup>240</sup> BRETTELL, Caroline, *Homens que partem, mulheres que esperam*, *ob. cit.*, p.265.

<sup>241</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p. 274.

<sup>242</sup> Os enjeitados ou expostos, eram crianças abandonadas, rejeitadas pelos pais: “São aqueles filhos, que seus pais engeitão, e expõem nas rodas, ou em outro lugares, para serem criados por caridade”. In PINTO, António Joaquim Gouveia, *Compilação das Providências que a bem da criação, educação dos expostos ou enjeitados se têm publicado e acham espalhados em diferentes artigos da legislação pátria*, (...), Lisboa, Impressão Régia, 1820, p. 3.

problema muito difícil de abordar na medida em que a paróquia de nascimento dessas crianças e a paróquia em que foram baptizadas não são em geral coincidentes. Por outro lado, algumas crianças são baptizadas condicionalmente porque há fortes indícios de terem recebido este sacramento sagrado<sup>243</sup>. Norberta Amorim aconselha para o estudo da exposição, dada a complexidade deste problema, a necessidade de alargar a área geográfica deste fenómeno<sup>244</sup>, mas também o recurso a outras fontes que se encontram disponíveis<sup>245</sup>. Foi nesse sentido que consultámos todo um manancial de fontes manuscritas e impressas que nos permitiram compreender melhor a amplitude do fenómeno na Meadela.

**Quadro n.º 56**  
**Filiação natural e enjeitados**  
**( Percentagens relativas ao total de nascimentos )**

Período	Nas tot	Nml	Total ile	%	Total exp	%	Nmi	%	Nme	%	Nfl	Nfi	%	Nfe	%	Total de ileg. + exp	%
1593-1649	452	222	16	3,5	0	0,0	8	4	0	0,0	214	8	3,6	0	0,0	16	3,5
1650-1699	518	278	24	4,6	133	25,7	8	3	71	24,1	216	16	5,4	62	21,1	157	30,3
1700-1749	549	281	38	6,9	93	16,9	15	5	45	15,5	230	23	7,6	48	15,9	131	23,9
1750-1799	565	286	40	7,1	22	3,9	25	9	10	3,6	239	15	5,6	12	4,5	62	11,0
1800-1850	763	365	31	4,1	3	0,4	19	5	0	0,0	367	12	3,2	3	0,8	34	4,5

Fonte: Registos Paroquiais

Pela análise do Quadro N.º 56, notámos que o fenómeno da exposição era uma prática bastante enraizada nesta comunidade. Notámos que existe um comportamento paralelo entre a ilegitimidade e a exposição, mas ao mesmo tempo complementar, parecendo duas

Existem várias designações atribuídas a essas crianças desamparadas pelas fontes locais (municipais e paroquiais), sendo as mais usuais: “enjeitadas”, “expostas” e “postças”. In FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1996, p. 37.

<sup>243</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p. 230.

<sup>244</sup> Este desafio está a ser levado a cabo por Teodoro da Fonte que está a desenvolver um trabalho de investigação no âmbito do Doutoramento sobre os expostos no Alto Minho. Veja-se entretanto a tese de mestrado deste autor: FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais, 1996.

<sup>245</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 230.



facetas do mesmo acto, dado que presumimos que a maioria dos expostos seriam ilegítimos.

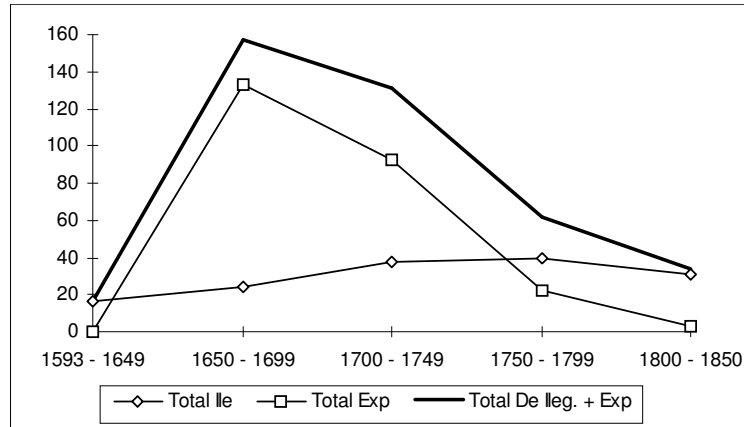
Observando os dois fenómenos, em períodos longos, é na segunda metade do século XVIII, que o movimento de ilegítimos atinge 7,1% do total de nascidos, valor maior encontrado para toda a observação; para a exposição, o período mais crítico situa-se na segunda metade do século XVII, com 25,7% de crianças que foram abandonadas. A partir da segunda metade do século XVIII, evidencia-se uma descida acentuada das crianças expostas, contrastando com o valor máximo alcançado pela ilegitimidade, desaparecendo a exposição quase definitivamente na primeira metade do século XIX, que passou a estar centralizada na instituição da Roda de Viana<sup>246</sup>.

---

<sup>246</sup> Os escassos valores encontrados para a primeira metade do século XIX reflectem não o desaparecimento da prática da exposição, mas sim a substituição dos locais de exposição para a Roda, instituição criada com a função de acolher as crianças abandonadas.

Teodoro da Fonte para o período entre 1792 e 1874, verificou nos registos municipais de Ponte de Lima 6743 expostos, aproximando-se dos 4573 expostos, nos registos paroquiais, devendo-se esta aproximação à centralização do abandono de crianças, primeiramente na Roda e depois no Hospício, levando a que cerca de dois terços destas crianças expostas fossem baptizadas na Igreja Matriz de Ponte de Lima. Em Viana do Castelo existiam 1720 expostos, no acto de 1862, tendo sido entregues 271 e falecidos 323, tendo entrado nas Rodas do distrito 616. Na Roda de Barcelos entre 1784 e 1835, entraram 7680 expostos. In FONTE, Teodoro da Fonte, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1996, pp. 104.

**Gráfico n.º 12**  
**Filiação ilegítima e enjeitados**



Fonte: Registos Paroquiais

Os relativos baixos índices de ilegítimos foram com certeza compensados pelas elevadas taxas de exposição, como poderemos constatar pelo Gráfico n.º 12, notando-se apenas a partir da segunda metade do século XVIII um aumento da ilegitimidade acompanhado por uma descida acentuada do abandona de crianças. Admitindo que muitas crianças abandonadas seriam filhos ilegítimos, considerámos tendencialmente, que o somatório do número de filhos ilegítimos de mãe conhecida e do número de enjeitados expressaria o nível da ilegitimidade desta paróquia.

Perante estes comportamentos, não deixaremos de questionar as razões que lhe poderão estar subjacentes. Essas razões poderão ser de carácter estrutural ou conjuntural, inseridas num contexto em que se gerou e desenvolveu esse fenómeno demográfico<sup>247</sup>.

Constatámos pelos dados que, a partir de meados do século XVII a meados do século XVIII, este comportamento demográfico desenvolveu-se num contexto institucional permissivo, pelo que as suas motivações deverão ser analisadas em função da existência de condicionalismos favoráveis, de carácter social, económico e moral,

<sup>247</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 87-97.

com um enquadramento político, económico, social e cultural, de acordo com o respectivo âmbito cronológico<sup>248</sup>.

António Joaquim de Gouveia Pinto, jurista português do século XIX, distingue criança exposta de criança abandonada, sendo a primeira aquela que nasce de uma relação ilegítima, nascido de pais incógnitos ou mesmo de pais legítimos, mas que são desconhecidos; a segunda é a criança cujos pais são conhecidos, mas que se encontra desamparada e que por compaixão é socorrida pela piedade pública<sup>249</sup>. Este autor indica várias causas que estão na origem da exposição das crianças: necessidade de ocultar uniões clandestinas; suma pobreza dos pais; perversidade dos pais; falta de amor paterno; considerar os filhos como um peso que procuram aliviar-se<sup>250</sup>. Destaca acima de tudo, motivações sociais e morais.

Alvarez Santaló, defendia que este fenómeno, teria a ver, maioritariamente, com o conjunto de códigos sociais, vinculando-o com a ilegitimidade<sup>251</sup>.

Insurgindo-se contra muitos trabalhos de investigação que centram a sua análise à volta das motivações sociais e morais, sugerindo alguns a ausência de afectividade e, sobretudo, à falta de amor dos pais para com os filhos, André-Gallego<sup>252</sup>, alega que o abandono de crianças, poderá resultar do receio das repercussões sociais do nascimento de um filho ilegítimo, mais do que desamor, o medo, ou simplesmente a pobreza condicionarão a tal acto<sup>253</sup>.

François Lebrun também se debruçou sobre o porquê do abandono de crianças afirmando que as causas estão ligadas à miséria,

---

<sup>248</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>249</sup> PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Exame crítico e histórico sobre os direitos estabelecidos pela Legislação Antiga e Moderna tanto pátria como subsidiária* (...) Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1828, p. 16.

<sup>250</sup> Idem, *Compilação das providências que a bem da criação, educação dos expostos ou enjeitados se têm publicado e acham espalhados em diferentes artigos da legislação pátria*, (...), Lisboa, Impressão Régia, 1820, p. 3.

<sup>251</sup> ALVARÉZ SANTALÓ, L. C., *Anormalidad y códigos de conducta de la familia en el antiguo Régimen: la doctrina religiosa sobre el abandono de niños*, in CHACON F. (Ed.) *Familia y Sociedad en el Mediterraneo Occidental*. Siglo XV - XIX, Murcia.

<sup>252</sup> ANDRÉS-GALLEGO, José, *História da gente pouco importante*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993, p. 19.

<sup>253</sup> Citado por, FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, p. 88.

aos maus anos agrícolas que fazem sentir o preço dos cereais provocando entre as classes mais desfavorecidas a fome. Ao lado da miséria, a causa do aumento dos abandonos é, “Segundo os Contemporâneos, a libertinagem e o deboche”. François Lebrun contesta esta opinião dizendo, que as crianças abandonadas são, na sua maioria, fruto de relações ilegítimas, elas não são no entanto todas “fruto do deboche”.

O mesmo autor chama a nossa atenção para o facto de muitas raparigas, seduzidas e posteriormente abandonadas, não terem capacidade económica para sustentar o seu filho, lembrando por outro lado os preconceitos e a vergonha que naquele tempo estavam ligados à mãe solteira e aos bastardos<sup>254</sup>.

Norberta Amorim, defende que poderiam ter sido carências alimentares graves a condicionar o enjeitamento de filhos naturais ou ilegítimos, especialmente em anos particularmente gravosos no campo da sobrevivência<sup>255</sup>.

Isabel Sá destaca neste fenómeno a existência de estratégias familiares, limitativas do agregado familiar, restabelecendo-se desta maneira o equilíbrio entre o número de filhos de um casal e as respectivas possibilidades económicas<sup>256</sup>.

Autores estrangeiros, em Espanha, Perez Moreda<sup>257</sup>, e em França com os estudos de André Armengaud<sup>258</sup>, François Lebrun<sup>259</sup> e Jean-Louis Flandrin<sup>260</sup>, demonstraram a existência de uma correlação

---

<sup>254</sup> LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Porto, Edições Rolim, 1983, p. 148.

<sup>255</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, ob. cit., 272.

<sup>256</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *Abandono de crianças, ilegítimas e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas*, relatório de síntese apresentado no III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica, Braga, Abril de 1993, (em face de publicação).

<sup>257</sup> PEREZ MOREDA, V.º, *Las crisis de mortalidad en la Espanã interior. Siglos XVI-XIX. Siglo XXI*, Madrid, 1980.

<sup>258</sup> ARMENGAUD, André, *La famille et l'enfant en France et en Angleterre du XVIe au XVIIIe siècles, Aspects Demographique*, Société d'édition d'enseignement supérieur, Paris, 1975.

<sup>259</sup> LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Edições Rolim, Lisboa.

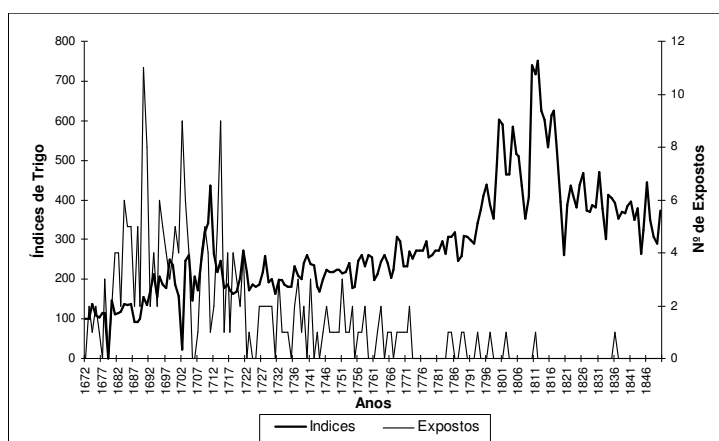
<sup>260</sup> FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa.

evidente entre o número de crianças expostas e as crises de subsistência<sup>261</sup>.

E na Meadela, terão sido razões económicas as principais responsáveis pelo abandono de um tão grande número de crianças expostas desde a segunda metade do século XVII à segunda metade do século XVIII?

Para responder a esta questão, estudámos, na longa duração a correlação entre os preços dos cereais<sup>262</sup> e o número de crianças abandonadas nesta paróquia, com o objectivo de identificar eventuais relações de causa-efeito entre essas variáveis.

**Gráfico n.º 13**  
**Expostos e preços do trigo**  
**1672-1850**



Fonte: Registos Paroquiais e Preços na Ribeira Lima (Misericórdia)

Representando graficamente a evolução dos expostos e dos preços dos cereais, entre 1675 e 1850 (Gráfico n.º 13), podemos observar que, desde o último quartel do século XVII até próximo dos finais do século XVIII, essas variáveis parecem evoluir com um certo

<sup>261</sup> Citado por: FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, p. 90.

<sup>262</sup> Utilizámos as séries de preços publicadas por: REIS, António Matos, “O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925)”, in *Separata de Almanaque de Ponte de Lima 1980* e “Preços na Ribeira Lima (séculos XVII-XX)”, in *Centro de Estudos Regionais- Boletim Cultural*, Viana do Castelo, C.E.R., 1986, pp. 164-181.

paralelismo, indiciando a existência de uma correlação positiva, indo de encontro com alguns estudos já realizados. Detectámos a existência de fortes relações de causa-efeito, comprovando-se a hipótese de a conjuntura económica ter influenciado o abandono de crianças, sobretudo em épocas de graves crises agrícolas que poderiam alterar e agravar profundamente os já precários equilíbrios familiares.

Sejam quais forem as razões de tais abandonos, apontam-se a miséria material e moral como factores primordiais deste fenómeno do abandono ao longo dos tempos. Para minimizar tal problema foram criados, um pouco por todo o lado, rodas, hospícios, hospitais e recolhimentos para crianças expostas. Considerámos ser pertinente o relacionamento do volume de expostos com a criação destas instituições.

Sobre o surgimento da Casa da Roda na vila de Viana, vários autores se debruçaram, existindo divergências sobre o seu surgimento e localização. Para Luís Cyrne a Casa da Roda ter-se-á localizado no Recolhimento de Santiago<sup>263</sup>, casa que remonta ao século XV e que terá servido de abrigo às crianças abandonadas. Manuel António Fernandes refere-se também à existência de uma outra casa em Viana localizada “na Rua das Padeiras, nas traseiras dos açougues ficava a Roda dos Expostos, destinada a receber as crianças abandonadas<sup>264</sup>”. Sílvia M. Rodrigues Tiago, após um estudo em torno do problema dos expostos em Viana, apurou que a Casa da Roda terá nascido em Viana no século XVIII, indo de encontro às palavras de Pinho Leal quando afirma que:

“A Roda dos expostos foi instituída em 1701, data em que a Câmara, obtida licença régia por alvará de 20 de Fevereiro de 1699<sup>265</sup>, resolveu dotar o seu vasto município com tão santa instituição<sup>266,267</sup>”.

---

<sup>263</sup> Consulte-se o artigo da autoria de Luís Cyrne de Castro, Algumas notas sobre a assistência aos expostos em Viana do Castelo e seu termo, in *Roteiro de Viana*, 1978, s/p.

<sup>264</sup> MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O Município e os forais de Viana dos Castelo*, Viana do Castelo, Edição da Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1986, p. 149.

<sup>265</sup> Esta licença veio de encontro ao pedido enviado, pelos oficiais da Câmara de Viana, a D. Pedro II, informando sobre a desordem em que andava a criação das crianças enjeitadas. A.M.P.L, *Livro de Vereações* de 1625-1626, fl. 94 v.º.

A criação desta instituição vem de encontro às necessidades que se vinham sentindo desde meados do século XVII, que correspondeu ao período de um maior abandono de crianças na Meadela, persistindo alta esta prática até meados do século XVIII. Inicialmente, a roda, poderia significar a esperança de acolhimento da criança, daí, antes expor do que criar. Como a roda garantia o anonimato dos agentes ou dos cúmplices do abandono, nela poderiam vir expostas, indiscriminadamente, quaisquer crianças, independentemente das razões que poderão ter motivado tal atitude. Neste contexto, a roda simbolizava e representava a oferta institucional, a um problema demográfico que se vinha agravando, transformando-se numa questão de interesse geral, resultante de um conjunto de estratégias que estarão subjacentes à sua procura e utilização<sup>268</sup>.

A roda, instrumento nacional de abandono, foi legalizada no reinado de D. Maria I, por ordem-circular da Intendência Geral da Polícia, em 10 de Maio de 1783, enviado por Diogo Inácio de Pina Manique aos provedores das comarcas, instituindo Casas de Roda em todas as cidades e vilas, garantindo-se o anonimato dos que expunham<sup>269</sup>. Competia a estas instituições receber e criar as crianças expostas à custa da comarcas, até à idade de sete anos. Os seus

Como solução para esse grave problema, propunham que se criassem Casas da Roda noutras Vilas da comarca de Viana. Foi comunicado aos doutores juizes de fora e ordinários das vilas de Ponte de Lima, Monção, Vila Nova de Cerveira, Arcos e Barca, que mandassem fazer uma Casa da Roda em cada julgado. A.M.P.L, *Livro de Vereações* de 1699-1703, fls. 82-84 v.º.

Citado por: FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, p. 42-43.

<sup>266</sup> LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. X, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1882, p. 448.

<sup>267</sup> Citado por: TIAGO, Sílvia M. Bandeira Rodrigues, “Subsídios para o estudo dos expostos em Viana - século XIX”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 23, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1998, p. 180.

<sup>268</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, pp. 43-44.

<sup>269</sup> Citado in PINTO, António Joaquim de Gouveia, *Compilação das Providências que a bem da criação, educação dos expostos ou enjeitados se têm publicado e acham espalhado em diferentes artigos da legislação pátria*, (...), Lisboa, Impressão Régia, 1820, p. 7.

objectivos eram humanitários e patrióticos porque procuravam evitar a morte de muitas crianças<sup>270</sup>.

Nota-se na segunda metade do século XVIII, que as crianças que deixam de ser expostas na Meadela, o são na Roda de Viana, dada a proximidade geográfica. O simultâneo abaixamento dos níveis de exposição a partir da segunda metade do século XVIII, com apenas 3,9 %, atinge valores insignificantes na primeira metade do século XIX, correspondeu certamente, a uma elevação dos níveis de exposição, directamente na Roda, e a um ligeiro aumento da ilegitimidade. Será que se verificam algumas mudanças sociais, culturais e económicas que levaram a aceitar mais facilmente as mulheres solteiras e estas por sua vez optaram por assumir e criar os seus filhos, a entregá-los a esta instituição, onde os índices de mortalidade continuavam elevados<sup>271</sup>? Os dados respondem por si, no entanto é sempre difícil apresentar uma explicação absoluta sobre este comportamento.

A exposição levava a maior parte das vezes, a família do exposto a perdê-lo para sempre. Tentámos compreender se o sexo das crianças seria um factor decisivo no acto de expor.

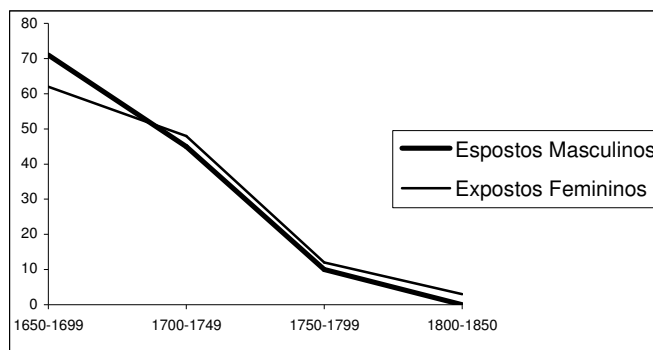
---

<sup>270</sup> FONTE, Teodoro Afonso da , *ob. cit.*, pp. 44-45.

<sup>271</sup> As críticas a esta instituição são severas e mesmo as autoridades administrativas são acusadas de desleixo na fiscalização de tais instituições, onde o aumento significativo de crianças acarreta agravamento das despesas da Câmara. Como consequência muitas Rodas fecharam sendo substituídas por Hospícios. Em Viana, a Junta Geral, encarregue da administração dos expostos procedeu a uma modificação do Regulamento datado de 1852 pelo Regulamento de Março de 1866. Neste último menciona-se a palavra “Hospício” em vez de Casa da Roda e impõe-se restrição para a admissão de expostos e novas concessões que permitam às mães solteiras, casadas mas pobres de criarem os seus filhos através de subsídios de aleitação. Citado por: TIAGO, Sílvia M. Brandeira Rodrigues, Subsídios para o estudo dos expostos em Viana - século XIX, in *Cadernos Vianenses*, tomo 23, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1988, pp. 183-186.



**Gráfico n.º 14**  
**Movimento de expostos**  
**( n.º abs. )**



Fonte: Registos Paroquiais

Pela análise do Gráfico n.º 14, apesar de se verificar um maior número de expostos do sexo masculino na segunda metade do século XVII, na segunda metade do século XVIII são os expostos do sexo oposto que levam ligeira vantagem, no entanto, a diferença é de tal modo curta, que não nos parece que o sexo determine a exposição.

### **13.1 Naturalidade das mães de filhos ilegítimos**

Sendo o problema da ilegitimidade de difícil abordagem “... na medida em que a paróquia de nascimento e a paróquia em que foram baptizadas as crianças não são em geral coincidentes...”<sup>272</sup>, limitar-nos-emos a analisar o contexto sócio-demográfico que envolve os nascimentos ilegítimos em geral e as situações relacionadas com as mães naturais e residentes na freguesia, em particular.

---

<sup>272</sup> AMORIM, Norberta, Guimarães..., *ob. cit.*, p. 230.

**Quadro n.º 57**  
**Procedência geográfica das mães de filhos ilegítimos registados na Meadela**  
**( 1593-1850 )**

Naturalidade	N.º absoluto	%
Meadela	46	39,1
Freguesias limítrofes	30	26,1
Outras freguesias	39	33,9
Total	115	100
Não identificados	11	

Geralmente os párocos registavam a naturalidade e o estado civil das mulheres que vinham registar na paróquia da Meadela os seus filhos ilegítimos, mas raramente surgem referências à filiação, que aparece com maior frequência a partir do segundo quartel do século XVIII. Surgem em toda a observação dois casos onde os padres declaram desconhecer esses dados, porque as mães eram expostas da Roda de Viana, não existindo referências à sua naturalidade, e não indica a filiação em nove casos, sendo no total 11 indeterminados. Existem também referências a seis mães escravas que baptizaram os seus filhos nesta paróquia, mas existem referências a seus donos como sendo da vila de Viana.

A análise do Quadro n.º 57, revela que muitos bastardos aqui nascidos, ou pelo menos baptizados, eram filhos de mulheres de fora.

Como se vê o número de mulheres estranhas que registaram filhos na Meadela foi muito superior ao das naturais, atingindo 60%, contra os 39,1% das naturais. A proporção de mulheres que vinham de outras localidades (33,9%) é ligeiramente superior à das freguesias limítrofes (26,1%), mas raramente ultrapassavam o âmbito do distrito. Algumas das mulheres incluídas neste primeiro grupo eram assistentes ou criadas, onde residiam temporariamente trabalhando nas casas dos lavradores mais abastados. Destacámos a existência de cinco mães solteiras naturais da Galiza, que fixaram residência na Meadela, onde assistiam.

As mães oriundas do exterior que vieram baptizar os seus filhos na Igreja da Meadela procediam na sua maioria do concelho de Viana, destacando-se 26,1% vindas das freguesias limítrofes, procedendo das freguesias da vila de Viana, de Santa Marta, Perre e Areosa.

Podemos distinguir dois tipos de mães de fora:

1- As que residiam na paróquia, vindo para cá trabalhar como criadas, na sua maioria abandonando posteriormente a paróquia; as residentes naturais de fora (casos mais raros).

2- As que vieram cá apenas baptizar o filho, de quem não temos mais notícias, possivelmente com o objectivo de o esconderem.

Sobre este assunto desenvolveremos mais adiante quando caracterizarmos os contextos sócio-económicos da ilegitimidade.

Para esta análise, servimo-nos de todas as mães de filhos ilegítimos.

**Quadro n.º 58**  
**Estado Ccivil das mães dos filhos ilegítimos**  
**( 1593-1850 )**

S_civil_mãe	N.º abs.	%
Casadas	2	1,7
Solteiras	113	93,4
Viúvas	6	5,0
Total	121	
Indeterminados	4	

Como se verifica, a esmagadora maioria eram mães solteiras, com percentagens acima dos 85,7%, dominando totalmente até meados do século XVII e na primeira metade do século XIX. No entanto, as viúvas marcam a sua presença a partir de meados do século XVII, aumentando ligeiramente no século XVIII, talvez devido à “liberalização dos costumes”, resultante da saída frequente dos maridos para terras distantes, onde perigos desconhecidos os rodeavam, levando frequentemente as mulheres a uma viuvez precoce. Na primeira metade do século XVIII, surgem apenas dois casos de mulheres casadas com filhos ilegítimos, em ambos os casos os maridos encontravam-se ausentes, vivendo estas sós. Obviamente, só nestes casos é que um filho de uma mulher casada podia ser verdadeiramente considerado produto de adultério. Podemos pensar num eventual aumento de atractivos da mulher casada ou viúva a acompanhar uma evolução de comportamentos sexuais<sup>273</sup>.

---

<sup>273</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p.244.

Estes factos foram raros, sendo este comportamento generalizado noutras paróquias. Fernando Miranda, sobre estes comportamentos desviantes, encontrados em S. Pedro Alvito, integrou-os “numa época de mudança de mentalidade e possivelmente, de retracção de certos preconceitos por parte da população, incluindo o pároco e as esferas eclesiásticas, no encarar deste comportamento. Esta ideia, parece alicerçar-se no aumento significativo, em percentagem, de casamentos posteriores das mães de filhos ilegítimos naturais desta paróquia, a partir do século XVIII<sup>274</sup>”.

### 13.2 Idade das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho

Para calcular a idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho conhecido, incluímos apenas as mulheres naturais da paróquia, cuja inclusão no agregado familiar de origem não mereceu dúvidas. A omissão da filiação das mães de crianças ilegítimas pelos redactores paroquiais, sobretudo no período anterior a 1700, condicionou o número reduzido a 20 casos agrupando exclusivamente as celibatárias e naturais da freguesia.

**Quadro n.º 59**  
**Distribuição por grupos etários das mães solteiras**  
**ao nascimento do primeiro filho conhecido**  
**( 1593-1850 )**

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44
N.º abs.	5	7	3	4	1
%	25	35	15	20	5

Fonte: Registos Paroquiais

Depreende-se desta observação que o grupo etário mais atingido pela ilegitimidade foi o dos 25 aos 29 anos, com um valor percentual de 35%, seguindo-se o dos 20-24 anos com 25%, diminuindo ligeiramente entre os 30 e os 34 anos, aumentando para os 20% no grupo etário dos 35-39 anos, revelador de uma estratégia por parte das mulheres em conseguir por este meio marido, ou pelo menos uma família, garantindo assim o seu futuro. Estes valores contrastam com os 5% das mulheres dos 40 aos 44 anos, onde a menopausa começa a reflectir-se, assim como a ausência de mães solteiras com a

<sup>274</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 130.

idade inferior aos 20 anos. Estes resultados reforçam a suposição, já afluada a propósito da incidência de concepções pré-nupciais, relacionando-se com a elevada idade ao casamento, que por ventura alargou o tempo de namoro acarretando uma mudança nas práticas comportamentais a nível sexual. A existência de uma mentalidade que evolui no que respeita aos atractivos femininos com o amadurecimento etário, poderá ser um factor a considerar. Por sua vez, o maior controle familiar exercido sobre a população jovem, enquadra-se num espaço mais amplo da Europa católica latina ou mediterrânica, onde “as virgens são vigiadas” e são cometidos crimes pela honra, onde a castidade é quase uma devoção e a reputação é tudo<sup>275</sup>. Atentando na hipótese da existência de alguns primogénitos ilegítimos, que poderão ter sido registados fora do espaço paroquial ou expostos, foi possível verificar que a idade média encontrada para estes nascimentos, se situa na primeira metade do século XVIII nos 27,5 anos, descendo para os 26,6 anos na segunda metade do século, aumentando na primeira metade do século para os 29,7 anos, valores consideravelmente mais elevados do que a idade média ao primeiro casamento feminino ( Capítulo III).

### 13.3 Mães com dois ou mais filhos ilegítimos

Na análise do fenómeno ilegitimidade será oportuno caracterizar, de forma aproximada, o nível da recorrência deste comportamento por parte das mães. Considerámos as mulheres naturais da freguesia independentemente do seu estado civil, para o período de 1700-1850 (Quadro N.º 60).

**Quadro n.º 60**  
**Mães com dois ou mais filhos ilegítimos conhecidos**  
**1700-1850)**

	1 filho	2 filhos	4 filhos	5 filhos
N.º de mães	114	8	1	1
%	91,94	6,45	0,81	0,81

Fonte: Registos Paroquiais

<sup>275</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p.230.

É notório que a maior proporção das mães com filhos ilegítimos tiveram um só filho, atingindo os 91,9%, contrastando com os 6,5 % das reincidentes com dois filhos. Quase insignificante é valor percentual das mães com quatro e cinco filhos, existindo apenas um caso para cada situação e que correspondem a mães escravas.

Torna-se difícil detectar as motivações e os condicionalismos sociais que preexistiram e determinam estes comportamentos reincidentes, estes últimos com pouca expressão na comunidade, reveladora da fraca propensão para a bastardia existente na sub-sociedade da Meadela<sup>276</sup>.

A concentração percentual das mães com apenas um filho, leva-nos a admitir que uma parte dos nascimentos ilegítimos tivesse ocorrido na expectativa de um casamento próximo, assemelhando-se deste modo às concepções pré-nupciais, reveladoras de uma actividade sexual presente nos casais comprometidos, práticas estas remediadas com posterior casamento.

#### 13.4 Ulterior casamento das mães solteiras

Procurámos saber se as hipóteses de casamento existentes nestas mulheres com filhos ilegítimos se concretizaram. Para isso, calculámos o número de mulheres que acabaram por consumir um ulterior matrimónio, fazendo incidir a observação sobre a mesma amostra, para uma maior precisão de resultados (Quadro N.º 61).

**Quadro n.º 61**  
**Ulterior casamento das mães solteiras**  
**(1700-1850)**

N.º de mulheres	Casaram posteriormente	%
20	10	50

Fonte: Registos Paroquiais

Notámos de forma nítida, a integração na comunidade, das mães dos filhos ilegítimos, onde 50% destas contraíram matrimónio,

---

<sup>276</sup> Alguns historiadores referem uma sub-sociedade com propensão para a bastardia, entre os quais Peter LASLETT. Vide Caroline BRETTELL, *ob. cit.*, p. 255; e João de PINA CABRAL, *ob. cit.*, p. 81.

coincidindo com o valor encontrado para o Sul do Pico (gerações de 1680 a 1779)<sup>277</sup> e dos 42,9% de Santiago de Romarigães (1640-1849)<sup>278</sup>, mas distanciando-se dos 30% para a zona rural de Guimarães no Antigo Regime<sup>279</sup>.

Apesar dos redactores paroquiais, a partir dos finais do século XVII, acatando as normas constitucionais, deixam de registar o nome do progenitor das crianças ilegítimas, impedindo verificar se o ulterior casamento das mães solteiras era contraído com os respectivos pais, ou pelo contrário o faziam com quem aceitasse a sua situação de mãe solteira, sanando-se através de uma ligação socialmente conveniente. Admitimos como hipótese extrema, que as mulheres que casam posteriormente ao nascimento de um seu filho natural o fazem com o pai do mesmo, o que legitimaria esse filho.

No sentido de encontrar respostas sobre este comportamento observámos a duração do intervalo existente entre o nascimento do último filho e o casamento de cada uma dessas mulheres, aparecendo enormes variações nos casos individuais. Este revelou que 30% dessas mulheres contraíram matrimónio após alguns meses do nascimento dos seus filhos, o que nos leva, em parte, a corroborar a hipótese de ter sido com os pais de seus filhos, tentando remediar os erros cometidos. Constatámos no entanto, que os restantes 70 % se dispersam por valores extremos dos 2 aos 19 anos, reveladores da existência de soluções de compromisso, intervindo como factor decisivo no desfecho desses casos muitas vezes a posição económica da família de origem.

A ideia de aceitação social por parte da comunidade, das mães dos filhos ilegítimos pelo casamento posterior destas, parece ser uma realidade provável a partir do século XVIII. Esta condescendência colectiva, em relação às “famílias ilegítimas”, foi por nós detectada. Tentámos ver o reflexo da aceitação social nos filhos destas famílias ilegítimos, através do seu posterior casamento na paróquia.

---

<sup>277</sup> AMORIM, Norberta, *Sul do Pico...*, *ob. cit.*, p. 168.

<sup>278</sup> SANTOS, Cartola M. Fernandes dos, *Santiago de Romarigães...*, *ob. cit.*, p. 209.

<sup>279</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p. 230.

**Quadro n.º 62**  
**Casamento dos filhos legítimos e ilegítimos**

	Ilegítimos	Legítimos
Total de filhos	125	973
Filhos que casaram	14	700
% de filhos que casaram	11,2	71,9

Fonte: Registos Paroquiais

Depreende-se pelos elementos do Quadro n.º 62 que, apenas 11,2% dos filhos ilegítimos casaram na paróquia. Isto não significa que só estes casaram, poderiam tê-lo feito noutra paróquia. Será pertinente supor que a probabilidade dos filhos ilegítimos ao casamento apresente uma maior correlação com o estatuto social dos progenitores e da respectiva família de origem do que com qualquer estigma cultural inibidor. Há ainda a ressaltar que estes valores percentuais são apresentados por defeito, visto que, muitos dos ilegítimos poderiam ter falecido antes de chegarem à idade adulta.

#### **14. Contextos sócio-económicos da ilegitimidade e exposição**

##### **14.1 Sobre a ilegitimidade**

Apercebemo-nos já anteriormente, da existência de variações no carácter dos nascimentos ilegítimos dependentes dos contextos sócio-económicos onde se inserem as mães destes filhos ilegítimos. A rigidez das estruturas sociais e económicas próprias da época e características das sociedades minhotas camponesas, teria sido em grande medida responsável pelos elevados índices de concepções fora do casamento, observadas em toda a região<sup>280</sup>. Sobre esta realidade, há quase cinquenta anos, o historiador Paul Descamps, notando que muitas minhotas nunca casaram, comentou que não era excepcional que tivessem filhos fora do casamento, não existindo porém, fortes pressões da opinião pública. Pouco menos de um século antes, William Kingston chegara à mesma conclusão<sup>281</sup>.

<sup>280</sup> SANTOS, Carlota M. Fernandes, *ob. cit.*, 212.

<sup>281</sup> Citado por: BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, 257.



O estudo do contexto sócio-económico da ilegitimidade na Meadela sugere que não pode ser tratado uniformemente. Mesmo numa pequena freguesia, há variações importantes respeitantes a quem tinha filhos fora do casamento e às circunstâncias por detrás da sua concepção. Na verdade, há diferentes níveis para investigar as atitudes perante a ilegitimidade e, portanto, o seu significado<sup>282</sup>.

Em primeiro lugar, debruçar-nos-emos sobre as diferentes circunstâncias que podem ter levado ao nascimento fora do casamento; sobre as atitudes e motivações das próprias mães: era algo de que se envergonhassem ou algo em que se metiam deliberadamente?

Em segundo lugar, tentaremos apurar, na medida do possível, as atitudes dos pais de raparigas que davam à luz filhos ilegítimos: desprezavam as filhas, expulsavam-nas da sua vista ou aceitavam-nas e até lhes perdoavam e, se assim era, porquê?

Em terceiro lugar, procuraremos avaliar as atitudes da comunidade: aceitavam ou rejeitavam estes comportamentos?

Não é fácil responder a estas perguntas no que se refere à freguesia da Meadela, uma vez que os registos paroquiais não nos permitem dar respostas a todas as questões postas. Para isso, recorreremos ao cruzamento de outras fontes, aos livros de visita e devassa e aos livros de testamentos.

Através dos livros de visitas e devassas detectámos alguns casos de amancebamento, concubinato, adultério que resultaram na gestação e nascimento de uma criança, informando as testemunhas nomeadas pelo visitador os envolvidos nas devassas, o que nos permite identificar facilmente o progenitor desses filhos ilegítimos, pois estes raramente surgem referenciados nos registos de baptismo.

#### **14.1.1 Criadas e assistentes**

A palavra criado aplica-se apropriadamente no campo a um indivíduo que trabalha na agricultura ou, no caso da criada mulher que trabalha nesta e faz serviços domésticos. Geralmente as criadas, eram “moças” solteiras, provenientes de famílias numerosas, que desde muito novas são mandadas pelos pais servir nas casas de lavradores

---

<sup>282</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 257.

abastados ou da aristocracia local detentora de terras. Acabam por fazer parte do agregado familiar, sendo muitas vezes referidas nas determinações testamentais dos seus patrões. Outras, eram mandadas para aldeias vizinhas ou para uma cidade próxima, longe da vigilância dos pais, deixavam-se frequentemente corromper, ou muitas vezes, estavam sujeitas a abusos dos patrões ou criados que viviam na mesma casa<sup>283</sup>.

Na Meadela, dispomos de algumas provas da existência destas criadas e assistentes nos registos de Meadela, que se tornaram mais explícitos pelo cruzamento com os dados fornecidos pelos livros de visita e devassa.

Em 1698, Rosa da Costa, de Serdal termo de Valença, criada de António Martins Loureiro da Meadela, engravidou de Manuel Pires soldado, “o que o fes a titollo de casamento e depois jurou outra moça que chamão m<sup>a</sup> de Brandara com quem está jurado<sup>284</sup>”. Manuel Pires foi condenado por concubinato, fazendo-se-lhe o primeiro termo de admoestação, e condenado a pagar 600 reis<sup>285</sup>. Rosa da Costa e Maria Brandara não foram condenadas<sup>286</sup>. Manuel Pires, viria a casar com Rosa da Costa, possivelmente na freguesia da noiva, mas constituiu família na Meadela, com residência no Lugar do Monte. A sua prole foi bastante numerosa, com 11 filhos.

Em 29 de Setembro de 1720, Isabel solteira, assistente na Meadela, deu à luz uma menina de nome Maria, baptizada em 10 de Outubro do mesmo ano. Nos livros de visita, em 1727, é denunciado o seu comportamento ilícito com Bento da Cunha solteiro filho de Afonso da Cunha da freguesia de Nogueira, que poderá eventualmente ser o pai de Maria<sup>287</sup>. O visitador

---

<sup>283</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p. 246.

<sup>284</sup> A.D.B., *Livro das devassa da visitação de St<sup>a</sup> Maria da Vinha (1698)*, 639 -37,

<sup>285</sup> A.D.B., *Termos da visita do arciprestado da Vinha (1698-1699)*, 640 - 38, fl.9 11v.º.

<sup>286</sup> *Idem, Ibidem*, fl. 9 v.º.e 10 v.º.

<sup>287</sup> A.D.B., *Roteiro dos culpados da visitação de St<sup>a</sup> Maria da Vinha (1712-1732)*, 607 -5.

mandou fazer-lhe terceiro termo em forma, ao qual não compareceu, e à Isabel fez-se-lhe primeiro termo em forma, sendo admoestada em 27 de Julho de 1727, a qual a aceitou e pagou de multa 400 réis<sup>288</sup>. Foi ainda admoestada Luisa solteira, onde morava em sua casa a dita Isabel solteira, por “consentir em sua casa mulher suspeita e amancebamento<sup>289</sup>”, não pagando pena alguma.

Mariana Afonso, solteira, natural de Areosa, filha de Domingos Afonso e Maria Afonso, assistente na freguesia da Meadela, teve em 1773 uma filha ilegítima de nome Joana, não referindo o pároco o nome do pai. O seu comportamento devasso foi alvo de escândalo por parte da comunidade, sendo admoestada em 1774<sup>290</sup>, por concubinato com José Fernandes Reguengo viúvo da Meadela<sup>291</sup>, com o qual viria a casar em 1777, do qual teve ainda mais quatro filhos. Ficamos a saber posteriormente, pelo casamento de Joana que as suspeitas que recaíam sobre a paternidade de José Fernandes, apontadas pela devassa, se confirmaram.

Na casa de Francisco José de Gouveia, membro de uma prestigiada família, assistia Maria Gonçalves, solteira, natural de Barcelos, filha de Manuel Gonçalves e de Martinha de Araújo, que engravidou, nascendo em 1780 o Manuel, sem referência ao nome do pai da criança.

Também de fora era Michaela, natural de Coura, que veio para a Meadela servir, dando à luz em 1781 um filho ilegítimo chamado José.

---

<sup>288</sup> A.D.B. *Termos dos culpados da visita do arciprestado da vinha (1727-1734)*, 665 -53, fl. 10 v.º.

<sup>289</sup> IDEM, *Ibidem*, fl. 8.

<sup>290</sup> Mariana foi admoestada em segundo termo e foi condenada em 600 réis. José Fernandes Reguengo viúvo, reincidente nas relação ilícita fez-se-lhe terceiro termo e condenado na mesma pena que Mariana. A.D.B. *Termos da visita do arciprestado da Vinha (1774-1777)*, 626 -24, fl. 14.

<sup>291</sup> IDEM, *Ibidem*.

Assistia na casa de Francisco José Caseiro da Quinta de S. Vicente, Maria Rosa, natural de S. Pedro da Castanheira, em Coura, filha de Francisca Rodrigues, mãe solteira, concebeu um filho ilegítimo que nasceu em 1785, a quem lhe atribuíram o nome de João Manuel.

Maria Francisca, natural da Abelheira (Viana), filha de António José Pereira e de Joana Francisca, era assistente e moradora no lugar de Portuzelo, na Meadela, com um comportamento devasso, reincidente dando à luz dois filhos ilegítimos, António em 1794 e Lopo António após cinco anos.

De Ponte de Lima veio Maria Rosa, solteira, para assistir na Meadela, que veio a ter em 1799 uma filha ilegítima, a Maria Vitória.

O elevado número de mulheres que não eram naturais da freguesia que deram à luz filhos ilegítimos na Meadela, em especial na segunda metade do século XVIII, sugere que eram uma parte importante da população local. Nestes últimos casos, não conseguimos identificar o progenitor, nem através dos registos de baptismo, nem pelo cruzamento de outras fontes, o que torna praticamente impossível determinar com alguma certeza a sua posição sócio-económica. Na verdade, tanto podiam ser homens da mesma classe destas criadas e assistentes vindas de fora, como seus patrões.

Pelo cruzamento de fontes, recorrendo aos livros de visita e devassa, apercebemo-nos da existência frequente de amancebamentos e concubinatos entre homens de uma posição económica e social elevada e mulheres solteiras que eram suas criadas, ou de condição muito inferior, que por vezes dava origem a nascimento de filhos ilegítimos. Não foi o caso destes dois exemplos que iremos aqui retratar.

Em 1715, António Jacome Bezerra viúvo, o maior contribuinte de décima na época na freguesia da Meadela, foi admoestado em primeiro termo, para “que se apartasse da ilícita conversação que tem com Lusía Licca soltr<sup>a</sup> e Neves Pluta Soltr<sup>a</sup> ambas da freguesia de Perre, e que com ellas mais

não fosse visto em publico ou oculto nem as consentisse em sua casa, nem fosse a casa dellas, nem lhes mandasse dadivas nem recados; a que elle respondeo aceitava a dmoestação, prometia a emenda confessava a culpa, e a fasia judicial o que ouvido o condenou em seicentos reis que logo pagou ...<sup>292</sup>. Lucci Licca e Neves Pluta foram admoestadas em primeiro termo, e condenadas a pagar 330 reis e 300 reis respectivamente<sup>293</sup>.

Antónia, solteira, filha de Pedro Gonçalves, de condição humilde do lugar da Meadela surge citada no roteiro dos culpados do arceprestado da Vinha, em 1774, por concubinato com João de Faria casado da Rua da Bandeira (Viana), filho do morgado do Ameal, tendo-se pronunciado o primeiro termo em forma<sup>294</sup>.

Embora não se possa dizer que os casos que acabámos de citar representem uma percentagem elevada, sugerem a possibilidade de relações sexuais entre criados ou entre criada e patrão, as quais davam por vezes, origem ao nascimento de filhos ilegítimos. Além disso, poderia ter acontecido que algumas destas mulheres terem concebido filhos noutros locais, acabando por dá-los à luz na paróquia, mas também havia mulheres da Meadela que iam servir para outras aldeias, para a vila de Viana ou outras vilas e cidades, lá concebiam um filho e depois voltavam para dar à luz na sua aldeia natal<sup>295</sup>.

#### **14.1.2 Noivas comprometidas ou namoradas abandonadas**

O “mau passo” não era só dado por criadas ou assistentes, também havia filhas de agregados de lavradores mais respeitáveis ou ricas que foram mães de filhos ilegítimos. Muitas vezes, eram raparigas que engravidavam de seus namorados e era frequente a concepção ocorrer nos meses de Verão, em que os jovens andavam

---

<sup>292</sup> A.D.B. *Livro de termos da visita de Stª Maria da Vinha (1715)*, 652 -50, fl. 14. Mantivemos a ortografia e pontuação da época.

<sup>293</sup> IDEM *Ibidem*, fls. 15 e 15 v.º.

<sup>294</sup> *Roteiro dos culpados do arceprestado da vinha (1724-1772)*, 606 - 4.

<sup>295</sup> Estas questões foram já levantadas por Caroline Brettell, *ob. cit.*, p. 247.

nos campos a trabalhar juntos ou participavam nas actividades das festas de Verão. Na realidade, as festas eram as ocasiões próprias para o namoro e talvez para promessas de casamento.

Nestas circunstâncias muitas raparigas deixaram-se levar pelos namorados, resultando por vezes a concepção de uma criança. O jovem podia escolher entre casar ou não com a rapariga, não sendo por lei obrigado a fazê-lo, mas as pressões sociais faziam-se sentir obrigado-o a tal.

Foi o que aconteceu com Francisca da Costa, solteira, filha de João Pires da Costa e de Joana Martins de Brito, que aos 29 anos de idade teve um filho ilegítimo em 1 de Novembro de 1764, baptizado com o nome de João, casando-se em 24 de Janeiro com Domingos Alves do Rego, natural de Monserrate (Viana), solteiro e filho de Ventura Alves Lima e de Maria Luisa do Rego. Pela proximidade das datas entre os dois eventos, julgamos ser o pai da criança, tratando-se presumivelmente de namorados. Será que, o facto de não assumir logo a gravidez de Francisca, casando com ela antes do nascimento da criança, não revelará uma certa indecisão deste? Será que a pressão social e dos pais de ambos não tenham intervindo nesta consumação matrimonial? São algumas questões às quais não saberemos dar respostas absolutas, apenas poderemos apresentar hipóteses. No entanto sabemos que este casal teve ainda mais quatro filhos conhecidos, pois provavelmente terão saído da paróquia já que não conhecemos a data ao óbito de nenhum deles, nem qualquer outro acto.

A mesma situação ocorreu com Luisa Parenta, natural da Meadela, solteira e de 33 anos, que deu à luz uma menina, a quem chamaram Maria, em 5 de Março de 1770, tendo contraído matrimónio passado um mês com Francisco Fernandes Reguengo, solteiro e natural da Meadela de 41 anos.

Poderíamos citar mais casos mas limitar-nos-emos a referir mais um pelo comportamento indevido de Joana Fernandes, solteira e natural da paróquia, que aos 20 anos concebeu um

filho ilegítimo, a quem lhe foi atribuído o nome do pai, com quem viria a casar cinco meses depois, e tiveram mais três filhos. Até aqui, nada de original. Mas, o marido, João Pires de Amorim morre em 1784, onde pelo registo de óbito ficámos a saber que era lavrador. Joana viria a ter mais dois filhos ilegítimos, o José em 1786, que deve ter falecido, pois em 1791 voltou a nascer um menino a quem lhe foi dado o mesmo nome.

Existem casos, onde os jovens não casavam logo com as raparigas que tinham engravidado, por vezes acabavam por casar com elas alguns anos mais tarde, outros nunca o chegaram a fazer.

Vejamos o caso de Juliana Neta, natural de Santa Marta de Portuzelo, mas residente na Meadela, que deu à luz uma filha ilegítima em 1839, não se indicando o nome do pai. Acabou por casar em 1846, com Manuel Luís Ferreira. Será que era o pai da criança? Se o era, por que é que só após 7 anos o fez? Fica as questões em aberto.

O casamento destas mulheres abandonadas poderia ocorrer, por vezes muito posteriormente. Geralmente quando acontecia era com viúvos.

Citemos o caso de Maria do Poço, natural da Meadela, mãe solteira de Cristina que nasceu em 1831. Casou posteriormente em 1850 com o viúvo Francisco Parente da Vila de Viana. Será que Cristina seria filha deste, de uma relação de concubinato? Ou apenas se reflectirá a necessidade deste homem de ter uma companheira que o ajudasse na casa e a cuidar dos filhos?

No estudo antes realizado acerca do casamento posterior de mães de filhos ilegítimos, constatámos que 50% destas mulheres naturais da Meadela acabaram por casar, e a grande maioria com os pais das crianças.

Existem no entanto, algumas namoradas abandonadas, que nunca chegaram a casar.

Citemos o caso curioso de Antónia Teresa Sá, solteira e natural de Ponte de Lima, residente na casa de António de

Louro Carneiro, onde servia. Teve em 1745 uma filha ilegítima, a Maria Rosa, filha provavelmente de Damásio Rodrigues solteiro, filho de Damásio Rodrigues e de Antónia Dantas, e natural da Meadela, com quem foi acusada de concubinato em 1745<sup>296</sup>. A sua fama de mulherengo, levou-o a ser acusado novamente de concubinato em 1747, mas com Maximina solteira, filha de Filipe Rodrigues e natural da Meadela. Damásio Rodrigues faleceu solteiro, em 1748 na cadeia do Porto.

A existência na vila de Viana do Quartel Militar, tornou-se um forte factor de relações ilícitas entre soldados e militares com jovens solteiras, que ludibriadas por promessas vãs de casamento, que nunca viriam a concretizar-se, deixaram-se seduzir por estes, resultando por vezes em gravidez, muitas não desejadas, ou na tentativa de prender os seus amantes. Vejamos alguns casos:

Em 1770 o pároco registou no assento de baptismo de Maria, filha ilegítima de Francisca Maria Joaquina, solteira e natural de Viana, e de António Vieira Guedes da Fonseca, natural de Viana, era Alferes da Infantaria do Regimento da Andreção do Quartel da Vila de Viana. O baptismo realizado na paróquia da Meadela e não na paróquia dos pais, prende-se possivelmente com a necessidade de esconder da sociedade o “fruto dos seus pecados”.

Na mesma data, João Francisco, soldado do Regimento de Andreção da Vila de Viana, engravidou Maria Luisa, natural de Ponte de Lima, que deu à luz uma menina ilegítima.

### **14.1.3 Mulheres “sem vergonha”**

Existe um grupo de mulheres que davam uma contribuição significativa para a ilegitimidade na freguesia. Algumas eram solteiras, que mantinham relações impróprias com homens casados ou viúvos, sendo geralmente conotadas com má fama; outras eram viúvas

---

<sup>296</sup> A.D.B., *Roteiro dos culpados do arciprestado da Vinha (1724-1772)*, 606 - 4.



ou casadas, cujos maridos estavam ausentes. Não poderemos esquecer, a existência de mulheres que se envolviam com os padres, surgindo dessas relações filhos sacrílegos. Algumas delas provinham de famílias pobres, onde a autoridade dos pais desde cedo se deixou de sentir; outras eram mulheres de aldeias vizinhas que iam trabalhar para a Meadela.

Na maioria destes casos, estas mulheres com filhos de prole espúria estavam proibidas de casarem com os pais das crianças, sendo estas fruto de adultério e votos de celibato violados<sup>297</sup>.

Uma dessas mulheres foi Catarina, solteira e residente na Rua da Bandeira em Viana, que segundo os autos da visita de 1647, andava amancebada com Francisco Afonso, “que tem dado escândalo à freguesia por ser homem casado e dar má vida à sua mulher<sup>298</sup>”. Desta relação adúltera em 1656, nasceu António filho ilegítimo.

Em 1650, na visita deste ano, refere-se que Margarida solteira anda amancebada com António Gonçalves casado e cunhado dela, da freguesia de Perre. Estavam juntos desde há quatro anos, nascendo desta relação uma criança<sup>299</sup>, que por sinal não foi baptizada na Meadela. Para além de uma relação adúltera, estamos perante uma relação de incesto por grau de afinidade. Este crime era duramente castigado, segundo o refere o Título LXI das constituições, onde os implicados seriam condenados a penas de degredo e penas pecuniárias segundo o grau e a qualidade das pessoas e as circunstâncias do crime. Não sabemos a pena que lhes foi aplicada, os termos de visita sobre esta nada referem.

Em circunstâncias semelhantes nasceu Cristina em 1665, filha de Marta Rodrigues solteira e de seu cunhado Francisco de Barros.

---

<sup>297</sup> Sobre o assunto reveja-se p. 46.

<sup>298</sup> A.D.B., *Livro de visitação do arciprestado da Vinha (1647)*, 612 - 10.

<sup>299</sup> A.D.B., *Termos da visita do arciprestado da Vinha (1650)*, 613 - 11.

Em 1734, Mariana de Brito viúva de João da Costa (soldado) e moradora em S. Vicente, foi indiciada no roteiro dos culpados por concubinato com Manuel Pires casado, de quem teve nesta data um filho ilegítimo.

A ausência de marido, levou algumas mulheres a cometer adultério. Foi o que aconteceu com:

Domingas Fernandes, residente em Santa Eulália, Vila de Punhe termo de Barcelos, mulher de Manuel Gonçalves, ausente há mais de seis anos, que teve um filho adúltero em 1735.

Maria Fernandes (moleira), filha natural de Domingos Francisco e de Maria Fernandes (moleira), casou aos 20 anos com Manuel Lourenço de 23 anos no ano de 1719. Em 1721, no roteiro de culpados, surge designada Maria Fernandes (moleira) por concubinato, estando seu marido ausente<sup>300</sup>. Em 1738, Maria Fernandes teve um filho ilegítimo, o Manuel que morreu em 1758, sendo nessa altura designada por viúva. Mas, só em 1748 nos registos de óbito aparece o assento de óbito do marido, indicando-se que faleceu em Castela.

Revela-se aqui indícios da existência nesta paróquia de uma “sub-sociedade com propensão para a bastardia”, segundo a definição de Peter Laslett<sup>301</sup>.

Segundo Caroline Brettell, os registos paroquiais demonstram que os padres foram responsáveis por pelos menos uma parte das concepções fora do casamento no Norte de Portugal. Ainda hoje no Norte de Portugal ouve-se o comentário de que “os padres são homens como os outros”; ou seja, é natural que sintam desejo e para o satisfazer, não têm outra alternativa senão através de uma relação

---

<sup>300</sup> A.D.B., *Roteiro dos culpados da visitação de Stª Maria da Vinha (1712-1732)*, 607 - 5.

<sup>301</sup> Laslett define essa sociedade como “uma série de mulheres que produzem bastardos, vivem na mesma localidade, cujas actividades persistiram durante várias gerações e que tendiam a estar ligadas por laços de parentesco pelo casamento”. Citado por BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, 255.

ilícito. Há um certo cepticismo em relação aos padres e, portanto, em relação à moral que pregam<sup>302</sup>.

Existem na paróquia casos de filhos de prole sacrílega, alguns deles surgem claramente expressos nos registos de baptismo até ao século XVII, mas a partir do XVIII só os conhecemos pela consulta aos livros de visita e devassa.

Citemos como exemplo do primeiro:

Paula de Araújo, solteira e residente em Viana, que registou na Meadela em 1686 Jacome, filho do Padre Jacome Soares.

A relação ilícita que Joana Solteira, filha de André Fernandes detinha com membros do clero levou-a a ser admoestada, várias vezes, por concubinato. Em 1739, aparece no termos de visita, condenada por concubinato com o Padre Francisco Gonçalves de Carvalho (o mal lavado) de Perre, onde se lhe fez termo de admoestação e foi condenada em 1000 réis<sup>303</sup>. O padre Francisco Gonçalves de Carvalho negou a acusação dizendo “que não aceitava a admoestação, negava a culpa por elle se achar inocente e pelos meios ordinários assim o queria mostrar<sup>304</sup>”. Mas o que é certo, é que Joana deu à luz ainda nesse ano um filho, o que nos levará a concluir que afinal provavelmente o padre Francisco Gonçalves de Carvalho seria o responsável pelo nascimento desta criança, sendo este filho sacrílego. Em 1743, Joana volta a ser acusada de concubinato, mas com outro membro clerical, o Padre Manuel Pires (clérigo de Epístola), residente no Lugar de Portuzelo. Ficou registado para que se lhe fizesse termo em forma. O padre Manuel Pires negou a acusação, que acabou por lhe ser retida, fazendo-se o registo somente<sup>305</sup>. O comportamento devasso de Joana, levou-a a ter um segundo filho ilegítimo, a Vitória que nasceu em 1750.

---

<sup>302</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, pp. 269-270.

<sup>303</sup> A.D.B., *Termos da visita do arciprestado da Vinha (1739-1740)*, 659 - 57, fl. 13 v.º.

<sup>304</sup> IDEM, *Ibidem*, fl.22.

<sup>305</sup> A.D.B., *Roteiro dos culpados da arciprestado da Vinha (1724-1772)*, 606 - 4.

#### **14.1.4 Filhos de escravas: ilegítimos ao nascimento**

A presença de escravos na Meadela faz-se sentir, contribuindo também para o crescimento da população, com os seus filhos ilegítimos. Temos 11 filhos de escravas, solteiras, nascidos nesta paróquia. Destes não assistimos à morte de nenhum, seja por sub-registo de mortalidade infantil, seja porque cresceram e deixaram a paróquia. No total temos seis mães, quatro com apenas um filho, uma com dois e outra com cinco. Em três dos registos surge o nome dos pais, referindo-se sempre o nome do proprietário. Geralmente o casal pertencia ao mesmo proprietário.

Exemplo disso é o casal Marta e Miguel solteiros, escravos de Álvaro de Matos, que conceberam uma filha ilegítima, a Constantina em 1653. O mesmo aconteceu com Inês e António, escravos de António Jacome, rico proprietário da Meadela, que tiveram em 1687 o Miguel.

A família ilegítima mais extensa foi a de Isabel e de António escravos, com cinco filhos, mas pertencentes a proprietários diferentes, ela escrava de António de Lima, ele escravo de João da Costa Fernandes, o que talvez terá contribuído para o impedimento do matrimónio deste casal. Curiosamente, dos filhos do casal, que nasceram entre 1687 e 1701, no baptizado da última filha, Vitória, é referida como sendo escrava.

Os filhos de escravos são considerados também como escravos. O proprietário poderia ser uma mulher.

Francisca surge como escrava de Maria solteira da Rua da Bandeira, que deu à luz duas crianças ilegítimas, a Mariana em 1764 e o António em 1769, sem referências ao pai das crianças.

#### **14.2 Sobre os expostos ou enjeitados**

Foram 251 as crianças registadas como expostas, que encontramos a baptizar na paróquia da Meadela de 1593 a 1850. São

assim referidas nos registos de baptismo, surgindo por vezes a palavra enjeitado. De todos os expostos baptizados, identificámos ao óbito, apenas seis, sendo cinco de menor idade. Evidencia-se sub-registo de mortalidade infantil, resultante da forte mobilidade dos expostos, entre o nascer, a exposição, a Roda ou o acolhimento instantâneo pelas amas e a sucessão destas, de paróquia em paróquia, até aos sete anos. A partir desta idade deixa de estar a cargo da Câmara, acabando a maioria por servir em quintas ou casas.

Pelas observações relativas à ilegitimidade e exposição já apresentadas, defendemos a ideia de que são os filhos de mães solteiras os mais condenados à exposição, na tentativa ou de apagarem aquele acto das suas vidas ou de proporcionar aos filhos meios de sobrevivência que, de outro modo, não consideravam ser possível. Esta prática tomou outra razão, com a abertura da Roda em Viana em 1701, surgindo amas contratadas e pagas pela edilidade pública, e algumas possivelmente eram-no dos seus próprios filhos. No entanto, vimos que nem sempre os expostos são filhos de mães solteiras. A existência de sérias dificuldades económicas podem ter levado muitos pais legalmente casados a entregarem temporariamente os filhos, até poderem cuidar melhor deles. Muitas vezes prendiam notas à criança invocando as razões e informando a instituição do nome da criança, para que pudesse ser facilmente identificada, quando viessem reclamá-la. Escusado será dizer que muitos dos pais nunca mais voltaram a ver o filho, uma vez que as taxas de mortalidade nestas instituições eram bastante elevadas<sup>306</sup>.

#### **14.2.1 A Identificação e os motivos**

Conhecemos Manuel exposto e baptizado na Meadela em 12 de Dezembro de 1764. Foi trazido de fora, apresentando uma petição e despacho do Reverendo Doutor Vigário Geral da comarca de Valença. Os que o trouxeram disseram ser filho do Doutor Manuel Alvares de Viana e de Rosa Maria de Amorim. Nada é indicado acerca do estado civil dos pais da

---

<sup>306</sup> Os registos de expostos do concelho de Viana em 1846 e 1847, mostram que das 247 crianças que foram abandonadas nesses dois anos, 114 morreram.

criança, mas tudo nos leva a pensar que seria filho ilegítimo, daí a necessidade de expor o fruto do pecado do adultério.

Em 15 de Março de 1767 foi baptizado Florindo José exposto na Meadela. Disseram que nasceu em Viana e era filho natural de Pedro José da Cunha, natural de Caminha, filho de José da Cunha e de Isabel Carvalho, Sargento do Regimento de Infantaria de vila de Viana e de Luísa Maria de Matos, natural de Viana, filha de João Esteves Carneiro e de Vitória Maria da Costa. Estes dados vinham escritos num papel trazido por Veríssimo Fernandes soldado de Infantaria do Regimento de Viana. O pároco referiu no assento que o escrito “parecia falar verdade”. Ao contrário dos casos anteriormente citados estes pais ilegítimos não assumiram o seu filho, acabando-o por o expor, mas toda a informação que o acompanhava leva a presumir a intenção posterior de o recuperar.

Sobre os filhos sacrílegos, já tínhamos citado Jacome que foi baptizado em 3 de Agosto de 1686, filho de Paula de Araújo, solteira e residente em Viana e do Padre Jacome Soares. No assento de baptismo refere-se que Jacome foi dado a criar em segredo a Domingos Afonso de Perre. Pretenderia o Padre com este segredo evitar o escândalo público?

#### **14.2.2 Locais de abandono**

As crianças eram expostas em diferentes locais, como poderemos constatar pelo Quadro N.º 63 que apresentamos, revelador dos locais mais procurados, ao longo dos 250 anos da nossa observação.

**Quadro n.º 63**  
**Locais de abandono**

Locais	Séc. XVII	Locais	Séc. XVIII	Locais	Até 1850
Cap. N. S.ra da Ajuda	33	Cap. N. S.ra da Ajuda	20		
Cap. S. Vicente	48	Cap. S. Vicente	26		
Cap. S.to Amaro	10	Cap. S.to Amaro	8		
Igreja da Meadela	3	Igreja da Meadela	9		
Casas	7	Casas	17	Casa	1
Silvado	1	Mandados da Roda	7	Mandados da Roda	2
Eira do Abade	1	Ponte de Portuzelo	1		
Eira da Gala	1	Residência do Abade	2		
Cruzeiro	1	Estrada dos Carregais	1		
		Calvário	1		

Fonte: Registos Paroquiais

Durante o século XVII e XVIII na paróquia da Meadela, a maioria das crianças eram expostas junto das capelas, da Igreja ou à porta de casas de particulares. A escolha das capelas como local privilegiado de exposição leva-nos a pensar que as mães que abandonavam os seus filhos os colocassem sobre a protecção dos santos, facilitada pelo lugar estratégico que estas ocupavam na comunidade (Capítulo II). Dentre as várias capelas a opção recaía pela de S. Vicente e da Sra. da Ajuda, numa posição secundária a de Santo Amaro. A protecção divina estaria presente também na Igreja, embora menos escolhida, porque o espaço central onde se localiza não garantia o abandono em completo anonimato. A figura do Abade, como pessoa importante na comunidade, com poderes para facilmente encaminhar a criança abandonada para as instituições de acolhimento, levou algumas mães a deixar os seus filhos à porta da sua residência. Muitas preferiram escolher lares, constituídos preferencialmente por casais com filhos de tenra idade, onde os pudessem receber para ser amamentados, ou criados juntamente com as crianças do casal; também alguns lares de mulheres solteiras foram escolhidos, principalmente de mães solteiras; identificámos alguns casos onde o

abandono se fez à porta de viúvas. Numa tentativa de compreender a escolha destes lares, caracterizamos alguns deles:

Manuel Bieites, natural da Meadela, casado com Cristina Alves em 1666, tiveram 9 filhos até 1688, tendo falecido na paróquia dois deles, a Cristina de menor idade e o António de maior idade. Conhecemos ainda nesta família o casamento de Maria Alves (2ª filha) em 1701 e o de Cristina Alves (última) em 1708. Neste lar foram expostas duas crianças, em 1687 a Águeda e em 1691 o António. Entre estas datas tinham nascido do casal duas crianças, o Pascoal em 1685 e a Cristina em 1688. A existência de crianças pequenas neste lar terá contribuído para a escolha deste por parte das mães para abandonarem os seus filhos, sabendo de ante mão que estes seriam criados ao mesmo tempo que os filhos do casal.

À porta de Alexandre Martins casado com Andreia de Brito em 1693, foi abandonada Benta em 6 de Junho de 1708. Andreia Brito encontrava-se grávida de Maria (última dos 6 filhos do casal) que nasceu passado 3 meses. Sobre os destinos da exposta Benta, temos conhecimento apenas pelo registo de óbito que faleceu solteira em 1769, encontrando-se em casa do Reverendo João de Barros Lima, possivelmente ao seu serviço.

Pedro Pires Molha casado em primeiras núpcias com Isabel Pires da Costa, em 1711, teve deste casamento uma filha Maria, que nasceu em 1714, tendo esta casado em 1743. Após a morte da mulher em 1716, o viúvo contraiu segundo casamento com Luísa Gonçalves, de quem teve apenas uma filha Joana que veio a falecer em 1727. Em 1723 é exposta na sua eira Maria. Passado anos, em 1745 foi abandonado à sua porta Fernando. Um terceiro exposto, a quem lhe deram o nome de Ana, foi deixado neste lar em 1753, mas à data Pedro Pires Molha já se encontrava viúvo. Seria por ventura este lar abastado para as mães destes filhos se sentirem impelidas a escolhê-lo? Ou existiram outros factores que condicionaram a tal acto?



Foi exposto Bento em 1746 em casa de André Fernandes pai de 8 filhos do segundo casamento e casado em terceiras núpcias com Maria de Andrade de quem teve mais dois filhos, o Manuel em 1738 e o Francisco em 1740. Este já por nós foi citado, pelo comportamento devasso de uma filha deste, a Joana que nasceu em 1715, e que foi mãe solteira de duas crianças, o José em 1739 e posteriormente em 1750. A existência de crianças menores neste agregado familiar influenciou com certeza na escolha deste lar.

A casa de Manuel Domingues casado com Catarina Pires Ribeiro é por três vezes referida como receptora de crianças expostas. Este casal teve 6 filhos desde 1725 (coincide com a data de casamento) a 1741, tendo falecido dois deles de menor idade. Em 1736 foi exposto Francisco, que foi a criar na casa de Manuel Domingues, informação recolhida do registo de óbito que ocorreu em 1741. Será que sua mulher seria uma ama externa da Roda de Viana? Nos registos de amas e de expostas nada se refere que comprove esta hipótese. Mas novos factos vêm acrescentar alguma informação, quando em 1742 foi baptizada Maria Rosa exposta e que se encontrava na casa deste casal. No mesmo lar em 1751 foi abandonada à sua porta, Joana. Nesta data Catarina Ribeira era já viúva. Pelo óbito de Manuel Domingues em 1742, sabemos que este era muito pobre, pedindo esmola. Também no óbito de Catarina Ribeiro em 1764 no assento refere-se o seu estado de pobreza. As dificuldades económicas deste agregado poderá ter levado Catarina Ribeiro a apresentar-se como ama, onde o salário recebido ajudaria a resolver a situação precária do agregado. Tudo leva a pensar neste sentido, embora como já afirmamos a consulta do registo de expostos e de amas não o confirmem.

Ainda neste século várias crianças foram enviadas da Roda de Viana, para serem criadas por amas da Meadela, sendo baptizadas neste paróquia.

Reflexo da Ordem-Circular de 10 de Maio de 1783, vimos diminuir drasticamente o número de expostos na paróquia da Meadela, na primeira metade do século XIX, passando estes a ser expostos directamente na Roda de Viana. Os valores encontrados foram

reduzidos<sup>307</sup>, acabando por serem enviadas apenas duas crianças para a Meadela para serem criadas por amas. Neste período apenas foi exposta uma criança:

Em 1806 Bárbara foi exposta à porta de Francisco José, que a levou para a Roda de Viana, cumprindo assim a determinação expressa na Ordem -Circular de 10 de Maio de 1783<sup>308</sup>.

Em todo o período em análise, a quase totalidade das crianças foram expostas à noite ou de madrugada, garantindo-se assim o anonimato. Larquié afirma que a noite era a cúmplice privilegiada do abandono<sup>309</sup>.

Expressivo surge o registo de baptismo de Maria exposta na ermida de S. Vicente em 1696, indicando o padre que parecia ter nascido naquela noite.

O mesmo foi registado para Inácia exposta na Igreja da Meadela no mesmo ano. Antónia foi exposta em S. Vicente em 1696, indicando o padre que parecia ter nascido na noite anterior.

---

<sup>307</sup> Consultámos os livros de registos de expostos e deparamo-nos com um número também reduzido de expostos vindos da Meadela e que entraram na Roda de Viana. Analisámos as amas, com o objectivo de identificar algumas que pertenciam à paróquia da Meadela.

<sup>308</sup> Esta ordem determinava aos juizes e oficiais das vintenas que sempre que aparecesse alguma criança exposta, nas terras da sua jurisdição, a deveriam mandar conduzir, de imediato, à Casa dos Expostos da vila ou cidade do seu distrito. In, A.A.D.P., Ordem-Circular de 10 de Maio, de 1783, *Livro 1 do Registo*, fl. 151 v.º.

O Código penal de 1854, previa a condenação de um mês a três anos de prisão para todos aqueles que, achando um exposto, em qualquer lugar, ou encontrando um menor de sete anos, em lugar ermo, o não apresentassem à autoridade administrativa mais próxima. In *Código Penal*, por decreto de 10 de Dezembro de 1852, artº 346º, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1854.

<sup>309</sup> LARQUIÉ, Claude, "Mise en nourrice des enfants madrilène au XVII siècle", in *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, t. 32, janvier-mars, 1852, pp. 125-144.

O anonimato pretendido foi quebrado por Miguel Bezerra que pediu ao padre que registasse os pais da criança, Afonso Ribeiro e Catarina Antunes de Viana, com o objectivo de posteriormente se procurar. Miguel Bezerra, pertencia a uma das Famílias mais prestigiadas da Meadela, parecia ser cúmplice deste acto de abandono realizado possivelmente com o objectivo de esconder uma relação menos lícita entre figuras de destaque na sociedade.

Qualquer que fosse a circunstância do abandono, deveremos realçar o facto de os agentes do abandono sempre se terem preocupado em deixar as crianças em locais acessíveis e povoados, cujo objectivo seria possibilitar um melhor e mais rápido acolhimento possível.

Apenas encontramos um caso insólito:

Em 1689, de um exposto que foi abandonado num silvado, parecendo ter a exposta de nome Antónia 15 dias. Dos destinos desta criança, sabemos que foi a criar em S. Salvador.

O que teria levado a mãe a abandonar a criança em tão inóspito lugar? Pretenderia assim desfazer-se da criança cometendo infanticídio?

Um outro caso que despertou o nosso interesse foi:

O abandono de Cristina em 1732 na estrada dos Carregais. Será que esta estrada servia de serventia usual pelos habitantes da paróquia? Estabelecemos uma relação com alguns moradores, cuja residência fica nos carregais e identificámos um casal, Manuel Afonso e Maria Francisca, onde já se tinham exposto duas crianças, uma em 1684 e outra em 1710. Pretenderia a mãe que esta criança viesse a ser recolhida, como já tinha acontecido anteriormente por esta família? Embora os membros deste casal à data já se encontram falecidos, alguns dos seus filhos continuaram a residir nos carregais.

### 14.2.3 Condições de exposição e destinos dos expostos

Era o padre que realizava o baptismo, que relatava em que circunstâncias tinha sido abandonada a criança, o local da exposição, a idade aparente da criança<sup>310</sup>, se trazia algum escrito, indicando informações complementares como: nome, se já tinha sido baptizada, o enxoval que trazia, objectos ou sinais que pudessem posteriormente servir de indicação para procurar a criança. A riqueza destes relatos variava consoante as características do padre-registador, embora não tenha sido prática sistemática nesta paróquia a existência grandes informações nos registos de baptismos acerca das crianças, indicando-se nos escritos geralmente se a criança tinha recebido o baptismo e o seu nome. A Igreja muitas vezes punha em causa a credibilidade dessas informações relativamente ao baptismo<sup>311</sup>, embora determinasse que ninguém deveria ser rebaptizado, abria uma excepção para as crianças expostas, permitindo que recebessem esse sacramento “sub-condicione”<sup>312</sup>.

No momento do Baptismo, a Igreja respeitou o nome indicado ou sugerido nas mensagens, por se tratar de um dado importante para uma eventual reintegração familiar. Quando nada é referido acerca do nome da criança geralmente é lhe dado o nome do Santo venerado no dia do seu baptismo ou o nome de um dos padrinhos. Citemos alguns exemplos ilustrativos:

O padre em 1695 registou no assento de baptismo um menino exposto em 1695 na ermida de S. Vicente, indicando que a criança parecia ter 8 dias, e trazia um escrito informando que este se chamava José.

---

<sup>310</sup> A maioria dos registos referem que as crianças tinham nascido naquele dia, ou tinham poucos dias, comprovando-se deste modo a necessidade de esconder o nascimento de uma criança, fruto muitas vezes de relações ilícitas, mais do que das dificuldades económicas com que se debatiam muitos pais.

<sup>311</sup> Exceptuavam-se os casos em que os escritos ou os atestados «forem de Parochos, ou de Sacerdotes conhecidos, ou pessoas fidedignas, poe elles assinados que sem embargo dos taes escritos, sejam baptizados na forma sobredita, porque não aconteça, serem filhos de pessoas q’ grangeem não lhos baptizarem». In *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, Na officina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1697, fls. 18 e 19.

<sup>312</sup> Citado por FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, p. 121.

Maria em 1749 foi exposta à porta de Maria Pires Ribeiro Solteira do lugar da Costa, parecia ter 8 dias, trazia um escrito dizendo que não tinha sido baptizada.

O pároco acrescentava por vezes o destino das crianças expostas:

Em 1689 foi baptizada Maria, que foi exposta na ermida de S. Vicente, tendo sido levada para Soutelo para aí ser criada.

Foi exposto em 1693 no mesmo local uma criança, que trazia um escrito onde informava que vinha baptizada e que se chamava Policarpo, tendo sido enviado a criar à freguesia de Nogueira.

Domingos exposto no cruzeiro da Meadela em 1693 foi a criar à freguesia de S. Salvador.

Na ermida de N. S.ra da Ajuda, em 1693 foi exposto um menino, indicando o escrito que vinha baptizado e que se chamava Francisco, e foi a criar à freguesia de Carreço.

No mesmo ano, João exposto na ermida de N. Sra. da Ajuda, que foi enviado para a freguesia de Perre.

Feliciana abandonada na ermida de S.to Amaro em 1694, foi criada pela madrinha Isabel Martins.

No mesmo ano, foi exposto na ermida de N. S.ra da Ajuda António, que foi a criar à freguesia de Lanheses.

O padre no registo de baptismo de João exposto na ermida de S. Vicente em 1696 indicou que a criança parecia ter 6 dias e foi a criar à freguesia de Cardielos.

Em 10 de Setembro de 1753 foi exposta uma menina à porta de José Soares do Lugar de Portuzelo, parecia ter nascido há 3 dias, trazia um escrito dizendo que já tinha sido baptizada, e que se chamava Maria Vitória. Andava a criar de casa em casa acabando por falecer em 22 de Setembro do mesmo ano.

Nos registos de baptismo da Meadela nada é registado sobre o enxoval que acompanhava as crianças. Isto não significa que as crianças expostas fossem abandonadas desumanamente, sem mais *carinhos*. A qualidade dos registos depende dos párocos, e da importância dada por estes às mensagens encontradas, valorizando alguns elementos e sub-valorizando outros. A consulta dos livros de Expostos e dos livros de registos de amas, revelam que era prática segundo os regulamentos da Roda, sempre que aparecesse algum enjeitado, era registado no livro respectivo, declarando-se nele a hora, o dia ou noite em que apareceu o exposto, bem como todos os sinais tanto do “embrulho e fita” como do enxoval, especificando todas as peças que o constituíam<sup>313</sup>. É através destes registos que conhecemos alguns objectos simbólicos e enxoval que acompanhavam estas crianças, para as primeiras necessidades, embora este era geralmente insuficiente para as necessidades<sup>314</sup>. Vejamos alguns exemplos ilustrativos:

Em 10 de Setembro de 1705 foi exposta Maria no paredão do adro da Igreja Velha, que foi levada para a Roda de Viana,

---

<sup>313</sup> Estas determinações vinham expressas no Alvará de 20 de Setembro de 1698, ordenado por sua Magestade. In A.M.V.º.C.- *Livro de Expostos (1772-1775)*.

<sup>314</sup> No Regulamento distrital de 1839, artº II, estipulava que os expostos tinham direito a receber, durante os dois primeiros anos, uma baeta de cavado e meio e duas camisas, que seria entregue à ama responsável pela sua criação. No artº VI, refere-se que a partir do terceiro ano, o enxoval passava a ser diferenciado em função do sexo de cada criança, não excedendo a quantia de 1\$600 réis. In *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vianna do Castello*, Typographia Bracharensense, 1839.

A partir de 1840, esta recomendação foi abolida em sessão extraordinária da Junta Geral de Distrito, deliberando que os enxovais se deviam dar aos expostos segundo o uso e o costume de cada municipalidade. In A.M.V.º.C., in Acta da sessão da Junta Geral de Distrito, realizada em 17 de Novembro de 1840 (pasta de documentos avulsos) Citado por: FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, p. 118.

trazendo consigo: “4 camisas; 1 baeta de cor de enxofre nova; 6 coiros e seu pano de cabeça<sup>315</sup>”. Foi baptizada na Igreja da Meadela e entregue a “Maria Pereira mulher de Domingos de Barros de Viana para a criarem por conta da freguesia da Meadela e se lhe passou mandado de 500 réis para roupas<sup>316</sup>”.

Cristina foi exposta a 13 de Maio de 1706 na capela de N. Sra. da Victória, “sem camisa, com dois manteos de bural”. Foi baptizada na Meadela em 18 de Maio de 1706 e passou-se mandado em 13 de Junho de 1706 para ser criado por Maria Alves mulher de Francisco Ribeiro da Meadela, pagando-se-lhe 500 réis<sup>317</sup>.

O próximo caso vai ser transcrito na integra, mantendo-se a ortografia e pontuação, dada a riqueza de informação que apresenta.

“João Baptista que cria Joana Fernandes mulher de Domingos Afonso Aranha foi exposto na parede do Adro da Igreja Velha na noite de vinte e quatro para vinte e cinco do mês de Outubro, baptizado na Igreja matriz no dia 25 do dito e teve os santos óleos, com um escrito que dizia: A quem este papel vir e ler muito aptico e oro, e pesso e rogo pela chaga de Cristo se direm por-me os olhos de piedade; João Baptista vou baptizado, falta-me os Santos Óleos a quem me tocar a fortuna imploro me assistem que sou de gente dessente, e me assistão com toda a grandeza que não hao-de perder tempo. Leva três camisas, sete involtas, uma faixa de duquesa e o tempo não deu para mais. Na porta de quem a criar se lhe irá por que lhe faz mister clandestinamente que quem a não criar com estimação por tempo o há-de sentir e sendo como deve ser terá grande prémio; este é o seu primeiro assento e honde a correr a sua criação em dois do corrente mês de Novembro de 1720

---

<sup>315</sup> *Livro de Expostos (1706-1710)*.

<sup>316</sup> IDEM.

<sup>317</sup> IDEM.

dia em que este assento que eu, Simão da Rocha Villar Boas  
escrivão da Câmara o escrevi.

Rocha”

Ficámos posteriormente a saber em 8 de Novembro o nome da mãe, Mariana Soares viúva de Luís Vieira. Mandaram vir este exposto à vila de Viana para ser entregue à mãe, mas esta encontrava-se ausente, retornando a criança à freguesia da Meadela. Constatou por certidão do Cura da freguesia, que a criança faleceu em 17 do mês de Novembro de 1722.

#### 14.2.4 Amas e assistência aos expostos

Os expostos que eram admitidos na Roda eram entregues a mulheres chamadas amas que podiam ser de leite ou de seco<sup>318</sup>. As amas dos expostos desempenharam um papel relevante em todo o processo assistencial. A acção da amas começava no momento que recebiam os expostos para amamentarem, podendo continuar até que as crianças completassem os 7 anos de idade. A criação das crianças ficaria na dependência destas amas, dependendo a sua sorte da forma como eram acolhidas e dos meios utilizados no seu tratamento<sup>319</sup>.

Nas Câmaras existia um livro onde se registavam os expostos entrados na Roda e as amas que recebiam estas crianças para serem criadas. Faça às irregularidades cometidas por muitas amas, sendo estas por vezes mães dos expostos que criavam, beneficiando por

---

<sup>318</sup> É necessário distinguir as amas internas e as amas externas à instituição da Roda. Mal a criança entrava na instituição eram assistidas pelas amas de leite que as alimentavam nos primeiros dias. Estas crianças eram encaminhadas posteriormente para amas externas, que tivessem leite e lhes pudessem dar de mamar, sendo para isso contratadas como amas. À falta destas amas de leite que se ofereciam para voluntariamente para amamentarem as crianças, em troca de um salário pago periodicamente pela Câmara, as autoridades municipais enviavam-nas “às amamentedelas” (amas de empréstimo) mulheres que as pudessem e quisessem amamentar temporariamente, até encontrarem uma ama de leite definitiva. As amas externas podiam ser “amas secas”, a quem incumbia criar os expostos.

<sup>319</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, pp. 145-154.



processos ilegais, de um regime assistencial reservado, quase exclusivamente, às crianças expostas ou abandonadas, surge legislação no sentido de proibir estes casos. A partir de meados do século XIX, passa a existir um livro onde eram matriculadas todas as mulheres que desejavam ser *amas dos expostos*. Para serem admitidas as mulheres teriam que apresentar documentação que provasse a sua moralidade e salubridade, sendo examinadas pelos facultativos. Teriam que provar que nunca tinham exposto ou abandonado os seus filhos<sup>320</sup>. Apesar de certa rigidez imposta pelas leis, regulamentos e ordens do Governo, e da superintendência na fiscalização dos expostos exercida pelas juntas de paróquia, conjuntamente com os regedores do distrito, algumas mães continuaram a ser amas dos próprios filhos, que haviam exposto, mas não rejeitado. No entanto, alguns regedores denunciaram mães que abandonaram os seus filhos e algumas amas por tratarem mal as crianças expostas, ou por serem as suas próprias mães<sup>321</sup>.

---

<sup>320</sup>A.M.V.C.- *Regulamento para a Administração dos Expostos no Distrito Administrativo de Viana do Castelo*, Viana, Tipografia de Manuel Fernandes Pereira da Silva, 1857, artº. 4.

<sup>321</sup>FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, pp. 152-153.

**Quadro n.º 64**  
**Amas da meadela (1706-1851)**

Data da Exposição	Data da Entrega	Exposto	Local de Exposição	Ama	Estado Civil	Fim da Criação	Óbito
13-5-1706	13-6-1706	Cristina	Capela S. Vicente	Maria Alves casada com Francisco Ribeiro	casada		
1707	3-11-1708	Joana	Ponte de Portuzelo	Joana Fernandes casada com Domingos Afonso	casada	3-2-1709	
1-4-1716	1-4-1716	Angelina	Igreja Matriz Viana	Joana Fernandes casada com Domingos Afonso	casada	30-3-1723	
25-10-1720	2-11-1720	João Baptista	Adro Igreja Velha Viana	Joana Fernandes	casada		17-11-1722
	1-1-1745	Rosa Maria	Porta casa particular	Maria Martins Leitão	solteira	7-12-1749	
28-1-1747	24-10-1747	João	N. Sra. da Agonia	Maria Martins Leitão	solteira		?-11-1747
23-11-1747	25-11-1747	António	Igreja Misericórdia	Maria Martins	solteira		
30-8-1749	17-9-1749	Maria	Vila Viana	Maria Pires	solteira		
1-12-1753	?-9-1753	Ana	Vila Viana	Ana Fernandes Leitão	casada		Faleceu
20-1-1755	1-9-1755	António	Vila Viana	Domingas Gonçalves	viúva		
8-3-1756	15-1-1761	João	Vila Viana	Domingos Lourenço	viúvo	17-1-1762	
?-5-1754	24-7-1754	Joana Rosa	Moinho S. Vicente	Josefa	casada		
27-9-1758	1759	Josefa	Roda	Maria Gil	viúva	17-9-1765	
18-4-1765		Clemente	Santa Marta	Lúcia Afonso casada com José Pereira	casada	18-4-1772	
13-1-1771	13-1-1771	Guiomar Maria	Roda	Ana Sebastiana	solteira		
	1-7-1790	Angelica		Ana Margarida Luísa			
	23-11-1786	Cristovão		Maria Parenta			1-4-1787
		Domingas		Maria Gonçalves			
		Maria Luísa		Maria Dias			faleceu
	1815			Maria Josefa			
	1817			Cristina			
	1819			Senhorita Rois			
	1823			Mariana			
	1825	Joana		Ana			
	1826	Pedro		Teresa			
	1827	Albina		Josefa			
	1828	Albano Luís		Maria Joaquina			

	1828	Lino José		Josefa Flora			
	1829	António Rodrigues		Maria Ventura			
	1830	José		Rosa Esteves			
	1832	Boaventura Feliz de Castro		Ingracia Maria			
	1832	José Feteraba		Maria Ventura			
	1833	Delfina		Josefa Flora			
	1834	António		Josefa Flora			
	1834	Juliana		Maria do Poço			
	1835	Pedro João		Josefa Flora			
	1836	Joaquina		Maria Gonçalves			
	11-4-1840			Rosa Balbina			
	18-5-1840			Ana Josefa			
	30-5-1840			Rosa Esteves			
	12-5-1851			Teresa			

Fonte: Livros de Registos de Amas e Expostos

Analisando os registos das amas, encontrámos, para o período de 1706 a 1851, 40 expostos que foram a criar a amas da Meadela. Ao todo identificámos 27 amas e algumas delas recebem mais do que um exposto. Existem mesmo amas que vêm referidas quatro e cinco vezes, revelador de que, para estas, ser ama seria uma actividade lucrativa, ou por vezes a única fonte de subsistência. Quanto ao seu estado civil, podemos observar no Quadro n.º 64, que a maioria das amas eram casadas, as solteiras bastante representativas e as viúvas pouco expressivas. Cruzámos os dados desta fonte na nossa reconstituição da paróquia e identificámos as famílias para onde eram enviadas crianças a criar. As mulheres casadas, que se ofereciam como amas para amamentarem crianças expostas, geralmente eram mães de filhos pequenos, amamentando conjuntamente as crianças, outras tinham perdido precocemente os seus filhos (a mortalidade infantil era elevada), prolongando com esta prática o período de infertilidade (amenorreia do leite)<sup>322</sup>. Outras surgem como amas secas. São disso exemplo os casos que iremos citar:

Em 3 de Novembro de 1708, Maria Gonçalves mulher de Domingos Pires, recebe a enjeitada Joana exposta na Ponte de Portuzelo em 1707. O último dos três filhos do casal nasceu em 2 de Julho de 1706. Em 3 de Fevereiro de 1709 terminou a

<sup>322</sup> FLANDRIN, Jean-Louis, *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa, 1992, p. 212.

sua criação neste casal, que passou para Isabel Gonçalves mulher de Manuel Gonçalves.

Joana Fernandes casada com Domingos Afonso Aranha recebe em 1 de Abril de 1716 Angelina exposta na Igreja de Viana. À data o casal tinha dois filhos, tendo nascido o segundo em 1713, vindo a ter em 1718 uma terceira filha, em 1722 e 1723 mais dois filhos. Em 1723 terminou a criação de Angélica, aos 7 anos de idade. Esta ama recebeu em 2 de Novembro de 1720 mais um exposto João Baptista, exposto aos 24 de Outubro de 1720, vindo a falecer em 17 de Novembro de 1722.

Encontrámos referências a estratégias familiares exercidas relativamente à assistência prestadas aos expostos por amas com grau de parentesco próximo:

Maria Martins solteira, filha de António Martins Leitão, recebe em 1 de Janeiro de 1745 para criar Rosa Maria, exposta na Vila de Viana. Esta ama era mãe de um filho ilegítimo, António que nasceu em 6 de Junho de 1744, recorrendo ao salário de ama para poder criar o seu filho. A necessidade de dinheiro levou esta ama a receber um outro exposto em 24 de Outubro de 1747, João exposto na Vila de Viana em 28 de Janeiro de 1747, que faleceu em Novembro de 1747. Em 7 de Setembro de 1749 deu-se baixa da criação de Rosa Maria, que continuou com Maria Martins por lhe ter já muito amor.

Da mesma família Ana Fernandes casada com Domingos de Amorim, seguindo o exemplo da sua irmã Maria Martins, recebeu em Setembro de 1753 para criar Ana exposta na Vila de Viana em 1 de Dezembro de 1752. À data o casal tinha dois filhos e o último nasceu a 8 de Julho de 1753, o que possibilitou criar as duas crianças simultaneamente, auferindo do apoio financeiro que o salário de ama oferecia. Sabemos que a criança que criava morreu, mas não é referida a data do óbito.

Embora escassos os números de amas viúvas, estas também se ofereciam para criar crianças.

Exemplo disso é Maria Gil viúva de Eugénio Gonçalves, que recebeu em 1759 Josefa exposta na Roda de Viana em 27 de Setembro de 1758. Deu-se baixa à criação de Josefa em 17 de Setembro de 1765, por acabar a idade. Nada sabemos sobre o seu destino. Teria esta exposta continuado com esta ama? Sabemos apenas que dos seus cinco filhos, três à data já tinham falecido e dois eram rapazes solteiros. Será que pretendia esta ama criar e educar uma menina, que pudesse ajudá-la nos serviços domésticos?

Curioso é a referência a um viúvo:

Domingos Lourenço, aceitou criar João, de cinco anos de idade. Este tinha sido exposto na vila de Viana a 8 de Março de 1756, e mandado para criar na freguesia de Perre. Pretenderia este viúvo, ao cuidar deste rapaz, que este o ajudasse nos trabalhos agrícolas, já que dos três filhos que teve, o último faleceu, e os dois primeiros eram raparigas? Em 17 de Janeiro de 1762, Domingos Lourenço deu baixa da sua criação por se comprometer a criá-lo por sua conta, apesar da idade da criação só terminar em 1763. Aqui com certeza não foi a necessidade do salário pago pelas autoridades concelhias que motivou este viúvo a oferecer-se para criar e educar esta criança. Interesses laborais e serviços serão os factores condicionadores por excelência, dado que muitas dessas crianças eram integradas a partir dos 7 anos em quintas para servir<sup>323</sup>. Seria uma estratégia familiar com o objectivo de valorizar e redimensionar a unidade de produção que tinha

---

<sup>323</sup> Algumas famílias manifestaram disponibilidade para criarem gratuitamente crianças expostas, sobretudo quando essas crianças estavam prestes a perfazerem 7 anos de idade. Foi o que aconteceu com o caso citado. O facto de estas crianças estarem praticamente criadas, prontas para se iniciarem nas actividades produtivas ou na prestação de serviços, levou à procura desse potencial humano por muitas famílias. As amas que os criavam tinham o direito de opção, quando terminasse o prazo, sendo-lhes concedida preferência na sua conservação, desde que tivessem exercido as suas obrigações sem negligência. FONTE, Teodoro Afonso, *ob. cit.*, 138.

construído no passado. A integração da criança no núcleo familiar permitiria contribuir para a sua sobrevivência.

Com este serviço, as amas tinham a possibilidade de exercer uma actividade remunerada que poderia ajudar o agregado familiar em períodos de maiores dificuldades económicas, mesmo sabendo ser bastante exíguo. Teodoro da Fonte, no estudo que desenvolveu sobre os expostos da roda de Ponte de Lima, sobre os salários praticados refere: “Até aos finais do século XVII, as amas tinham direito a receber 3\$000 réis anuais, um salário que o próprio Rei D. Pedro considerou ser bastante exíguo e que poderia vir a reflectir negativamente na qualidade dos serviços prestados. Nessa perspectiva, El-Rei, por alvará de 20 de Fevereiro de 1699, aconselhou a subida dos salários e sugeriu que os mesmos passassem para 7\$200 réis anuais, acrescidos de mais 1\$000 réis para as roupas dos enjeitados<sup>324</sup>”.

Os salários das amas da Roda de Viana, não expressam a previsão régia. Recebiam as amas no início do século XVIII \$500 réis por meses, e 3\$000 réis por ano, passando para \$600 réis por mês no último quartel do século e 7\$200 réis por ano, prolongando-se até 1839. Só em 1857, o regulamento estipula que o salário das amas do distrito seja de \$720 réis mensais no primeiro ano e de \$600 réis nos seis restantes<sup>325</sup>. Comparando estes salários com o de outras regiões, verificámos que o salário pago às amas do distrito de Viana era inferior ao praticado noutras regiões do país. Por exemplo no Porto, o salário das amas externas era de 5\$000 réis anuais, em 1698 e de 7\$000 réis anuais, no período compreendido entre 1713 e finais do século XVIII<sup>326</sup>. Em Loulé, as amas recebiam \$900 réis mensais,

---

<sup>324</sup> FONTE, Teodoro Afonso da, *ob. cit.*, p.159.

<sup>325</sup> A.M.V.C.- *Regulamento para a Administração dos Expostos no Distrito de Viana*, (Braga), Tipografia Bracarense, 1839, artigo V.º.

<sup>326</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães, *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: The case of the Foundling Hospital of Porto*, tese de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, Florença, 1992 (em fase de publicação).

durante o período de 1838 a 1869<sup>327</sup>. Em Meda, o salário pago às amas era de 1\$000 réis mensais, no período de 1838 a 1844, tendo baixado para \$800 réis mensais, em 1845<sup>328</sup>.

Em relação a despesas com roupa, das amas da Meadela apenas num caso surgem referências ao pagamento para este tipo de despesas, dando-se por ano \$600 réis, referindo-se: “se deu à ama o vestido para a exposta sair” e no ano seguinte no mesmo mês de Fevereiro, se integra nas mensalidades pagas o correspondente ao mesmo montante para a “baeta”. Temos conhecimento de um caso de despesa com mortalha no montante de 1\$4000 réis, embora saibamos que o número de expostos que faleceram era elevado.

---

<sup>327</sup> CORTES, Nuno Osório, *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

<sup>328</sup> LOPES, Maria Antónia, *Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1869)*, Revista Portuguesa de História, Coimbra, tomo XXI, 1984, pp. 119-176.

## ANEXOS DO CAPITULO IV

**Quadro n.º 65**  
**Intervalo protogenésico**  
**( Números absolutos )**

	15-19		20-24		25-29		30 e +		Todas as Idades	
	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P
8	1	0	4	4	3	1	7	8	15	13
9	2	2	7	11	6	10	12	16	27	39
10	1	1	1	7	1	3	7	3	10	14
11	0	1	1	2	1	5	8	9	10	16
12	0	0	1	4	4	2	6	2	11	8
13	0	0	3	1	1	4	1	5	5	10
14	1	0	3	1	2	3	5	1	11	5
15	0	1	6	1	0	1	3	1	9	4
16	2	0	0	2	1	3	6	2	9	7
17	1	1	2	0	0	1	1	1	4	3
18	0	1	1	2	0	1	1	2	2	6
19	0	0	1	0	1	0	1	2	3	2
20	0	0	1	0	3	3	0	2	4	5
21	0	0	0	0	1	0	2	1	3	1
22	0	0	2	1	1	0	2	1	5	2
23	0	0	0	1	0	0	2	1	2	2
24	0	0	0	0	1	1	2	1	3	2
25	1	0	1	0	0	0	0	2	2	2
26	0	0	0	0	0	0	2	1	2	1
27	0	0	1	1	0	0	2	1	3	2
28	1	0	1	0	0	1	0	0	2	1
29	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
30	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1
31	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1
32	0	1	0	1	0	0	1	0	1	2
33	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
35	0	0	1	0	1	0	0	0	2	0
36-49	4	2	1	0	4	2	5	6	14	10
50 e +	2	2	1	4	2	3	7	9	12	18
Total	16	12	39	45	33	45	86	77	174	178

Fonte: Registos Paroquias



**Quadro n.º 66**  
**Intervalo protogenésico**  
**( Percentagens )**

	15-19		20-24		25-29		30 e +		Todas as idades	
	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P	1º P	2º P
8	6,3	0,0	10,3	8,9	9,1	2,2	8,1	10,4	8,6	7,3
9	12,5	16,7	17,9	24,4	18,2	22,2	14,0	20,8	15,5	21,9
10	6,3	8,3	2,6	15,6	3,0	6,7	8,1	3,9	5,7	7,9
11	0,0	8,3	2,6	4,4	3,0	11,1	9,3	11,7	5,7	9,0
12	0,0	0,0	2,6	8,9	12,1	4,4	7,0	2,6	6,3	4,5
13	0,0	0,0	7,7	2,2	3,0	8,9	1,2	6,5	2,9	5,6
14	6,3	0,0	7,7	2,2	6,1	6,7	5,8	1,3	6,3	2,8
15	0,0	8,3	15,4	2,2	0,0	2,2	3,5	1,3	5,2	2,2
16	12,5	0,0	0,0	4,4	3,0	6,7	7,0	2,6	5,2	3,9
17	6,3	8,3	5,1	0,0	0,0	2,2	1,2	1,3	2,3	1,7
18	0,0	8,3	2,6	4,4	0,0	2,2	1,2	2,6	1,1	3,4
19	0,0	0,0	2,6	0,0	3,0	0,0	1,2	2,6	1,7	1,1
20	0,0	0,0	2,6	0,0	9,1	6,7	0,0	2,6	2,3	2,8
21	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,0	2,3	1,3	1,7	0,6
22	0,0	0,0	5,1	2,2	3,0	0,0	2,3	1,3	2,9	1,1
23	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	2,3	1,3	1,1	1,1
24	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	2,2	2,3	1,3	1,7	1,1
25	6,3	0,0	2,6	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6	1,1	1,1
26	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,3	1,3	1,1	0,6
27	0,0	0,0	2,6	2,2	0,0	0,0	2,3	1,3	1,7	1,1
28	6,3	0,0	2,6	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	1,1	0,6
29	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,6
30	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,6
31	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,6
32	0,0	8,3	0,0	2,2	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	1,1
33	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0
35	0,0	0,0	2,6	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,0
36-49	25,0	16,7	2,6	0,0	12,1	4,4	5,8	7,8	8,0	5,6
50 E +	12,5	16,7	2,6	8,9	6,1	6,7	8,1	11,7	6,9	10,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Registos Paroquiais

## CAPÍTULO V

### MORTALIDADE

*A oposição vida/morte talvez seja a unidade simbólica mais importante na cultura camponesa do Noroeste de Portugal, podendo ser observada em praticamente todos os campos de acção e pensamento.*

João de Coimbra Cabral, *Os cultos da morte no Noroeste de Portugal*.

O estudo da mortalidade tem tido no âmbito da historiografia um papel importante nos últimos 40 anos<sup>329</sup>. A mortalidade e os movimentos migratórios, são considerados por um grande grupo de historiadores demógrafos, como os grandes condicionadores do ritmo e tendência da evolução demográfica das sociedades de “Antigo Regime”. Mas a partir da década de sessenta através do trabalho de J. Hajnal, pôs-se em causa o papel fundamental da mortalidade como fenómeno regulador da população do “Antigo Regime”. Hajnal privilegiou a importância da nupcialidade em detrimento do papel catalizador da mortalidade na população das sociedades do “Antigo Regime”<sup>330</sup>.

---

<sup>329</sup> Nos estudos sobre a morte surgem historiadores que se debruçaram sobre o tema: ARIÈS, Philippe, *Essais sur l'Histoire de la mort en Occident du Moyen Age à nos jours*, Paris, Seuil, 1975; VOVELLE, Michel, *Piété Baroque et Déchristianisation en Provence au XVIIIe Siècle*, Paris, Plon, 1973; CHAUNU, Pierre, *La Mort à Paris (XVIe, XVIIe et XVIIIe Siècles)*, Paris, Fayard, 1978; LEBRUN, Francois, *Les Hommes et la Mort en Aujou aux XVIe et XVIIe et XVIIIe Siècles*, Paris e Haia, Mouton, 1971; GOUBERT, Pierre, *Cent Mille Provinciaux au XVIIe Siècle*, Paris, Flammarion, 1968.

<sup>330</sup> HAJNAL, J. European marriage patterns in perspective, in *Population in History*, Londres, 1965, pp. 101-143.

Rebatendo esta posição um grande número de historiadores pensam que a mortalidade inverte decisivamente as tendências gerais da demografia «(...) convertendo-se no primeiro factor determinante da evolução das populações no “ciclo demográfico”<sup>331</sup>».

Ao analisarmos este fenómeno demográfico levantam-se-nos algumas questões: Quais os meses de maior mortalidade? Morrem mais crianças ou adultos? Homens ou mulheres? Quais as circunstâncias e ritmos deste elemento regulador da população? Qual o comportamento dos homens perante a morte?

Tencionamos encontrar respostas, visando contribuir para um melhor esclarecimento deste fenómeno, na região minhota, através do estudo desta variável na freguesia da Meadela.

Estudar a mortalidade na paróquia em observação parece-nos tarefa de alguma complexidade, surgindo obstáculos no seu estudo, para o Antigo Regime, que se prende com a deficiente qualidade dos registos de óbito relativamente à população menor de sete anos, subvalorizados pela igreja<sup>332</sup>.

O registo dos menores de sete anos apenas surge de forma sistemática no período delimitado de 1720 a 1780. No restante período, os párocos registaram esporadicamente este acto, por vezes escreveram-no nas margens dos assentos de baptismo. A ausência de registos de mortalidade de menores provoca graves lacunas no conhecimento desta variável, embora esta ausência possa ser minorada pelo investigador através de dois processos: a duplicação do nome no conjunto dos filhos de um casal, sobretudo antes do século XIX, poderia significar o falecimento da primeira criança; a presença de um intervalo intergenésico de cerca de um ano ou pouco mais poderia levar-nos a pensar no óbito de uma criança. A segunda estratégia torna-se mais difícil de provar, surgindo outros factores condicionadores deste acto, que poderia induzir-nos em erro, como seja a prática do abandono ou a amamentação por uma ama. Por isso

---

<sup>331</sup> MORENA, Pérez, *Las crises de mortalidade en la Espanã interior (siglos XVI-XIX)*, Ed. Siglo XXI de Espanha, 1980, pp. 58 e 452.

<sup>332</sup> As normas da Igreja referem que as crianças antes do uso da razão (que coincidia com a Penitência ou Confissão), não eram consideradas pecadoras, não necessitando por isso de sufrágios pela sua morte. Nestas condições, o registo do óbito dependia da opção pessoal dos párocos.

apenas nos servimos da primeira estratégia referindo-se como data de óbito a data de baptismo.

Relativamente ao estudo da mortalidade dos maiores de sete anos será realizada para todo o período, a partir de 1635, dado que anteriormente se verifica algum sub-registo, sobretudo no início do século XVII. Encontrámos dificuldades de identificação ao óbito de indivíduos solteiros (sobretudo na primeira metade do século XVIII), agravadas pela forte mobilidade da população masculina<sup>333</sup>.

Tentando responder às questões inicialmente propostas iremos fazer uma abordagem do fenómeno sobre as estruturas demográficas, separando a mortalidade dos menores da mortalidade dos maiores de sete anos. Abordaremos ainda alguns aspectos relativos aos comportamentos do Homem e da Igreja perante a morte, através da análise de testamentos.

## **1. Sazonalidade dos óbitos**

Começando pelo estudo da sazonalidade do comportamento, distinguimos a mortalidade dos “menores” de sete anos, da mortalidade dos mais velhos. Através desta separação pretendemos verificar a diferente localização da sobremortalidade ao longo do ano entre crianças e adultos, embora para os menores de sete anos só foi possível no período entre 1720 e 1780, onde os registos se apresentam sistemáticos, enquanto para os maiores de sete o estudo do comportamento se realizará desde 1635 a 1850.

### **1.1 Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos**

Para o estudo da sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos adoptámos uma periodização próxima da que temos vindo a utilizar noutras variáveis demográficas, isto após ter verificado por vários ensaios feitos da existência de comportamentos e tendências diferentes em relação à sazonalidade dos óbitos. Dividimos o total de

---

<sup>333</sup> Por vezes surgem referências sobre os ausentes, através da chegada de notícias sobre o seu falecimento. Quando a ausência é prolongada, sem a família ter conhecimento do seu estado (vivo ou morto), esta manda dizer-lhe os bens de alma.

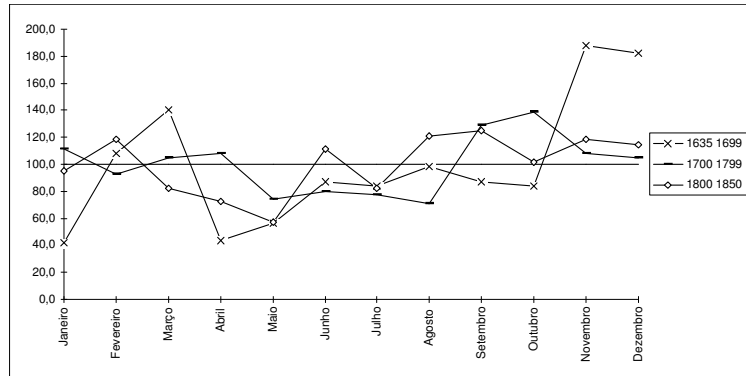
casos em três períodos , de 1635 a 1699, 1700 a 1799 e 1800 a 1850 (Quadro N.º 67 e Gráfico N.º 15).

**Quadro n.º 67**  
**Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos**

Período	1635-1699		1700-1799		1800-1850	
	N.º absolutos	Índices	N.º a	Índices	N.º absolutos	Índices
Janeiro	15	42	30	111,4	8	95,3
Fevereiro	3	107,7	33	92,6	15	118,6
Março	7	140,2	25	104,6	17	82,6
Abril	10	43,5	31	108,1	13	72,2
Maio	3	56,1	31	74,3	11	57,2
Junho	4	86,9	22	80,2	9	111,6
Julho	6	84,1	23	77,6	17	82,6
Agosto	6	98,1	23	70,9	13	120,7
Setembro	7	86,9	21	129,1	19	124,8
Outubro	6	84,1	37	138,4	19	101,7
Novembro	6	188,3	41	108,1	16	118,2
Dezembro	13	182,2	31	104,6	18	114,4

Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico nº 15**  
**Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos**



Fonte: Registos Paroquiais

Para qualquer dos três períodos, e no que respeita à vulnerabilidade à morte, ela é acentuada em todos os períodos a partir de Julho (excepto no século XVIII que se inicia em Agosto). O avolumar dos óbitos vamos encontrá-lo no Outono, com máximos em Setembro para o terceiro período, Outubro para o segundo e Novembro para o primeiro período. Nos meses de Inverno, encontram-se os máximos secundários, e os mínimos localizam-se nos meses de Primavera.

Os valores encontrados sugerem uma forte influência das condições climáticas nos níveis de sobrevivência da população. Os meses de Outono surgem como os mais penosos para a maioria da população, mas especialmente para os grupos etários e sociais mais expostos à interferência de fenómenos naturais, como é o caso dos idosos ou indivíduos pertencentes a estratos mais desfavorecidos da sociedade, com dificuldades económicas e de habitabilidade, menos resistentes às mudanças climáticas desta região onde o clima é húmida e chuvoso. A transição entre o Verão e o Outono torna-se mais perigosa do que propriamente os meses de Inverno, onde as doenças pulmonares (catarro pulmonar, tísica pulmonar<sup>334</sup>, bronquites)

<sup>334</sup> A “tísica” era a designação mais comum da tuberculose, em especial frequente nos meios urbanos. Independentemente da sua forma\_ crónica ou aguda (esta última conduzia os indivíduos atacados à sepultura num lapso de dois ou três dias) \_ independentemente das circunstâncias coadjuvantes (particularidades

se fazem sentir. A “tísica” manifesta uma clara propensão para matar nos meses correspondentes ao fim do Verão e começo do Outono (“ao cair da folha”).

Embora, consigamos encontrar tendências comuns entre os três períodos que evidenciam que a mortalidade obedece às diferenças sazonais, deparamo-nos com ritmos e valores bem diferentes de período para período.

De 1635 a 1699, a morte fez-se sentir com maior intensidade nos meses de Novembro e Dezembro, atingindo um máximo secundário em Fevereiro. Diminui acentuadamente a partir de Março, atingindo em Abril o mínimo valor, mantendo-se abaixo do valor médio nos meses de Primavera, subindo ligeiramente no Verão, e disparando a partir de Outubro.

No período seguinte, de 1700-1799, houve uma certa normalização da curva, mantendo-se o baixo índice de mortalidade nos meses de Primavera, com uma ligeira antecipação do aumento da variável a partir de Agosto que cresce aceleradamente, atingindo-se em Setembro e Outubro valores máximos, descendo para valores médios nos meses de Inverno.

Por fim, para o período de 1800 a 1850, a distribuição mensal manifesta maior uniformidade, reflectindo menores desvios relativamente à média, sugerindo melhores condições de sobrevivência.

Destaca-se relativamente aos períodos anteriores a sobremortalidade no mês de Junho, Agosto e Setembro, sendo estes dois últimos meses os mais atingidos pela morte. Apesar de não surgirem sistematicamente referências nos registos de óbito a causas de morte, nos óbitos ocorridos nos meses de Verão é indicado por vezes o afogamento como responsável pela morte. Os calores do

climatéricas e higiénicas das áreas mais atingidas, falta de contacto com o ar livre, excesso de trabalho, má ou insuficiente nutrição, hereditariedade, condicionalismos psíquicos ou outros), a tuberculose fazia a selecção das suas vítimas em especial entre as gerações mais novas (cerca de 65% dos óbitos provocados por ela em Lisboa, em 1852, referem-se a pessoas com idade compreendidas entre os 15 e os 40 anos) e entre os que se dedicavam a profissões de mais elevado risco, como eram os artífices e operários (53% do número total de óbitos de tuberculose) e os empregados públicos (13%) in *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

Verão tornavam o rio e a praia atractivos nesta estação do ano, escondendo perigos que poderiam tornar-se fatais.

Norberta Amorim para Guimarães analisou os doentes que entravam na Misericórdia, sendo estes essencialmente pobres do termo, com especial incidência da zona urbana e mista concluiu :

“... somos levados a pensar que os mesmos estariam mais sujeitos à morte em um mês como Agosto, em que o preço dos cereais e as doenças do aparelho digestivo condicionadas pelo calor tornariam mais difícil a sua sobrevivência...<sup>335</sup>.”

Os meses de Inverno neste período, continuam a ser bastante penosos para esta comunidade, mas a partir de Fevereiro inicia-se a diminuição da mortalidade, atingindo valores mínimos em Maio.

Não foi norma nesta paróquia, até à data por nós estudada, os redactores de registos de óbitos assinalarem a causa de morte dos seus fregueses, sendo esporádicos os casos em que o fizeram, como já o salientámos. Não poderemos apresentar por isso uma explicação fundamentada sobre a origem destas oscilações com base nas causas de óbito, mas é de salientar a alteração habitual dos falecimentos por sazonalidade, sem deixarmos de excluir a hipótese de uma relação entre propagação de certas epidemias e a possível alteração na distribuição mensal dos óbitos que estas poderão provocar. Para tentar colmatar a falta de dados sobre as causas de óbito, procurámos alguns dados nos registos de entrada e saídas de enfermos do hospital da Misericórdia de Viana do Castelo, para o período de 1844 a 1846. Durante estes anos deram entrada no hospital da Misericórdia de Viana do Castelo, 49 indivíduos, 32 do sexo feminino e 17 do sexo masculino, onde 44% dos doentes situavam-se na faixa etária dos 20 aos 40 anos, 31% dos 40 aos 60 anos, 13% menores de 20 anos, 10% dos 60 aos 80 anos e 2% dos com mais de 80 anos. Neste período verificámos que a tísica pulmonar (tuberculose) era a doença mais incidente com 54%, seguida do catarro pulmonar crónico com 20%, do mal gálico (sífilis) com 12%, as gastrites e diarreia com 6% cada e outras representam 2%. Os casos de tísica pulmonar e catarro pulmonar que deram entrada no hospital, situam-se entre Maio, Julho,

---

<sup>335</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p.323.



Agosto e Novembro, incidindo especialmente no mês de Agosto. Do total de doentes entrados no hospital faleceram seis, dois de catarro pulmonar (um em Agosto outro em Janeiro), um de tísica pulmonar (tuberculose) em Julho, um de diarreia em Janeiro, um de paralisia e outro de apoplécia<sup>336</sup>.

## 1.2 Sazonalidade dos menores de sete anos

Dado o período limitado onde se verifica a existência de registos sistemáticos de menores de sete anos, decidimos apenas considerar o período na totalidade (1720 a 1780), não se justificando a necessidade de uma subdivisão.

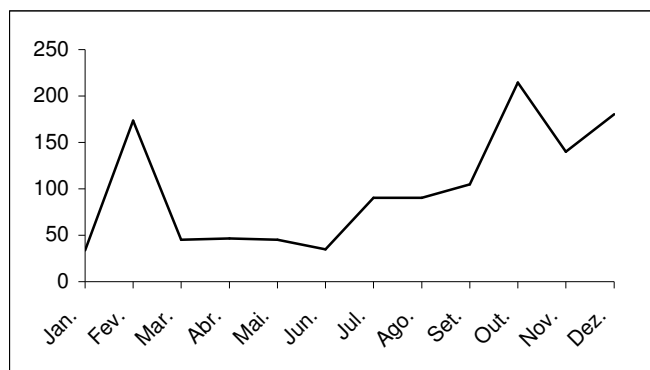
**Quadro n.º 68**  
**Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos**

1720-1780												
Período	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
N.º abs.	3	14	4	4	4	3	8	8	9	19	12	16
Índices	33,9	173,4	45,2	46,7	45,2	35,0	90,3	90,3	105,0	214,5	140,0	180,6

Fonte: Registos Paroquiais

<sup>336</sup> A.D.V.C.- Entrada e saída de doentes no Hospital da Misericórdia, Compilação.

**Gráfico n.º 16**  
**Sazonalidade dos menores de sete anos**  
**(1720-1780)**



Fonte: Registos Paroquiais

O Quadro n.º 68 e Gráfico n.º 16, mostram-nos claramente que os meses de Fevereiro e Outubro eram os mais críticos seguidos por Setembro e Dezembro, onde as crianças morriam em quantidades superiores à média. É nos meses de Primavera onde a mortalidade infanto-juvenil é menor, subindo ligeiramente nos dois primeiros meses de Verão e agravando-se no último mês da estação.

É no final do Verão e início do Outono, onde o calor ainda se faz sentir, numa época de vindimas e de preparar as terras para as próximas colheitas, terá levado as mães a descuidar os cuidados prestados às crianças, proliferando doenças gastrointestinais provocadas pela alimentação (frutas em demasia ou alimentos deteriorados pelo calor) e negligência nos cuidados prestados pelos progenitores, principalmente da mãe. Os finais do Outono e o mês de Fevereiro surgem bastante gravosos, onde as causas de mortalidade estariam relacionadas possivelmente com o frio e as infecções nas vias respiratórias.

## **2. Mortalidade segundo os sexos**

Procurámos calcular o índice de masculinidade ao óbito, por gerações (em relação aos nascidos e falecidos na paróquia), e por períodos (observando todos os falecidos na paróquia). Tentámos

verificar com os dados obtidos, se os efeitos da saída da paróquia pelos indivíduos masculinos (e muitos deles nunca mais voltaram) se expressa no maior número de óbitos registados no sexo feminino.

**Quadro n.º 69**  
**Índice de masculinidade ao óbito**  
**(Períodos)**

Período	Masculinos	Femininos	R.M óbito
1635 - 1699	82	54	151,9
1700 - 1749	121	136	89,0
1750 - 1799	139	141	98,6
1800 - 1850	98	91	107,7

Fonte: Registos Paroquiais

Como verificámos, no capítulo da Fecundidade, nasceram na Meadela no período observado (1593-1850), um número maior de indivíduos do sexo masculino do que do sexo feminino, com uma razão de masculinidade de 110<sup>337</sup>.

Como se verifica no quadro relativo à relação de masculinidade ao óbito, para o século XVII a relação de masculinidade ao óbito elevada é reveladora da forte mortalidade do sexo masculino, enquanto que para o século XVIII morreram mais mulheres no século XVIII do que homens, invertendo-se a situação na primeira metade do século XIX.

Estes valores prendem-se obviamente com uma variável influente no comportamento desta comunidade, de difícil estudo, e que tentaremos abordar no próximo capítulo, a mobilidade (migração e emigração).

### **3. Mortalidade excepcional**

#### **3.1 Mortalidade dos maiores de sete anos**

É inegável a importância atribuída pelos historiadores às crises de mortalidade<sup>338</sup> de carácter excepcional. Estas constituem um

<sup>337</sup> Ver Capítulo da Fecundidade, “Repartição dos nascimentos segundo os sexos”.

<sup>338</sup> LEBRUN, François, “Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles” in *Annales*, n.º 2, Paris, pp. 205-234.

elemento regulador do crescimento demográfico do “Antigo Regime”, projectando-se em níveis de mortalidade anormalmente elevados, que se recente noutras componentes demográficas, como os casamentos e as concepções, cujos valores diminuem acentuadamente<sup>339</sup>.

A elevação do número de óbitos em comparação com o ritmo “normal”, por si só não é suficiente para caracterizar uma crise de mortalidade. Livi-Bacci acrescenta à definição de crise de mortalidade “(...) é uma perturbação de curta duração do regime normal de mortalidade, que reduz o efectivo das gerações, de tal maneira que não lhes seja mais possível assegurar a sua reprodução, mesmo após ter sido esgotada toda a sua reprodução<sup>340</sup>”. De entre os vários métodos propostos por vários historiadores para determinar o grau de intensidade de uma crise de mortalidade, distinguindo-se uma mortalidade “corrente” ou “normal” de uma mortalidade “excepcional”, optámos por utilizar o de Lorenzo Del Panta e Massimo Livi-Bacci. Estes definem grosseiramente o conceito de “grande” crise de mortalidade, quando multiplicamos por quatro vezes o número de falecimentos de um ano normal. Estaremos perante uma “pequena” crise quando o número de mortes, num determinado ano, supera em mais de 50% a respectiva média. Com base nas listagens dos óbitos correspondentes a cada ano calcularam-se as médias móveis para séries de onze anos, excluindo-se os dois anos de mortalidade máxima e os dois anos de mortalidade mínima, o que se limitará a um cálculo de sete anos (média truncada ou modificada), para definir o valor da perturbação sobre a base do regime normal<sup>341</sup>.

O Gráfico N.º 17 permite determinar e avaliar a intensidade dos períodos de sobremortalidade entre 1635 e 1850.

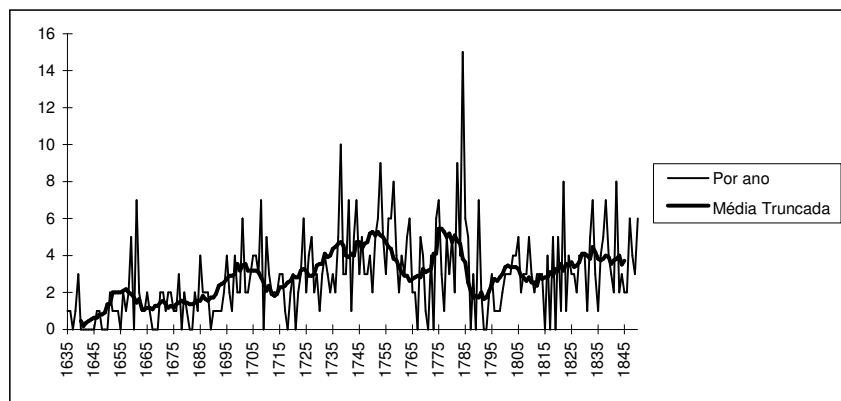
---

<sup>339</sup> Livi-Bacci retrata com mestria o ciclo nascimento-casamento-morte durante e depois de uma crise de mortalidade. Refere-se às reacções a curto e a longo prazo dos componentes demográficos após uma crise de mortalidade. LIVI-BACCI, M., “Crises de Mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências”, in MARCÍLIO, Maria Luíza (org.) *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Ed. Petrópolis, 1984, p. 71.

<sup>340</sup> DEL-PANTA, L. e LIVI-BACCI, M., “Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie, 1600 - 1850”, in *Population*, n.º especial, Dezembro de 1977, pp. 93-107.

<sup>341</sup> DEL-PANTA, L. e LIVI-BACCI, M., *ob. cit.*, p.445.

**Gráfico n.º 17**  
**Movimento dos óbitos dos maiores de sete anos**  
**(Méd. móvel modificada ou truncada- mét. Livi- Bacci/Del. Panta)**



Fonte: Registos Paroquiais

No sentido de visualizar mais comodamente os anos de maior mortalidade dos maiores de sete anos ao longo dos duzentos e dez anos, relacionámos os efectivos anuais em cada período à média calculada para cada um deles e representámos graficamente os resultados.

Da observação do Gráfico n.º 17 é possível concluir que, durante duzentos e dez anos, a época mais afectada por crises frequentes coincidiu com o último quartel do século XVIII, registando-se oscilações de muito menor amplitude para o resto desse século e também do XVII e primeira metade do século XIX. Segundo a metodologia de L. Del Panta e M. Livi-Bacci apenas podemos falar de mortalidade grave, em 1784 onde o número de óbitos quadruplicou.

No segundo quartel do século XVII, detectámos uma crise “média” em 1638, atingindo os níveis de mortalidade quase o quádruplo do normal. Sobressai na segunda metade do século XVII, anos de sobremortalidade em 1659 e 1661, atingindo-se o triplo dos óbitos na primeira data e mais do dobro na segunda, o que poderemos classificá-las de crise “média”. Estas datas aproximam-se da crise detectada nas zonas rural, mista e urbana de Guimarães<sup>342</sup>, e também

<sup>342</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, pp. 291-296.

na paróquia de Santiago de Romarigães<sup>343</sup>, admitindo-se como causa comum a quebra de produção verificada na região de Entre Douro e Minho, a partir de 1658, expressando-se em diversas localidades por fomes e epidemias, às quais a Meadela parece não ter escapado. A partir de 1663 até 1680 as causas de mortalidade excessiva parecem ter sido relativamente controladas, contrastando com a ligeira subida a partir de 1683, que parece não prender-se com as alterações climáticas, manifestadas em 1684 no Norte do país, como refere Norberta Amorim<sup>344</sup>, porque analisando os preços dos cereais neste período estes não reflectem os efeitos de quebra de produção, comprovada pela relativa manutenção dos preços dos cereais. Terá sido algum surto epidémico? Na cidade de Lisboa, entre 1684 e 1686, registou-se um agravamento geral dos níveis de mortalidade, de natureza epidémica, que poderá ter tido repercussões no país<sup>345</sup>.

Na primeira década do século XVIII destacámos um momento de sobremortalidade em 1708 que corresponde a uma crise “média”.

A segunda metade do século caracteriza-se por ser o período de maior intensidade da mortalidade, destacando-se o ano excepcional de 1784, precedido e seguido por pequenas crises larvares (segundo a terminologia de Dupâquier). Esta grave crise de mortalidade é provável que se relacione com uma fase depressiva registada no campo da produção agrícola e com as restrições alimentares impostas pela subida acentuada do preço dos cereais<sup>346</sup>, que tem início na penúltima década do século e afecta toda a região<sup>347</sup>, associado a um surto epidémico. Entre Fevereiro e Dezembro morreram na freguesia 20 indivíduos de ambos os sexos, concentrando-se o maior volume de óbitos entre Setembro e Dezembro.

Para a primeira metade do século XIX encontrámos uma relativa estabilidade na freguesia, sobressaindo três momentos de mais intensa mortalidade, em 1822 que corresponde à viragem para o

---

<sup>343</sup> SANTOS, Carlota M. Fernandes, *ob. cit.*, p. 225.

<sup>344</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p.300.

<sup>345</sup> RODRIGUES, Teresa, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 156-159.

<sup>346</sup> Ver anexo ao capítulo Evolução do preço do trigo e do milho.

<sup>347</sup> REIS, António Matos, “Preços na Ribeira Lima (séculos XVII-XX)”, in *Centro de Estudos Regionais-Boletim Cultural*, Viana do Castelo, C.E.R., 1986, pp.164-181.

liberalismo em Portugal, o segundo momento que vai de 1832 a 1842 (nesta data detectámos uma pequena crise), período de instabilidade política, de afirmação do Liberalismo no país. Em 1832, surge em Portugal um surto de cólera-morbus, que entra através das tropas belgas, vindas no “London Merchand” que vieram ajudar os liberais, no cerco do Porto. A esta epidemia, somam-se as vítimas de um surto de tifo surgido na altura e dizimando milhares de pessoas em todo o país. O surto epidémico intensifica-se em 1848, o que levou Visconde de S. Paio de Arcos, Governador Civil de Viana, a preparar no burgo acomodações para aqueles que porventura aqui viessem a sofrer da mesma cólica. Na impossibilidade de ocupar o edifício dos Cunhas, na rua da Bandeira, previamente destinado a acolher os doentes, divide-se a vila em secções, cada uma entregue a um médico, visitados pelos boticários<sup>348</sup>.

Tentámos apresentar algumas hipóteses para explicar as causas de sobremortalidade na freguesia da Meadela, relacionando-as com condições climatéricas adversas, maus anos agrícolas e suas consequências na subalimentação da população e enfraquecimento do sistema imunológico, que associado às precárias condições de higiene facilitavam a proliferação de surtos epidémicos. Comparando os dados obtidos na nossa paróquia com os ocorridos noutras freguesias foi possível encontrar respostas plausíveis que permitem elucidar os movimentos encontrados. A falta de referência sistemática das causas de morte na paróquia<sup>349</sup>, levou-nos como já referimos a procurar nos livros de registos de entrada e saída do hospital da Misericórdia as doenças mais frequentes, predominando as doenças pulmonares e

---

<sup>348</sup> VASCONCELOS, M. Emília Sena de, “Negrumes em Viana” in *Cadernos Vianenses*, tomo IX, Edição do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, Viana do Castelo, 1985, p.46.

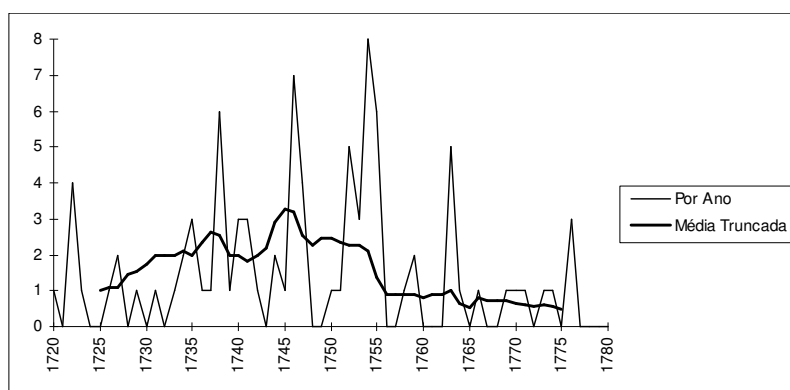
<sup>349</sup> No total da observação de 1635 a 1850, apenas temos algumas referências esporádicas a causas de óbito a partir de 1754. Neste período de 1754 a 1850 os redactores registam com frequência que o óbito ocorreu “repentinamente”, “subitamente”, “sem contar” não dando tempo de administrar os sacramentos. Surgem neste período, 8 casos de apoplécia (hemorragia), 5 acidentes, 4 morreram por afogamento, 2 de parto, 1 caso de cólica, gota coral (epilepsia) e de bexigas (varíola).

infecto-contagiosas<sup>350</sup>. Vicente Pérez Moreda, refere que as doenças infecto-contagiosas tiveram um papel preponderante na morbidade ordinária pelo menos até aos últimos decénios do século XIX em toda a Europa<sup>351</sup>.

### 3.2 Mortalidade dos Menores de Sete Anos

Desenvolvemos uma metodologia paralela para a detecção dos anos de sobremortalidade manifestada para os menores de sete anos, para o período de 1720 a 1780.

**Gráfico nº 18**  
**Mortalidade dos menores de sete anos**  
**1720-1780**  
**(Mét. Livi-Bacci/Del Panta)**  
**(Méd. móvel modificada ou truncada)**



Fonte: Registos Paroquiais

Dos 60 anos analisados, parece-nos, apesar das limitações à nossa observação descritas no início deste capítulo, apenas encontrámos um ano de crise grave de mortalidade de menores de sete anos, segundo o conceito de L. Del Panta e M. Livi Bacci, atingindo-se mais do quadruplo do valor normal no ano de 1763. Esta crise foi antecedida por crises pequenas em 1738, 1746, 1752 e crises médias em 1754 e 1755. Sobrepondo-se este movimento dos óbitos de

<sup>350</sup> A.M.V.C., *Entrada e saída de doentes do Hospital da Misericórdia, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo*, Compilação.

<sup>351</sup> PERÉZ MOREDA, Vicente, *ob. cit.*, p. 66-67.



menores aos dos maiores de sete anos, encontramos um certo paralelismo, atendendo aos valores expressos pela média calculada, segundo a metodologia de L. Del Panta e M. Livi Bacci. De 1720 a meados dos século, a tendência geral do movimento de óbitos é de subida, que corresponde ao período de maiores índices de mortalidade para toda a observação, iniciando-se a descida acentuada do número de óbitos a partir de meados do século XVIII.

Dentro da mortalidade dos menores de sete anos é necessário, ter em conta a mortalidade diferencial segundo a idade. Por isso a mortalidade infantil é um elemento essencial dos estudos de mortalidade diferencial. Dentro do grupo dos menores de sete anos existem fortes variações:

“A mortalidade das crianças com menos de um ano é muito elevada nos primeiros dias após o nascimento, decresce muito rápido no primeiro mês, mais lentamente nos seguintes... Durante os cinco primeiros dias, a mortalidade é dez vezes superior que no primeiro ano<sup>352</sup>”.

Na mortalidade das crianças de menores de um ano, distinguimos dois tipos de mortalidade, a mortalidade neonatal e a pósneonatal. A primeira relaciona-se com óbitos ocasionados por fenómenos anteriores ao nascimento, malformações, debilidade, seja por acidentes pós-parto ou traumatismos obstétricos ou consequências que advenham até ao primeiro mês da criança. A segunda prende-se com causas posteriores ao nascimento, imputáveis ao meio exterior, e provocadas pela falta de higiene, má alimentação, contaminações ou acidentes<sup>353</sup>, que ocorram após o primeiro mês. Atendendo a esta distinção de mortalidade, teremos que estudar a mortalidade segundo a idade em dias até um mês, e depois do primeiro mês até um ano.

---

<sup>352</sup> LANDRY, A. (et collaborateurs), *Traité de Démographie*, pp. 240-241.

<sup>353</sup> GUILLAUME, Pierre e POUSSOU, Jean-Pierre, *Démographie Historique*, Librairie Armand Colin, Paris, pp. 11-12.

**Gráfico nº 19**  
**Mortalidade do menores de 1 ano**  
**1722-1780**  
**(Método de Livi-Bacci/Del Panta)**

t  
Fonte: Registos Paroquiais

Para o período supra citado, a mortalidade infantil nesta paróquia foi pouco gravosa, nunca ultrapassando os 3 óbitos por ano. Parece que a alimentação ao seio das mães proporcionaria às crianças maior resistência e impediria os problemas gastrointestinais e epidemias a que estavam mais expostos os menores de sete anos. Alertamos para algum eventual sub-registo nos menores de um ano.

#### **4. Mortalidade geral: esperança de vida**

Dadas as limitações das fontes disponíveis, evidenciadas no início deste capítulo, relativamente à falta de registos sistemáticos de mortalidade infantil, só nos é possível elaborar estudos sobre mortalidade geral nas gerações nascidas entre 1722 e 1780, de modo a acompanhar os indivíduos ao longo de toda a sua vida. Para todos os indivíduos observados entre as datas extremas consideradas, assinalámos o início e fim de observação, através da data ao óbito. Quando este dado não existia foi marcado convencionalmente o vigésimo aniversário para os que se ausentaram da paróquia conhecendo-se destes apenas a data ao nascimento, ou quando este ocorre após os 20 anos a data do último acto vital em que estiveram envolvidos<sup>354</sup>.

Conscientes que este procedimento levará a um maior número de saídas do que as que ocorrem na realidade, admitimos distribuir equitativamente os “emigrados” aos 20 anos pelas 10 anos anteriores e posteriores, para que o cálculo da mortalidade geral possa ser equilibrado e o mais próximo possível da realidade<sup>355</sup>.

Poderemos assim, no início de cada idade estimar os residentes e o número daqueles que morrem ou emigram antes de atingir a idade

---

<sup>354</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica ...*, ob. cit., p.221.

<sup>355</sup> IDEM, *Ibidem*.

seguinte, calculando-se os quocientes de mortalidade para cada idade, e construir assim tábuas de mortalidade.

A partir dos valores absolutos e das tábuas completas de mortalidade, elaborámos graficamente os quocientes de sobrevivência e de esperança de vida acompanhando a evolução sofrida pelas gerações masculinas e femininas nascidas na Meadela<sup>356</sup>.

---

<sup>356</sup> As tábuas de mortalidade por ano encontram-se no anexo deste capítulo.

**Quadro n.º 70**  
**Tábuas de mortalidade por grupos de idades**  
**(Gerações nascidas de 1722 A 1780)**

Grupo idades	Efectivos iniciais			Saídas de observação			Falecidos			Sobreviventes			Quociente de mortalidade por 1000		
	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total	Mas	Fem	Total
0	370	304	674	0	0	0	33	20	53	1000,0	1000,0	1000,0	89,2	65,8	78,6
01-04	337	284	621	0	0	0	37	32	69	910,8	934,2	921,4	109,8	112,7	111,1
05-09	300	252	552	0	0	0	14	8	22	810,8	829	819	46,7	31,8	39,9
10-14	286	244	530	0	0	0	5	3	8	773	802,6	786,4	17,5	12,3	15,1
15-19	281	241	522	180	124	304	4	5	9	759,5	792,8	774,5	20,9	27,9	24,3
20-24	97	112	209	0	0	0	12	5	17	743,6	770,6	755,6	123,7	44,6	81,3
25-29	85	107	192	1	4	5	5	7	12	651,6	736,2	694,2	59,2	66,7	63,3
30-34	79	96	175	1	4	5	7	3	10	613,0	687,1	650,2	89,2	31,9	58
35-39	71	89	160	2	2	4	5	4	9	558,4	665,2	612,5	71,4	45,5	57
40-44	64	83	147	0	2	2	4	7	11	518,5	635	577,6	62,5	85,4	75,3
45-49	60	74	134	2	2	4	5	8	13	486,1	580,8	534,1	84,8	109,6	98,5
50-54	53	64	117	1	2	3	3	5	8	444,9	517,1	481,5	57,1	79,4	69,3
55-59	49	57	106	1	0	1	10	8	18	419,5	476,1	448,2	206,2	140,4	170,6
60-64	38	49	87	1	4	5	8	7	15	333	409,3	371,7	213,3	148,9	177,5
65-69	29	38	67	0	0	0	9	10	19	261,9	348,3	305,7	310,3	263,2	283,6
70-74	20	28	48	1	1	2	10	6	16	180,6	256,7	219,0	512,8	218,2	340,4
75-79	9	21	30	0	1	1	6	8	14	88,0	200,7	144,5	666,7	390,2	474,6
80-84	3	12	15	0	1	1	2	6	8	29,3	122,4	75,9	666,7	521,7	551,7
85-89	1	5	6	0	0	0	1	5	6	9,8	58,5	34,0	1000,0	1000,0	1000,0
90-94	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0	0,00	0,00			
95-99	0	0	0	0	0	0	0	0	0						

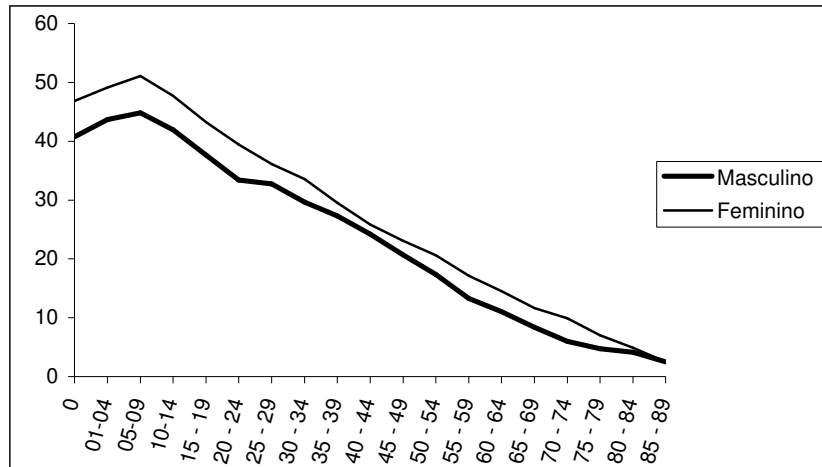
Fonte: Registos Paroquiais

**Quadro n.º 71**  
**Esperança de vida média**  
**(Gerações nascidas de 1722 a 1780)**

Grupo de idades	Esperança de vida		
	Masc	Fem	Total
0	40,78	46,86	43,82
01 - 04	43,72	49,13	46,51
05 - 09	44,87	51,11	48,08
10 - 14	41,94	47,71	44,97
15 - 19	37,64	43,27	40,62
20 - 24	33,40	39,44	36,57
25 - 29	32,76	36,17	34,59
30 - 34	29,66	33,57	31,76
35 - 39	27,32	29,59	28,56
40 - 44	24,23	25,88	25,13
45 - 49	20,68	23,07	21,98
50 - 54	17,36	20,60	19,10
55 - 59	13,26	17,16	15,34
60 - 64	11,05	14,55	12,98
65 - 69	8,37	11,66	10,24
70 - 74	6,02	9,93	8,31
75 - 79	4,72	7,01	6,30
80 - 84	4,17	4,89	4,74
85 - 89	2,50	2,50	2,50

Fonte: Registos Paroquiais

**Gráfico n° 20**  
**Esperança de vida**  
**(Gerações nascidas de 1722 a 1780)**



Fonte: Registos Paroquiais

Observando os quocientes de mortalidade (Quadro n.º 70) para as gerações ou coortes, verificámos, que para os menores de um ano, este é relativamente baixo, o que nos leva a constatar a grande capacidade de sobrevivência à nascença, chegando 921 indivíduos em cada 1000 a completar um ano de vida, para os sexos reunidos. Não podemos deixar de admitir que, os baixos níveis do quociente de mortalidade poderão expressar algum sub-registo da mortalidade infantil.

Até aos 9 anos, 829 crianças do sexo feminino sobreviveram contra 810 do masculino. Estes valores são elucidativos das razoáveis condições de sobrevivência na época, apresentando o sexo feminino uma ligeira maior capacidade de sobrevivência à morte que o masculino. Esta tendência de maior poder de sobrevivência das mulheres em relação aos homens distancia-se a partir dos 10 anos, alargando-se mais após os 25 anos. Persiste a maior capacidade de resistência das mulheres em relação aos homens até ao momento da morte.

O quociente de mortalidade, apresenta-se superior no sexo feminino para o grupo etário dos 25 aos 29 anos, que corresponde ao

nível etário mais frequente da idade ao casamento das mulheres, podendo relacionar-se alguns destes óbitos com o parto como causa. Também a partir do grupo dos 40 aos 54 anos o quociente de mortalidade das mulheres é bem mais elevado do que a dos homens, agravando-se provavelmente a situação das mulheres provocadas pelas cansadas das tarefas domésticas e do campo. Esta situação é acompanhada por uma diminuição da diferença de idades quanto à esperança de vida entre os dois sexos, particularmente no grupo dos 40-44 anos.

A partir da observação do quadro n.º 71 e gráfico n.º 20 sobre a esperança média de vida dos habitantes da Meadela, verificámos que neste período nascem mais rapazes do que raparigas, tal como anteriormente tínhamos constatado quando estudámos a relação de masculinidade<sup>357</sup>. À nascença a esperança de vida do sexo feminino é de 47 anos, contra 41 anos. Esta diferença de seis anos mantém-se até aos 25 anos, a partir desta idade diminui a diferença entre os sexos nos grupos dos 35 aos 44 anos, voltando depois a evidenciar-se maior resistência das mulheres até 79 anos, surgindo só aos 80 anos igual capacidade de sobrevivência nos dois sexos.

O máximo da esperança de vida alcança-se no grupo dos 5 aos 9 anos, com 45 anos para o sexo masculino e 51 anos para o feminino, diminuindo a partir dos 10 anos progressivamente para ambos os sexos. Estes resultados revelam que as crianças que ultrapassam esta faixa etária, revelam maior capacidade de resistência, apresentando por isso uma maior esperança de vida. As idades mais críticas para as crianças situa-se até aos 4 anos, como já destacámos nas crises de mortalidade, principalmente no grupo etário dos 1 aos 4 anos. Os baixos valores do quociente de mortalidade para os menores de um ano encontrados na Meadela, comprovam que a mortalidade infantil foi pouco gravosa como já tínhamos destacado, realçando no entanto, a possibilidade da existência de algum sub-registo na mortalidade infantil.

Constatámos que é sempre superior a sobrevivência das mulheres em relação aos homens, atingindo-se diferenças entre 2 a 6 anos na esperança de vida média, até aos 80 anos. Por que é que a

---

<sup>357</sup> Ver capítulo IV, p. 152

morte persegue mais os homens do que as mulheres no decurso da vida e nos diferentes grupos etários?

Biologicamente está comprovado que o sexo feminino logo à nascença apresenta maior capacidade de resistência do que o masculino. Será que o trabalho desenvolvido pelos diferentes sexos contribuiu para esta diferenças? Sobre o assunto, Fernando Miranda refere:

“Se a vida da mulher no mundo rural minhoto comparativamente com a dos homens está considerada como mais difícil, devido às inúmeras tarefas do seu dia à dia, quer no campo, quer no lar, a cuidar das lides domésticas e dos filhos, todavia quem teve uma perspectiva mais sombria de sobrevivência foi o homem<sup>358</sup>”.

Apresenta como possíveis causas explicativas problemas alimentares, excesso de trabalho e as doenças do foro bronco-pulmonar<sup>359</sup>.

Comparámos a esperança de vida à nascença, dos habitantes da Meadela com os valores calculados para outras paróquias, em período semelhante, pudemos ver que para os sexos reunidos a média era de 43,8 anos sendo inferior à verificada nas paróquias do Sul do Pico, que no período de 1740-1799 era de 50 anos<sup>360</sup> e da Facha (Ponte de Lima) com uma esperança média de vida de 49,4 anos para o período de 1762 a 1809. Apresenta-se ligeiramente superior à calculada para Barcelinhos, para o período de 1677-1752, onde os sexos reunidos atingem a média de 42 anos, os valores aproximam-se mais para o sexo masculino rondando os 40 anos e distanciam-se no feminino, onde nesta paróquia do Minho as mulheres sobreviviam em média até aos 43 anos<sup>361</sup>, 4 anos a menos do que na Meadela. A diferença é grande quando comparámos com Tourouvre (França), para o período de 1720-1769, atingindo-se apenas os 33 anos<sup>362</sup>.

---

<sup>358</sup> MIRANDA, Fernando, *ob. cit.*, p. 198.

<sup>359</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>360</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução demográfica...*, *ob. cit.*, p. 247.

<sup>361</sup> FARIA, Inês Martins de, *ob. cit.*, pp. 147-148.

<sup>362</sup> AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p. 350.



Seria necessário aprofundar melhor estes valores para apurar as causas que influenciam este comportamento demográfico, mas que ultrapassa o nosso objectivo. Não abundam ainda estudos sobre o assunto para o Antigo Regime, sendo para isso necessário aprofundar estudos sobre mortalidade infanto-juvenil, que à partida sabemos que está bastante condicionada no nosso país pela existência de sub-registo sistemático de óbito de menores de sete anos.

## **5. Atitudes do homem e da Igreja perante a morte**

Quando realizámos o levantamento dos assentos óbitos da paróquia da Meadela deparamo-nos a partir de meados do século XVIII com um manancial de informações que nos permite compreender o comportamento e mentalidade religiosa dos habitantes da Meadela. Através dos registos de óbito foi-nos possível identificar se os indivíduos realizaram testamento, algumas causas de morte, as disposições piedosas, as instituições de missas, os sacramentos ministrados, acompanhamento, mortalha, enterro e sepultura dos defuntos da Meadela.

### **5.1 Usos e costumes sobre a morte na paróquia**

Em 1743, ficou registado no Livro do Tombo e no Epílogo de 1728, realizado pelo abade João de Barros, os direitos paroquiais e os usos e costumes. É sobre estes últimos que iremos incidir, articulando-os com as informações veiculadas pelos assentos de óbitos e testamentos, elucidando-nos sobre o comportamento, mentalidade e religiosidade dos fregueses da Meadela perante a morte.

#### **5.1.1 Últimos sacramentos**

Havia um especial cuidado com os doentes a quem se devia administrar os sacramentos com devida diligência<sup>363</sup>. Era importante que todos os doentes recebessem todos os sacramentos, para evitar que todos os religiosamente adultos não morressem sem os últimos

---

<sup>363</sup> SOARES, Franquelim Neiva, “A Reforma Católica no Concelho de Barcelos, As Visitações Quinhentistas de Alvelos”, separata da *Barcelos Revista*, 1993.

sacramentos, pois estes eram símbolo de uma conveniente preparação para a salvação da alma. Prestava-se assim, grande cuidado na administração dos últimos sacramentos, e caso estes não fossem ministrados o pároco ou a família poderiam vir a sofrer sanções dos superiores da Igreja. Daí que, quando tal acontecia, o pároco tinha sempre o cuidado de justificar a ausência de sacramentos, ou indicando aqueles que tinham sido administrados, justificando a causa que impediu o cumprimento das suas funções sacerdotais na administração total dos últimos sacramentos que correspondem a três: confissão (também designada por penitência), comunhão (ou sagrado viático) e extrema-unção. Surgem assim frequentemente expressões como: “faleceu com os sacramentos da confissão e extrema-unção, não teve capacidade para receber a comunhão”; “ com o sacramento da confissão e extrema-unção somente por não estar com disposição para receber a sagrada comunhão, que voltou a trazer para a igreja”; “ com os sacramentos da penitência e extrema-unção somente por não ter ainda discrição para receber o do sagrado viático”; “foi absolvida debaixo de condição e se lhe administrou a extrema-unção”; “ com o sacramento da confissão somente por não dar lugar a que lhe administrassem os da Eucaristia e extrema-unção”; “somente com a extrema-unção, por não estar com juízo e capacidade de receber o sagrado viático”; “somente com o sacramento da penitência e não se lhe administrou o sagrado viático e o da extrema-unção por omissão dos seus familiares”; “faleceu repentinamente, sem sacramentos”.

**Quadro n.º 72**  
**Recepção de Sacramentos**

Recepção de sacramentos	Períodos							
	Homens				Mulheres			
	1750-1799		1800-1850		1750-1799		1800-1850	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Com todos os sacramentos	95	77,9	108	75,0	99	67,3	135	75,0
Confissão + comunhão	2	1,6	4	2,8	8	5,4	6	3,4
Menos o do viático	9	7,4	19	13,2	26	17,7	12	6,7
Só com a confissão	5	4,1	5	3,5	1	0,7	5	2,8
Só com a extrema-unção	5	4,1	6	4,2	6	4,1	10	5,6
Sem sacramentos	6	4,9	2	1,4	7	4,8	11	6,1
Total	122		144		147		179	

Os dados do quadro n.º 72 comprovam que a maioria dos homens e mulheres da Meadela procuravam receber os sacramentos, para assim se prepararem para a outra vida e obterem a sua salvação através do perdão de Deus. Em todos os períodos considerados, a maioria da população morreu “bem preparada”, isto é tinham recebido todos os sacramentos. Em toda a Europa a preocupação de estar bem preparado para morrer, desde a Idade Média, manifestou-se através de obras específicas de «Ars Moriendi» difundidas pela Igreja para «ensinar a morrer»<sup>364</sup>. Quando não administrados os sacramentos já vimos que eram referidos vários motivos que o justificavam. A maior indicação prende-se com a falta do sagrado viático (comunhão), referindo-se principalmente como motivo a falta de condições físicas para o receber, que muitos moribundos no leito da morte apresentavam.

O sagrado viático é um dos últimos sacramentos na passagem da alma para a eternidade. Após o Concílio de Trento passa a ter um “peso” espiritual enorme. Philippe Ariès refere-nos que :

”Ainda no princípio do Séc. XIX, os transeuntes que encontravam na rua o pequeno cortejo do sacerdote com o viático acompanhavam-no e entravam atrás dele no quarto do doente<sup>365</sup>”.

A paróquia da Meadela tem um conjunto de usos e costumes praticados na freguesia. Refere-se no Epílogo sobre a administração dos sacramentos, que quando se leva o Santíssimo aos enfermos, os mordomos da confraria do Senhor são obrigados a preparar tudo que é necessário para esta função. A confraria do senhor tem que dar a cera quando o Santíssimo é levado aos enfermos assim como quando se vai administrar a Extrema-Unção<sup>366</sup>.

Quando se levava o Santíssimo aos enfermos, o mordomo da cruz era obrigado a tocar os sinos avisando que o Santíssimo vai sair da igreja para se juntarem os fregueses e acompanhá-lo<sup>367</sup>. Quando o

---

<sup>364</sup> ARIÈS, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Editorial Teorema, Lisboa, 1988, p. 87.

<sup>365</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 24.

<sup>366</sup> *Epílogo*, fl. 139 e fl. 139 v.º.

<sup>367</sup> *Epílogo*, fl. 133 v.º.

Santíssimo era levado aos enfermos vai junto à cruz da igreja dois círios acesos, e outros dois círios junto ao Santíssimo, e também duas lanternas<sup>368</sup>.

### 5.1.2 Tipo de mortalha

Na Meadela só a partir de meados do século XVIII os padres anotam nos assentos de óbito de forma sistemática o tipo de mortalha. Nesta paróquia escolheram como mortalha normalmente um hábito religioso, tendo sido preferido maioritariamente o hábito de S. Francisco tanto para os homens como para as mulheres, como poderemos constatar pelo Quadro N.º 73. Durante o período de 1750 a 1850 de um total de 90 indivíduos do sexo masculino, 69 escolheram o hábito de S. Francisco, seguindo-se o de S. António com 16 e, curiosamente 4 escolheram hábitos de Nossa Senhora (1 de N. Sr.ª da Conceição e 3 de N. Sr.ª do Carmo), apenas um padre foi amortalhado com as suas vestes sacerdotais.

Nas mulheres a preferência é a mesma que a dos homens, de 109 escolheram o hábito de S. Francisco 85, em menor quantidade segue-se-lhe com 8 casos a escolha do Hábito de N. Sr.ª da Conceição, 5 de S. António. Só encontramos 6 mulheres que foram amortalhadas em lençol, referenciadas como pobres. O hábito monástico era demasiado caro para alguns que não tinham condições, restava-lhe como mortalha o lençol.

As diferenças sociais fazem-se sentir até na morte. Sobre o assunto Ana Sílvia V. Scott desenvolve o tema das desigualdades na morte na região do Minho rural durante o Antigo Regime, afirma que:

“Através de uma série de comportamentos e atitudes tomadas não só nos momentos que precedem a morte, mas através também dos próprios cerimoniais de cortejo fúnebre, enterramento, missas pela alma do falecido, etc. não só o papel social de cada um está perfeitamente definido, como

---

<sup>368</sup> *Epílogo*, fl. 123 v.º.

toda a simbologia que reveste esta passagem da vida terrena para a vida eterna<sup>369</sup>”.

**Quadro n.º 73**  
**Tipo de mortalha**

Tipo de Mortalha	1750-1850	
	Homens	Mulheres
Hábito de S. Francisco	69	85
Hábito de S. António	16	5
H. N. Sr. <sup>a</sup> da Conceição	1	8
H. N. Sr. <sup>a</sup> do Carmo	3	1
Hábito Branco	-	2
Vestes Sacerdotais	1	-
Segundo o testamento	-	2
Lençol	-	6
Total	90	109

Fonte: Registos Paroquiais

### 5.1.3 Acompanhamento

O acompanhamento do cortejo fúnebre fazia parte do cerimonial fúnebre, que saía da casa do morto em direcção à Igreja. Era uma cerimónia pública<sup>370</sup>, onde familiares e amigos acompanhavam o falecido até à sua última morada, sendo muitas vezes organizada pelo moribundo através das disposições testamentárias, onde indicava como deveria ser o seu funeral.

---

<sup>369</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Tese de Doutoramento, Instituto Universitário Europeu, 1998, p. 352.

<sup>370</sup> Philippe Ariés, para o século XVIII e XIX, concluiu que a morte é uma cerimónia pública, organizada. In ARIÉS, Philippe, *ob. cit.*, p. 24.

**Quadro n.º 74**  
**Acompanhamento**

N.º de Padres	Períodos			
	1750-1799		1800-1850	
	N.º	%	N.º	%
1-5	100	40,7	116	38
6-11	128	52,0	147	48
12-17	8	3,3	18	5,9
18-24	4	1,6	12	3,9
25-30	2	0,8	4	1,3
31-50	1	0,4	8	2,6
51-100	3	1,2	1	0,3
Total	246	100	306	100

Fonte: Registos de óbito

Como podemos ver pelo Quadro n.º 74, a maioria dos defuntos levava um acompanhamento significativo, entre os 6 e os 11 clérigos, predominando os acompanhamentos com 10 clérigos como é da tradição da paróquia. É de salientar o elevado número de defuntos que se faziam acompanhar com um número igual ou inferior a 5 clérigos. Não se evidencia diferenças substanciais entre o primeiro e o segundo período.

O prestígio social retracta-se também no acompanhamento que levavam no seu funeral. Dentro dos prestigiados da paróquia encontrámos os párcos, seus familiares e ilustres da Meadela. Vejamos alguns desses casos:

O Reverendo João de Barros Lima faleceu no dia 1 de Junho de 1770 nas casas da Residência dos Reverendos Abades com todos os sacramentos. Foi sepultado no Presbitério do altar-mor da parte do Evangelho. Fez disposição a seu irmão e herdeiro, que lhe realizou o bem de alma. Teve acompanhamento e ofício de 100 padres.

José Francisco Pereira casado com D. Ana Cândida de Midoura da Silva Dantas e residente na Quinta da Cruz, faleceu no dia 15 de Janeiro de 1847 com todos os

sacramentos e com testamento. Teve ofício de corpo presente e missa de 47 padres. Foi seu corpo acompanhado pelos ditos padres à sua Capela na Quinta da Cruz e sepultado junto ao altar da dita capela em caixão novo.

Encontrámos referências nos registos de óbitos e testamentos a donativos ou esmolas para os pobres que acompanhassem o cortejo fúnebre:

D. Antónia Maria Pereira solteira residente na Quinta da Cruz faleceu no dia 27 de Dezembro de 1846 com todos os sacramentos e com testamento. Teve ofício e missa cantada de 47 padres e deram de esmola de 20 réis a pobres.

Tomás de Gouveia Coutinho solteiro e morgado que foi da Quinta da Argaçosa faleceu com todos os sacramentos e testamento. Deu 6 vinténs de esmola aos pobres grandes, 10 réis aos pobres pequenos e importou 6.400 réis.

#### **5.1.4 Bens de alma**

Em 1728 o Abade João de Barros relata-nos no *Epílogo* que quando falece algum freguês casado ou viúvo, ou seja herdado de pais e mães fazem-lhe três ofícios, um ao presente dia, outro ao mês e outro ao ano com o número de clérigos até dez conforme a possibilidade de cada e um dos bens que tinha. Paga-se de esmola a cada clérigo onze vinténs, e ao Reverendo Pároco paga-se-lhe mais um vintém da missa cantada. Os onze vinténs é pela missa e pelo ofício. Se o defunto tem acompanhamento dá-se de esmola a cada clérigo mais um vintém sendo enterrado no mesmo dia do ofício da missa da manhã. Mas sendo o enterro à tarde, acompanhando os clérigos o corpo à sepultura, então pagam mais esmola por virem os clérigos de fora, assim como também se paga mais ao Reverendo Pároco, que recebe esmola pela ladainha, um tostão, tendo acesas as candeias de um palmo<sup>371</sup>.

---

<sup>371</sup> *Epílogo*, fl. 63.

O Reverendo Pároco recebe de oferta em cada ofício um alqueire de trigo, um carneiro, e um cabaço de vinho, e as candeias que dão aos clérigos para a ladainha e que são de um palmo.

Os herdeiros trazem, ou mandam o vinho para as missas e a cera que nelas se gasta é a das confrarias que está nos altares. Recebe o Reverendo Pároco ofertas por os responsos, ou reza dos Domingos de todo o ano que diz pelas almas dos que falecem.

Sendo o defunto herdado somente de pai ou mãe, tem dois ofícios, um ao presente, e outro no meio do ano com metade do número de clérigos, que teve sem pai ou mãe. Ordinariamente são cinco clérigos com a esmola de onze vinténs. Os ofícios são sempre de nove lições, recebendo o Reverendo Pároco de oferta no primeiro ofício um alqueire de trigo, um carneiro e um cabaço de vinho, e no segundo ofício tem de oferta meio alqueire de trigo, meio carneiro e meio cabaço de vinho, e tem de oferta por responsos, ou reza anual aos Domingos do meio ano quinhentos réis; e no acompanhamento ladainha, candeias, e em tudo o mais é o mesmo que nos herdados por pai e mãe.<sup>372</sup>

Se as pessoas que falecerem forem maiores de sete anos e não tiverem por onde se lhe faça sufrágio algum é obrigado neste caso o Reverendo Pároco a dizer uma missa de corpo presente sem esmola. Se o defunto, ou pessoa que faleceu tem pai e mãe e não é herdado sendo menor de sete anos tem somente uma missa de Anjo com oferta de um vintém de pão e meia canada de vinho e dois ovos. E sendo maior de sete anos não sendo herdado tem a mesma oferta e o bem das almas conforme a possibilidade dos seus pais.

São também obrigados os herdeiros dos que falecem no primeiro Domingo, ou no outro seguinte ao seu falecimento virem, à Igreja “obradar”<sup>373</sup> e costumam trazer uma cesta, onde trazem pão branco, vinho, ovos ou feijões e os parentes mais chegados costumam trazer também uma cesta da mesma sorte, e os mais pagam por cada responso que o Reverendo Pároco diz por alma do defunto ou defunta um vintém. As obradas que os herdeiros da casa do defunto são obrigados a pagar depende do número das pessoas que vivem na tal casa, devendo assim o Reverendo Pároco dizer e rezar os responsos.

---

<sup>372</sup> *Epílogo*, fl. 63 v.º.

<sup>373</sup> Fazer ofertas ao altar.



Para todos os ofícios, que se realizam nesta Igreja, o Reverendo Pároco nomeia os clérigos para assistirem a eles.<sup>374</sup>

A respeito dos filhos menores de sete anos, ainda que sejam herdados, mantêm-se o que anteriormente já foi dito, dizendo-se somente uma missa *progratiarum actione* com a mesma esmola e oferta dos menores de sete não herdados, que será paga por seus pais ou herdeiros.

Pelos filhos famílias maiores de sete anos até aos catorze completos se forem varões, e até aos doze completos se forem fêmeas. Se não forem herdados de pai nem de mãe, se lhe dirá uma missa de corpo presente ofertada, tal como aos menores de sete anos, mais quatro missas rezadas, cuja esmola pagam seus pais conforme o uso e costume da Igreja.

Se os ditos filhos forem maiores de catorze anos sendo varões, e de doze, sendo fêmeas (não sendo também ainda herdados, nem tendo bens alguns) serão obrigados seus pais a mandar-lhe fazer o bem da alma de ofícios ou missas conforme as suas qualidades e possibilidades e no primeiro Domingo do seu falecimento obradar conforme o costume desta Igreja que se observa nos que são herdados e tem bens. E se estes filhos famílias tiverem já alguns bens então conforme a possibilidade deles e qualidade se lhes fará o bem da alma dos ofícios, missas, reza, obração e ofertas que pertencem ao Reverendo Pároco.

Se os ditos filhos família maiores de sete anos foram já herdados se lhes fará o bem de alma na forma já declarada, ou seja se forem herdados de pai e mãe se lhes fará todo o bem da alma, sendo somente herdados da parte de seu pai ou sua mãe apenas se lhe fará metade do mesmo bem de alma<sup>375</sup>.

### 5.1.5 Enterros

O Epílogo de 1728 refere sobre os enterros que a Confraria do Nome de Deus, tem um caixão grande, que está na casa da sua fábrica,

---

<sup>374</sup> Epílogo, fl. 64.

<sup>375</sup> Epílogo, fl. 64 v.º.

tendo somente a chave os Mordomos da Confraria de Deus<sup>376</sup> contendo vestes, opas,<sup>377</sup> castiçais, cera, pano, almofada do leito, forquilhas almofadadas pequenas do mesmo leito, pano dos defuntos preto e branco, lanterna dos enterros, o essencial para os funerais<sup>378</sup>.

São obrigados os Mordomos da Confraria do Nome de Deus, a mandar para casa das pessoas que falecerem quatro castiçais com quatro velas para se acenderem quando o Reverendo Pároco for encomendar o defunto, isto se ele for cabeceira interna<sup>379</sup> se for meia cabeceira duas velas, assim como também para os filhos famílias ou sejam maiores, ou menores de sete anos, assim como também aos pobres que falecerem nesta freguesia. Porém aos que não pagarem todos os anos as suas esmolas, não terão obrigação de dar cera alguma.<sup>380</sup>

São também obrigados os Mordomos do Nome de Deus a acompanhar todos os enterros, tanto das pessoas maiores como todos os menores, levando as suas vestes e opas, uma lanterna acesa diante da cruz e para as pessoas maiores são também obrigados a dar duas tochas para virem acesas até à tumba ou leito, onde vier o cadáver, e terão mais duas vestes, ou opas para as pessoas, que nos ditos enterros trouxerem as ditas tochas; e as duas, que vão junto à cruz da Igreja essas são da Confraria do Senhor. As duas tochas, que vão junto ao leito são levadas pelos Mordomos acompanhando com elas a Cruz da Confraria. A lanterna, que vai diante da Cruz da Igreja já leva o quadrilheiro da quadrilha, a que pertence o tal enterro.<sup>381</sup> E na Igreja enquanto estiver sobre terra são obrigados os Mordomos do Nome de Deus por conta da Confraria a pôr-lhe as ditas velas consoante a condição do defunto, como anteriormente foi dito. A cera que se gastar também nos ofícios do corpo presente, como também nos mais ofícios e missas que neles se dizem e dos altares da Igreja pertence às mais confrarias, como a do Senhor e de Nossa Senhora e S.ta Cristina,

---

<sup>376</sup> Os Mordomos da Confraria do Nome de Deus eram dois eleitos no Domingo em que se celebra a festa do Senhor, isto é no Domingo depois da Festa do Corpo de Deus. *Epílogo*, fl. 137.

<sup>377</sup> *Epílogo*, fl. 145 v.º.

<sup>378</sup> *Epílogo*, fl. 146.

<sup>379</sup> Significa ser adulto.

<sup>380</sup> *Epílogo*, fl. 144 v.º.

<sup>381</sup> *Epílogo*, fl. 144 v.º.

vistos os fregueses serem todos obrigados a pagar suas esmolas de milho todos os anos para todas as confrarias desta Igreja, pelo São Miguel.<sup>382</sup>

Também os Mordomos da Confrarias desta Igreja são obrigados a acompanhar o enterro com as cruzes das Confrarias, e dois círios até se dar o cadáver a sepultar e neste ofício da Sepultura, e de corpo presente são obrigados os Mordomos das Confrarias acender nos seus altares duas velas.<sup>383</sup>

No entanto são os eleitos que tem a obrigação de nomear os fregueses, que levam o defunto a sepultar, levando o leito, assim como devem estes abrir a sepultura. Todos os que se recusarem a fazê-lo devem os eleitos informar o Reverendo Pároco para os condenar como lhe parecer merecer.<sup>384</sup>

Os registos de óbito a partir de 1750 referem sistematicamente o local da sepultura.

---

<sup>382</sup> *Epílogo*, fl. 145.

<sup>383</sup> *Epílogo*, fl. 124.

<sup>384</sup> *Epílogo*, fl. 121 v.º.

**Quadro n. 75**  
**Local de sepultura**  
**1750-1850**

Local de Sepultura	1750-1799	1800-1850
Sepulturas com número	235	297
Sepultura dentro da Igreja	46	5
Sepultura de fecho	30	-
Dentro do adro da Igreja	11	3
Capela de N. Sr. Da Ajuda	2	-
Capela de S. Vicente	1	-
Misericórdia	1	2
Matriz de Viana	1	-
Igreja Velha Viana	-	1
Carmo	-	4
Convento de S.to António	-	1

Fonte: Registos paroquiais

Normalmente, os falecidos nesta paróquia, residentes ou não, eram enterrados dentro da igreja referindo-se o número de sepultura. As sepulturas numeradas traduzem a vontade de individualizar o local da sepultura e de perpetuar nesse local a lembrança do defunto. Mas a referência a outros locais dentro da Igreja surge com alguma afluência. Muitas vezes a escolha recaía sobre os altares dos santos da paróquia ou altar onde se celebrava o ofício divino. Estes sítios eram mais procurados por aqueles que detinham na paróquia uma posição social privilegiada.

Já citámos o caso do Abade João de Barros Lima que foi sepultado no Presbitério do altar-mor da parte do Evangelho.

Citemos outro exemplo:

Francisca Pereira viúva e mãe do Abade Francisco José Pereira Veloso residente no Lugar de Ledrose da freguesia de S.to Estevão de Lanhoso, faleceu na freguesia da Meadela. Em 23 de Novembro de 1812, com todos os sacramentos. Teve missa de corpo presente cantada e se lhe fez um ofício de 78 padres. Seu corpo foi sepultado em caixão em frente do altar de S.ta Cristina, junto à parede Sul.

Os mais pobres e mendigos eram sepultados no adro da Igreja, alguns chegavam a ser enterrados dentro da Igreja mas próximo da porta desta. Foi o que sucedeu com:

Sara solteira e exposta, assistente na Quinta da Argaçosa que faleceu no dia 8 de Setembro de 1779, e foi sepultada dentro da Igreja, perto da porta travessa, onde está uma pedra comprida, que o padre mandou pôr por ser muito pobre.

As crianças menores de 12 anos eram sepultadas em sepulturas próprias designados por "sepulturas com fechos".

Os testamentos da Meadela, também eles fazem regularmente menção ao local de enterramento, representando 32% os testamentos que o referem. O testador preocupava-se em designar o local da sepultura, mas sem o objectivo de torná-la visível. Predominam nas escolhas dos testadores a Igreja da Meadela como o local de opção para o seu enterramento. Alguns deixam a escolha a cargo do herdeiro, ou de acordo com o uso e costume da paróquia, outros indicam que devem ser enterrados na mesma sepultura que o cônjuge. Sobre esta última opção Philippe Ariès diz-nos que:

“Quando um testador escolhia a mesma sepultura que os antepassados ou o cônjuge, isso significava, não que eles ficariam reunidos no mesmo túmulo, mas que os seus corpos ficariam no mesmo recinto religioso, numa zona designada pelas mesmas devoções, e perto um do outro. Desejava-se apenas o mais perto possível<sup>385</sup>”.

Só a partir de 1800 encontrámos nos registos de óbitos referências a indivíduos que foram sepultados em caixão, que totalizam 6 casos. Nos testamentos que analisámos encontrámos 11 casos, 6 deles correspondiam aos registados nos assentos de óbitos.

#### **5.1.6 Esmolas das missas das almas**

Em 1728 era uso e costume os fregueses desta Igreja pagarem a esmola das missas das segundas-feiras de todo o ano, que são ditas

---

<sup>385</sup> ARIÉS, Philippe, *ob. cit.*, p.120.

pelas Almas, que se dizem de S. Miguel a S. Miguel. Os casados pagam de esmola meio alqueire de milho e os viúvos um quarto e os solteiros meio quarto. Esta esmola é paga junto com a permícia, pagando assim os casados dois alqueires, os viúvos um alqueire e os solteiros meio alqueire e o pagamento desta esmola faz-se da mesma forma que o das permícias. Estas missas das segundas-feiras são ditas com os paramentos e cera da Confraria do Senhor. A esmola é renovada todos os anos, pelo São Miguel<sup>386</sup>.

Os fregueses que não pagam a esmola para a Confraria do Senhor não recebem desta a cera para os ofícios por almas dos defuntos<sup>387</sup>.

#### **5.1.7 Dia de todos os santos e primeiro domingo de Novembro**

No dia de todos os Santos, o Mordomo da Cruz, para a primeira missa da manhã, toca os sinos da Igreja de forma festiva, efectuando o mesmo para a missa conventual, que costuma ser rezada. Neste mesmo dia depois da hora de véspera é obrigado também o Mordomo da Cruz, a tocar os sinos repetidas vezes fazendo sinal para os fiéis defuntos; realizando o mesmo depois de se ter rezado as Avé Marias, para que os fregueses se lembrem de rezar pelas almas.<sup>388</sup>

Os Mordomos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário desta Igreja são obrigados a mandar fazer por conta da mesma confraria, todos os anos no primeiro Domingo do mês de Novembro, um sermão pelas Almas do Purgatório, com missa cantada.<sup>389</sup> Para além desta missa os mordomos são obrigados a mandar dizer mais nove missas totalizando assim dez missas pelas almas dos seus irmãos confrades defuntos, sendo estas celebradas no altar de Nossa Senhora do Rosário, como determinam os estatutos da confraria, com os paramentos da confraria.<sup>390</sup>

---

<sup>386</sup> *Epílogo*, fl. 61.

<sup>387</sup> *Epílogo*, fl. 124 v.º.

<sup>388</sup> *Epílogo*, fl. 111.

<sup>389</sup> *Epílogo*, fl. 111 v.º.

<sup>390</sup> *Epílogo*, fl. 124 v.º.

### 5.1.8 Ofertas para a comemoração dos defuntos e quarta-feira da Semana Santa

Os Mordomos da Confraria do Senhor, são obrigados a dar os paramentos e cera necessária para as missas do dia da comemoração dos defuntos e quarta-feira da Semana Santa<sup>391</sup>.

São obrigados em dia da comemoração dos defuntos, e quarta-feira da Semana Santa, virem à Igreja uma pessoa de cada casa, trazendo de oferta um vintém de pão branco, meia canada de vinhos e dois ovos, ou uma tigela de feijões, isto para cada um dos dois dias acima referidos. O Reverendo a cada oferta diz um responso pelas almas dos seus defuntos, de quem trás a oferta<sup>392</sup>.

As ofertas são recolhidas pelo Mordomo da Cruz, para a Sacristia, donde serão levadas depois para casa do Reverendo Pároco. Este toma nota no rol da Igreja daqueles que faltavam ao pagamento, obrigando-os o fazê-lo<sup>393</sup>.

No fim faz-se a procissão à roda da Igreja com resposos pelas almas e também missa rezada aplicada pelas almas das obrigações dos mesmos fregueses que pagaram as ditas ofertas<sup>394</sup>.

Também na quaresma, depois do quarto ou quinto Domingo da quaresma<sup>395</sup>, realizam os Mordomos da Confraria de Nossa Senhora do Rosário desta Igreja o Aniversário para todos os confrades e fregueses. Nesta cerimónia encomendam a Deus a alma dos Irmãos confrades defuntos, rezando, e realizando os chamados ofícios<sup>396</sup>.

## 5.2 Testamentos

O objectivo do testamento era forçar o homem a pensar na morte quando ainda tinha tempo disponível. Esta foi uma preocupação dos testadores da Meadela, como poderemos constatar pelo Quadro n.º 76. Esse pensamento surge principalmente, quando a doença se

---

<sup>391</sup> *Epílogo*, fl. 124 v.º.

<sup>392</sup> *Epílogo*, fl. 140.

<sup>393</sup> *Epílogo*, fl. 62, 89 e 112.

<sup>394</sup> *Epílogo*, fl. 62.

<sup>395</sup> Costuma realizar-se no Sábado antes de Domingo da Paixão. *Epílogo*, fl. 85 v.º.

<sup>396</sup> *Epílogo*, fl. 85.

manifesta ou a idade avançada assim o exige, prova disso são os 57,9% daqueles que realizam o seu testamento num período até aos 6 meses antes da morte, e destes 31,6% fá-lo à beira da morte. Um número bastante razoável é constituído por aqueles que com bastante antecedência se preparam convenientemente para deixar este mundo.

**Quadro n.º 76**  
**Intervalo entre a feitura do testamento e a sua abertura**

Intervalo	N.º Abs.	%
Menos de 1 mês	12	31,6
2 meses- 6 meses	10	26,3
7 meses- 11 meses	3	7,9
1 ano- 5 anos	6	15,8
6 anos- 10 anos	3	7,9
> 10 anos	4	10,5
Total	38	100

Fonte: Livros de testamentos

### 5.2.1 Formulário dos testamentos

Nos testamentos que estudámos e analisámos, estes raramente eram escritos pelo próprio testador o que nos leva a crer que nas fórmulas de encomendação a influência do escrivão seria grande, colocando este as expressões que usualmente praticava e que a Igreja introduzia através das orações. Os principais escrivães dos testamentos da Meadela eram: o Abade e padres da paróquia (19), e pessoas influentes da Meadela, arredores e da Vila de Viana (14). Sem referência surgem quatro casos e só um onde é o próprio que o redige sendo este padre da paróquia.

Quanto à estrutura interna do documento, identificámos várias partes: uma parte introdutória que geralmente se inicia com a invocação: “Em nome de Deos Amen...”, ou “Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, Espírito Sancto e um só Deus verdadeiro...”, ou ainda “No ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo...”, seguida da identificação do testador, através do nome, lugar de residência, estado civil, data da realização do testamento e a profissão de fé realizada com as seguintes palavras: “um só Deus verdadeiro em quem firmemente creio como catholico Romano, e nessa crença quero e pretendo viver e morrer christõmente” ou “como verdadeiro



christão pretendo viver e morrer na Santa Fé Cathólica ... e cré na Santa Madre Igreja Romana”. Margarida Durães, sobre expressões deste género, relaciona-as com a influência da Reforma Católica dimanada pelo Concílio de Trento em Portugal<sup>397</sup>.

O testador afirma, em seguida, o motivo que o levou a realizar o testamento e garantia a condição necessária para o fazer:

“...estando em meu perfeito juízo e Entendimento que Nosso Senhor me deo alguma cousa doente temendo a morte e desejando por minha alma no caminho da Salvação por não saber o que Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido levar-me para si...” ou “achando-me em idade avançada e bastante avançada”.

Segue-se a encomendação da alma propriamente dita e o pedido de intercessão dos santos em favor do testador. Em primeiro lugar recorrem à “Santíssima Trindade” ou a “Deos o Criador”, e a seguir à “Virgem Santíssima” e aos “Santos de Deos” ou “aos Santos e Santas da Corte do Cêo”, “Santos do meu Nome” e ainda ao “Anjo da Guarda” e “mais Anjos”. Os santos invocados, servindo de mediadores na salvação, dependem da preferência do testador, destacando-se: S. António, S. Pedro, S. José, os santos dos respectivos nomes e por vezes é utilizada a expressão: “Santos da minha particular devoção”. É frequente na Meadela a devoção a St.º André, prestando-lhe culto e romaria à capelinha alpendrada na encosta do monte de Santa Luzia.

Passa de imediato, a ditar o «cerimonial da morte»: refere o tipo de mortalha que irá vestir, o local do enterramento, cortejo, acompanhamento e o número de missas por sua alma, pelos parentes e amigos.

Depois de ter expresso as suas vontades no tocante ao pio, passa para a parte material. Nomeia o/os herdeiro(s) e a atribuição do terço. Passa a declarar os seus bens e eventuais dívidas, referindo mesmo os motivos desse endividamento. Mas quando lhe é devido dinheiro, não esquece de mencionar os devedores e a quantia devida.

---

<sup>397</sup> DURÃES, Margarida, *ob. cit.*, p. 173.

Por fim designa o executor testamentário, que por vezes coincide com o herdeiro. Refere-se ainda o redactor do testamento, as testemunhas.

Como ilustração, transcrevemos um dos testamentos encontrados nos livros de testamentos:

“Em nome de Deos Amen. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e nove, aos vinte e seis dias do mês de Junho do mesmo anno nesta freguesia da Meadella, nas asas e Quinta da minha Morada; Eu Domingos da Rocha Ennes de Carvalho, estando em meu perfeito juízo e Entendimento, digo e Entendimento que Nosso Senhor me deo alguma cousa doente temendo a morte e desejando por minha alma no caminho da Salvação por não saber o que Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido levar-me para si faço este testamento na forma seguinte: Primeiramente encomendo a minha alma à Santíssima Trindade, que a criou, e rogo ao Eterno Pai que pela morte de seu Unigenito filho a queira receber e a virgem Maria Senhora Nossa ao Santo do meu Nome e ao da minha guarda, digo, e ao da minha especial devoção, e milagroso Santo António, e a todos os Santos e Santas da Corte do Cêo, rogo sejam meus intercessores, quando minha alma deste mundo partir, para que va gosar da Bem aventurança para que foi criada porque como verdadeiro Christão protesto viver e morrer na Santa Fé Catholica, e crêr tudo o que tem e crê a Santa Madre Igreja Romana em cuja Fé espero salvar a minha alma. Falecendo da vida presente meu corpo será amortalhado com o habito de Sam Domingos, e será sepultado na Igreja das almas velhas da Villa de Vianna, e no dia do meu interro se fará um officio de trinta Padres, e no mesmo dia se dirão trinta missas por minha alma e se dará aos Reverendos Padres tanto pelo officio como pellas missas cento e sessenta e alem destas trintas missas do dia do meu interro se me dirão mais cem missas por minha alma, por uma só ves, e se dirão mais por alma de minha mulher já defunta quarenta missas, e se dirão mais por alma de Antonio Gigante des missas todas de esmola de cento e vinte, e todas por uma só ves; Declaro que sou viúvo, tenho filhos e filhas aos quaes todos instituo por meus herdeiros: Deixo o terço de todos os meus bens moveis e de rais havidos e por haver à minha filha Ighes Joaquina Soares do Rego des mil reis por uma só ves, e a Anna do Carmo

Soares Rocha vinte mil reis tambem por uma só ves, e à minha criada Balvina mil e dusetos reis tambem por uma só ves. Pesso á minha filha Ighes Joaquina Soares do Rego, por serviço de deos seja minha Testamenteira, e lhe pesso que cumpra tudo quanto deixo determinado, digo, deixo declarado neste meu Testamento. (...) e por não poder bem escrever pedi ao Reverendo Padre João Gonçalves Parollo da freguesia de Santa Maria Maior da Villa de Vianna que este me fissesse na minha presença, o qual depois de feito mo leo, e o achei conforme o tinha dictado, eu que este fis por mo assim pedir me assigno hoje vinte e seis do mês de Junho de mil oitocnetos e trinta e nove. O Padre João Gonçalves Parrola= Domingos da Rocha Ennes do Carvalho”.

### **5.2.2 A população testamentária**

O número de testamentos não é apenas uma consequência directa do aumento de óbitos, este depende também das crises económicas e demográficas, da religiosidade da comunidade e alterações na mentalidade e comportamento social.

Procurámos perceber a preocupação da população da Meadela em preparar-se convenientemente para a morte e para isso começámos por levantar todos os assentos de óbitos (só dos maiores) da paróquia e calcular a percentagem dos que realizavam testamento. Para isso, dividimos a nossa observação em quatro períodos que vão de 1593 a 1850, totalizando 789 óbitos e destes 368 preocupou-se em preparar “uma boa morte” realizando testamento, correspondendo a 46,6%, percentagem significativa.

**Quadro n.º 77**  
**Testadores e abintestados**

Períodos	Homens			Mulheres		
	N.º óbito	N.º test.	%	N.º óbito	N.º test.	%
1593-1649	47	31	66	101	59	58,4
1650-1699	34	15	44,1	69	34	49,3
1700-1749	34	15	44,1	48	27	56,3
1750-1799	86	33	38,4	116	27	23,3
1800-1850	119	62	52,1	135	65	48,1
Total	320	156		469	212	

Fonte: Registos Paroquiais

Podemos observar pela leitura do quadro *Testadores e Ab Intestados* a existência de diferentes comportamentos ao longo do tempo e de acordo com o sexo. A maior preocupação em registar as suas últimas vontades evidencia-se até meados do século XVII para ambos os sexos, com 66% para os homens e 58,4% para as mulheres, fruto provavelmente da influência da Reforma Católica. A partir desta data notámos um certo esmorecer na feitura de testamentos, principalmente nos homens, que passam a ser superados pelas mulheres. Esta maior participação das mulheres no acto de testar pode dever-se a vários factores: demográficos, sócio-económicos e psicológicos. Pensámos que a nível demográfico o índice de feminilidade explica em parte, a maior participação das mulheres no acto de testar, já que estas são em maior número em relação aos homens nos últimos anos dos seu ciclo vital. Também o celibato definitivo maior nas mulheres, poderá ter contribuído para este aumento, isto para aqueles que possuíam um património para dispor, mas também para cuidar da salvação da sua alma. Factores de ordem sócio-económica explicam o importante número de testamentos de mulheres viúvas. Sobrevivendo em maior número que os homens, tornam-se chefes de família. Não poderemos esquecer a importância dos factores psicológicos e religiosos, onde subsistia na época a

preocupação, particularmente das mulheres na sua salvação, pois estas eram conotadas muitas vezes com um ser impuro e demoníaco<sup>398</sup>.

Atinge-se na segunda metade do século XVIII os valores mais baixos, em particular nas mulheres, com os 23,3%. Os valores voltam a subir na primeira metade do século XIX, aproximando-se entre os sexos, com 52,1% para os homens e 48,1% para as mulheres.

Constatámos, tal como acontece em outras paróquias minhotas<sup>399</sup>, que a partir do século XVII a prática de testar deixa de ser uma prática sobretudo masculina, e as mulheres conseguem mesmo uma igualdade e em certos períodos sobrepor-se aos homens.

Da pequena amostragem de 38 testamentos (1835-1850) analisados concluímos que estes não eram privilégio dos afortunados, sendo também realizado pelos pobres, revelando que no decorrer do século XIX se dá uma generalização da prática de testar, influência, pensamos, da Igreja Católica junto da população moribunda.

Depois de termos feito a distinção por sexos da população testamentária, tentámos relacionar a feitura do testamento dos homens e das mulheres com o seu estado civil. Da consulta dos livros de testamentos do período de 1835 a 1850 constatámos que dos 38 testamentos 11,6% foram realizados de “mão comum<sup>400</sup>”, contando os casados isolados 30,2% e as casadas isoladas 16,3%, valor ultrapassado apenas pelas viúvas com 25,6%. Bastante significativo

---

<sup>398</sup> DURÃES, Margarida, “No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social”, in *Boletín de la Asociación de demografía Histórica*, X, 3, 1992, pp. 132-133.

<sup>399</sup> Margarida Durães apresenta como exemplo desta situação a paróquia de Venade (Caminha) que estudou, onde 60,7% dos testamentos são feitos por mulheres, embora elas não saibam escrever, nem sequer assinar. A população masculina que testa atinge apenas os 39,6%. Na tentativa de encontrar uma explicação para estes factos, a autora centra-se na situação civil das mulheres, predominando as solteiras e as viúvas, assim como também o hábito espalhado entre os casais de fazerem o testamento em comum. Terá sido o aumento de elementos destes três casos que terá permitido a superioridade numérica dos testamentos femininos em relação aos masculinos. In DURÃES, Margarida, *ob. cit.*, p. 171.

<sup>400</sup> As mulheres casadas participam no acto de testar através da prática muito em voga do *testamento de mão comum* que se mantém até à publicação do Código Civil de 1867/68. Numa mesma escritura, marido e mulher determinam a sua última vontade em relação aos bens espirituais a aproveitam para se nomearem *um ao outro* como principais herdeiros beneficiários do património.

são os 16,3% dos solteiros testadores. Quase insignificantes são os viúvos e as solteiras que se preocupam em fazer testamento neste período atingindo respectivamente os 7% e os 4,7%.

**Quadro n.º 78**  
**Situação civil- Homens**

Estado civil	Períodos									
	1593-		1650-		1700-		1750-1799		1800-1850	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Casados	10	32,3	6	40	3	20	7	21,2	35	56,5
Solteiros	1	3,2	2	13,3	6	40	8	24,2	11	17,7
Viúvos	2	6,5	1	6,7	-	-	18	54,5	14	22,6
Indeterminado	18	58,1	6	40	6	40	-	-	2	3,2
Total	31	100	15	100	15	100	33	100	62	100

Fonte: Registos Paroquiais

**Quadro n.º 79**  
**Situação civil dos testadores- mulheres**

Estado civil	Períodos									
	1593-1649		1650-1699		1700-1749		1750-1799		1800-1850	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Casadas	17	28,8	5	14,7	4	14,8	12	36,4	29	44,6
Solteiras	7	11,9	13	38,2	12	7,4	3	9,1	13	20
Viúvas	20	33,9	5	14,5	8	29,6	18	54,5	17	26,2
Indeterminado	15	25,4	11	32,4	3	11,1	-	-	6	9,2
Total	59	100	34	100	27		33	100	65	100

Fonte: Livros de Testamentos

Verificámos pela análise dos Quadros n.º 78 e n.º 79, que a percentagem de casados é bastante elevada, nos homens, situando-se entre os 20% na primeira metade dos século XVIII e os 56,5% na primeira metade do século XIX. É a partir da segunda metade do século XVIII que as mulheres casadas fazem em maior número testamento, atingindo o máximo de 44,6% na primeira metade do século XIX. Este aumento percentual deve-se em parte à feitura de testamento de "mão comum" com os maridos. Uma percentagem grande dos casados deixam os seus bens aos filhos, e os que não têm filhos, normalmente legam os seus bens "um ao outro" e a parentes mais próximos, principalmente irmãos ou sobrinhos. Citemos como

exemplo o caso de Gaspar Gonçalves Corucho casado com Teresa Gonçalves que realizaram testamento de “mão comum”, em 16 de Abril de 1840, não tendo o casal filhos, e determinam:

“... o que sobreviver herdará e disporá como quiser, mas se tal não fizer” declaram “que por este nosso testamento ultimo e derradeiras vontades instituimos por nossos herdeiros de todos os Bens Moveis e de rais e imoventes, prasos de quaisquer natureza, e de todos e quaisquer direitos e acções a nosso sobrinho, Jose Manoel Gonsalves, e a sua mulher Maria Gonsalves Borlido, vindo elles e assistindo em nossa casa até à morte do ultimo de nós” e acrescenta “deixo a meu sobrinho e afilhado Domingos Gonçalves Coruxo da Villa de Vianna quinze alqueires de milho, pensão que meus herdeiros lhe darão todos os annos pelo Sam Miguel de Setembro, em quanto elle fôr vivo, cuja pensão cessará depois de sua morte” e adverte “que supôsto tive contas com o dito meu sobrinho Domingos Gonsalves Coruxo, já ajustamos, e nada lhe deixo, e por isso, cazo elle deixasse de desencarregar alguma verba, e isto em algum tempo seja pedido a meus herdeiros, não se lhe dará ao dito, por que tudo está pago<sup>401</sup>”.

Na Meadela são raríssimos os casos em que os herdeiros não são familiares mais ou menos chegados, quando isto acontece estes são escolhidos pelos bons laços de vizinhança e ajudas prestadas e futuras. Foi o que sucedeu com Domingos Parente casado com Teresa Dias, que realizaram testamento de “mão comum” em 14 de Fevereiro de 1833. Este casal não teve filhos e achando-se em idade avançada e já sem forças, instituíram-se um ao outro, o que sobreviver e referem:

“e o domínio o deixamos ao nosso vizinho Francisco Gonçalves Borlido, e a sua mulher Rosa Pires, e por morte do último lhe deixamos o domínio em frente, esperando delles nos assistirão com caridade em nossas infirmitades, e necessidades e com a obrigação de fazer nosso bem d'alma...<sup>402</sup>”.

---

<sup>401</sup> *Livro de Testamentos* n.º 9, fls. 59-61.

<sup>402</sup> *Livro de Testamentos* n.º 2, fls. 82-183.

São particularmente as viúvas que mais se preocupam em realizar testamento, como poderemos constatar pelo Quadro N. ° 79, com um mínimo percentual de 14,5% na segunda metade do século XVII e um máximo de 54,5% na segunda metade do século XVIII, valor igual ao atingido pelos viúvos no mesmo período.

Quanto aos solteiros estes surgem mais retraídos na feitura do testamentos, pois alguns podem não ser herdados. Destacam-se, no entanto, os homens na primeira metade do século XVIII com o valor percentual de 40% e nas mulheres atinge-se o máximo de 38,2% na segunda metade do século XVII. Os celibatário possuidores de um património, realizavam o seu testamento como forma de distribuir os seus bens, em virtude da inexistência de herdeiros legítimos ou obrigatórios, mas também para cuidar da salvação da sua alma. A solidão, a doença ou a velhice sentida por eles levou-os a realizar com o máximo cuidado o seu testamento, preocupando-se em indicar os seus herdeiros e os bens que lhes eram atribuídos, assim como as suas últimas vontades no tocante ao espiritual. Quase sempre são os sobrinhos ou irmãos os seus herdeiros naturais, que muitas vezes viviam com eles. Vejamos o caso curioso do prestigiado e rico, Tomás de Gouveia Coutinho, solteiro e residente na Quinta da Argaçosa, que em 11 de Agosto de 1834 realizou o seu testamento. Declara em relação aos bens temporais:

”quanto aos bens de vinculo, de que sou Administrador, elles passão pela disposição da Lei independentes de vocação minha ao herdeiro a quem por direito pertencem que he meu sobrinho Roberto de Gouveia Coutinho, ao qual constituo por meu herdeiro de todos os bens Livres, moveis de casa e de Lavoura, e animaes, fructos, roupas, Louças dinheiro em ser ou dívidas activas, e tudo quanto se achar dentro da minha casa e Quinta ao tempo do meu fallecimento com a obrigação porêm de que o dito meu Sobrinho e herdeiro dará cada um anno a minha criada a Maria da Silva, e a sua filha Rosa vinte alqueires de milho a cada um em quanto vivas forem, e mais se lhes dará a cada uma sua cama de roupa aparelhada de tudo, e tambem se lhes não bolirá naquillo que tiverem nas suas caixas, e todas estas deixas somente terão lugar continuando elleas a servir-me e a tratar-me na doença, e na saúde até a minha morte, como ategora: declaro que todos os



Criados e Criadas que actualmente se achão servindo na minha casa ficão pagos das suas soldadas até o dia de hoje, e o meu herdeiro lhes pagará por daqui para diante, se eu falecer sem lhes ter pago, o mais tempo que decorrer e que elles se conservarem no meu serviço e declaro que Manoel Gonçalves, Manoel da Balinha me he devedor da quantia de dozentos mil reis em metal a juro de cinco por cento por duas Escripturas que se achão entre os meus papeis, cujo capital quero que seja repartido igualmente a saber: cem mil reis que deixo a minha Irmã Dona Maria Benta sendo viva ou a seus herdeiros sendo fallecida; e o outro cem mil reis serão repartidos por meus sobrinhos filhos de meu Irmão Francisco de Gouveia, Dona Maria Lauriano, Egídio e Luíz. Quero que o meu herdeiro conserve no arrendamento que traz do Campo da Senhora da Ajuda pela pensão de oito alqueires de milho a José Pedro casado com uma filha de minha criada a Maria, chamada Anna aos quaes deixo e herdo-o tudo o que tiverem devendo à hora da minha morte, por qualquer título que seja , e recomendo ao meu herdeiro que lhe não contendo com o lugar e casas, porque tudo é feito à custa delles Caseiros. Declaro mais que em meu digo, que em poder do meu particular amigo o Meretíssimo senhor José Caetano da Costa Correia tenho a guardar a quantia de cento e secenta mil reis metal , de cuja quantia elle está encarregado de tirar o preciso para satisfazer as despesas do meu funeral e enterro e as disposições pias deste testamento; e doque depois lhe restar há-de tambem satisfazer algumas outras cousas que lhe tenho recomendado, e de que se lhe não pedirão contas nem judicialmente, nem extrajudicialmente, pois pela antiga amizade, e trato pessoal que com elle tenho tido no decurso de muitos annos, estou certo e seguro de que elle há-de cumprir o que em segredo lhe tenho pedido e recomendado, com tanta exacção como se eu o fizesse por minha propria mão; e por estar nesta intellegencia rogo ao sobredito meu amigo queira ser meu testamenteiro; mas quando elle por motivo das suas molestias não possa condescender neta parte com meu desejo e vontade então peço a seu Irmão o Senhor Manoel Carlos da Costa Correia de Araujo aceite esta minha Testamentaria, por caridade; e em

signal de reconhecimentoa que me obrigará por este trabalho  
lhe deixo quarenta e oito mil reis metal<sup>403</sup>’.

Ao testamento acrescenta um *codicillo*, onde determina substituir a porção anual de alqueires de milho que deixava a suas criadas Maria da Silva e sua filha Rosa enquanto fossem vivas e se conservassem ao seu serviço, até à hora do seu falecimento. Mas achando que este legado poderia trazer dúvidas e questões ao herdeiro instituído, ou por falta de rendimento dos bens livres da sua herança, ou por qualquer outro motivo, decidiu substituí-lo por uma quantia em dinheiro dada de uma só vez: Vinte e quatro mil réis a Maria da Silva e quarenta e oito mil a sua filha Rosa. Acrescenta ainda que as soldadas destas estavam pagas até Dezembro.

Este testamento minucioso e exaustivo dá-nos informações riquíssimas sobre o papel das criadas no agregado familiar, reconhecendo os serviços prestados e recompensando-os por isso, desejando que os sirvam até à hora da sua morte. Esta prática era usual pelos testadores que tinham ao seu serviço criados ou criadas.

O desejo de explicar pormenorizadamente as dívidas que possuíam, ou que lhe deviam, está bem patente nos testamentos da Meadela que consultámos. Em numerosos casos, os testadores ofereciam a quantia ao devedor, perdendo-lhe, assim a dívida. O testamento que transcrevemos acima apresenta-nos as duas situações.

Este testador possuía terras na Meadela que eram exploradas por caseiros, que melhoravam a propriedade arrendada. Alguns testamentos demonstram que muitas das terras da Meadela eram arrendadas por contratos de duração variável, por caseiros e lavradores-rendeiros.

### 5.2.3 Executores testamentários

O executor testamentário era designado pelo testador, que deveria cumprir todas as disposições expressas em testamento, assim como sobre o destino e boa aplicação dos bens, no prazo estabelecido pela lei, que era de um ano, perante as autoridades civis e eclesiásticas.

---

<sup>403</sup> *Livro de testamentos*, n.º 1, fls. 85-87.

No período de 1835 a 1850, constatámos que os testamenteiros são quase só pessoas da família: preferencialmente são escolhidos os filhos com 36,8%, isto no caso dos casados, seguindo-se o cônjuge com 29%, ligeiramente em menor percentagem outros familiares com 23,7%, sendo estes geralmente irmãos ou sobrinhos, escolhidos principalmente pelos solteiros. Eram estes últimos que escolhiam com maior frequência executores testamentários que não eram seus familiares. Vimos isso no testamento anterior, onde Thomás Gouveia Coutinho escolheu como testamenteiro o seu amigo o “Merretíssimo Senhor” José Caetano da Costa Correia e em caso de impedimento seria o seu irmão Senhor Manuel Carlos da Costa Correia de Araújo, e para tal lhe deixava 48.000 reis<sup>404</sup>. Pessoas influentes eram por vezes escolhidas como testamenteiros, em quem neles os testadores confiança plenamente. Uma dessas pessoas na Meadela foi:

O Capitão José da Guia Pereira da Silva, que surge citado como testamenteiro duas vezes. Antónia Gonçalves Campaíña, criada do Capitão José da Guia Pereira da Silva, residente na sua casa, no seu testamento feito em 5 de Agosto de 1831, instituiu-o como testamenteiro, para que lhe vendesse os poucos móveis e do seu produto pagasse e satisfizesse o seu bem de alma. Deixou-lhe a ele e à sua mulher 12.000 reis<sup>405</sup>. Também o casal Gaspar Gonçalves Corucho e sua mulher Teresa Gonçalves, que realizaram testamento de “mão comum”, em 16 de Abril de 1840, escolheram este testamenteiro, legando-lhe para isso 6.400 reis pelo seu trabalho<sup>406</sup>.

O testamenteiro poderia ser mais do que uma pessoa, por vezes era escolhido o casal, ou sendo filhas solteiras indicavam no testamento pessoas para ajudar a testamenteira a cumprir as suas funções. Dentro dessas pessoas destaca-se o padre da paróquia. Como exemplo disto vejamos o testamento de:

---

<sup>404</sup> *Livro de testamentos*, n.º 1, fls. 85-87.

<sup>405</sup> *Livro de testamentos*, n.º 5, fls. 48-50.

<sup>406</sup> *Livro de testamentos*, n.º 9, fls. 59-61.

Manuel José de Araújo Pereira, solteiro, de Vila do Conde e residente na freguesia da Meadela, realizado em 27 de Dezembro de 1825. Nomeou a filha Felizarda Angelica de testamenteira, e para a ajudar caso fosse necessário, ou estando esta impossibilitada, o seu vizinho José Luis Soares Boticário e o Reverendo Francisco José Pereira Veloso, Abade da freguesia da Meadela<sup>407</sup>.

Os padres da paróquia são por vezes citados nos testamentos pelos dinheiros que lhe eram devidos do pagamento das permícias e serviços que prestavam. Estes também emprestavam às pessoas com maiores dificuldades e que recorriam a eles nos momentos de maior desespero, não esquecendo estas de referir no seu testamento a quantia devida ao Reverendo, isto para que, na impossibilidade de liquidarem as suas dívidas, o testamenteiro o fizesse. Foi o que sucedeu com:

Luísa Pires viúva de Manuel Soares Rodrigues, que no seu testamento realizado em 29 de Junho de 1839, disse dever ao Senhor Abade da Meadela a quantia de 25.600 réis em metal<sup>408</sup>.

E também com Domingos Parente casado com Teresa Dias, que no testamento de “mão comum” redigido em 14 de Fevereiro de 1833, dizem: “devemos ao Reverendo Abade actual desta freguesia vinte e hum tostão, procedidos de milho<sup>409</sup>”.

#### **5.2.4 Sistema de herança e bens herdados**

Apercebemo-nos que os testamentos analisados por nós sobre a Meadela, embora não possam ter um tratamento estatístico abrangente, dada a amostra relativamente pequena destes, podemos retirar-lhes todo um conjunto de informação qualitativa sobre o comportamento adoptado pelos testadores da Meadela quanto à

---

<sup>407</sup> *Livro de testamentos*, n.º 10, fls. 34-36.

<sup>408</sup> *Livro de testamentos*, n.º 8, fls. 56-58.

<sup>409</sup> *Livro de testamentos*, n.º 2, fl. 182-184.

distribuição do seu património, sistema de herança e tipo de bens deixados.

Margarida Durães no estudo dos *sistemas de sucessão e repartição do património*, praticado pelos camponeses do Noroeste de Portugal, no século XVIII e XIX, procura esclarecer sobre estes assuntos. De acordo com os princípios legais<sup>410</sup>, encontrou no seio da sociedade camponesa 4 sistemas de herança dependendo estes da natureza dos bens que constituem o património:

- Sistema de sucessão e herança igualitária;
- Sistema de sucessão igualitária, herança vantajada se o terço é utilizado em benefício de um dos herdeiros legítimos;
- Sistema de sucessão única, herança igualitária;
- Sistema de sucessão única, herança vantajada podendo o herdeiro ser ou não o sucessor.

Iremos ver qual o sistema mais escolhido pelos testadores da Meadela e os motivos que estarão por detrás desta escolha. Para isso analisemos o Quadro N.º 80.

---

<sup>410</sup> Veja-se os princípios gerais, expresso nas Ordenações, que deveriam presidir à repartição da herança, tanto à composta por bens alodiais ou susceptíveis de partilha (exemplo: bens móveis), como no morgadio ou na propriedade enfiteuta. Estes dois últimos possuíam uma legislação particular baseada num conjunto de princípio que caracterizavam estes sistemas de apropriação e exploração fundiária e os definiam como bens indivisíveis. In DURÃES, Margarida, “No fim, não somos iguais: Estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X, 3, 1992, pp. 125-141.

**Quadro n.º 80**  
**Escolha do herdeiro na forma de herdeiro único e na herança beneficiada**  
**(Terço)- 1835-1850**

Escolha do sucessor	Testadores com filhos		Testadores sem filhos	
	Herdeiro único	Terço	Herdeiro único	Terço
Cônjuge	-	23,7%	7,9%	-
Primog. varão	-	10,5%	-	-
Primog. fêmea	2,6%	5,3%	-	-
Varão	-	7,9%	-	-
Fêmea	-	10,5%	-	-
Ultimog. varão	-	-	-	-
Ultimog. fêmea	-	2,6%	-	-
Netos/as	-	2,6%	-	-
Colaterais	-	-	-	2,6%
Sobrinhos	-	-	21,1%	-
Outros	-	-	2,6%	-

Fonte: Livros de Testamentos

O sistema predominante de sucessão na Meadela era o igualitário, com herança beneficiária (terço), isto quando o património era livre de constrangimentos jurídicos. Este património, constituído regra geral, por bens divisíveis, era repartido igualitariamente entre os herdeiros obrigatórios ou, então beneficiava um deles quando utilizada a parte disponível (herança beneficiada- terço). Quando isso acontecia quem era o escolhido?

Em primeiro lugar o escolhido entre os familiares com filhos era o cônjuge. Marido e mulher nomeiam-se, geralmente um ao outro como herdeiros universais de todos os bens, atribuindo-se mutuamente os terços e demonstram confiança um no outro para fazer cumprir todas as determinações temporais e espirituais expressas em testamento. Tem ainda o privilégio de poder nomear o sucessor que mais lhe agrada e convier. Em regra, o testador reconhecia se tinha ou não *herdeiros forçados*, descendentes directos reconhecidos pelo

nome<sup>411</sup> e, se isso não acontecesse, era livre de escolher como herdeiro quem quer que lhe aprouvesse. Por exemplo:

Thomásia Parenta casada com João Francisco Pereira, realizou testamento em 5 de Março de 1839, declarando: “que o terço de todos os meus bens assim móveis como de tudo quanto me pertencer o deixo a meu marido com a obrigação de satisfazer todos os meus bens de alma e depois de sua morte, ele o poderá dispor em um dos meus filhos, porem naquelle que mais lhe agradar, e melhor o merecer ...<sup>412</sup>”.

Mas nem todos os testadores casados têm descendentes obrigatórios, acontecendo o mesmo com alguns viúvos e quase todos os celibatários. Estes podem dispor livremente do seu património, mas em caso de bens foreiros que são indivisíveis, terão forçosamente que nomear um sucessor. Na Meadela a escolha recaiu preferencialmente para os sobrinhos, atingindo-se os 21,1%. Voltamos a citar o testamento de Gaspar Gonçalves Corucho e de sua mulher Teresa Gonçalves (testamento “de mão comum”), realizado em 16 de Abril de 1840, onde referem:

“não temos herdeiros legítimos descendentes, nem ascendentes, e por isso aquelle que de nós fallecer, deixa nomeia e institue por seu universal herdeiro de todos os seus Bens moveis e de rais presentes e futuros, ao que de nos sobreviver, o qual de tudo herdará dispôs como por sua vontade, porem se tal suposição não fizer declaramos que por este nosso Testamento ultimo e derradeiras vontades instituímos por nossos herdeiros de todos os nossos Bens Moveis e de rais e imoventes, prasos de quaisquer natureza, e de todas e quaisquer direitos e acções a nosso sobrinho, Jose Manoel Gonsalves, e a sua mulher Maria Gonsalves Borlido, vindo elles e assistindo em nossa casa até a morte do último de nós...<sup>413</sup>”.

---

<sup>411</sup> A Lei Geral do Reino protegia os filhos, reconhecendo mesmo como herdeiros os filhos ilegítimos.

<sup>412</sup> *Livro de testamentos*, n.º 7, fls. 54 v.º -55.

<sup>413</sup> *Livro de Testamentos*, n.º 9, fls. 59-61.

Se a primeira opção recaía pelo cônjuge, em segundo lugar os pais escolhiam como beneficiário do terço o primogénito varão ou uma das filhas. Mais do que a primogenitura, a escolha prendia-se com o primeiro filho que casava em casa, sendo este por vezes o filho varão, quando tal não acontecia a escolha recaía frequentemente sobre uma das filhas, podendo esta estar casada ou não. A necessidade de protecção, amparo, carinho e de cuidados, agravados pela velhice ou doença, levou-os a socorrer-se desta estratégia. É frequente encontrarmos expressões neste sentido: “em recompensa do bem que nos tem acompanhado, e tratado, e esperamos continue acompanhar, e tratare até o ultimo de nós fallecer” ou “que assiste na minha companhia, pelos bons serviços e companhia que me tem feito”. Há mesmo quem reconheça o trabalho prestado pelas filhas, isso nos diz:

Joana Alves da Cruz, viúva de Manuel Dias, que no seu testamento de 16 de Fevereiro de 1841, que deixa o terço à sua filha Maria Rosa “não só em desconto das suas soldadas, pois sempre me tem servido, mas pelo carinho e bom modo e continua assistência que me tem feito em minhas doenças e enfermidades” com a obrigação de lhe fazer o seu bem de alma<sup>414</sup>.

Nesta paróquia, a necessidade de manter a integridade da casa, e de encontrar um novo chefe para o agregado familiar, fez com os testadores mostrassem uma ligeira preferência pelos filhos do sexo masculino, que viriam a suceder na casa. Em troca, o sucessor herdeiro ou beneficiado, teria que pagar aos seus irmãos herdeiros igualitários as legítimas que lhes cabem. Esta tarefa não era fácil para o sucessor. Os outros descendentes deviam esperar pacientemente o pagamento os seus legados. Quando estes tardavam, viam-se constringidos ao celibato e a estar sobre a dependência do irmão beneficiado.

Havia uma particular preocupação em proteger as filhas solteiras, mesmo não sendo estas beneficiadas com o terço. Assim aconteceu com:

---

<sup>414</sup> *Livro de testamentos*, n.º 11, fls. 183-185.



Domingos Dias da Costa casado com Maria Martins, que no seu testamento nomeou a mulher como beneficiária do terço e por morte desta ficaria disposto ao filho José: “assistindo elle em Pas e em boa harmonia com ela até à hora de sua morte, e não lhe fazendo elle a vontade o disporá ella em quem quiser...” e acrescenta “declaro que deixo mais a minha filha Maria a casinha do Tear não casando ella e casando ella sempre levará o tear, e lhe darão mais em dinheiro a quantia de tres mil reis ...<sup>415</sup>”.

Também o padre Domingos Pires da Costa expressa no seu testamento, feito em 5 de Maio de 1821, a preocupação que as sua sobrinhas fossem protegidas pelo seu herdeiro e testamenteiro, o seu sobrinho, isto pela boa companhia e assistência prestada, mas com uma condição: “de ter consigo, todas as suas Irmãs que quizerem ficar Solteiras, e vivendo ellas em Santo temor de Deos, e Castidade, socorrendo-as em suas necessidades vestindo-as, e dando-lhes o necessario, e vivendo com ellas como Deos manda e como um bom Irmão o que espero e confio da sua bondade. E se ellas se quizerem casar, e a sahir da sua companhia sem serem mandas, ou aperreadas as imporá como quizer e for sua vontade, e conforme ellas o merecem. E se o dito meu Sobrinho as mandar por fora da sua companhia vivendo ellas bem, estando solteiras lhe dará seis alqueires de milho a cada uma enquanto estiverem Solteiras, e viverem com ouras, e em Santo temor de Deos esta obrigação durará enquanto ellas estiverem Solteiras, e por uma só vez, e casando-se fica livre desta obrigação, e os Irmão lhos recomendo os trate como Irmão e os imporá como poder, e quizer, e elles lhe merecerem, e tambem terá consigo sua Mai e lhe assistirá com tudo o necessário até a ora da sua morte estimando-a como sua Mai<sup>416</sup>”.

Parece que os testadores tinham consciência de que favorecer uma pessoa, em especial um filho, em relação aos outros podia ser

---

<sup>415</sup> *Livro de testamentos*, n.º 11, fls. 32-33.

<sup>416</sup> *Livro de testamentos*, n.º 10, fls. 155-157.

causa de atrito. Este receio levou alguns testadores a fazer as suas recomendações. Por exemplo:

Simão Gonçalves e sua mulher Francisca Fernandes, no seu testamento de “mão comum” realizado em 27 de Junho de 1824, determinava que deveriam partir-se “os mais bens como cada hum couber legitimamente, e sendo possível amigavelmente<sup>417</sup>”.

As famílias viam sempre com receio e preocupação o recrutamento de um filho para o exército, mais pela necessidade da mão-de-obra por ele prestada do que por motivos emocionais. Vejamos o que sobre este caso Maria Rosa d’Amorim viúva de Manuel Fernandes Moreno nos diz no seu testamento de 30 de Dezembro de 1834:

“Declaro mais que se algum dos ditos meus filhos (tinha quatro rapazes) for para Soldado aquelle que for Senhor do Terço asima declarado lhe dará para ajuda de seu livramento cincoenta mil reis, mas isto se entende sendo preso ou recrutado nesta casa de seu Nascimento, por que ausentando-se para ganhar a vida, e soceda por lá ser preso então nada se lhe dará; Declarou mais elle Testadora que sucedendo que sentem Praça dois dos seus filhos, neste caso se entende sendo presos, ou recrutados nesta Casa então só lhe serão dados vinte e cinco mil reis a ca hum. Item disse mais que do terço deixado ao que em casa casar, se daria a cada hum dos outros tres filhos quatro mil reis<sup>418</sup>”.

Aqueles que emigravam também não eram esquecidos nos testamentos pelos pais, sublinhando a noção de igualdade e justiça. Exemplo disso é o testamento de Manuel Afonso Coelho casado com Josefa Martins Antunes redigido em 30 de Julho de 1844, onde declaram:

---

<sup>417</sup> *Livro de testamentos*, n.º 5, fls. 72 v.º -75.

<sup>418</sup> *Livro de testamentos*, n.º 5, fls. 75 v.º -77.

”gastamos com nosso filho Domingos Coelho em viagem para o Brasil settenta e dous mil reis, que se devem levar em conta para com os outros irmãos...<sup>419</sup> “.

Havia uma particular preocupação com a educação, principalmente quando esta se destinava ao sacerdócio. Ter um filho, neto ou sobrinho sacerdote era uma benção e um orgulho para a família. Esta situação surge bem expressa no testamento de Luísa Maria Pires, viúva de Manuel Soares Rodrigues, em 29 de Junho de 1839, quando declara:

”deixo duas moedas a meu neto Joaquim caso se elle ordene; e não se ordenando a sua mai, e minha filha theresa...<sup>420</sup>”. Também o Reverendo Padre Francisco Dias Gonçalves, no seu testamento de 18 de Maio de 1826, determina: ”quero que completem o Património a seu filho António (filho de seu sobrinho) pelos bens, não chigando a sua legítima tomando ordens Sacras...<sup>421</sup>”.

Há testamentos que revelam a prática do dote, isto é, a entrega de bens ou dinheiro aquando do casamento de uma filha, talvez para assegurar um parceiro digno. Margarida Durães, para o Noroeste de Portugal afirma que:

“Os dotes ou os legados por conta da legítima dos membros femininos eram em média mais elevados que aqueles que se atribuiam aos membros masculinos. Fazer um bom casamento dependia essencialmente do dote, tendo por isso, os camponeses bracarenses investido muito mais nos dotes dos membros femininos do que nos dotes dos rapazes<sup>422</sup>”.

Essa preocupação teve-a Luísa Maria Pires viúva de Manuel Soares Rodrigues, ao referir no seu testamento de 29 de Julho de 1939 que :

---

<sup>419</sup> *Livro de testamentos*, n.º 14, fls. 105-107.

<sup>420</sup> *Livro de testamentos*, n.º 8, fls. 56-58.

<sup>421</sup> *Livro de testamentos*, n.º 6, fls. 14 v.º-16 v.º.

<sup>422</sup> DURÃES, Margarida, *No fim não somos iguais...*, *ob. cit.*, p.138.

”já em dote de casamento por meu filho João, e minha Nora Joanna Pires, que comigo vivem lhe dotei na Escripura e Nota...<sup>423</sup>”.

Por vezes os irmãos ausentes concedem às irmãs dotes para que elas se casem bem. Temos o exemplo de:

Manuel, ausente no Rio de Janeiro, filho de Rosa Parenta, viúva de Domingos Pires, que enviou dinheiro para esse fim, para as irmãs, Tomásia e Maria. Deu à primeira dezoito moedas e a Maria trinta e dois mil reis. Este dinheiro, no entanto, foi gasto pela mãe para pagar as suas necessidades e “vexações”, e é indicado no testamento como dívida para com as suas filhas<sup>424</sup>.

Há mesmo quem faça Escritura de doação para o casamento de um filho.

Essa foi a intenção do casal António Fernandes Moreno e de Faustina Parenta, com o objectivo de seu filho Manuel casar com Maria Rosa, mas tal não se efectuou por não estar devidamente assinada (“com Provisão”) e por ter posteriormente falecido o dito Manuel<sup>425</sup>.

Mas, há quem declare que aquilo que deu para o casamento não deve ser tido em conta nas partilhas.

Isto fê-lo Simão Gonçalves casado com Francisca Fernandes, quando realizou testamento em 27 de Julho de 1824 dizendo: “algumas muidezas que deu aos casados não é causa de partilhas<sup>426</sup>”.

Em conclusão poderemos afirmar que o sistema de herança e as estratégias familiares para a transmissão do património, adoptadas pela comunidade da Meadela e generalizável ao Alto-Minho, diferem

---

<sup>423</sup> *Livro de testamentos*, n.º 8, fls. 56-58.

<sup>424</sup> *Livro de testamentos*, n.º 18, fls. 55-57.

<sup>425</sup> *Livro de testamentos*, n.º 11, fls. 137-139.

<sup>426</sup> *Livro de testamentos*, n.º 5, fls. 71-75.

consoante o sexo, estado civil e condição social do testador, e essencialmente pelo regime de propriedade. Para aqueles que possuíam um património livre de constrangimentos jurídicos, o sistema de herança praticado era o igualitário entre os herdeiros obrigatórios, podendo beneficiar um com o terço disponível. Os proprietários e lavradores, com terras aforadas, praticam um sistema de transmissão e herança desigual, com o objectivo de preservar a integridade da casa e das terras que lhe estão adstritas, mantendo-se o prestígio e o estatuto da família.

Quanto aos bens legados são frequentemente referidos os bens móveis e de raiz. Nos bens de raiz, surgem em alguns testamentos referências a leiras, bouças, campos, olivais, quintas ... . Surgem referências também a terras emprazadas e aforadas. Eram como já vimos indivisíveis, escolhendo-se um herdeiro para as manter. Assim aconteceu com Maria Gonçalves Carvalha viúva de Domingos Dias, que em 5 de Junho de 1833, que determinou que:

”o terço o deixo a minha filha Maria com a obrigação de fazer, o meu bem d’alma e na mesma minha filha Maria nomeio o meu Prazo da Bouça de que he direito o Mosteiro de Sam Bento de Vianna tudo para que ella suceder nesta casa por minha morte...” e acrescenta que deixa o uso fructo da Leira da Incuella ao filho António, que será depois da sua morte para a sua filha Maria<sup>427</sup>”.

Nos bens móveis são referidos animais de lavoura, gado, alfaias, móveis de casa, caixas, roupas e ouro. É frequente os testamentos referirem nos bens legados aos herdeiros quantias de dinheiro ( 52,3 %). Através delas poderemos apercebermo-nos da situação económica do testador. O testamento de Tomás de Gouveia Coutinho que já referenciamos é bem ilustrativo da diversidade de bens que se legava. O ouro, símbolo de riqueza de uma família, era um bem indispensável para as mulheres do Alto-Minho, que ainda

---

<sup>427</sup> *Livro de testamentos*, n.º 6, fls. 99 v.º -101.

hoje se orgulham de o mostrar<sup>428</sup>. Passava de geração em geração, principalmente para as mulheres da família. Vejamos alguns exemplos:

Ana Rodrigues casada com Luís Pires Pereira, no seu testamento realizado a 9 de Novembro de 1779, “deixava à filha de sua irmã Martha hu fio de contas de ouro e outro a sua afillhada, e sobrinha Ana f<sup>oa</sup> de Olaya de Daião dos que tem em seu poder... e que mais deixava a Rosa sobrinha de seu marido, que esta nesta casa, e que a tem servido dous fios de contas de ouro<sup>429</sup>”.

Quitéria Martins Barreiras, no seu testamento de 23 de Julho de 1847, determina:

“deixo a minha filha Victoria quatro fios de contas, os meus brincos, laço e o meu cordão d’ouro melhor, e toda a minha roupa bôa; e meu filho António deixo o meu cordão d’ouro mais pequeno; tudo isto sahirá do terço<sup>430</sup>”.

Por vezes, o ouro era prometido a Nossa Senhora em horas de aflição, assim aconteceu com:

Cristina Martins Coxeno, solteira, que no seu testamento de 12 de Janeiro de 1847, expressava essa promessa: “declaro também que minha Irmã, logo que eu faleça, dará os meus brincos a Nossa Senhora do Livramento de Santa Martha, porque fis voto de lhos dar e dará mais um fio de contas das miudas que eu tenho à filha de João Dias Felgueiras...<sup>431</sup>”.

Através dos testamentos, temos acesso a um conjunto de informação religiosa, económica, social, cultural e das mentalidades de um povo numa determinada época. Existem mesmo testadores que

---

<sup>428</sup> É nas Festas de Nossa Sr.<sup>a</sup> da Agonia que as lavradeiras, tal como antigamente, mostram as belezas e a riqueza familiar, trazendo ao pescoço, por vezes, quilos de ouro.

<sup>429</sup> Testamento encontrado no Arquivo Paroquial da Meadela.

<sup>430</sup> Livro de testamento, n.º 16, fls. 174 v.º - 176.

<sup>431</sup> *Livro de testamentos*, n.º 16, fls. 98 v.º - 101.

afirmam que os seus bens são poucos, mas não deixam de os enunciar o que nos permite compreender como viviam os que tinham escassos recursos, sendo necessário vendê-los para pagar o bens de alma.

Esta foi a situação de Maria Fernandes, moleira de profissão, moradora no lugar de Fornelos, numa casa térrea e falecida em 1745, cujos móveis foram vendidos no alto da Igreja “a quem mais desse”, para fazer os “bens de alma” por ela desejados. Dos seus bens que foram leiloados surgem: duas caixas de pinho para guardar o milho, o centeio, o trigo e as sacas de feijão; outra caixa de castanho “com fechadura”, onde guardava o guarda roupa, o bragal, as arrecadas, juntamente com maçãs de âncora ou castanhas da Índia que perfumam a roupa e a livra da traça; mesa de pinho; masseira de amassar o pão; cântaros de barro para trazer a água do poço ou fonte para a cantareira da cozinha; guardar o azeite e curtir as azeitonas; garfos e potes de ferro e uns cacarelhos de barro de Lanheses onde preparava o comer. Dormia num catre de pinho, onde só tinha um lençol “o carom” e um cobretalho. O seu vestir era modesto, de cores escuras, como convinha a uma viúva: camisa de linho, colete, saia preta, capa e, nas ocasiões mais solenes uma mantilha azul (peça mais valiosa vendida no leilão)<sup>432</sup>.

Maria Dias Barrosa, solteira, testou em 1738 que queria ser amortalhada em lençol branco, demonstrando a pobreza da sua condição. Dos poucas bens que possui refere: “em casa de Maria Rocha de St.<sup>a</sup> Marta tem duas caixas uma pequena de pinho e outra de castanho... e hua manta branca nova, que tenho o dey ao meu irmão D<sup>o</sup>s Dias e o meu manteo bom azul, e o gibam novo o deixo a minha cunhada, m<sub>er</sub> de D<sup>o</sup>s Dias com a obrigação de servir a Romaria de Sto André todas as quartas fras de hu...”<sup>433</sup>.

---

<sup>432</sup> Tivemos acesso aos dados deste e de outros testamentos através de um artigo escrito por José Rosa de Araújo, que teve em seu poder o primeiro livro de testamentos paroquias. ARAÚJO, José Rosa, Costumes rurais do século XVIII, in *Arquivo do Ato Minho*, vol. III, Fasc. III, pp. 167-169.

<sup>433</sup> Testamento solto do Arquivo Paroquial da Meadela.

Riquíssima é a informação deste testamento sobre a indumentária feminina: manta branca, “manteo azul e gibam”, esta última era uma veste mais ou menos longa, cintada ou por cintar, com ou sem mangas, fazia parte integrante do vestuário dos séculos XV e XVI<sup>434</sup>. O testamento de Maria Teresa, datado de 1736, também ele menciona distintamente a roupa do seu uso:

“uma camisa e hum manteo vermelho e hum saia de tecetas, e hum cap de baeta, e hum manteo azul também de baeta”.  
Esta parece ser a vestimenta popular feminina.

Quanto ao traje masculino, este surge menos referenciado, apenas no testamento de 1759 se faz referência a “uns calções de boas varas de sargoça”, que era um tecido velho de linho.

Em 1756, foi sepultado o Padre de Gouveia Barbosa, na ermida de Nossa Senhora da Ajuda, e diz que quer ser sepultado com “a sua loba de crepe e o seu barrete”, dando o seu vestido como paga ao sacerdote que se encarrega do seu bem de alma, que consta de “casaca de baeta, vestia de Sagóvia, calção da mesma, meias e sapatos com fivelas de prata<sup>435</sup>”.

---

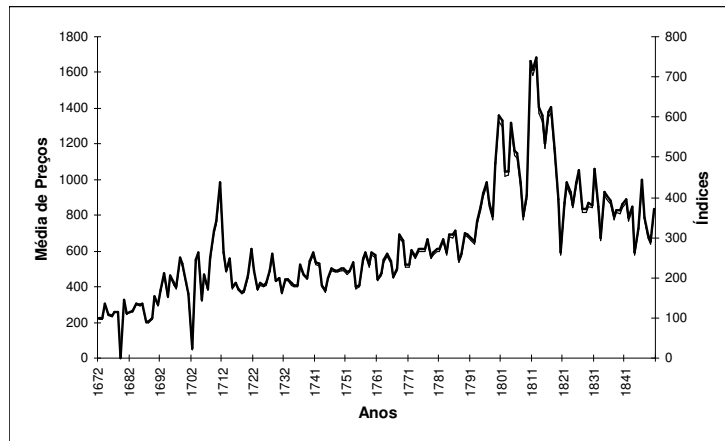
<sup>434</sup> Manteos e gibões, ainda por volta de 1900 eram regularmente usadas pelas velhinhas de oitenta anos e pessoas que se recordam delas descrevem-na como “capas com capuzes” e “casacos”.

<sup>435</sup> ARAÚJO, José Rosa, *ob. cit.*, pp. 168-169.



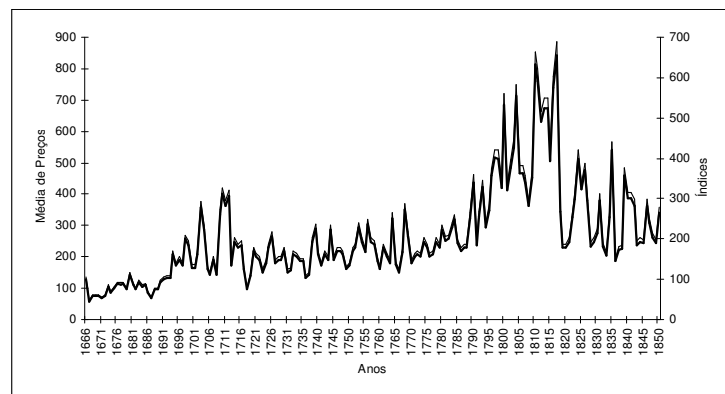
## ANEXOS DO CAPITULO V

**Gráfico n.º 21**  
**Média de preços e índices de trigo**



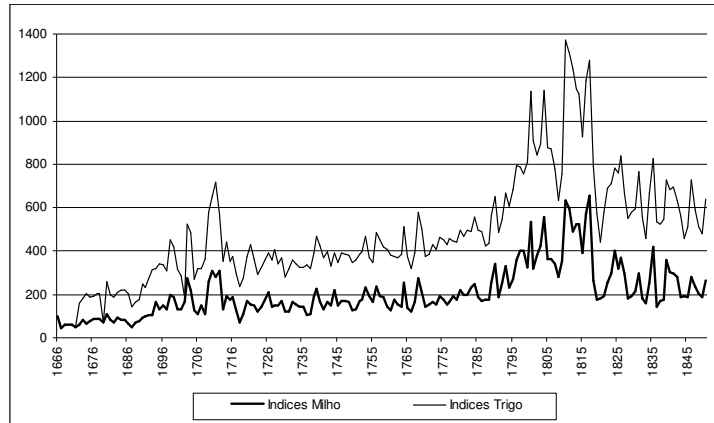
Fonte: Preços na Ribeira Lima- Misericórdia

**Gráfico n.º 22**  
**Média de preços e índice de milho**



Fonte: Preços na Ribeira Lima- Misericórdia

**Gráfico n.º 23**  
**Índice de trigo e milho**



Fonte: Preços na Ribeira Lima- Misericórdia

**Quadro n.º 81**  
**Crise adulta segundo o método de**  
**Livi Bacci e Del Panta**

Ano_óbi	Total de óbitos	Média truncada
1593	0	
1594	0	
1595	0	
1596	0	
1597	0	
1598	2	0,14285714
1599	1	0
1600	0	0
1601	0	0,14285714
1602	0	0,28571429
1603	0	0,28571429
1604	0	0,57142857
1605	0	0,71428571
1606	0	0,85714286
1607	3	1,14285714
1608	0	1,14285714
1609	0	1,57142857
1610	2	1,85714286
1611	1	2
1612	1	2
1613	0	2
1614	7	2,28571429
1615	1	2
1616	1	2
1617	2	2
1618	3	2
1619	3	1,71428571
1620	3	1,71428571
1621	3	1,71428571
1622	0	1,42857143
1623	1	1,42857143
1624	5	1,42857143
1625	1	1,42857143
1626	1	1,71428571
1627	0	1,71428571

1628	2	2
1629	1	2,28571429
1630	4	2,28571429
1631	3	1,85714286
1632	1	1,57142857
1633	1	2
1634	1	2,42857143
1635	3	2,42857143
1636	3	2,42857143
1637	1	2,57142857
1638	10	2,57142857
1639	4	2,28571429
1640	1	2,14285714
1641	0	2,57142857
1642	1	2,71428571
1643	4	2,71428571
1644	4	2,57142857
1645	0	2,14285714
1646	3	2,57142857
1647	4	2,85714286
1648	1	2,71428571
1649	2	3,42857143
1650	3	3,28571429
1651	6	3,71428571
1652	2	3,71428571
1653	1	3,85714286
1654	3	4,28571429
1655	1	4,28571429
1656	6	4,28571429
1657	5	3,85714286
1658	3	3,57142857
1659	10	3,28571429
1660	0	3,28571429
1661	9	3,71428571
1662	6	3,14285714
1663	3	3
1664	4	2,85714286
1665	3	2,71428571
1666	3	2,71428571
1667	1	2,85714286

1668	3	2,85714286
1669	1	2,71428571
1670	6	2,85714286
1671	4	2,57142857
1672	2	2,42857143
1673	3	2,57142857
1674	2	2,71428571
1675	3	3
1676	3	3,14285714
1677	4	3
1678	1	2,71428571
1679	2	3,14285714
1680	3	3,28571429
1681	2	3,28571429
1682	1	3,28571429
1683	4	3,42857143
1684	4	3,28571429
1685	5	3,42857143
1686	6	3,42857143
1687	2	3,28571429
1688	2	3,71428571
1689	8	3,85714286
1690	3	3,85714286
1691	3	4,14285714
1692	2	4,14285714
1693	3	4,28571429
1694	3	4,71428571
1695	5	5,14285714
1696	5	5,57142857
1697	4	5,85714286
1698	6	6,57142857
1699	4	6,28571429
1700	5	6,85714286
1701	9	6,71428571
1702	2	6,14285714
1703	4	6,71428571
1704	7	6,85714286
1705	9	6,42857143
1706	8	5,71428571
1707	7	5

1708	13	4,28571429
1709	1	3,57142857
1710	8	4
1711	4	3,57142857
1712	5	3,42857143
1713	8	3,42857143
1714	5	3,42857143
1715	3	3,14285714
1716	3	3,42857143
1717	2	3,71428571
1718	0	4
1719	3	4,28571429
1720	5	4,57142857
1721	1	4,57142857
1722	3	4,85714286
1723	5	4,85714286
1724	9	4,85714286
1725	3	4,85714286
1726	5	4,85714286
1727	6	4,85714286
1728	4	4,85714286
1729	5	4,85714286
1730	5	4,71428571
1731	5	4,85714286
1732	5	4,71428571
1733	4	4,71428571
1734	5	5,14285714
1735	6	5,28571429
1736	2	5,57142857
1737	5	5,85714286
1738	11	6,28571429
1739	4	6
1740	4	6
1741	7	6,57142857
1742	3	6,71428571
1743	5	7,28571429
1744	8	7,42857143
1745	6	7,57142857
1746	8	7,71428571
1747	6	7,57142857

1748	11	8
1749	6	7,57142857
1750	3	7,57142857
1751	8	7,85714286
1752	9	7,57142857
1753	9	7
1754	7	7
1755	9	6,42857143
1756	7	5,57142857
1757	7	5
1758	9	5,14285714
1759	6	4,71428571
1760	3	4,85714286
1761	8	4,71428571
1762	3	4,42857143
1763	5	4,42857143
1764	10	4,85714286
1765	3	4,71428571
1766	2	4,71428571
1767	0	4,71428571
1768	8	5,57142857
1769	5	5
1770	7	5,14285714
1771	1	4,42857143
1772	6	5,42857143
1773	3	5,57142857
1774	9	6,42857143
1775	7	6,14285714
1776	3	6,14285714
1777	2	6
1778	9	6,28571429
1779	4	5,28571429
1780	6	5,85714286
1781	2	5,28571429
1782	10	5,28571429
1783	7	4,14285714
1784	20	3,57142857
1785	7	3,28571429
1786	7	2,57142857
1787	0	2

1788	4	2,71428571
1789	0	2,57142857
1790	8	2,85714286
1791	2	2,57142857
1792	2	2,85714286
1793	0	3,28571429
1794	3	3,71428571
1795	5	3,57142857
1796	2	3,14285714
1797	1	3,14285714
1798	5	3,28571429
1799	3	3,28571429
1800	3	3,14285714
1801	3	3
1802	4	3,28571429
1803	7	3,14285714
1804	6	2,85714286
1805	5	2,57142857
1806	2	2,85714286
1807	3	3,28571429
1808	5	3,71428571
1809	7	4
1810	3	3,57142857
1811	2	3,71428571
1812	3	4
1813	7	4,14285714
1814	4	4,14285714
1815	2	4,14285714
1816	5	4,14285714
1817	3	4,57142857
1818	6	4,14285714
1819	0	3,57142857
1820	7	3,57142857
1821	1	3,71428571
1822	9	4,14285714
1823	3	3,71428571
1824	6	3,71428571
1825	3	3,57142857
1826	5	4,28571429
1827	10	4,28571429

1828	5	4,14285714
1829	5	4
1830	8	4,42857143
1831	3	4,71428571
1832	11	5
1833	7	4,85714286
1834	8	5,57142857
1835	3	5
1836	6	5,85714286
1837	6	5,57142857
1838	10	6,28571429
1839	9	5,85714286
1840	4	6,28571429
1841	4	6,42857143
1842	12	6,42857143
1843	2	7
1844	4	6,85714286
1845	4	6,28571429
1846	4	
1847	10	
1848	7	
1849	5	
1850	9	

Fonte: Registos Paroquiais

**Quadro n.º 82**  
**Crise infanto-juvenil segundo o**  
**método de Livi Bacci e Del Panta**

Ano_Obi	Total De Óbitos	Média Corrigida de 11 Anos
1720	1	
1721	0	
1722	6	
1723	2	
1724	2	
1725	0	1,857142857
1726	3	1,857142857
1727	2	1,571428571
1728	1	1,714285714
1729	3	1,857142857
1730	1	2
1731	1	2,285714286
1732	0	2,571428571
1733	3	2,571428571
1734	2	2,571428571
1735	5	2,428571429
1736	1	2,428571429
1737	1	3,142857143
1738	7	3,142857143
1739	2	2,428571429
1740	4	2,571428571
1741	3	2,142857143
1742	3	2,428571429
1743	0	2,571428571
1744	3	3,285714286
1745	1	3,857142857
1746	9	3,857142857
1747	6	2,857142857
1748	1	2,142857143
1749	0	2,571428571
1750	3	2,857142857
1751	1	2,428571429
1752	5	2,428571429
1753	4	2,714285714

1754	9	2,428571429
1755	7	1,571428571
1756	0	1,142857143
1757	0	1,285714286
1758	1	1,285714286
1759	4	1,428571429
1760	2	1,428571429
1761	0	1,571428571
1762	1	1,571428571
1763	8	1,571428571
1764	2	1,428571429
1765	1	1,285714286
1766	1	1,571428571
1767	1	1,571428571
1768	1	1,428571429
1769	2	1,285714286
1770	3	1,285714286
1771	4	0,857142857
1772	1	0,714285714
1773	1	0,714285714
1774	2	0,714285714
1775	0	0,428571429
1776	4	
1777	0	
1778	0	
1779	0	
1780	2	

Fonte: Registos Paroquiais

**Quadro n.º 83**  
**Crise infantil segundo o método de**  
**Livi Bacci e Del Panta**

Ano_óbi	Menor_1	Média truncada
1722	2	
1723	1	
1724	2	
1725	0	
1726	2	
1727	0	0,57142857
1728	1	0,71428571
1729	2	0,71428571
1730	1	0,57142857
1731	0	0,42857143
1732	0	0,71428571
1733	2	0,71428571
1734	0	0,57142857
1735	2	0,57142857
1736	0	0,57142857
1737	0	0,85714286
1738	1	1
1739	1	0,85714286
1740	1	1
1741	0	0,85714286
1742	2	0,85714286
1743	0	0,71428571
1744	1	0,85714286
1745	0	0,85714286
1746	2	0,85714286
1747	2	0,57142857
1748	1	0,42857143
1749	0	0,42857143
1750	2	0,71428571
1751	0	0,42857143
1752	0	0,57142857
1753	1	0,85714286
1754	1	0,85714286
1755	1	0,85714286
1756	0	0,71428571

1757	0	0,85714286
1758	0	1
1759	2	1,14285714
1760	2	1,14285714
1761	0	1,14285714
1762	1	1,14285714
1763	3	1,14285714
1764	1	1
1765	1	0,85714286
1766	0	0,85714286
1767	1	0,85714286
1768	1	0,71428571
1769	1	0,57142857
1770	2	0,71428571
1771	3	0,42857143
1772	1	0,28571429
1773	0	0,14285714
1774	1	0,14285714
1775	0	
1776	1	
1777	0	
1778	0	
1779	0	
1780	2	

Fonte: Registos Paroquiais



## CAPÍTULO VI

### MOBILIDADE

*O Norte de Portugal foi, desde o início da expansão, um viveiro, não só de homens, mas também de ideias, tradições e culturas que se difundiram pelo Universo.*

Eugénio dos Santos, *A importância Histórica do Brasileiro na Ribeira Lima.*

Temos vindo ao longo de toda a investigação assinalando a interferência que a mobilidade geográfica exerce na população, quer ao nível da sua estrutura demográfica, como nos comportamentos sociais e culturais. A variável “Mobilidade”, é considerada por alguns investigadores como uma variável influente, embora se reconheça que para o Antigo Regime, as dificuldades com que os investigadores se deparam impeçam que se desenvolvam trabalhos de relevo. O fenómeno da Mobilidade, surge como uma variável indispensável ao estudo demográfico, desempenhando um papel regulador nas sociedades pré-industriais, sem a qual não poderemos desenvolver estudos rigorosos sobre estratégias matrimoniais e herança, sobre população e recursos, e momentos fulcrais da vida da família, que condiciona a saída e eventual retorno de alguns dos seus membros<sup>436</sup>.

No estudo que desenvolvemos, deparamos com dificuldades no acompanhamento dos indivíduos e das famílias, por saírem em grande número do nosso campo de observação. A inexistência de registos específicos sobre migrações para períodos de Antigo Regime, leva os investigadores a desenvolver metodologias que possibilitem o cruzamento de fontes. A metodologia de reconstituição de paróquias desenvolvida por Norberta Amorim, possibilita: “o cruzamento de

---

<sup>436</sup> AMORIM, Norberta, *Evolução Demográfica ...*, ob. cit., p.171.

fontes diversas sobre a mesma base, na medida em que, sem perder as respectivas ligações, isola o indivíduo do conjunto familiar<sup>437</sup>, permite progressos no estudo da mobilidade.

A referência constante a indivíduos naturais de outras freguesias, que nos surgem nos registos de casamento e óbito, assim como a referência a indivíduos que faleceram fora da paróquia, despertou o nosso interesse em aprofundar esta variável. Apesar de não possuímos róis de confessados, procurámos outras fontes que permitissem ser cruzadas com a nossa base de dados, possibilitando assim, uma aproximação ao problema da Mobilidade na Meadela. Recorremos às guias de passaporte interno (1761 a 1767 e 1808 a 1831) e às guias de passaporte externo (1837 a 1850)<sup>438</sup>, assim como aos testamentos onde podemos obter informações esporádicas e essencialmente de carácter qualitativo, sobre a emigração de filhos e familiares, referenciando-se os destinos dos que se ausentavam.

## 1. Naturalidade dos residentes

Através da metodologia de Norberta Amorim de reconstituição de paróquias, conseguimos reconstituir famílias, saber a sua trajetória de vida, estudar a mobilidade nesta comunidade. Também aquando do estudo da nupcialidade estudámos a naturalidade dos nubentes, evidenciando-se a forte mobilidade existente na paróquia no âmbito do mercado matrimonial, revelando-se grande a exogamia na nossa paróquia<sup>439</sup>. Também no estudo da naturalidade das mães dos filhos ilegítimos, preocupamo-nos em saber em que medida estas mães eram naturais de fora. Será que a gravidez era factor de mobilidade, preocupando-se estas mães em esconder o seu estado dos olhares sempre atentos das pessoas da sua freguesia? Ou muitas mães dos

---

<sup>437</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>438</sup> Os dados referentes aos pedidos de passaporte externo foram gentilmente cedidos pelo Dr. Henrique Rodrigues da sua base de dados, da pesquisa que desenvolveu no âmbito do mestrado, para a tese: *Emigração e Alfabetização- O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995. Louvo a disponibilidade e o desprendimento demonstrados por este investigador, contribuindo assim com os seus dados para o desenvolvimento desta rubrica, que sem o seu contributo, tornar-se-ia muito moroso de concretizar.

<sup>439</sup> Veja-se o Capítulo III, p. 122.

filhos ilegítimos naturais de fora são antigas residentes na paróquia que estudamos, que encontrando-se fora do controlo familiar as levou a cometer este deslize na sua vida, permanecendo na freguesia da Meadela onde trabalhavam? Foi difícil responder a estas questões, pois os redactores paroquiais limitam-se apenas a registar o formulário habitual dos assentos, registando apenas a partir de meados do século XVIII a naturalidade e filiação, e só esporadicamente surgem informações complementares. Vimos que 60% das mães dos filhos ilegítimos eram naturais de fora da paróquia, sendo muitas delas residentes na paróquia, onde se encontravam a servir. Não poderemos deixar de referir que outras terão tido a necessidade de esconder a própria desonra do seu círculo social, escolhendo outra paróquia para o nascimento e baptismo do seu filho<sup>440</sup>.

Procurámos estudar a mobilidade nos casais de fora que fixaram residência na paróquia da Meadela.

Considerando os casos de indivíduos casados no exterior e que vêm residir para a paróquia da Meadela, poderemos ter uma certa perspectiva do poder atractivo dos respectivos mercados de trabalho.

Para calcular a percentagem de residentes não naturais, escolhemos como data para a contagem o primeiro dia de Janeiro dos anos de 1650, 1700, 1750 e 1800. realizámos para isso contagens em quatro etapas:

a) os que casaram antes da data escolhida e com data de óbito posterior à indicada;

b) com data de casamento anterior à data escolhida e fim de observação (considerámos como fim de observação do indivíduo, quando a família é estável, os 20 anos ou a última data conhecida da família) posterior à indicada;

c) com início de observação (considerámos todos aqueles que nos surgem na paróquia através do primeiro acto conhecido) anterior à data escolhida e com data de óbito posterior à indicada;

d) com início de observação anterior à data escolhida e com fim de observação posterior à indicada.

---

<sup>440</sup> Veja-se o Capítulo IV, p. 192.

e) indivíduos não identificados em actos de baptismo e/ou casamento, residentes na freguesia e que faleceram na comunidade nos dez anos posteriores à data considerada.

**Quadro n.º 84**  
**Naturalidade dos residentes (observação transversal)**

	Naturais		Mulher de fora		Homem de fora		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º abs.
1650	123	39,4	62	19,9	127	40,7	312
1700	112	39,9	57	20,3	112	39,9	281
1750	96	41,7	41	17,8	93	40,4	230
1800	61	35,3	46	26,6	66	38,2	173

Fonte: Registos Paroquiais

Pela análise do quadro constatámos uma entrada avultada de homens de fora que vêm casar e residir na paróquia ao longo do período observado. A proximidade de outras paróquias permite uma maior mobilidade, principalmente de homens que vêm procurar noiva à paróquia da Meadela, e acabam por se fixar nela. A abertura da paróquia em 1800 é reforçada e generalizada, verificando-se uma maior entrada de mulheres na paróquia.

## 2. Naturalidade dos residentes (observação longitudinal)

Através dos registos de óbitos conseguimos detectar aqueles que eram naturais de fora e que morreram na paróquia da Meadela onde residiam.

**Quadro n.º 85**  
**Naturalidade dos defuntos**

Períodos	Naturais		de Fora	
	N.º	%	N.º	%
<= 1650	24	8,7	251	91,3
1651-1700	101	30,8	227	69,2
1701-1750	206	48,0	223	52,1
1751-1800	239	58,3	171	41,7
1801-1850	165	48,1	178	51,9
Total	735	41,2	1050	58,8

Fonte: Registos Paroquiais

Os primeiros registos de óbitos eram bastante incompletos, não sendo os párocos sistemáticos na indicação da naturalidade dos defuntos, o que poderá desvirtuar os dados anteriores a 1650, que devem apresentar-se empolados pela grande discrepância dos valores entre os defuntos naturais nascidos na paróquia e os defuntos naturais de fora. Mais rigorosos serão os dados a partir de 1650, embora só a partir de 1700 poderemos confiar mais na rectidão dos párocos pelas informações sistemáticas facultadas por estes sobre a naturalidade dos defuntos<sup>441</sup>. Até 1750 os defuntos naturais de outras freguesias, e que vieram residir para a paróquia, eram em maior percentagem do que a dos naturais, verificando-se no entanto uma aproximação dos valores no período de 1701 a 1750. Só no período seguinte de 1751 a 1800 a tendência inverte-se, superando largamente os óbitos dos naturais, o que revelará um maior estabilidade da paróquia neste período, para se abrir a partir de 1801 ao exterior, falecendo em maior número indivíduos de fora.

### **3. Ausentes ao óbito**

Através dos registos de óbito pudemos encontrar informações acerca da mobilidade de alguns membros desta paróquia, que se ausentavam para trabalhar e que acabavam por falecer fora da paróquia. Estas informações embora apresentem uma visão fragmentada sobre a dimensão dos fluxos migratórios, constituem, no entanto, pistas decisivas para a determinação dos locais de destino, dos grupos de idade envolvidos e da sua maior ou menos intensidade no tempo. Ao longo do nosso estudo verificámos que a partir de 1620, surgem com alguma regularidade referência a indivíduos que faleceram noutras localidades, de quem vieram notícias do seu óbito

---

<sup>441</sup> Norberta Amorim, no estudo sobre Guimarães afirma que os «direitos paroquiais» a indicação da residência no momento do óbito era mais determinante na condução do processo da cerimónia do enterro e dos sufrágios que se seguiam. Por isso, os párocos não se sentiam na obrigação de referir a naturalidade dos defuntos, mas sim em que paróquia eram residentes. Só a partir de 1714, data da visita particularmente normativa do Arcebispo de Braga, a exigência de identificação familiar torna-se obrigatória, mas só com alguns párocos se apresenta sistemático. In AMORIM, Norberta, *Guimarães...*, *ob. cit.*, p. 373.

(“vieram narrar que faleceu”, “vieram novas”), ou muitas vezes a ausência prolongada de indivíduos que partiam para o exterior, de quem nunca mais os familiares tinham notícias, levou-os a realizarem os seus bens de alma. Raramente é indicada com exactidão a data ao óbito, surgindo por vezes apenas o mês de falecimento. Considerámos como data ao óbito, quando ela não é referida, a data do bem de alma mandado realizar pelos familiares.

Através das guias de passaportes internos analisámos a mobilidade interna no país, que em seguida iremos desenvolver, destacando-se como primeira escolha os pedidos de passaportes para a cidade de Lisboa. Não seria de estranhar que a maior incidência de óbitos fora da paróquia ocorresse nesta cidade, onde sabemos que 11 indivíduos vieram a falecer entre 1620 a 1830. Verificámos que uma grande parte dos que faleceram em Lisboa, o óbito ocorreu no Hospital Real da cidade. O mesmo verificou Carlota Santos para Santiago de Romarigães, parecendo esta situação ocultar duas situações distintas: a existência de migrantes de longa duração na capital, onde “ganhavam a vida” e, por outro lado trabalhadores rurais integrando as correntes migratórias sazonais em direcção das planícies alentejanas, entre os meses de Setembro e Março, no processo da produção do azeite<sup>442</sup>. Afigura-se provável que muitos dos óbitos ocorridos no Hospital de Lisboa, incluíssem trabalhadores dizimados pela acumulação do cansaço e pela doença<sup>443</sup>, principalmente nos meses de Inverno, Janeiro e Fevereiro (Quadro n.º 86).

A forte relação existente entre o Minho e a Galiza que temos vindo a referir ao longo deste estudo, na análise da nupcialidade (sazonalidade ao casamento), relações matrimoniais, fecundidade e ilegitimidade, surgem confirmadas pela existência de indivíduos que sabemos ausentes em Espanha no total de 8, preferencialmente para Castela, onde 6 viriam a falecer no “ganho” (expressão utilizada frequentemente para designar trabalho). A ausência prende-se com a necessidade de juntar algum dinheiro para sustentar a família e fazer face às dificuldades, em conseguir uma certa estabilidade económica,

---

<sup>442</sup> SOUSA, Fernando de, *A população Portuguesa nos inícios do Século XIX*, Porto, Faculdade de Letras a U.P., dissertação de doutoramento, 1979, 300.

<sup>443</sup> SANTOS, Carlota, *ob. cit.*, p. 237.

associada à relativa acessibilidade do país vizinho exercendo uma forte atracção desde a segunda década do século XVII até à segunda do século seguinte. Tínhamos já destacado anteriormente, estas fortes deslocações cíclicas de trabalhadores rurais, que se dirigiam para a Galiza durante os períodos de maior inactividade agrícola, coincidentes com os meses de inverno. Este facto tende a ser confirmado por uma maior frequência de ofertórios verificada em Dezembro e Março, contrastando com o vazio de ocorrências de óbito relativos aos meses de Primavera e de Verão (Quadro n.º 86).

**Quadro n.º 86**  
**Distribuição por meses dos óbitos ocorridos fora da paróquia (1620 a 1850)**  
**(Números absolutos)**

Local	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	De	Tot
Espanha	1	-	3	-	1	-	-	-	-	-	1	7 z2	8
Lisboa	3	3	1	-	-	1	-	-	-	2	-	1	11
Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Alentejo	4	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Indeter	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14

Fonte: Registos Paroquiais

Por vezes não é referida a localidade onde faleceu o indivíduo, referindo-se apenas que “morreu no ganho”, podendo estes também terem falecido em Espanha, mas como não temos a certeza decidimos integrá-los no grupo dos indeterminados que faleceram fora da paróquia, que totalizam 14 indivíduos.

A terceira maior referência recaí também fora do reino, para o Brasil, com 6 indivíduos, onde a emigração (que abordaremos na rubrica seguinte) se revela bastante expressiva no Alto Minho, atingindo também a paróquia da Meadela mas de uma forma mais moderada. Nos registos de óbitos a referência aos que faleceram no Brasil surge acompanhada da informação do tempo de ausência, sendo sempre superior a 10 anos e surge um caso onde a ausência é superior a 40 anos. Muitos familiares destes indivíduos nunca mais souberam notícias deles, prolongando-se por longos e penosos anos a espera do retorno que nunca se veria a concretizar, acabando por lhes fazerem os bens de alma. Foi o que aconteceu com:

Pascoal Pires que casou em 1710 com Sebastiana Pires e tiveram em 1712 uma filha, Maria. Não sabemos quando Pascoal Pires emigrou para o Brasil, mas através da consulta dos Livros de Devassas, encontramos Sebastiana Pires acusada de concubinato em 1728 com Francisco solteiro filho de Manuel de Amorim, referindo-se que o marido se encontrava ausente. Desta relação ilícita nasceu a 12 de Janeiro de 1728 João filho ilegítimo. A espera angustiante de Sebastiana Pires pelo marido, do qual nada sabia, associada à sua juventude, contando à data do nascimento da sua filha apenas 22 anos, que é a última data da referência do marido, pois não existem mais filhos no casal, terão contribuído para que Sebastiana cometesse o crime de adultério. De Manuel de Amorim só através dos registos de óbitos temos informações, registando o padre em 13 de Fevereiro de 1763 o seu óbito e referindo que se encontrava ausente há mais de 40 anos. Sebastiana Pires viria a falecer um ano depois.

A morte atingia também jovens que saíam à procura de fortuna no Brasil, veja-se o caso de:

José, solteiro, filho de Pascoal Lourenço e de Joana Rodrigues, que partiu embarcado para o Maranhão ou Pará, tendo falecido com apenas 25 anos.

Sabemos que alguns jovens embarcavam para a Índia. Conhecemos pelo óbito dois casos desses.

Em 1652 fez-se o bem de alma a Pedro Dias que se encontrava nesta situação. O mesmo aconteceu a Alexandre de 45 anos, solteiro e filho de Domingos Afonso Arranha, que em 1758 lhe fizeram o seu bem de alma.

Alguns optavam para melhorar a sua situação, procurar trabalho dentro do reino. Uma das regiões mais procuradas já vimos foi Lisboa, segue-se-lhe o Alentejo com 5 casos, quatro deles muito próximos:

António Bieites casado, faleceu em 1648; Francisco Fernandes casado, faleceu em 1649 e após um ano Justa Dias



recebeu a notícia do falecimento dos dois filhos, André e António com diferença de alguns dias.

Em 1708, com apenas 21 anos faleceu Manuel, soldado, solteiro e filho de Manuel Pires e de Ana Gonçalves.

De Mafra foram referidos três casos de indivíduos que aí faleceram, dois eram soldados:

Em 1730 João da Costa casado com Mariana de Brito e Lourenço em 1731, com 17 anos, soldados no Convento de Mafra. Na mesma data faleceu Miguel Pires, que se encontrava a trabalhar nas obras do referido Convento. É provável que os dois primeiros, apesar de serem soldados, tenham falecido nas obras que estavam a decorrer no Convento.

Do Porto apenas temos referência a um óbito, que por sinal bastante curioso.

Em 1748 faleceu Damázio, solteiro e filho de Damázio Rodrigues Valença e de Antónia Dantas, com apenas 25 anos, encontrando-se na prisão. Este caso foi por nós já citado anteriormente quando nos debruçamos sobre as relações ilícitas, pois Damázio foi acusado nas devassas por concubinato por duas vezes.

Surgem referências dispersas a outras localidades do país, que evidenciam a abertura desta comunidade ao espaço nacional, na procura de melhores condições de vida: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Algarve, Vila Viçosa, Castelo de Sesimbra.

Procurámos caracterizar estes migrantes em função do seu grupo etário e estado civil, onde constatámos a predominância de homens solteiros, embora tenha sido relevante o envolvimento de homens casados, sem se conhecer o seu grupo etário e, em menor o dos viúvos (Quadro n.º 87). Seriam preferencialmente os jovens solteiros que estariam sujeitos a estas deslocações cíclicas, que se ausentariam com maior frequência à procura de trabalho. Contabilizámos um número relativamente significativo de óbitos

correspondentes a indivíduos solteiros com idades compreendidas entre os 40 e 49 anos, que poderá aparecer sobrevalorizado pela não inclusão de casos em que é desconhecido o grupo etário. Do total de indivíduos ausentes que faleceram, encontrámos apenas uma mulher, Ana Maria de Sousa Fernandes, viúva de João Pires de Amorim, que veio a falecer no Hospital de Lisboa, com 51 anos.

**Quadro n.º 87**  
**Estado civil e grupos de idade ao óbito**  
**(Números absolutos)**  
**1620 - 1830**

Grupos de idade	Solteiro	Casado	Viúvo	Indeterminado	Total
10-14	2	-	-	-	2
15-19	3	-	-	-	3
20-24	3	-	-	-	3
25-29	4	-	-	-	4
30-34	1	-	-	-	1
35-39	1	-	-	-	1
40-44	2	-	-	-	2
45-49	3	-	-	-	3
50-54	1	-	2	-	4
55-59	1	-	-	-	1
60 e +	2	-	1	-	3
Indeterminado	7	15	1	7	30
Totais	30	15	5	7	57

Fonte: Registos Paroquiais

#### **4. Mobilidade interna e externa**

##### **4.1 Caracterização da mobilidade interna**

Para o estudo da mobilidade interna consultámos os livros de passaportes internos, que se encontram no Arquivo de Municipal de Viana do Castelo. A determinação do alvará de 13 de Agosto de 1760 passa a exigir a todos os viandantes a necessidade de possuir um passaporte interno, para se deslocarem dentro do reino, e esta foi integralmente cumprida pelas autoridades de Viana. Os primeiros registos de passaportes internos para o Concelho de Viana datam de 1761 até 1767, segue-se um hiato até ao final do século XVIII.

Voltámos a ter acesso a passaportes para o período entre 1808 e 1832. Apesar da obrigatoriedade do uso de passaporte se manter até 1863, os últimos registos datam de 1832. Desconhecemos se a partir desta data as autoridades locais deixaram de o fazer, mas provavelmente os livros acabaram por se extraviar, como aconteceu com outras fontes valiosas.

Analisámos 98 guias de passaporte (12 eram guias colectivas), abrangendo um total de 113 indivíduos naturais ou residentes na Meadela, dos quais, através do cruzamento de fontes, identificámos 96 na nossa base de dados.

Os registos de passaportes de 1761 a 1767, contêm já um manancial de informação, indicando o nome do requerente, a naturalidade, residência, a idade, características fisionómicas (estatura, rosto, cor do cabelo e olhos), tempo de duração do passaporte, o destino, o itinerário (por terra e/ou mar) e com referências esporádicas à profissão ou motivo da mobilidade. Neste primeiro período, apenas em um caso surge referência ao estado civil, mas através do cruzamento destes com a nossa base de dados conseguimos identificar quase a totalidade dos requerentes, possibilitando assim reconhecer a identidade do seu estado civil à data. A partir de 1808, os registos surgem mais completos, de acordo com as directrizes da ordem de 25 de Maio de 1807, que reforça a fiscalização na concessão dos passaportes, exigindo-se ao requerente a necessidade de um abonador ou fiador<sup>444</sup>.

---

<sup>444</sup> O abonador é “o indivíduo que assume a obrigação de responder judicialmente pelo representante do passaporte, sempre que este for chamado a “juízo”(…), além de lhe ser exigido que respondesse a nível judicial e militar pelos transeuntes, tinham de responsabilizar-se, na íntegra, por qualquer acto político ou criminoso em que o afiançado se envolvesse, caso este não comparecesse”. A lei e o regulamento de 25 de Maio de 1825 indicam o fiador como modelo alternativo ao abonador. A partir de 1839 diluí-se “a diferenciação e mesmo o significado entre o abonador e o fiador”. O primeiro responsabiliza-se “pelo comportamento civil e político, o segundo, que pode ser o próprio abonador, fará a fiança respectiva, respondendo judicialmente, caso seja necessário, pela pessoa abonada”. O fiador torna-se imprescindível para os jovens requerentes entre os 18 e os 20 anos, que caso fossem sorteados para o serviço militar teriam que se apresentar ou pagar as despesas para contrato de um substituto, caso não cumprisse o determinado, caberia ao fiador esse papel de custear as despesas. In RODRIGUES, Henrique, *ob. cit.*, pp. 42-43.

Verificámos que nenhuma mulher requereu passaporte, o que demonstra que nesta paróquia tal como foi constatada noutras, era o sexo masculino que mais necessidades tinha de viajar.

Através do Quadro n.º 88, constatámos que a mobilidade interna nesta paróquia se apresenta representativa.

**Quadro n.º 88**  
**Estado civil dos viandantes**

	Casados		Solteiros		Viúvos		Indetermina		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.	%
1761 a 1767	10	41,7	8	33,3	1	4,2	5	20,8	24	100
1808 a 1819	14	45,2	12	38,7	-	-	5	16,1	31	100
1820 a 1832	19	32,8	30	51,7	2	3,4	7	12,1	58	100
Total	43	38,1	50	44,2	3	2,7	17	15,1	11	100

Fonte: Passaportes Internos

No primeiro período (1761 a 1767) e segundo (1808 a 1832) evidencia-se uma maior saída dos casados com 41,7% e 45,2% respectivamente, enquanto que no terceiro período (1820 a 1832) são os solteiros que requerem com maior frequência passaportes internos, onde 51,7% pediram autorização para viajar. Mas na totalidade do período observado, o peso dos solteiros é maior que o dos casados, onde os primeiros representam 44,2 % contra 38,1%. Quase insignificante foi o número de viúvos que se ausentaram da freguesia. Foi no primeiro período, como já salientámos, que encontramos mais dificuldades em identificar o estado civil dos transeuntes, daí o número de indeterminados ser maior, atingindo os 20,8%, que na globalidade do período total se diluí para os 15,1%.

No primeiro período, os anos que sobressaem com o maior número de pedidos de passaportes internos são os de 1809 com 8 pedidos e o de 1817 com 7. A primeira data integra-se dentro de uma conjuntura política, económica e bélica emergente das invasões francesas<sup>445</sup>, que terá agravado a situação económica e social também

<sup>445</sup> Em 21 de Novembro de 1807 inicia-se a primeira invasão com Junot, retirando-se a coroa para o Brasil, que passa a ser a sede da monarquia. A partir de Junho de 1808, insurgem-se revoltas populares contra os invasores franceses. Em 1809, Soult comanda a segunda invasão francesa, que culmina com a tomada do Porto e desastre da ponte das Barcas. Beresford é nomeado marechal do exército

da população da Meadela, reflectindo-se no aumento do número de pedidos de passaporte, que indicam como motivo de saída a procura de trabalho. A conjuntura bélica e económica destruíam o comércio, a agricultura e a indústria nacional, e a situação humilhante da política<sup>446</sup> em que a nação se encontrava, provocou nos portugueses descontentamento, que se transformou no fermento revolucionário<sup>447</sup>.

O terceiro período, reflecte a forte instabilidade vivida no país, com a instauração do liberalismo que secundará entre 1823 e 1834 na guerra liberal entre a “Tradição e Revolução<sup>448</sup>”. Neste período são os solteiros que migram em maior número, não por motivos políticos<sup>449</sup>, mas por económicos.

português, responsável pela defesa da nação portuguesa, que com a acção de Wallesley obriga as tropas francesas a retirar-se. As tropas francesas invadem pela terceira vez Portugal, em 1810, comandados por Massena, que se debate em 27 de Setembro na Batalha do Buçaco. Em 1911 Massena e as suas tropas são obrigados a retirar-se, depois de terem recuado perante as linhas fortificadas de Torres Vedras. Peninsular, Guerra, In Dicionário de História de Portugal, Dirigido por SERRÃO, Joel, Volume, V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, pp. 47-51.

<sup>446</sup> Com as invasões francesas no nosso território, a Corte portuguesa desloca-se para o Rio de Janeiro (Brasil), permitindo que o poder político passasse a estar nas mãos dos ingleses. Portugal assumiu um novo estatuto, o de colónia do Brasil. In RODRIGUES, Henrique Fernandes, “Liberalismo e repressão miguelista no vale do Lima”, Separata de *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, vol. XVI, 1993, p. 109-135.

<sup>447</sup> Em 1817 dá-se a conspiração do general Gomes Freire de Andrade, e no ano imediato a criação do Sinédrio, grupo que organizou a Revolução Liberal. IDEM, *Ibidem*.

<sup>448</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>449</sup> Como regresso de D. Miguel e com ele a restauração do absolutismo, o clima sócio-político adensa-se e torna-se explosivo. Surgem as perseguições, os desterramentos e a emigração. IDEM. *Ibidem*.

**Quadro n.º 89**  
**Idade dos viandantes**

Grupos idades	1761 a 1767		1808 a 1819		1820 a 1832		Total	
	N.º obs.	%	N.º obs.	%	N.º obs.	%	N.º obs.	%
< 15	-		2	6,5	1	1,8	3	2,7
15-19	5	20,8	5	16,1	11	19,3	21	18,8
20-24	7	29,2	5	16,1	7	12,3	19	17
25-29	-		4	12,9	7	12,3	11	9,8
30-34	2	8,3	6	19,4	3	5,3	11	9,8
35-39	2	8,3	3	9,7	5	8,8	10	8,9
40-44	3	12,5	-		3	5,3	6	5,6
45-49	1	4,2	-		4	7,0	5	4,5
50-54	-		-		4	7,0	4	3,6
55-59	3	12,5	-		-		3	2,7
>=60	1	4,2	2	6,5	1	1,8	4	3,6
Ind.	-		4	12,9	11	19,3	15	13,4
Total	24	100	31	100	57	100	112	100
Não Id.	9	33,3	4	14,8	14	51,9	27	100

Fonte: Passaportes Internos

Verificando a idade dos viandantes (Quadro n.º 89), constatámos que para a totalidade do período observado, são os jovens entre os 15 e os 19 anos que requerem passaportes internos com maior frequência, representando 18,8%, seguidos pelos jovens dos 20 aos 24 anos, com 17%. Jorge F. Alves, para S.T. Bougado (1744-1783), verificou também que são os jovens desta faixa etária (15-19 anos) que migram em maior percentagem atingindo os 46,6%. As baixas idades de partida, segundo o autor, “evidenciam claramente a obediência do movimento migratório a estratégias familiares. A migração, ao mesmo tempo que denuncia as dificuldades de sobrevivência de um grupo familiar relativamente numeroso, desempenha também um papel integrador e de socialização, correspondendo a um período de aprendizagem fora da família...<sup>450</sup>”. Estes jovens da Meadela são registados nas guias de passaporte

<sup>450</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, 1994, p. 69.

geralmente como lavradores, ou seja ligados à actividade agrícola, na casa dos seus pais. No item da profissão, por vezes, esta não é referida, sendo substituída pela referência ao motivo da partida, “para trabalhar” ou “homem ganhão”(Quadro n.º 90).

No primeiro período (1761-1767) são os jovens dos 20 aos 24 anos que mais saem da paróquia (29,2%), seguidos pelo grupo dos 15 aos 19 anos (20,8%).

No segundo período (1808-1819) são preferencialmente os indivíduos dos 30 aos 34 anos que mais se ausentam (19,4%), seguidos de perto pelos jovens dos grupos dos 15 aos 24 (ambos com 16,1%). Salientámos no entanto, que a percentagem de indeterminados, desconhecendo-se a idade dos requerentes dos passaportes internos é da ordem dos 13%.

No terceiro período (1820-1832), o padrão etário que abandona a casa paterna mais cedo é o dos 15 aos 19 anos. Para a totalidade do período observado, de um total de 21 jovens entre os 15 e os 19 anos que se ausentavam, 7 iam acompanhados, representando 33,3%. Estes jovens iam geralmente acompanhados por irmãos mais velhos, pais, tios, e provavelmente, apesar de ser difícil de comprovar, por vizinhos e parentes por afinidade. As migrações precoces, tal como referiu Jorge Alves, surgem “na sequência de estratégias de exclusão familiar do trabalho camponês, quer como prática de pluriactividade indispensável a famílias camponesas com terra escassa<sup>451</sup>. De acordo com a actividade que acabariam por exercer, estes jovens poderiam nunca mais regressar, isto se aprendessem uma actividade especializada ligada por exemplo ao artesanato. Alguns ao migrarem preferencialmente para Lisboa, pretendiam possivelmente “dar o salto” para paragens mais longínquas, como o Brasil. Outros acabaram por regressar, vindo a requerer posteriormente novo passaporte. Estaremos aqui perante migrações de carácter pendular. Isto acontece especialmente naqueles casos ligados à construção civil e agricultura que deambulam à procura da oferta de serviço, voltando periodicamente à terra. Para a totalidade do período o número de pedreiros que requer passaporte é relevante, onde 7 indivíduos o fazem, sendo a terceira profissão mais

---

<sup>451</sup> IDEM, p.73.

referida (Quadro n.º 90). O maior número de indivíduos que saem são lavradores, um total de 24 indivíduos. Estas saídas, serão por vezes resultado de maus anos agrícolas, ou da necessidade de complementar o rendimento da unidade de exploração, quando existe disponibilidade excedente de mão-de-obra no casal<sup>452</sup>. Estes vão, com particular incidência para o Sul do País, para as planícies zonas do Alentejo, que atraem massas rurais para trabalharem nas grandes explorações<sup>453</sup>. Da Meadela partiram nesta direcção alguns jovens (como anteriormente já referimos), embora nenhum deles tenha requerido para isso passaporte interno. O destino mais pretendido pelos indivíduos que saíram foi Lisboa, onde 79% assim o fizeram no intuito de resolver assuntos de ordem pessoal, ou de índole familiar, e principalmente por motivos profissionais. Citemos alguns casos que se integram nos primeiros motivos:

Clemente Gomes, filho de Maria Afonso (viúva), de 14 anos de idade, requereu passaporte interno para a cidade de Lisboa em 8 de Setembro de 1813, para companhia de seu irmão<sup>454</sup>;

No mesmo ano, Manuel José Pires, de 32 anos, casado com Maria Josefa deslocou-se para a cidade de Lisboa para casa do Cônsul Geral da Nação Britânica<sup>455</sup>.

---

<sup>452</sup> IDEM, p.82.

<sup>453</sup> IDEM, pp. 42, 68, 81 e 91.

<sup>454</sup> A.M.V.C., Livro de Registo de Passaportes Internos, 1204, fl. 99 v.º.

<sup>455</sup> A.M.V.C., Idem, fl. 25 v.º.



**Quadro n.º 90**  
**Caracterização geral da mobilidade interna**

Destino- Saídas		Saídas repetidas		Duração		Profissão	
Localidade	N.º obs.	Frequên.	N.º obs.	Tempo	N.º obs.		N.º obs.
Lisboa	89	1 Mês	1	<15 Dias	4	Lavrador	24
Porto	5	2 Meses	1	15 Dias	4	Trabalhar	9
Barcelos	1	3 Meses	1	20 Dias	23	Pedreiro	7
Braga	1	>6 Meses	4	30 Dias	22	Proprietário	2
Monção	1	1 Ano	3	< 1 Ano	2	Negociante	3
Bragança	1	2 A 3 Anos	4	T. Ida	5	Jornaleiro	1
Mealhada	1	4 A 6 Anos	3	Indet.	53	Criado	1
V. Cadabalo	1	>6 Anos	2			Ferreiro	1
Loures	1					Sapateiro	1
Leiria	1					Marítimo	1
Beira	1					Padeiro	1
Torres Ved.	1					Religioso	1
Trena	1					Indeter.	61
Bahía	1						
Indeter.	7			Total	113	Total	113

Fonte: Passaportes Internos

Apesar do abade João de Barros nada referir quanto às ausências dos paroquianos dos habitantes da Meadela na Memória Paroquial de 1758, este era um fenómeno comprovado pelos dados fornecidos pelos registos de passaportes, como temos vindo a estudar. Almeida Fernandes, refere que numa paróquia do concelho, Riba de Âncora, na Memória Paroquial de 1758 pode ler-se:

“ a mayor parte do povo desta dita freyguezia hé muito pobre, e sahem da freyguesia todos os homens a trabalhar por Lisboa e fora do reyno, e se recolhem todos os annos com algum dinheiro para ajudar a sustentar a família e somente ficam em caza os homens velhos, por não poderem já trabalhar, e as mulheres fazem todo o serviço das sementeyras<sup>456</sup>. ”

Era prática frequente escolher como destino principal para migrar a cidade de Lisboa, tentando encontrar soluções de carácter

<sup>456</sup> T. T. *Memória Paroquial*. XXXI, n.º 79 (questão 15), citado por FERNANDES, Almeida, *Meadela Histórica*, ob. cit., p. 288.

económico, que o dinamismo da capital melhor poderia oferecer, sem esquecer que muitos nunca mais regressaram, acabámos por mais tarde ter notícias deles vindas do exterior, emigrados para o Brasil. O dinamismo do porto marítimo de Lisboa, expresso no grande número de navios que saíam para este destino, terá contribuído em parte para que estes indivíduos tentassem a sua sorte fora do reino, comprovado pelo facto de alguns saírem da nossa observação, sem voltarmos a saber nada dos rumos que tomaram. Tentaremos mais à frente, quando abordarmos o fenómeno emigratório, verificar e explicar a relação existente entre mobilidade interna e emigração.

Como segunda escolha privilegiada, mas bastante distanciada surge o Porto, onde a diversidade profissional dos que se ausentem para esta cidade não nos permite chegar a um consenso sobre os motivos das ausências, ou relacioná-la com o salto seguinte para o Brasil, como apontámos para Lisboa.

Destacamos o caso de José Soares, natural de Fragoso, mas residente na paróquia, com apenas 14 anos ausenta-se para o Porto, em 1825, tendo sido abonado por Francisco Pereira Correia, Negociante. Este jovem veio a pedir novo passaporte mas agora para Lisboa. Dele sabemos apenas que casou fora (provavelmente na terra da noiva- Serreleis), tendo registado na paróquia uma filha em 1831. Sobre ele ou da sua família nunca mais tivemos notícias. Teriam mudado para outra freguesia, ou será que José Soares teria emigrado?

Em 1832, João Francisco Pereira, viúvo e proprietário, requereu passaporte para 8 dias para ir ao Porto. No mesmo ano voltar a requerer passaporte mas agora para a cidade de Braga. Terão sido negócios que levou este proprietário a deslocar-se para estas cidades?

Para o Porto, foi passado um passaporte colectivo em 1825, a Domingos Pires da Costa e António José Pires. Através do cruzamento destes dados com a nossa base, identificámo-los como sendo homens casados e o segundo era Capitão da companhia de caçadores do regimento da Infantaria de Viana.

Surgem ainda pedidos de passaporte para destinos dispersos, de acordo com os interesses pessoais dos requerentes: Braga, Barcelos (para ir à feira), Monção, Mealhada, Cadabalo, Loures, Leiria, Beja, Torres Vedras, Trena e um pedido para fora do reino, para a Bahia (Brasil).

Provavelmente muitos dos indivíduos que requeriam passaporte para se deslocarem para outras cidades, estariam ligados a negócios ou para trabalhar em empregos de curta duração, como o comprova o elevado número de pedidos que eram requeridos com a duração de 20 e 30 dias.

O exame das profissões referidas permite compreender algumas das prováveis razões das viagens: lavradores, pedreiros, negociantes, jornaleros ... e até um religioso. Vários motivos desde negócios, trabalho ou pessoais estariam por detrás destas deslocações.

Intrigou-nos particularmente o facto de um religioso ter requerido passaporte, que passaremos a citar:

Em 1832, o Padre Francisco G. Rita de 45 anos, requereu passaporte para a Mealhada, com a duração de 20 dias.

O intervalo entre as viagens, quando eram repetidas, eram realizadas preferencialmente com intervalos superiores a 6 meses, chegando até aos 6 anos entre uma viagem e outra. Dos que requeriam com maior frequência passaporte, alguns faziam-se acompanhar de irmãos, filhos ou parentes. Os contactos exercidos anteriormente pelos pais, levou alguns jovens a aventurar-se para outras cidades, para continuar a actividade ou negócios exercidos por estes, agora sozinhos.

Vejamos alguns destes casos:

Manuel Parente da Costa de 44 anos, levou consigo em 1764 o seu filho Agostinho Parente de 18 anos para Lisboa. Este viria a ausentar-se posteriormente. Ficámo-lo a saber através do registo de óbito dele, que ocorreu em 1790, ausente há mais de dois anos. Em 1765, é a vez do segundo filho, Manuel que pede com apenas 16 anos passaporte para se dirigir a Lisboa. Dele nada mais sabemos, provavelmente esta saída teria sido a solução encontrada por este jovem em apoiar a

sua família numerosa, que contava com mais 6 irmãos de menor idade;

Em 1809, Bento José Barradas, homem casado de 25 anos, pai de dois filhos, o último nascido em 1808, requereu passaporte para Lisboa. Em 1817, seu primeiro filho, Manuel Barradas, de idade de 14 anos ausenta-se para Lisboa. Permaneceu na nossa base de dados como indivíduo fora de observação. Em 1808, tinha já requerido passaporte Domingos Ribeiro, filho de Francisco Ribeiro cunhado de Bento José Barradas para a cidade do Porto, requerendo outro passado dois meses mas agora para a cidade de Lisboa.

Estaremos provavelmente perante a existência de estratégias familiares a nível económico e profissional.

## **4.2 Mobilidade externa**

### **4.2.1 Ensaio ao estudo da emigração**

A abordagem do problema da mobilidade externa pode ser feita através de fontes e de metodologias diversificadas, como nos refere Norberta Amorim. Várias fontes poderão contribuir para o estudo deste fenómeno, desde a consulta de registos específicos de emigração para o estrangeiro (os passaportes), os róis de confessados, os registos paróquias e os testamentos. Uma das fontes vulgarmente utilizada pelos investigadores que se debruçam sobre este fenómeno são os registos de passaportes, no entanto, estes apresentam algumas limitações, pois só surgem de forma sistemática a partir de inícios do século XIX, e não reflectem a totalidade das saídas efectuadas, pois não permitem detectar a emigração clandestina. Para uma abordagem completa do fenómeno, implicaria a existência de uma panóplia de fontes, que seriam cruzadas entre si, dando uma visão exacta e rigorosa desta variável.

Dadas as limitações que encontramos ao nível das fontes, pois não tivemos acesso aos róis de confessados e os primeiros registos de

passaportes pedidos por indivíduos da Meadela datam de 1837<sup>457</sup>, desenvolvemos um pequeno ensaio, que será complementado com o cruzamento dos registos paroquiais e dos testamentos, ilustrado por alguns casos que citaremos.

Vários estudos em diferentes épocas surgem com a preocupação em discutir e analisar as causas e consequências que estavam por detrás da saída de milhares de portugueses para o Brasil no Antigo Regime.

A compreensão do movimento emigratório passa por um conjunto de factores, desde a publicação de legislação de incentivo ou de retracção deste fenómeno, ao estudo da conjuntura político-económica e das estratégias familiares e sistema de herança.

Joel Serrão destaca a importância do contexto sócio-económico do Antigo-Regime (do século XVI ao século XVIII) para explicar a troca da metrópole pelas terras de além-mar, definitivamente para uns, e temporalmente para outros<sup>458</sup>.

A diferentes conjunturas correspondem respostas legislativas adequadas que “vacilavam entre as exigências do liberalismo e a necessidade de contenção da emigração<sup>459</sup>”.

Um dos motivos que contribuíram para a “fuga maciça da população metropolitana, sobretudo do Noroeste, foi a descoberta nos finais do século XVII das minas brasileiras<sup>460</sup>”. Sobre este facto, D. Luís da Cunha refere-se nestes termos:

“O Brasil não sangra menos a Portugal, porque sem embargo de já não ser livre a cada qual passar àquele Estado sem passaporte, conforme ouço dizer, contudo fustivamente se

---

<sup>457</sup> A emissão do primeiro passaporte pelo Governo Civil do distrito de Viana do Castelo data de 8 de Outubro de 1835. In RODRIGUES, Henrique, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>458</sup> SERRÃO, Joel, *A emigração portuguesa*, 4ª Edição, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 86-87.

<sup>459</sup> FÁRIA, Inês Martins de, *ob. cit.*, p.179.

<sup>460</sup> SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, p. 107.

embarcam os que ao cheiro das minas querem lá ir buscar sua vida<sup>461</sup>“.

Uma das regiões mais duramente fustigadas pelo rush emigratório foi a de Entre Douro e Minho, mais expostos pela densidade demográfica local e pelas facilidades de navegação, ao expatriamento<sup>462</sup>.

Alguns autores apontam como causa principal “a penúria”, destacando-se Oliveira Martins onde para ele “a emigração é o barómetro da vida nacional, marcando as suas oscilações a pressão do bem-estar metropolitano<sup>463</sup>. Fernando Emídio da Silva diz-nos que :

“É da miséria que nos vem a nosso melhor riqueza: do pária nostálgico e atavicamente aventureiro que deixa as praias inóspitas da terra que não lhe deu o pão em tormentosa demanda de destinos melhores mas incertos é que vem o ouro<sup>464</sup>“.

Para Basílio Teles:

“emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza; e esta sangria (...) tem sido contudo o unico e estúpido processo de proporcionar aos trabalhadores, que não emigram, uma situação tolerável (...)”.

Acrescenta ainda:

“o que esses pais desejam, mais ou menos confusamente, é descartar-se d’um encargo que as condições quasi inalteráveis do trabalho regional lhes tornam difícil, senão impossível, de aturar; é fazer do filho uma fonte de receita, ou pelo menos

---

<sup>461</sup> Testamento Político de D. Luís da Cunha, Edição de 1943, p. 70. Citado por: SERRÃO, Joel, *ob. cit.* p. 107.

<sup>462</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>463</sup> MARTINS, Oliveira, “A emigração portuguesa”, 1891, in *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, 1956, p. 207.

<sup>464</sup> SILVA, Fernando Emídeo da, *Emigração portuguesa*, 1917. Citado por: SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, p. 107.

um arrimo carinhoso quando venham mais tarde a velhice e a invalidez. É a sua caixa económica, o seu seguro de vidas, o seu capital de reserva - a pobre criança que elles exportam para os Brazis<sup>465</sup>”.

Segundo o Inquérito Parlamentar sobre a Emigração, de 1873, as conclusões aqui expressas revelam não ter havido motivos de ordem sócio-económica suficientemente prementes para explicar as origens do fenómeno emigratório português contemporâneo. No relatório elaborado por Barros e Cunha dos resultados obtidos do inquérito realizado concluiu que:

“1º Não se verificara, então, nem miséria nem falta de trabalho; 2º Pelo contrário, no Minho deparava-se carência de braços para as fainas agrícolas; 3º O Alentejo recrutava trabalhadores rurais no Algarve e na Beira, suscitando migrações internas de mão-de-obra, as quais se mantiveram até aos nossos dias”. Concluiu assim que o que levava os operários a sair do país era a ambição de voltarem ricos à pátria<sup>466</sup>.

Também Caroline Brettell, concluiu para Santa Eulália, que “alguns podem ser movidos mais pela ambição, se é que esta se pode considerar a palavra mais adequada, do que pela necessidade<sup>467</sup>”.

Em 1822, A. Balbi ajuizava por este modo:

“La difficultté qu’eprouve le paysan portugais de faire quelques économies par son travail, le force à chercher fortune dans les villes, où ils devient domestiques ou fainéant, ou chez l’étranger et dans les colonies. Le Portugal perd ainsi son seulment les bras utiles d’un agriculteur qu’il aurait pur lui donner en se mariant avec une femme de sa condition<sup>468</sup>”.

---

<sup>465</sup> TELLES, Bazílio, *Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador*, Liv.º. Chardron de Lello e Irmão Editores, Porto, p. 114.

<sup>466</sup> Primeiro Relatório Parlamentar, p. 23. Citado por: SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, p. 146.

<sup>467</sup> BRETTELL, Caroline, *ob. cit.*, p.114.

<sup>468</sup> *Essai statistique...* t. I, p. 237. Citado por: SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, pp. 154-155.

Balbi expressa na sua análise as contradições da situação económico-agrícola portuguesa: a necessidade de mão-de-obra na lavoura; por outro lado a insuficiência dos salários e do lucros agrícolas expelia os míseros à migração para as cidades, ou para além-mar.

Poinsard tenta explicar este fenómeno através do regime de propriedade, onde na terra lusitana, principalmente no Minho, predomina a pequena propriedade (minifúndio), destituída de valor económico, visando apenas manter o auto-consumo de uma família, compelindo à expulsão emigratória alguns dos seus membros. Joel Serrão chama-lhe mesmo “uma espécie de Malthusianismo de adultos jovens, mão-de-obra sem emprego possível no contexto da exploração agrícola portuguesa<sup>469</sup>”. Documentos oficiais dos finais do século passado reconhecem que:

“A excessiva divisão da propriedade é a causa de que os trabalhos rurais sejam feitos em grande parte pelos chefes de família, suas mulheres e filhas, emigrando os filhos, pois os salários que auferem os trabalhadores rurais, conquanto actualmente elevados, não são bastante remunerados, nem correspondem ao preço das subsistências<sup>470</sup>”.

Mendes Leal apontava três causas essenciais do surto emigratório, para o Minho, que seriam a constituição da propriedade, não permitindo a sua posse por todos quantos a desejariam, a deficiência de cereais e as flutuações políticas.

A imigração galega vem revelar que afinal em Portugal não há miséria nem falta de trabalho, na perspectiva da grande e média exploração agrícola, onde há falta de mão-de-obra.

Concluimos assim que o fenómeno da emigração é um fenómeno complexo, evidenciado também por especialistas de economia social que buscaram compreender os condicionalismos da emigração portuguesa actual (1957-1966):

---

<sup>469</sup> SERRÃO, Joel, *ob. cit.*, p. 156.

<sup>470</sup> “Movimento da População”, 1887-1888, p. 201, in EVANGELISTA, João, *Um século de população Portuguesa*, p. 126.



“... as causas da emigração não devem ser procuradas num “sector em Crise” ou numa “região desfavorecida”, mas nas estruturas da sociedade portuguesa, em todos os sectores económicos e na política económica seguida<sup>471</sup>”.

Desde a publicação do artigo clássico de Vitorino Magalhães Godinho, podemos dizer que há um consenso em abordar o fenómeno da emigração como uma constante estrutural ao longo da história portuguesa, pelo menos desde há quase cinco séculos<sup>472</sup>. Na mesma linha de análise, encontramos os estudos sobre a emigração publicados por outros autores, nomeadamente Rowland<sup>473</sup> e Serrão<sup>474</sup>.

Um dos estudos fundamentais que estão a ser desenvolvidos no âmbito do fenómeno emigratório foi o de Caroline Brettell<sup>475</sup>, que analisou aprofundadamente a relação entre nupcialidade e emigração, numa freguesia minhota. Numa perspectiva mais alargada, reflectindo as interacções entre o fenómeno emigratório e os níveis de alfabetização no Alto-Minho, surge a obra de Henrique Rodrigues<sup>476</sup>. Para uma interessante e bem construída análise da emigração e retorno temos por exemplo, os trabalhos de Jorge Alves sobre as partidas que se davam do Porto oitocentista<sup>477</sup> e o de Carmen Alice Cunha sobre o Concelho de Guimarães<sup>478</sup>.

---

<sup>471</sup> ALMEIDA, Carlos, BARRETO, António, KRIEGER, Line, PETITAT, ANDRÉ, “L’Émigration Portugaise (1957-1966)”, in *Mémoire d’Économie Sociale*, sous la direction de M. le Prof. J. I. Bergier, Université de Genève, Janeiro de 1968, p. dactilografada n.º 122. Citado por: SERRÃO, Joel, *ob. cit.* p. 171.

<sup>472</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães, L’Emigrationportugaise (XVè-XXè siècles). Une constante structure et les responses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social* 1, 1978, pp. 5-32.

<sup>473</sup> ROWLAND, Robert, Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX). In *Actas del II Congreso dela Asociación de Demografía Histórica*, Org. A. Eiras Roel. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil albert/Diputación de Alicante, 1991.

<sup>474</sup> SERRÃO, Joel, *ob. cit.* .

<sup>475</sup> Brettell, Caroline, *ob. cit.*.

<sup>476</sup> RODRIGUES, Henrique, *ob. cit.*.

<sup>477</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto: Edição do Autor, 1994.

<sup>478</sup> CUNHA, Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmento, *Emigração familiar para o Brasil. O Concelho de Guimarães 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*.

As iniciativas desenvolvidas a nível micro-analítico e a comparabilidade dos resultados, representam a abertura no campo da investigação sobre este problema, onde a metodologia de reconstituição de famílias/paróquia pode ter um papel decisivo no estudo dos reflexos da emigração na estrutura familiar (nupcialidade/fecundidade) e na abordagem de trajectórias individuais e familiares.

#### **4.2.2 A Emigração através do cruzamento de registos paroquias com registos de passaportes**

Era nossa preocupação abordar neste estudo o fenómeno da nossa paróquia, mas as dificuldades encontradas foram imensas, a começar pela falta de fontes específicas para a sua abordagem: róis de confessados e registos de passaportes anteriores ao século XIX. Os primeiros registos de passaportes para o concelho datam de 1837, o que limita a 13 anos o estudo desta variável na investigação que estamos a realizar. Conscientes da fraca representatividade que os dados encontrados possam representar decidimos, no entanto, estudá-los com o grande contributo prestado por Henrique Rodrigues (que desde já agradeço) que nos facultou da sua base de dados da tese de mestrado que desenvolveu sobre a emigração no Alto Minho, os emigrantes da freguesia da Meadela que requereram passaporte, principalmente de uma forma qualitativa.

De 1837 a 1850 requereram passaporte 26 indivíduos, tendo 9 pedido para emigrarem para o Brasil (Rio de Janeiro) e 16 para Gibraltar e apenas num caso não é referido o destino.

Curiosamente, invertendo a tendência geral de emigração dominante para o Brasil, principalmente para o Rio de Janeiro, na paróquia da Meadela 61,5% dos emigrantes requereram passaporte para Gibraltar. Henrique Rodrigues abordou este particularismo da emigração do Alto-Minho, concentrando-se exclusivamente no concelho de Viana do Castelo, entre 1845 e 1848. É nas freguesias periféricas de Viana do Castelo, que saem o maior número de emigrantes para Gibraltar, surgindo em primeiro lugar a Meadela com

Tese de Mestrado, Depto. de História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1997.

16 casos, seguindo-se a Areosa com 13 e Viana do Castelo com 9. Estes emigrantes apresentam em comum a sua identificação profissional<sup>479</sup>, tratando-se predominantemente de pedreiros, ligados por laços sócio-profissionais e familiares<sup>480</sup>. A estrutura etária destes emigrantes da Meadela situa-se entre os 10 anos (idade mínima) e os 48 anos (idade máxima), e uma média etária situada nos 27.1 anos. Estes artífices levam consigo os próprios filhos, irmãos ou primos, utilizando passaportes colectivos. Vejamos alguns casos que expressam a existência de estratégias familiares neste tipo de emigrações:

Em 18 de Março de 1945 requerem passaporte para Gibraltar Nicolau Parente de 22 anos, casado e filho mais velho, juntamente com Francisco António Dinis (Novo), solteiro de 25 anos. Não conseguimos identificar qualquer grau de parentesco entre estes dois indivíduos. Mas um dia depois, vimos que os irmãos deste último, Manuel Gonçalves Novo, solteiro de 32 anos e Francisco Gonçalves Novo, casado de 40 anos requereram passaporte, fazendo-se acompanhar de Manuel Martins Branco, de 48 anos, casado e registado como pedreiro, levando consigo o seu segundo filho, Baltasar Martins Branco de 18 anos. Em 25 de Setembro de 1845, vimos que a estes se lhe irá juntar, o primeiro filho de Manuel Martins Branco a quem lhe foi dado o seu nome acrescentado do nome Novo, solteiro e de 22 anos. Passados dois anos, Francisco Gonçalves Novo, volta novamente a emigrar para Gibraltar, em 4 de Outubro de 1848, fazendo-se agora acompanhar do seu filho, Francisco Nicolau Gonçalves Novo,

---

<sup>479</sup> No estudo realizado por Henrique Rodrigues para o Alto-Minho entre 1835-1860, detectou um total de 73 casos que emigraram para Gibraltar, no período situado entre 1845 e 1848. Estes emigrantes apresentam em comum o concelho de naturalidade e a sua identificação profissional. O enquadramento profissional destes emigrantes apresenta a seguinte distribuição: 34 pedreiros, 33 sem referência alguma, 4 ligados à actividade primária, um caiador e um marmorista. De acordo com a tipologia de alfabetização proposta por Henrique Rodrigues, predominam os que assinam de forma a poderem receber ou emitir uma mensagem escrita. A percentagem dos alfabetizados situa-se nos 51%. In RODRIGUES, Henrique, *A Emigração do Alto-Minho, 1835-1860- a miragem do Brasil* (Tese de Mestrado), Porto, 1991, pp. 253-255.

<sup>480</sup> IDEM, *Ibidem*, pp. 253-255.

solteiro de 18 anos. Em 14 de Fevereiro de 1948, parte pela segunda vez Francisco António Dinis (Novo), levando desta vez consigo os sobrinhos, Manuel Gonçalves Novo de 10 anos e António Gonçalves Novo de 12 anos, que provavelmente se iriam juntar ao pai emigrado em 1847.

Outro caso é o de Francisco Gomes Novo, casado de 42 anos, que se faz acompanhar de seu filho António Gomes Novo de 12 anos, ao solicitarem passaporte para Gibraltar em 5 de Maio de 1846. Provavelmente existirá alguma relação de parentesco entre estes e o caso anterior, pois ambos têm o mesmo apelido (Novo).

Para o estudo da emigração julgámos ser importante conhecer alguns aspectos como: estado civil, idade à partida, posição que o emigrante ocupa na família, no sentido de ajudar a compreender as estratégias familiares que estarão por detrás do fenómeno emigratório, e o que terá levado muitas famílias a colocar os seus membros fora do reino à procura de trabalho.

Procurando conhecer o estado civil dos emigrantes naturais desta paróquia, para o período de 1837-1850 (Quadro n.º 92- Anexos), vimos que maioritariamente a proporção dos emigrantes solteiros é bem maior, com 83,3% , contra apenas 16,7 % dos casados. Parece ser uma realidade que a emigração na primeira metade dos século XIX é preferida pelos homens solteiros, tal como Jorge Fernandes Alves afirma, referindo que em 1839 para o Distrito do Porto, os solteiros são a esmagadora maioria com 92%, situação essa que se vai atenuar com o tempo, atingindo-se no ano de 1879 uma viragem, na medida em que os homens casados são a maioria do fluxo com 52%<sup>481</sup>. Para o mesmo autor, a emigração predominante de solteiros pode associar-se aos mecanismos de exclusão de herdeiros, às estratégias de distribuição familiar profissional, que ocorre geralmente num processo desencadeado pelos ascendentes<sup>482</sup>. O regime de propriedade do

---

<sup>481</sup> ALVES, Jorge Fernandes, “Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista” in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX* , Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993, p. 78.

<sup>482</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros ...*, *ob. cit.*, p. 375.

Minho que se caracteriza pelo minifúndio, onde a unidade de produção apenas permite sustentar uma família, tende a desenvolver o sistema de herança que privilegie a transmissão da casa apenas a um herdeiro, assegurando a transmissão aos restantes filhos através de compensações pelas “legítimas”, ou seja o correspondente em moedas ao seu quinhão na herança<sup>483</sup>. Através deste sistema de transmissão da propriedade, que apesar de estar subordinado ao sistema de herança igualitária, tende-se de alguma forma preservar a propriedade, evitando-se que esta atingisse parcelas tão mínimas que não garantissem a sobrevivência do grupo familiar<sup>484</sup>. A transmissão do património nem sempre era uma tarefa fácil, que fluía de acordo com a subjectividade dos ascendentes e a própria evolução do ciclo de vida familiar, não existindo regras fixas para a escolha do sucessor<sup>485</sup>.

A emigração funcionava como uma eficiente via para se conseguir o equilíbrio entre o crescimento da população e a disponibilidade de recursos, neste caso a terra. Mais do que isso, representava uma válvula de escape para a população excedentária,

---

<sup>483</sup> IDEM, *Ibidem*, p. 83

<sup>484</sup> Em matéria de sucessão e herança, o Minho não apresenta uma unidade, detectando-se três sistemas praticados nos séculos XVIII e XIX. Um dos sistemas mais praticados é o da sucessão única e herança indivisa, instituindo-se um único herdeiro, através de nomeação por escritura de dote na ocasião do casamento do filho herdeiro ou por testamento. Desta nomeação resultavam encargos mais ou menos onerosos para o herdeiro, como os denominados «legado por conta da legítima», constituídos, normalmente, por dinheiro, móveis, utensílios, roupa, ouro, frutos, animais e, quando havia, alguma parcela de terra alodial, estes legados não correspondiam na maioria dos casos ao valor da legítima, para além disto podem estar também incluídos pensões vitalícias. O segundo sistema era o da sucessão fragmentada e herança igualitária, que não é o mais representativo no Alto –Minho. Um terceiro sistema denominado de sucessão fragmentada e herança avantajada, também denominado de «Terça». Aqui todos os descendentes sucedem e são designados por herdeiros, embora um deles é privilegiado com um quinhão maior. O herdeiro principal beneficiava da transmissão da casa e das parcelas que ficavam mais próximas. Este é o sistema mais praticado numa vasta região que tem por centro o Vale do Lima. In DURÃES, Margarida, “Condição feminina e repartição do património: a camponesa minhota. Séculos XVIII-XIX”, separata de *Mulher na Sociedade Portuguesa*, Actas do Colóquio, Coimbra, 1985.

<sup>485</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros... ob. cit.* p. 88.

principalmente a masculina, que via na emigração uma maneira de não se submeter à autoridade do herdeiro escolhido<sup>486</sup>.

Tentámos analisar a posição na família ocupada pelos solteiros e verificámos que dos 21 solteiros que requereram passaporte, 19 identificámos na nossa base de dados. Constatámos que todos eles faziam parte de famílias numerosas, predominando as famílias com 8 e 11 filhos. Em apenas um caso a família constava de 5 filhos. Sobre a posição destes na família, esta surge bastante heterogénia, comprovando-se que eram os filhos do meio que tentavam a sua sorte fora do reino. Estas famílias numerosas, que sentiam maiores dificuldades, tendiam a excluir e por vezes “impor<sup>487</sup>” os próprios filhos à emigração. Dos testamentos que analisámos encontramos referências a situações de migração, veja-se o exemplo de:

Manuel Afonso Coelho e de sua mulher Josefa Martins Antunes, no testamento de mão comum em 30 de Julho de 1844 referem: “(...) declaramos que gastamos com nosso filho Domingos Affonso Coelho em viagem para o Brasil settenta e dous mil reis, que se devem levar em conta para os outros irmãos; e nosso Praso das Corredouras o nomeamos por morte do último no nosso filho Francisco Affonso Coelho, e nossa filha Lourença terá de mais da sua legítima dous fios de contas<sup>488</sup>”. Domingos Afonso Coelho era o terceiro filho do casal, de um total de 9 filhos. Era, no entanto, o filho do sexo masculino mais velho, enquanto que o filho herdeiro do terço foi o quarto filho, Francisco Afonso Coelho.

Expressa-se neste testamento a necessidade de manter o património familiar, através da escolha de um herdeiro, que neste caso não era o filho mais velho, sem no entanto prejudicar os outros filhos a quem lhes foi entregue a sua legítima e ao Domingos Afonso Coelho

---

<sup>486</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*, Tese de Doutoramento, Instituto Universitário Europeu, 1998, pp 44-45.

<sup>487</sup> “impor” é o verbo mais conjugado na documentação testamentária para expressar a decisão paternal de conduzir os filhos à emigração, não restando dúvidas sobre o papel das decisões familiares neste campo.

<sup>488</sup> *Livro de Testamentos*, n.º 14, fl. 105.

a quantia suficiente para emigrar para o Brasil<sup>489</sup>, sobrando-lhe algum ainda da viagem para se instalar convenientemente. De Domingos nada mais soubemos, provavelmente nunca mais regressou.

**Quadro n.º 91**  
**Idade dos emigrantes**  
**(1837-1850)**

Grupos de idade	N.º	%	%
<= 14	7	26,9	
15-18	6	23,1	77
19-27	7	26,9	
32-48	6	23,1	23
Total	26	100	

Fonte: Guias de Passaporte

Observando o factor idade, pudemos concluir que a emigração afectava mais os jovens, correspondendo a 77% com idade inferior a 28 anos, destacando-se os grupos de jovens com idade igual ou inferior a 14 anos que atingem 26,9% e o dos 19 aos 27 anos com o mesmo valor. A estrutura etária dos que requereram passaporte abrange uma população cujos limiares de idade são: mínimo de 10 e máximo de 48 anos e uma média de idade que ronda os 22,8. Repartindo o fenómeno emigratório pelos dois destinos escolhidos, verificámos que os que emigram para o Brasil (Rio de Janeiro) revelam que serão os mais jovens que se aventuram, com uma estrutura etária que vai dos 13 aos 21 anos, sendo a média de idade de 14,8 anos. Os dados de emigração para o Brasil vão de encontro aos referenciados por Henrique Rodrigues para o Alto-Minho, onde para o período de 1835-60 “os menores de 20 anos representam perto de 60% do total de ausências para o Brasil, e os jovens, com menos de 18 anos, rubricam mais de 48%. Além de se confirmar que era uma emigração onde predominava a juventude, a idade está centrada entre

<sup>489</sup>Jorge Fernandes Alves para emigração saída pela Barra do Douro, refere-se que esta até aos anos 70 fazia-se em veleiro. Só uma pequena percentagem tomava o caminho de Lisboa para embarcar nos paquetes mais cómodos e rápidos mas ainda muito caros. A viagem de veleiro durava 40-42 dias até ao Rio de Janeiro, com preços de passagem que oscilavam entre os 30 a 40\$000, às vezes um pouco menos, na casa dos 20\$000, conforme o lugar, a época e a situação do mercados. In ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, p. 238.

os 12 e os 17 anos<sup>490</sup>. Para o Concelho do Porto na primeira metade do século XIX, Jorge Alves refere-nos :

“(…) o emigrante mais frequente é o de 13-14 anos. Com efeito, em poucas alturas a moda se afasta destes números e, quando isso acontece é, normalmente para níveis pouco superiores: 16, 17, 18 anos (...)”<sup>491</sup>.

Identificámos anteriormente a existência de estratégias familiares no fenómeno emigratório direccionado para Gibraltar, mas elas reflectem-se também naqueles que escolhem como destino o Rio de Janeiro, embora com características diferentes, onde aqui são essencialmente irmãos e primos que viagem juntos<sup>492</sup>. Vejamos alguns casos:

Em 27 de Junho de 1837, requerem passaporte para o Brasil (Rio de Janeiro) os irmãos, José Pereira Silva e António Pereira Silva, de 17 e 15 anos respectivamente, filhos do Capitão José da Guia Pereira da Silva e de Maria da Agonia. Parece que o facto do pai ser capitão tenha movido o terceiro e quarto filho de um total de 11 filhos a procurar “fortuna” para além-mar. Deles nada mais soubemos, mas a saída de um terceiro filho, de nome Manuel parece indiciar que estes se deram bem, levando este irmão de 18 anos a juntar-se a eles em 1842 no Rio de Janeiro.

---

<sup>490</sup> RODRIGUES, Henrique, *Emigração e alfabetização- O Alto-Minho e a Miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 1995, p. 60.

<sup>491</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *ob. cit.*, p. 190.

<sup>492</sup> Jorge Alves Fernandes debruça-se sobre o estudo das redes familiares ou de vizinhança, que eram responsáveis pela introdução de grande número de emigrantes no Brasil. Num exercício local sobre Vila do Conde revelou que cerca de metade dos jovens com menos de 14 anos com passaporte individual vão ao cuidado dum tio (19%), dum irmão (18%), do próprio pai (12%) ou de um primo (3%), enquanto a outra metade é recomendada a antigos vizinhos ou amigos, englobando-se ainda aqui situações de parentesco por afinidade ou graus não identificados pelo observador. In ALVES, Jorge Fernandes, *Lógicas migratórias no Porto oitocentista*, in *Emigração Imigração em Portugal*, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX, Editorial Fragmentos, 1993, p. 81.



Manuel Luís Ribeiro de 13 anos requereu passaporte para o Rio de Janeiro em 28 de Abril de 1841, sete dias depois de o ter feito seu primo António Joaquim de Beça de 21 anos. Pela proximidade das datas, depreendemos que Manuel Luís Ribeiro quis aproveitar a saída do primo mais velho para o acompanhar para o Rio de Janeiro. Em 1854 foi-se-lhe juntar seu irmão José Luís Ribeiro de 20 anos, que tentou a sua sorte, com o apoio do irmão. Manuel Luís e o José Luís Ribeiro eram o 3º e o 5º filho do casal José Luís da Silva Novo e de Maria Fernandes Reguenga, mas destacamos que eram os dois únicos filhos do sexo masculino, tendo ainda o casal mais 5 filhas.

Alguns parecem emigrar isoladamente, não se fazendo acompanhar por nenhum familiar. Possivelmente estariam já do outro lado alguém que os apoiasse à chegada: familiares, vizinhos ou conterrâneos. É o caso de:

Manuel Fernandes Dias de 12 anos, filho de António Fernandes Dias e Joaquina Teresa, que requereu passaporte em 1840. Com 13 anos emigrou em 1859 para o Rio de Janeiro José Caetano Pereira Castro, filho de Manuel Clemente Pereira de Castro e de Maria José Amorim Felgueiras.

Destacámos o facto que, na paróquia da Meadela nenhuma mulher ter requerido passaporte para emigrar. Não existem também nas outras fontes (registos e testamentos) por nós estudadas qualquer referência a isso. Isto vem reforçar a ideia tradicional que a mulher que emigrava isoladamente era mal vista. Sobre esta situação Jorge Fernandes Alves diz-nos:

“Sabe-se que, por tradição, o homem emigra mais, já que os usos e costumes asseguram uma divisão sexual do trabalho pela qual lhe são atribuídas as funções externas de produção, competindo à mulher as funções externas de produção, o labor da casa. Assim sendo, a ideia geral é a de que a mulher

emigrante se afasta do modelo normal, resvalando para a marginalidade<sup>493</sup>.”

Detectámos a existência na nossa paróquia de estratégias familiares de emigração, onde vários irmãos emigram juntos, noutros casos os pais fazem-se acompanhar pelos seus filhos menores, ou por vezes após a saída de um familiar outros se lhe vão juntar.

---

<sup>493</sup> IDEM, *Ibidem*, p.178.

## ANEXOS AO CAPÍTULO VI

**Quadro n.º 92**  
**Emigrantes que requereram passaporte (1837-1850)**

Nome	Idade	Est. Civil	Destino	Emissão
António Pereira Silva	15	Solteiro	Rio de Janeiro	27/06/37
José Pereira Silva	17	Solteiro	Rio de Janeiro	27/06/37
Manuel Fernandes Dias	12	Solteiro	Rio de Janeiro	10/09/40
António Joaquim Beça	21	Solteiro	Rio de Janeiro	21/04/41
Manuel Luís Ribeiro	13	Solteiro	Rio de Janeiro	28/04/41
Manuel Pereira Silva	18	Solteiro	Rio de Janeiro	17/08/42
Nicolau Parente	22	Solteiro	Gibraltar	18/03/45
Francisco António Dinis	25	solteiro	Gibraltar	18/03/45
Francisco Gonçalves Novo	40	Casado	Gibraltar	19/03/45
Manuel Martins Branco	48	Casado	Gibraltar	19/03/45
Baltasar Martins Branco	18	Solteiro	Gibraltar	19/03/45
Manuel Gonçalves Novo	32	Solteiro	Gibraltar	19/09/45
João Maria	36	Indeterm.	Gibraltar	26/09/45
Manuel Martins Branco Novo	22	Solteiro	Gibraltar	25/09/45
Domingos Silva	25	Solteiro	Gibraltar	27/10/45
Francisco Gomes Novo	42	Casado	Gibraltar	05/05/46
António Gomes Novo	12	Solteiro	Gibraltar	05/05/46
Francisco Gonçalves Novo	44	Casado	Gibraltar	04/10/47
Francisco Nicolau Gonçalves	118	Solteiro	Gibraltar	04/10/47
Francisco António Dinis	27	Solteiro	Gibraltar	14/02/48
Manuel Gonçalves Novo	10	Solteiro	Gibraltar	14/02/48
António Gonçalves Novo	12	Solteiro	Gibraltar	14/02/48
Inocência Gomes	17	Solteiro	Rio de Janeiro	25/09/54
José Luís Ribeiro	20	Solteiro	Rio de Janeiro	26/09/54
Manuel Costa	14	Solteiro	Não Refere	02/07/55
Jose Caetano Pereira Castro	13	Solteiro	Rio de Janeiro	05/03/59

Fonte: Guias de Passaporte

## CONCLUSÃO

*A História da família em Portugal é uma História em marcha.*

Norberta Amorim, *História da Família em Portugal, Uma História em Marcha.*

A investigação que levámos a cabo, fruto de um trabalho árduo e moroso de vários anos de dedicação, permitiu-nos analisar e compreender a evolução demográfica de uma comunidade do Alto Minho, integrada numa realidade regional com características ambientais, económicas e sócio-culturais próprias, isto para o período que vai de 1593 a 1850.

Trata-se de uma monografia sobre uma comunidade rural, a Meadela<sup>494</sup>, onde incidimos a nossa abordagem no estudo demográfico da população, através do estudo das variáveis de nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade, recorrendo para isso à metodologia “reconstituição de paróquias”, que nos permitiu obter informações sobre os actos vitais de cada indivíduo. Procedemos assim, ao levantamento destes actos através dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos, que nos possibilitou reconstituir esta comunidade, para um período entre finais do século XVI a meados do Século XIX.

Sentimos necessidade de articular a informação estatística com dados de natureza qualitativa, o que nos levou a consultar outras fontes (testamentos, livros de visita e devassa, pagamento da décima, passaportes internos, registos de expostos e amas, etc.), associado pela observação de casos particulares, permitiu-nos quebrar a rigidez dos números e avançar para uma contextualização dos diferentes comportamentos encontrados.

Os registos paroquiais encontravam-se relativamente bem conservados, isto se exceptuarmos o misto 1 e 3 cujos efeitos do

---

<sup>494</sup> A Meadela confina com a freguesia urbana de Santa Maria Maior (Viana do Castelo) e com as freguesias rurais de Areosa, Perre e Santa Marta.

tempo se faz mais sentir, sem no entanto impedir a identificação dos respectivos actos, associado ao rigor e fidelidade dos registos realizados pelos diversos párocos que exerceram a sua actividade pastoral nesta paróquia, sempre controlados pelos visitantes no exercício das suas funções. Uma das limitações dos registos de óbitos prendeu-se com a ausência de registos das crianças menores de sete anos que faleceram na paróquia, excepto para o período de 1720 a 1780, que nos possibilitou estudar a mortalidade infanto-juvenil, calcular a esperança de vida para as gerações nascidas neste período e caracterizar a mortalidade geral.

O crescimento demográfico da população da Meadela, circunscrito a uma economia de subsistência essencialmente dependente da agricultura de cereais, da criação de gado, da pesca à beira rio, da apanha do sal e da mobiliadade (migrações e emigrações cíclicas ou definitivas) constituiu um elemento regulador, associado a moderadas taxas de nupcialidade e de fecundidade.

O rol de 1732 da Meadela registava 169 homens e 201 mulheres, sem contar os menores de sete anos, distribuídos por 87 fogos, passando este número para 220 fogos em 1875.

Numa perspectiva geral e de longa duração, notámos que, os comportamentos demográficos nesta paróquia oscilam entre períodos de equilíbrio/desequilíbrio demográfico, que se evidencia num crescimento moderado da população ao longo do período estudado, interrompido por fases depressivas no segundo quartel do século XVII e primeiro quartel do século XVIII, resultante de uma diminuição do volume de nascimentos antecedida pela diminuição dos casamentos e por ligeiras crises de mortalidade nas décadas de 1660, 1700, 1750, destacando-se a grave crise de 1784. A recomposição demográfica iniciada em 1766, e que se mantém até ao fim da nossa observação deve-se em larga escala ao aumento do número de concepções/nascimentos e à estabilização do fenómeno da mortalidade. A partir do último quartel do século XVIII a paróquia da Meadela revela um considerável dinamismo demográfico.

O comportamento demográfico da população desta comunidade evidencia a cadeia estabelecida entre as diferentes variáveis demográficas no sentido de manter o equilíbrio necessário.

Destacámos, neste sentido, o papel da nupcialidade, variável demográfica mais exposta à influência de factores culturais:

transmissão de exploração familiar, estrutura da autoridade da casa, sistema de herança, etc., que se enquadram numa realidade geográfica, ainda não completamente definida, mas que seguramente integrará o Noroeste do país e se estenderá além fronteiras pela região vizinha da Galiza.

A nupcialidade na paróquia revelou um casamento tardio para ambos os sexos, prevalecendo ao longo da observação uma idade média ao primeiro casamento superior da mulher em relação à dos homens, isto se exceptuarmos o segundo quartel do século XVIII. Neste século, verifica-se uma ligeira aproximação das idades ao primeiro casamento entre os dois sexos, mantendo-se estas elevadas. Esta realidade foi também identificada em freguesias nortenhas como Santa Eulália<sup>495</sup>, Santiago de Romarigães<sup>496</sup>, Alvito S. Pedro<sup>497</sup>, a zona rural de Guimarães<sup>498</sup> e na Galiza nas paróquias de Villonga-Dena<sup>499</sup> e Hio. Verificámos ainda na Meadela uma forte endogamia geográfica, mas com uma circulação interparoquial, principalmente de noivos que vêm casar na freguesia da noiva. Significativos são os valores encontrados para as mulheres de fora que vieram casar nesta freguesia, revelador da abertura da paróquia e da mobilidade existente. Por outro lado, notámos que o celibato é particularmente elevado no sexo feminino, tendência predominante na região do Alto Minho, contrastando com os baixos níveis de celibato para o sexo masculino. É particularmente na segunda metade do século XVIII que as mulheres têm mais dificuldades de aceder ao matrimónio. Os fracos níveis de celibato masculino, prende-se com o vasto mercado matrimonial, mais acessível aos homens, associado a idades médias ao casamento inferiores destes em relação às mulheres.

Relativamente à fecundidade, constatámos que ao longo da observação nasceram mais rapazes que raparigas, tendência que se inverteu na primeira metade do século XIX. Esta relação de masculinidade à nascença tão elevada, acabou por ser anulada pela

---

<sup>495</sup> BRETTEL, Caroline, *Homens que partem, mulheres que ficam*, ob. cit., p.119.

<sup>496</sup> SANTOS, Cartola M. Fernandes, *Santiago de Romarigães...*, ob. cit., 135-142.

<sup>497</sup> MIRANDA, Fernando, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro...*, ob. cit., p.72.

<sup>498</sup> AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães...*, ob. cit., p.104.

<sup>499</sup> PÉREZ GARCIA, J. Manuel, *Um modelo de sociedade rural de Antigo Régimen...*, ob. cit., p. 114.

mortalidade infantil diferenciada que atinge mais os rapazes que as raparigas, assim como pela mobilidade. A elevada idade média ao casamento das mulheres não afecta, contudo a descendência esperada numa época de fecundidade não controlada, confirmada pela elevada descendência teórica, que ronda os 9 filhos, resultante em parte da elevada idade média da mulher ao último filho, e pelo sucessivo encurtamento dos intervalos intergenésicos principalmente pelas que vêm o seu casamento retardado, assim como pela ausência de mulheres estéreis. Encontrámos por isso, uma alta taxa de fecundidade, concentrando-se nos grupos etários dos 20 aos 34 anos. Esta paróquia, destaca-se em relação às outras paróquias do Alto-Minho, por apresentar uma elevada taxa de fecundidade, claramente evidenciada pelo número médio de filhos nascidos por famílias de 4,5 e de 4,6 de média para as famílias fecundas. Se atendermos apenas às famílias completas a média eleva-se para os 5,2 filhos para toda a observação, média esta que a partir de meados do século XVIII desce para 4,8 filhos. A infecundidade não foi um problema detectado nesta paróquia.

O mesmo não se pode dizer sobre a ilegitimidade, que se apresentou significativa, particularmente para o século XVIII (1ª metade com 6,9% e 7,1% ), decrescendo na 1ª metade do século XIX para 4,1%, atingindo sobretudo as mulheres celibatárias (93,4%) identificadas com os estratos sociais mais desfavorecidos. Foram essencialmente responsáveis por estes valores de ilegitimidade as mulheres residentes fora da paróquia, que procuraram baptizar os seus filhos fora dos olhares da comunidade. Não poderemos, no entanto deixar de destacar que possivelmente algumas mulheres da paróquia procurariam também elas fazer o mesmo em relação aos seus filhos, baptizando-os fora da paróquia. Foi também visível que a exposição de crianças se relacionava inversamente com o surgimento de filhos naturais, o que nos leva a concluir da natureza ilegítima de muitos dos expostos. Os fracos valores encontrados para o século XVII, poderão estar camuflados pelas elevadas taxas de exposição verificadas para este período, atingindo-se os 25,7% na 2ª metade do século e os 16,9% na 1ª metade do século XVIII. Procurámos atender à realidade social, económica e cultural para explicar estes comportamentos. Estabelecemos uma comparação do volume de expostos com os preços dos cereais, detectando-se a existência de fortes relações de causa-

efeito, comprovando-se a hipótese de a conjuntura económica ter influenciado o abandono de crianças, sobretudo em épocas de graves crises agrícolas. Mas só este factor não é suficiente para explicar este fenómeno, para além da miséria material e moral, considerámos ser pertinente o relacionamento do volume de expostos com a criação da instituição da roda, e posteriormente do hospício, notando-se os seus efeitos a partir de meados do século XVIII na paróquia da Meadela, passando as crianças abandonadas a sê-lo directamente na roda de Viana.

Reconhecendo a diversidade e complexidade de circunstâncias susceptíveis de incentivarem estes comportamentos desviantes procurámos, através do estudo de casos, destacar contextos familiares e socio-económicas, recorrendo ao cruzamento de outras fontes, livros de visita e devassa e testamentos. A fraca propensão para a bastardia é uma realidade da sub-sociedade da Meadela, com uma nítida integração destas mulheres na comunidade através de um posterior casamento.

Relativamente à evolução da mortalidade, a Meadela durante os duzentos e dez anos de observação (1635-1850), apenas constatámos da existência de registos de mortalidade infantil para o período de 1720 a 1780. A partir deste dado pudemos acompanhar todo o ciclo de vida dos habitantes da Meadela, conhecer a esperança de vida para as gerações nascidas neste período, sendo esta à nascença, de 40,8 anos para o sexo masculino e de 46,9 anos para o feminino. Para este período a mortalidade infantil apresentou-se pouco gravosa, nunca ultrapassando os 3 óbitos por ano. As idades mais críticas de sobrevivência situam-se no grupo etário dos 1 aos 4 anos, ultrapassada esta faixa etária, as crianças revelam uma maior capacidade de resistência, apresentando por isso uma maior esperança de vida. Relativamente à mortalidade dos maiores de sete anos, constatámos para toda a observação que a época mais afectada por crises frequentes coincidiu com o último quartel do século XVIII, registando-se oscilações de menor amplitude no restante período. Segundo a metodologia de M. Livi-Bacci, apenas podemos falar de mortalidade grave, em 1784. Para uma aproximação às causas e factores que estarão subjacentes a estes comportamentos, comparámos com a realidade encontrada noutras paróquias, nomeadamente com Guimarães e Santiago de Romarigães, onde as crises agrícolas do



século XVII, favorecem as fomes e epidemias. A subida acentuada do preço dos cereais, associado a um surto epidémico poderão estar nas causas da grave crise de 1784. Para a primeira metade do século XIX encontrámos uma relativa estabilidade da mortalidade, associado ao abaixamento da idade ao casamento que terá contribuído para o acentuado crescimento populacional neste período.

Quanto à sazonalidade dos óbitos, verificámos que ocorreram fundamentalmente nos meses de Outono, com máximos secundários no Inverno, para os maiores de sete anos, enquanto que os menores de sete anos a incidência era maior nos meses de Verão Outono e Inverno. Se compararmos com a sazonalidade dos casamentos e nascimentos, constatámos que os casamentos ocorriam preferencialmente na primeira metade do ano, sendo o mês de Maio o mais procurado, seguido de Abril e Agosto, respeitando a paróquia os interditos religiosos, enquanto que os nascimentos ocorriam nos quatro primeiros meses do ano.

A exploração dos testamentos permitiu-nos compreender melhor a realidade económico-social, a mentalidade e religiosidade desta comunidade, através dos usos e costumes e das atitudes perante a morte tomadas pelos testadores. O testamentos revelam a preocupação dos testadores em preocupar-se em preparar a morte.

O nosso estudo não ficaria completo se não abordássemos o fenómeno da mobilidade. A limitação dos registos paróquias sobre as informações acerca da mobilidade levou-nos a consultar outras fontes, nomeadamente passaportes internos ( de 1761 a 1767 e de 1808 a 1832) e guias de passaporte (1837 a 1850). Encontrámos nesta paróquia, indivíduos de outras localidades, fixando-se nesta paróquia por motivos que se prende com questões matrimoniais e/ou laborais. A abertura da paróquia em 1800 é reforçada e generalizada, verificando-se uma maior entrada de mulheres na paróquia. Mas a saída da paróquia processava-se também, sendo os destinos mais escolhidos Lisboa, Galiza (Espanha) e Alentejo. As guias de passaportes, confirmam uma saída preferencialmente para o Brasil, destacando-se um segundo destino bastante procurado pelos habitantes da Meadela, Gibraltar escolhido por artistas e pedreiros. A tendência geral de emigrantes encontradas noutros estudos confirmaram-se nesta paróquia, onde só emigravam homens, com uma média etária situada nos 27 anos.

Ao encerrar este estudo, e cumpridos os objectivos a que nos propusemos, reconhecemos no entanto, que limitados por questões temporais estabelecidas pela investigação, determinamos como limite temporal de observação o ano de 1850, sendo necessário prosseguir no sentido de uma análise alargada no tempo e no espaço, susceptível de evidenciar os processos de transformação ocorridos na segunda metade do século XIX e XX. O desafio está lançado, para a criação de uma rede representativa de paróquias inseridas no mesmo espaço geocultural, através de uma metodologia idêntica, alargado também às paróquias urbanas de Viana do Castelo. Será um passo decisivo no estudo regional, a nível social, económico, cultural e demográfico das suas populações.

## FONTES HISTÓRICAS (MANUSCRITAS )

### 1. Registos Paroquiais

Espécie de livro		Desde	Até
Misto 1	Nascimentos	1590	1654
	Casamentos	1586	1653
	Óbitos	1592	1654
Misto 2	Nascimentos	1654	1700
	Casamentos	1654	1737
	Óbitos	1654	1732
Misto 3	Nascimentos	1700	1730
	Casamentos	1700	1755
	Óbitos	1700	1741
Livros	Nascimentos 1	1654	1748
	Nascimentos 2	1730	1847
	Nascimentos 3	1847	1859
	Casamentos 1	1654	1756
	Casamentos 2	1756	1868
	Óbitos 1	1741	1859

Arquivo Distrital de Viana do Castelo

## **2. Livros de Testamentos**

Livros de testamentos da Comarca de Viana do Castelo:

Livro n.º 1, 1835-36; Livro n.º 2, 1836; Livro n.º 3, 1837; Livro n.º 5, 1838; Livro n.º 6, 1838; Livro n.º 7, 1839; Livro n.º 8, 1839; Livro n.º 9, 1840; Livro n.º 10, 1840; Livro n.º 11, 1841; Livro n.º 1841; Livro n.º 12, 1842; Livro n.º 13, 1843; Livro n.º 14, 1844; Livro n.º 15, 1845; Livro n.º 16, 1846; Livro n.º 17, 1847; Livro n.º 18, 1849; Livro n.º 19, 1850. – Arquivo Distrital de Viana do Castelo.

## **3. Livros de Décima**

Livros das Décimas de Viana do Castelo, 1643; 1644; 1645; 1646; 1647; 1650; 1652; 1653; 1654; 1655; 1656; 1660; 1662; 1663; 1664; 1670; 1671; 1674; 1706; 1707; 1708; 1709; 1710; 1711; 1712; 1713; 1715. – Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

## **4. Livros de Expostos e Amas**

Livro de Expostos de 1706-1710; de 1716-1756; de 1759-1766; de 1770; de 1771; de 1772-1775; de 1773-1777; de 1773-1790; de 1815-1840; - Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

## **5. Passaportes Internos**

Livros de registos de Passaportes Internos, 1760-1764; 1764-1767; 1808-1817; 1819-1827. – Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

## **6. Livros de Visita e Devassa**

Capítulos da Visita do Arciprestado da Vinha ,1760, n.º 605;  
Roteiro dos culpados do Arciprestado da Vinha, 1724-1772, n.º 606;  
Roteiro dos culpados da visitação de santa Maria da Vinha, 1712-1732, n.º 607;  
Termos de visitação do Arciprestado da Vinha, 1631-1632, n.º 609;

Termos da visitação de Santa Maria da Vinha, 1641, n.º 610;  
Livro da visitação do Arciprestado da Vinha, 1647, n.º 611;  
Livro de visitação do Arciprestado da Vinha, 1648-1649, n.º  
612;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1650, n.º 613;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1656-1657, n.º  
614;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1661, n.º 616;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1662, n.º 618;  
Livro da visita do Arciprestado da Vinha, 1663, n.º 619;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1669, n.º 620;  
Termos do arciprestado da Vinha, 1670-1671, n.º 621;  
Livro da devassa da visitação do Arciprestado de S. M.<sup>a</sup> da  
Vinha, 1671, n.º 622;  
Termos da Visita do Arciprestado da Vinha, 1674-1675, n.º  
626;  
Visitação do Arciprestado de Santa Maria da Vinha, 1679, n.º  
628;  
Termos dos culpados do Arciprestado da Vinha, 1687, n.º 632;  
Termos da Visita do Arciprestado da Vinha, 1689-1691, n.º  
633;  
Livro das devassas da visita do Arciprestado de Sta. M.<sup>a</sup> da  
Vinha, 1690, n.º 634;  
Livro dos termos da visitação de Sta. M.<sup>a</sup> da Vinha, 1695-  
1696, n.º 637;  
Termos da visitado arciprestado da Vinha, 1696, n.º 638;  
Livro das devassas da visita de Sta. M.<sup>a</sup> da Vinha, 1698, n.º  
639;  
Livro das devassas da visita de Sta. M.<sup>a</sup> da Vinha, 1698-1699,  
n.º 640;  
Termos da visita de Sta. M.<sup>a</sup> da Vinha, 1700-1701, n.º 641;  
Livro das devassas da visita de Sta. M.<sup>a</sup> da Vinha, 1700-1701,  
n.º 642;  
Termos dos culpados da visitação do Arciprestado da Vinha,  
1701-1702, n.º 643;  
Devassas da visita de Sta. Maria da Vinha, 1701-1702, n.º 644;  
Termos dos culpados da visita do Arciprestado da Vinha,  
1712, n.º 651;

Livro de Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1715, n.º 652;  
Termos dos culpados da visita do Arciprestado da Vinha, 1727-1734, n.º 655;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1738, n.º 658;  
Termos da visita do Arciprestado da Vinha, 1739-1740, n.º 659;  
Devassa da visita do arciprestado da Vinha, 1740-1742, n.º 660;  
Termos da visita do arciprestado da Vinha, 1751-1752, n.º 662;  
Devassa da visita do Arciprestado da Vinha, 1714, n.º 675;  
Livro de devassa do Arciprestado da Vinha, 1725-1753, n.º 676;  
Devassa da visita de Santa Maria da Vinha, 1733-1734, n.º 677;  
Devassa da visita de Santa Maria da Vinha, 1748-1766, n.º 678;  
Devassa da visita de Santa Maria da Vinha, 1756-1758, n.º 679;  
Devassa da visita de Santa Maria da Vinha, 1779, n.º 680;  
Devassa da visita do Arciprestado da Vinha, 1814, n.º 682;

## **7. Outras Fontes**

*Epílogo dos Usos e Costumes da Meadela de 1728*- Arquivo Paroquial da Meadela

*Livro do Tombo da Meadela de 1743*- Arquivo Paroquial da Meadela.

*Testamentos soltos*- Arquivo Paroquial da Meadela.

*Dicionário Geográfico*, Vol. 23, m. 100, fl. 663 (Memória Paroquial -1758) - Arquivo da Torre do Tombo.

*Inquirições de Genere*, Pasta n.º 109, Processo n.º 2445; Pasta n.º 121, Processo n.º 2693; Pasta n.º 237, Processo n.º 5388; Pasta n.º 435, Processo n.º 9554; Pasta n.º 552, Processo n.º 12461; Pasta n.º 575, Processo n.º 13378; Pasta n.º 578, Processo n.º 1314; Pasta n.º 582, Proc. 13657; Pasta n.º 600, Proc. 14105; Pasta n.º 669, Proc. 15664; Pasta n.º 694, Processo n.º 16164; Pasta n.º 744, Processo n.º

17102; Pasta n.º 789, Proc. 18201; Pasta n.º 836, Proc. 19271; Pasta n.º 860, Proc. 19707; Pasta n.º 906, Proc. 20551; Pasta n.º 1183, Processo n.º 26706; Pasta n.º 1220, Proc. n.º 27784; Pasta n.º 1331, Proc. n.º 30052; Pasta n.º 1378, Proc. n.º 31149; Pasta n.º 1516, Proc. n.º 34031; Pasta n.º 1528, Proc. 34276; Pasta n.º 1539, Proc. 34548 - Arquivo Distrital de Braga.

### **FONTES IMPRESSAS**

*Constituições Synodales do Arcebispado de Braga*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1697.

*Jornal Notícias de Viana*, artigos de Rosa Araújo sobre “Meadela, 1743” (Fotocópia e montagem dos artigos, desconhecemos as datas e os números dos jornais).

## BIBLIOGRAFIA

- ALPUIM, Maria Augusta e VASCONCELOS, Maria Emília, *Casas de Viana antigas*, Viana, 1983.
- ALVAREZ SANTALÓ, L. C., “Anormalidad y codigos de conduta de la familia en el antiguo Régimen: la doctrina religiosa sobre el abandono de niños”, in CHACON F. (ed.) *Famílias y Sociedad en el Mediterrâneo Ocidental siglo XV-XIX*, Murcia.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Uma comunidade rural do Vale do Ave. S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*, Porto, Faculdade de Letras da U. P., dissertação de mestrado, 1986.
- ALVES, Jorge Fernandes, (1989) “Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX” in *Revista de História*, vol. IX, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1989, pp. 267-289.
- ALVES, Jorge Fernandes, “Lógicas Migratórias no Porto oitocentista” in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX*, Editorial Fragmentos, Lisboa, 1993.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. autor, 1994.
- AMORIM, Maria Norberta, *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973.
- AMORIM, Maria Norberta, *Método de exploração dos livros de registos paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do I.N.E., 1980.



- AMORIM, Maria Norberta, “S. Pedro de Poiães de 1561 a 1830” in *Brigantia*, vol. 3, n.º 2/3/4, Bragança, 1983/84.
- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães 1518-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, I.N.I.C., 1987.
- AMORIM, Maria Norberta, “Emigração – uma variável influente” in *Ler História*, n.º 22, 1991, pp. 3-14.
- AMORIM, Maria Norberta, “Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX-1, Madrid, 1991.
- AMORIM, Maria Norberta, *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1992.
- AMORIM, Maria Norberta, “Reconstituição de paróquias e análise demográfica – estudo comparativo de gerações nascidas em duas paróquias periféricas de Portugal entre 1680 e 1850” in REHER, David (coord.) *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, vol., Porto, Afrontamento, 1995, pp. 35-64.
- AMORIM, Maria Norberta, “Mortalité et structure par âge pour la période pré-transition. Analyse comparative sur populations portugaises”, comunicação apresentada em *Entretiens Jacques Cartier*, Lyon, 1997.
- ANDRÉZ-GALLEGO, José, *História da gente pouco importante*, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.
- ARAÚJO, José Rosa, “Costumes rurais do século XVIII”, in *Arquivo do Alto Minho*, vol. III, Fasc. III.
- ARIÈS, Philippe, *Sobre a História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*, Editorial Teorema, Lisboa, 1988.

*Arquivo do Alto Minho*, Vol. VIII, Tomo I. *Arquivo do Alto Minho*, Vol. VIII, Tomo I.

ARMENGAUD, A., *La famille et l'enfant en France et en Angleterre de XVIIIe siècles*, aspects démographiques, S.E.D.E.S., Paris, 1975.

BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et de l'Algarve, Comparé aux Autres États de l'Europe*, 2 vols., Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822.

BANDEIRA, Mário Leston, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996.

BAUDRILLARD, Jean, *L'Échange symbolique et la mort*, Paris, Editions Gallimard, 1987.

BIDEAU, Alain, “Mecanismos auto-reguladores de populações tradicionais” in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984), pp. 47-68.

BOURGEOIS-PICHAT, Jean, *A Demografia*, Lisboa, Ed. Bertrand, 1976.

BOURDIEU, Pierre, *La Distinction*, Paris, Les Editions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BOXER, C. R., *O Império Colonial Português*, Lisboa, Edições 70, 1969.

BOXER, C.R., *Relações Raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1988.

- BRANDÃO, Maria de Fátima, “A morte e sobrevivência da casa rural num concelho do Noroeste” in FEIJÓ, Rui G. et al. (coords.) *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Querco, 1985, pp. 147-161.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família no Noroeste de Portugal – O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Edições Afrontamento, 1994.
- BRETTEL, Caroline, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam – consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.
- CAPELA, José Viriato, “A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos” (1986) in *Barcelos-Revista*, vol. III, n.º 1, Braga, Editora Correio do Minho, 1988, pp. 7-324.
- CHAUNU, Pierre, *Histoire: Science Sociale*, Paris, S.E.D.E.S., 1974.
- CHAUNU, Pierre, *La Mort à Paris (XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles)*, Paris, Fayart, 1978.
- CORTES, Nuno Osório, *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, tese de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.
- CASTRO, Armando de, “A Causalidade nas Ciências Sociais” in Silva, A. Santos e Madureira Pinto, J. (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986, pp. 279-312.
- COSTA, Amadeu, *A Senhora da Consolação*, S. Mamede de Infesta, 1987.
- COSTA, António Carvalho, *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica*, 2ª edição, Braga, Typographia de D. G. Gouvea (1ª edição 1707-1712), 1868.

- CUNHA, Carmen Alice de Moraes Sarmiento, *Emigração familiar para o Brasil. O concelho de Guimarães 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*, Tese de mestrado, Departamento de História Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1997.
- CUTILEIRO, José, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- CRUZ, António, *Geografia e Economia da Província do Minho nos Fins do Século XVIII*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras, 1970.
- DEL-PANTA, L. e LEVI-BACCI, M., “Chronique, diffusion et intensité des crises de mortalité en Italie, 1600-1850”, in *Population*, n.º especial, Dezembro de 1977.
- DUPÂQUIER, Jacques, *La population française aux XVIIe siècles*, Paris, P.U.F., 1979.
- DUPÂQUIER, Jacques, *La population rurale du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S., 1984.
- DUPÂQUIER, Jacques, *Pour la Démographie Historique*, Paris, P.U.F., 1984.
- DURÃES, Margarida, “Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população”, in FEIJÓ, Rui G. et al. (coords.) *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Quercus, 1985, pp. 163-174.
- DURÃES, Margarida, “A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário – séculos XVIII e XIX”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 1, n.º 1, 1987, pp. 81-93.
- DURÃES, Margarida, “Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta” in *Revista de História Económica e Social*, n.º 21, 1987, pp. 47-56.

- EIRAS ROEL, Antonio, “Mecanismos autorreguladores, evolución demográfica y diversificación intrarregional, El ejemplo de la población de Galicia a finales del siglo XVIII” in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, VIII – 2, Madrid, 1990.
- EIRAS ROEL, António, *La Población de Galicia. 1700 – 1860*, Santiago, Fundacion Caixa de Galicia, 1996.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, *A Religião Popular Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1984.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés, *Origens Orientais da Religião Portuguesa*, Lisboa, Assíria e Alvim, 1988.
- FARIA, Inês Martins de, *Santo André de Barcelinhos, o difícil equilíbrio de uma população, 1606-1910*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 1998.
- FERNANDES, Almeida, *Meadela Histórica*, Editor Paróquia de Santa Cristina da Meadela, Viana do Castelo, 1994.
- FERNANDES, Almeida, *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*, Viana do Castelo, 1968.
- FERREIRA, Hilario Rodriguez, “La demografía de Hio durante el siglo XVIII” in *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, Universidad de Santiago de Compostela, 1985, pp. 413-436.
- FERRO, João Pedro, *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- FLANDRIN, Jean-Louis, *Família, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa.

FLEURY, Michel e HENRY, Louis, *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, 2ª edição, Paris, INED, 1976.

FLEURY, M. e HENRY, L., *Des registres paroisiaux l'histoire de la population. Manuel de l'épouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, Ed. L'Institut N. D'études démographique, 1956.

FLINN, Michael W., *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

FONTE, Teodoro Afonso da, “Conjuntura económica e comportamento demográfico. O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675-1874)” in PÉREZ MOREDA, Vicente (coord.) *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. III, Porto, Afrontamento, 1996, pp. 187-203.

FONTE, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Câmara Municipal de Ponte de Lima, Centro de Estudos Regionais, 1996.

FOUCAULT, Michel, *Histoire de la Sexualité – Volonté de Savoir*, Paris, Éditions Gallimard, 1976.

FREIRE, Braamcamp, “População de Entre Douro e Minho no século XVI”, in *Arquivo Histórico Português*, Vol. III, 1905.

GARCIA, José Manuel Pérez, “Demografia Tradicional en dos Localidades de la Galicia Atlántica” in *Actas de las Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas*, Santiago de Compostela, 1975.

GAUTIER, E. e HENRY, L., *La population de Crulai, paroisse normande. Études historiques*, Paris, P.U.F., 1958.

- GINZBURG, Carlo, *A Micro História e Outros Ensaios*, Lisboa, Difel, 1991.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “L’Émigration Portugaise (XVe-XXe Siècles) – une constante structurale et les réponses aux changements du monde” in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, 1978, pp. 5-32.
- GOFF, J., Le, *La Civilisation de l’Occident Médiéval*, Paris, Arthaud, Col. «Les grandes civilisations», 1964.
- GOMES, Maria Palmira da Silva, *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar), (1583-1975)*, Tese de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1996.
- GOUBERT, Pierre, *Cent Mille Provinciaux au XVIIe Siècle*, Paris, Flammarion, 1968.
- GUILLAUME P. e POUSSOU J. P., *Démographie Historique*, Paris, Lib. Armand Clin, Col. V, 1970.
- GUIMARÃES, Carlota Maria da Silva Pereira, *Santa Maria de Adoufe: Comportamentos Demográficos e Sociais (1780-1910)*, Tese de Mestrado, Universidade do Minho, Braga, 1998.
- HAJNAL, John, “European Marriage Patterns in Perspective” in GLASS, D. V. e EVERSLEY, D.E.C. (eds.), *Population in History*, London, 1965, pp. 101-143.
- HENRY, Louis, *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- Inventário Colectivo dos registos paroquiais, Volume 2*, Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Secretaria do Estado da cultura, 1994.

- LARGUÉ, Claude, “Mise en nourrice des enfants madriléne au XVII<sup>e</sup> siècle”, in *Revue d’Histoire Moderne et Contemporaine*, Paris, T. 32, Janvier-Mars, 1982
- LASLETT, Peter, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975.
- LEBRUN, François, *Les Hommes et la Mort en Aujou aux XVI<sup>e</sup>, XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> Siècles*. Paris e Haia, Mouton, 1971.
- LEBRUN, F. “Les crises démographiques en France aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles” in *Annales*, n.º2, Paris, 1980, pp.205-234.
- LEBRUN, François, *A vida conjugal no Antigo Regime*, Porto, Edições Rolim, 1983.
- LEWIN, Linda, “Repensando o Patriarcado em Declínio: de “De Pai Incógnito” a “Filho Ilegítimo” no direito sucessório brasileiro do século XIX” in *Ler História* 29, 1995.
- LIVI BACCI, Massimo, “Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências” in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 69-109.
- LIVI BACCI, Massimo (coord.), *Modelos Regionales de la Transición Demográfica en España y Portugal*, Alicante, Inst. de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.
- LOPES, Maria Antónia, *Os Expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1869)*, Revista Portuguesa de História, Coimbra, Tomo XXI, 1984.
- MACHADO, Maria Arminda Loureiro, *S. Miguel da Facha, 1710-1989. Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1995.



- MARCÍLIO, Maria Luiza (org.), *Demografia Histórica*, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977.
- MARTINS, Oliveira, “A emigração portuguesa” (1891), in *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, 1956.
- MENDES, José Amado, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, in *Análise Social*, n.º 116-117, 1992, 357-365.
- MIRANDA, Fernando A. da Silva, *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa. 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro, 1993.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Os Mercadores de Viana e o comércio do açúcar brasileiro no século XVII*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1990.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O Município e os forais de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, Edição da Câmara de Viana do Castelo, 1986.
- NAZARETH, J. Manuel, *Introdução aos Métodos quantitativos em Ciências Sociais*, Lisboa, Universidade Nova, 1981.
- NAZARETH, J. Manuel e SOUSA, Fernando de, “A Demografia Portuguesa em finais do Antigo Regime” in *Cadernos de Revista de História Económica e Social*, n.º 4., Lisboa, 1983.
- NAZARETH, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- NUNES, J. Arriscado, “As teias que a família tece: alguns problemas da investigação de campo em sociologia da família” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 34, 1992, pp. 39-64.

- O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros – Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.
- O'NEILL, Brian Juan, “Morrer e Herdar no Trás-Os-Montes Rural” in FEIJÓ, Rui G. et al. (orgs), *A Morte no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Querco, 1985, pp. 111-146.
- O'NEILL, Brian Juan, “Espaços sociais e grupos sociais no Nordeste Transmontano” in O'NEILL, Brian Juan e BRITO, Joaquim Pais de, (orgs.) *Lugares de Aqui*, Actas do Seminário Terrenos Portugueses, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, pp. 141-166.
- PEDRO, Joana Maria, *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*, Florianópolis, UFSC, 1994.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- PEREZ MOREDA, V., *Las crises de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX. Siglo XXI*, Madrid, 1980.
- PINA CABRAL, João de, “As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho”, in *Análise Social*, n.º 80, 1984, pp. 97-112.
- PINA CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhas de Eva – a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.
- PINHO LEAL, *Portugal Antigo e Moderno* (Dicionário), vol. V, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso e Irmão, 1875, Edição Fac-similada, 1900, Oficinas Gráficas de Barbosa, Braga.
- PINTO, António Joaquim Gouveia, *Compilação das Providências que a bem da criação, educação dos expostos ou enjeitados se têm*

*publicado e acham espalhados em diferentes artigos da legislação pátria (...), Lisboa, Impressão Régia, 1820.*

PINTO, José António de Faria, *Estudo Demográfico de uma Paróquia Algarvia: Conceição de Tavira (séculos XVIII – XIX)*, Lisboa, I.S:C.T.E., dissertação de mestrado, 1996.

POLANAH, L. *Comunidades camponesas no Parque Nacional da Peneda-Gêres*, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, 1987.

POSSOU, J. Pierre, “Introdução ao estudo das migrações antigas” in MARCÍLIO, Maria Luiza (org.) *Demografia Histórica*, S. Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977, pp. 139-170.

PRESSAT, Roland, *Introducción a la Demografia*, Barcelona, Ariel, 1985. *Regulamento para a Administração dos Expostos no Distrito Administrativo de Viana do Castelo*, Viana, Tipografia de Manuel Fernandes Pereira da Silva, 1839 e 1857.

REHER, David, *Famílias poblacion y sociedad en la provincia de Cuenca, 1700-1970*, Siglo Veintiuno Edit Madrid, 1988.

REIS, António Matos, “O preço dos cereais em Ponte de Lima (1625-1925)”, in *Separata de Almanaque de Ponte de Lima*, 1980.

REIS, António Matos, “Preços na Ribeira Lima (séculos XVIII-XX)”, in *Estudos Regionais*, nº 3, C.E.R., Viana do Castelo, 1986.

RODRIGUES, Henrique Fernandes, “Liberalismo e repressão Miguelista no Vale do Lima”, *Separata de Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, vol. XVI, 1993.

RODRIGUES, Henrique Fernandes, *A emigração do Alto Minho, 1835-1860 – a miragem do Brasil*, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

- RODRIGUES, Teresa, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ROWLAND, Robert, “Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI – XIX). Una perspectiva regional” in PÉREZ MOREDA, V. y REHER, D. (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, el Arquero, 1988, pp.72-137.
- ROWLAND, Robert, “Microanálise e regimes demográficos” (1993), in REHER, David (coord.), *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Porto Afrontamento, 1995, pp. 13-15.
- ROWLAND, Robert, “Sistemas Familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões para uma investigação comparada”, in *Ler História*, Edições A Regra do Jogo, 1984.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, *The circulation of children in eighteenth century Southern Europe: The case of the Foundling Hospital of Porto*, tese de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, Florença, 1992.
- SÁ, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças ilegítimas e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas”, *Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica*, Braga, Abril de 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, *Um discurso sobre as Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Carlota M. Fernandes, *Santiago de Romarigães, Comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1998.

- SARAIVA, Manuel da Costa, *Igreja e comunidade. O caso de Belinho entre o século XVII e inícios do XX*, Tese de Mestrado, Departamento de História, Universidade de Braga, 1997.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Dinâmica Familiar da elite Paulista (1765-1836): estudo diferencial de Demografia Histórica das Famílias dos proprietários de grandes escravarias o Vale do Paraíba e região da capital de S. Paulo*, S. Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da U.S.P., 1987, dissertação de mestrado.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, “Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias: uma comparação metodológica” (1993) in REHER, David (coord.) *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Actas do III Congresso da ADEH, vol. I, Porto Afrontamento, 1995, pp. 89-100.
- SCOTT, Ana Sílvia, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Tese de Doutoramento, 1998.
- SERRA, Manuel, “O casamento por «câmbia» no Noroeste de Portugal”, in *Estudos Regionais*, N.º17, Viana do Castelo, C.E.R., 1996.
- SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, J. Álvaro da, “Famílias e trabalho doméstico no “hinterland” de Lisboa (1763-1830)” in *Análise Social*, n.º 97, pp. 531-562.
- SILVA, António Delgado da, *Colecção da legislação portuguesa*, Lisboa, Typografia Maigreme, 1825.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.), *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*, S. Paulo/Lisboa, Ed. Verbo, 1994.

- SOARES, Franquelin Neiva, “A Reforma Católica no Concelho de Barcelos, As visitasões Quinhentistas de Alvelos, *Separata de Barcelos Revista*, 1993.
- SOUSA, Fernando de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da U.P., dissertação de doutoramento, 1979.
- SOUSA, Fernando de e ALVES, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais do Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.
- TAPINOS, George, *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin, 1976.
- TIAGO, Sílvia M. Bandeira Rodrigues, “Subsídios para o estudo dos expostos em Viana - século XIX”, in *Cadernos Vianenses*, tomo 23, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1998.
- TELLES, Bazílio, *Carestia de vida nos campos. cartas a um lavrador*, Liv. Chardon de Lello e Irmão Editores, Porto.
- VASCONCELOS, M. Emília Sena de, “Negrumes em Viana” in *Cadernos Vianenses*, Tomo IX, Edição do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal, Viana do Castelo, 1985.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras termos e frases que em Portugal se usaram e que hoje se regularmente se ignoram*, Porto-Lisboa, Livraria Civilização.
- VOVELLE, Michel, *Piété Baroque et Déchristianisation en Provence au XVIIIe Siècle*, Paris, Plon, 1973.
- VOLVELLE, Michel, “Un Préalable à Toute Histoire Sérielle: la Représentativité Sociale du Testament (XIVe-XIXe)”, in *Les Actes Notariés*, Estrasburgo: Istra, 1979.

VOVELLE, Michel, "De la biographie à l'étude de cas" in Problèmes et méthodes de la biographie. Actes du colloque Sorbonne 3-4 mai 1985, Paris, Publications de Sorbonne/Histoire au Présent, pp. 199-204.

WRIGLEY, E. Antony, "The Prospects for Population History" in *Theodore Rabb and Robert Rothberg* (eds.), *The New History* Princeton University Press.

## ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	6
NOTA INTRODUTÓRIA	8
AGRADECIMENTOS	10
INTRODUÇÃO	12
PARTEI-APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA	16
CAPÍTULO I	16
METODOLOGIA E FONTES	16
1. Fontes e sua crítica	16
1.1 Os Livros de Registos Paroquiais	16
1.1.1 Crítica material	16
1.1.2 As Visitações	21
1.1.3 Os Párocos	26
1.2 Livros de Visita e Devassa	33
1.3 Livros de Décima	34
1.4 Livros de Testamentos	35
1.5 Outras fontes	37
2. Metodologia	38
PARTE II-POPULAÇÃO E SOCIEDADE	42
CAPÍTULO II	42
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-GEOGRÁFICO, ECONÓMICO E SÓCIO-CULTURAL	42
1. Origem do nome	42
2. Delimitação e lugares da freguesia	44
3. Integração em Viana	47
4. Meadela antiga	48
5. Igreja de Santa Cristina da Meadela	51
5.1 Origens da Igreja de Santa Cristina na Meadela	51



5.2	Santa Cristina – Padroeira da Igreja _____	52
5.3	Carácter patronal desta Igreja _____	54
6.	Templos da freguesia _____	55
6.1	Actual Igreja de Santa Cristina da Meadela _____	55
6.2	Capela de Nossa Senhora da Ajuda _____	57
6.3	Capela de S. Vicente _____	59
6.4	Capela de Santo Amaro _____	60
6.5	Capela de Nossa Senhora da Consolação _____	62
6.6	Capelas particulares _____	63
7.	Actividades económicas _____	64
8.	Indicadores de estratificação social _____	66
9.	Situação profissional _____	73
9.1	Profissões _____	73
9.2	Criados, patrões, escravos e seus senhores _____	73
10	População _____	76
10.1	Evolução e estrutura da população _____	76
10.2.	Tendências demográficas em períodos longos _____	79
ANEXO AO CAPÍTULO II _____		83
PARTE III-DEMOGRAFIA _____		89
CAPÍTULO III _____		89
NUPCIALIDADE _____		89
1.	Sazonalidade dos casamentos _____	92
2.	Idade média ao primeiro casamento _____	101
3.	Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento	113
4.	Idades combinadas e diferenças de idades entre os nubentes celibatários _____	116
5.	Estado civil anterior dos nubentes _____	121
6.	Nubentes segundo o estado civil combinado _____	124

7.	Idade média dos viúvos a um novo casamento _____	125
8.	Viuvez e ulterior casamento _____	127
9.	Intervalo entre a viuvez e o posterior casamento _____	130
10.	Naturalidade dos nubentes _____	134
11.	Estratégias matrimoniais: o casamento por “Câmbia” ou Camba” _____	138
12.	Celibato Definitivo _____	143
	<b>CAPÍTULO IV</b> _____	<b>149</b>
	<b>A FECUNDIDADE</b> _____	<b>149</b>
1.	Movimento sazonal dos nascimentos _____	150
2.	Repartição dos nascimentos segundo os sexos _____	154
3.	Fecundidade legítima _____	156
4.	Taxa de fecundidade legítima por grupos de idade _____	157
5.	Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima _____	162
6.	Espaçamento dos nascimentos _____	164
7.	Intervalo protogenésico _____	164
8.	Intervalos intergenésicos sucessivos _____	168
9.	Número de Filhos Nascidos por União _____	174
10.	Duração das uniões _____	176
11.	Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos _____	178
12.	Concepções pré-nupciais _____	183
13.	Filiação natural e enjeitados _____	186
13.1	Naturalidade das mães de filhos ilegítimos _____	201
13.2	Idade das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho _____	204
13.3	Mães com dois ou mais filhos ilegítimos _____	205
13.4	Ulterior casamento das mães solteiras _____	206

<b>14.</b>	<b>Contextos sócio-económicos da ilegitimidade e exposição</b>	<b>208</b>
14.1	Sobre a ilegitimidade	208
14.1.1	Criadas e assistentes	209
14.1.2	Noivas comprometidas ou namoradas abandonadas	213
14.1.3	Mulheres “sem vergonha”	216
14.1.4	Filhos de escravas: ilegítimos ao nascimento	220
14.2	Sobre os expostos ou enjeitados	220
14.2.1	A Identificação e os motivos	221
14.2.2	Locais de abandono	222
14.2.3	Condições de exposição e destinos dos expostos	228
14.2.4	Amas e assistência aos expostos	232
	<b>ANEXOS DO CAPITULO IV</b>	<b>240</b>
	<b>CAPÍTULO V</b>	<b>242</b>
	<b>MORTALIDADE</b>	<b>242</b>
1.	Sazonalidade dos óbitos	244
1.1	Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	244
1.2	Sazonalidade dos menores de sete anos	249
2.	Mortalidade segundo os sexos	250
3.	Mortalidade excepcional	251
3.1	Mortalidade dos maiores de sete anos	251
3.2	Mortalidade dos Menores de Sete Anos	256
4.	Mortalidade geral: esperança de vida	258
5.	Atitudes do homem e da Igreja perante a morte	265
5.1	Usos e costumes sobre a morte na paróquia	265
5.1.1	Últimos sacramentos	265
5.1.2	Tipo de mortalha	268
5.1.3	Acompanhamento	269
5.1.4	Bens de alma	271
5.1.5	Enterros	273
5.1.6	Esmolas das missas das almas	277
5.1.7	Dia de todos os santos e primeiro domingo de Novembro	278
5.1.8	Ofertas para a comemoração dos defuntos e quarta-feira da Semana Santa	279
5.2	Testamentos	279
5.2.1	Formulário dos testamentos	280

5.2.2	A população testamentária	283
5.2.3	Executores testamentários	290
5.2.4	Sistema de herança e bens herdados	292
<b>ANEXOS DO CAPITULO V</b>		<b>305</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>		<b>313</b>
<b>MOBILIDADE</b>		<b>313</b>
1.	Naturalidade dos residentes	314
2.	Naturalidade dos residentes (observação longitudinal)	316
3.	Ausentes ao óbito	317
4.	Mobilidade interna e externa	322
4.1	Caracterização da mobilidade interna	322
4.2	Mobilidade externa	332
4.2.1	Ensaio ao estudo da emigração	332
4.2.2	A Emigração através do cruzamento de registos paroquias com registos de passaportes	338
<b>ANEXOS AO CAPÍTULO VI</b>		<b>347</b>
<b>CONCLUSÃO</b>		<b>348</b>
<b>FONTES HISTÓRICAS (MANUSCRITAS)</b>		<b>355</b>
1.	Registos Paroquiais	355
2.	Livros de Testamentos	356
3.	Livros de Décima	356
4.	Livros de Expostos e Amas	356
5.	Passaportes Internos	356
6.	Livros de Visita e Devassa	356
7.	Outras Fontes	358
<b>FONTES IMPRESSAS</b>		<b>359</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>		<b>360</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 Livros Paroquiais _____	18
Quadro n.º 2 Frequência das Visitações _____	26
Quadro n.º 3 Párcos da Meadela entre 1593 - 1850 _____	32
Quadro n.º 4 Distribuição dos contribuintes da décima Meadela (1643, 1708-1715) _____	68
Quadro n.º 5 Grupos sociais da Meadela segundo o lançamento da décima _____	69
Quadro n.º 6 Os maiores contribuintes da décima na Meadela (1708-1715) _____	72
Quadro n.º 7 Quintas da Meadela (1712-1715) _____	72
Quadro n.º 8 Comparação do número de fogos segundo diversas fontes _____	76
Quadro n.º 9 Número de residentes na freguesia em 1732 através do Rol de Confessados _____	78
Quadro n.º 10 Décima das freguesias do termo de Viana (1643-1655) _____	83
Quadro n.º 11 Décima das freguesias do termo de Viana (1656-1674) _____	84
Quadro n.º 12 Décima das freguesias do termo de Viana (1706-1715) _____	85
Quadro n.º 13 Patrões e criados _____	85
Quadro n.º 14 Escravos e seus senhores _____	88
Quadro n.º 15 Sazonalidade dos casamentos (Índices) _____	94
Quadro n.º 16 Movimento semanal dos casamentos _____	100
Quadro n.º 17 Idade média ao primeiro casamento Gerações nascidas de 1600 a 1800 _____	104
Quadro n.º 18 Idade média ao primeiro c por períodos (1650-1849) _____	106
Quadro n.º 19 Repartição por grupo de idades ao 1º casamento distribuição proporcional. sexo masculino _____	114
Quadro n.º 20 Repartição por grupo de idades ao 1º casamento distribuição proporcional. sexo feminino _____	114
Quadro n.º 21 Idades combinadas dos nubentes celibatários (%) _____	116
Quadro n.º 22 Diferença de idades entre os nubentes celibatários _____	119
Quadro n.º 23 Estado civil anterior dos nubentes (números proporcionais) _____	121
Quadro n.º 24 Nubentes segundo o estado civil combinado _____	124
Quadro n.º 25 Idade média dos viúvos a um novo casamento (anos) _____	126
Quadro n.º 26 Viuvez segundo o sexo _____	127
Quadro n.º 27 Viuvez e ulterior casamento (números absolutos e proporcionais) _____	127
Quadro n.º 28 Frequência do casamento segundo a idade à viuvez _____	129
Quadro n.º 29 Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento _____	131
Quadro n.º 30 Naturalidade dos nubentes _____	135
Quadro n.º 31 Origem combinada dos nubentes _____	137
Quadro n.º 32 Casamento por câmbia ou camba (1616-1835) _____	141
Quadro n.º 33 Celibato definitivo Observação transversal (1700-1849) _____	146
Quadro n.º 34 Sazonalidade dos nascimentos evolução do comportamento _____	151
Quadro n.º 35 Repartição dos nascimentos segundo o sexo relações de masculinidade _____	155
Quadro n.º 36 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica todas as idades da mulher ( mil mulheres ) _____	157
Quadro n.º 37 Idade média da mãe ao nascimento do último filho _____	159

Quadro n.º 38 Quadro comparativo de diferentes zonas portuguesas e europeias Antigo Regime	160
Quadro n.º 39 Taxas de fecundidade legítima, descendência teórica e idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento ( 1634-1850 ) ( mil mulheres )	162
Quadro n.º 40 Intervalo protogenésico médio	165
Quadro n.º 41 Intervalo protogenésico inferior a um ano ( 1634-1749 e 1750-1850 ) (%)	166
Quadro n.º 42 Comparativo do intervalo protogenésico médio (todas as idades da mulher)	167
Quadro n.º 43 Primeiro intervalo intergenésico médio ( Sem exclusão de intervalos > 50 meses )	168
Quadro n.º 44 Primeiro intervalo intergenésico médio ( Com exclusão de intervalos >50 meses )	170
Quadro n.º 45 Comparativo do intervalo intergenésico médio (Todas as idades)	171
Quadro n.º 46 Intervalos intergenésicos médios sucessivos ( Famílias numerosas )	172
Quadro n.º 47 Intervalo intergenésico médio ( 2 Períodos )	173
Quadro n.º 48 Repartição das famílias segundo o número de filhos	175
Quadro n.º 49 Duração das uniões	177
Quadro n.º 50 Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos ( Todas as idades )	179
Quadro n.º 51 Número de filhos por famílias completas Segundo a idade da mulher ao casamento (1634-1850)	181
Quadro n.º 52 Comparativo do número médio de filhos por famílias completas segundo a idade ao casamento da mulher	182
Quadro n.º 53 Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses ( 1593-1850 )	184
Quadro n.º 54 Concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento %	185
Quadro n.º 55 Filiação natural (%)	189
Quadro n.º 56 Filiação natural e enjeitados ( Percentagens relativas ao total de nascimentos )	192
Quadro n.º 57 Procedência geográfica das mães de filhos ilegítimos registados na Meadela ( 1593-1850 )	202
Quadro n.º 58 Estado Civil das mães dos filhos ilegítimos ( 1593-1850 )	203
Quadro n.º 59 Distribuição por grupos etários das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho conhecido ( 1593-1850 )	204
Quadro n.º 60 Mães com dois ou mais filhos ilegítimos conhecidos 1700-1850)	205
Quadro n.º 61 Ulterior casamento das mães solteiras (1700-1850)	206
Quadro n.º 62 Casamento dos filhos legítimos e ilegítimos	208
Quadro n.º 63 Locais de abandono	223
Quadro n.º 64 Amas da meadela (1706-1851)	234
Quadro n.º 65 Intervalo protogenésico ( Números absolutos )	240
Quadro n.º 66 Intervalo protogenésico ( Percentagens )	241
Quadro n.º 67 Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos	245
Quadro n.º 68 Sazonalidade dos óbitos dos menores de 7 anos	249
Quadro n.º 69 Índice de masculinidade ao óbito (Períodos)	251

Quadro n.º 70 Tábuas de mortalidade por grupos de idades (Gerações nascidas de 1722 A 1780)	260
Quadro n.º 71 Esperança de vida média (Gerações nascidas de 1722 a 1780)	261
Quadro n.º 72 Recepção de Sacramentos	266
Quadro n.º 73 Tipo de mortalha	269
Quadro n.º 74 Acompanhamento	270
Quadro n.º 75 Local de sepultura 1750-1850	276
Quadro n.º 76 Intervalo entre a feitura do testamento e a sua abertura	280
Quadro n.º 77 Testadores e abintestados	284
Quadro n.º 78 Situação civil- Homens	286
Quadro n.º 79 Situação civil dos testadores- mulheres	286
Quadro n.º 80 Escolha do herdeiro na forma de herdeiro único e na herança beneficiada (Terço)- 1835-1850	294
Quadro n.º 81 Crise adulta segundo o método de Livi Bacci e Del Panta	307
Quadro n.º 82 Crise infanto-juvenil segundo o método de Livi Bacci e Del Panta	311
Quadro n.º 83 Crise infantil segundo o método de Livi Bacci e Del Panta	312
Quadro n.º 84 Naturalidade dos residentes (observação transversal)	316
Quadro n.º 85 Naturalidade dos defuntos	316
Quadro n.º 86 Distribuição por meses dos óbitos ocorridos fora da paróquia (1620 a 1850) (Números absolutos)	319
Quadro n.º 87 Estado civil e grupos de idade ao óbito (Números absolutos) 1620 - 1830	322
Quadro n.º 88 Estado civil dos viandantes	324
Quadro n.º 89 Idade dos viandantes	326
Quadro n.º 90 Caracterização geral da mobilidade interna	329
Quadro n.º 91 Idade dos emigrantes (1837-1850)	343
Quadro n.º 92 Emigrantes que requereram passaporte (1837-1850)	347

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1	Baptismos e Casamentos Médias Móveis	80
Gráfico nº 2	Baptismos, casamentos e óbitos ( > ou = a 7 anos ) ( Médias móveis de 9 anos )	81
Gráfico nº 3	Movimento de nascimentos e óbitos ( 1720 -1780 )	82
Gráfico nº 4	Sazonalidade dos casamentos Evolução do comportamento (índices)	95
Gráfico nº 5	Movimento semanal dos casamentos (1593-1850)	100
Gráfico nº 6	Idade média ao 1º casamento por gerações nascidas de 1600 a 1800 (média móvel de 3 décadas)	105
Gráfico nº 7	Idade média ao 1º casamento períodos de 1650-1849 (médias móveis de 3 décadas)	107
Gráfico nº 8	Sazonalidade dos nascimentos evolução do comportamento (índices)	152
Gráfico nº 9	Sazonalidade das concepções (índices)	152
Gráfico nº 10	Taxas de fecundidade por grupos de idade da mulher e descendência teórica todas as idades da mulher ( mil mulheres )	158
Gráfico nº 11	Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento ( 1634-1850 )	163
Gráfico nº 12	Filiação ilegítima e enjeitados	194
Gráfico nº 13	Expostos e preços do trigo 1672-1850	197
Gráfico nº 14	Movimento de expostos ( n.º abs. )	201
Gráfico nº 15	Sazonalidade ao óbito dos maiores de 7 anos	246
Gráfico nº 16	Sazonalidade dos menores de sete anos (1720-1780)	250
Gráfico nº 17	Movimento dos óbitos dos maiores de sete anos (Méd. móvel modificada ou truncada- mét. Livi- Bacci/Del. Panta)	253
Gráfico nº 18	Mortalidade dos menores de sete anos 1720-1780 (Mét. Livi- Bacci/Del Panta) (Méd. móvel modificada ou truncada)	256
Gráfico nº 19	Mortalidade do menores de 1 ano 1722-1780 (Método de Livi- Bacci/Del Panta)	258
Gráfico nº 20	Esperança de vida (Gerações nascidas de 1722 a 1780)	262
Gráfico nº 21	Média de preços e índices de trigo	305
Gráfico n.º 22	Média de preços e índice de milho	305
Gráfico n.º 23	Índice de trigo e milho	306



## **ÍNDICE DE MAPAS**

Mapa n.º 1 Freguesias do Concelho de Viana do Castelo _____	44
Mapa n.º 2 Limites actuais da freguesia de Meadela _____	45
Mapa n.º 3 Lugares da freguesia da Meadela _____	47
Mapa n.º 4 Concessões territoriais à pobra de Viana _____	50
Mapa n.º 5 Localização dos templos da Meadela _____	55

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura nº 1 Igreja de Santa Cristina da Meadela _____	57
Figura nº 2 Capela de N. Senhora da Ajuda _____	59
Figura nº 3 Capela de S. Vicente _____	60
Figura nº 4 Capela de St.º Amaro _____	62
Figura nº 5 Capela de Nossa Senhora da Consolação _____	63